

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO – UENF
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS – PPGPS

**ÁGUA: TERRITÓRIO EM DISPUTA.
APRENDENDO COM OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO
CARAPITANGA**

JÚLIA BASTOS BORGES

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
JUNHO – 2023

**ÁGUA: TERRITÓRIO EM DISPUTA.
APRENDENDO COM OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO
CARAPITANGA**

JÚLIA BASTOS BORGES

Tese apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, como requisito final para a obtenção de do título de Doutora em Políticas Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Simonne Teixeira
Co-Orientadora: Prof.^a Dr.^a Suyá Quintslr

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
JUNHO – 2023

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

B732

Borges, Julia Bastos.

ÁGUA : TERRITÓRIO EM DISPUTA. APRENDENDO COM OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO CARAPITANGA / Julia Bastos Borges. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2023.

323 f.

Bibliografia: 301 - 315.

Tese (Doutorado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2023.

Orientadora: Simonne Teixeira.

Coorientadora: Suyá Quintslr.

1. Direito Humano à Água e ao Saneamento. 2. Racionalidades. 3. Cultura da Água. 4. Bem Viver. 5. Povos e Comunidades Tradicionais. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 361.61



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que a versão final da Tese de Doutorado intitulada "Água: território em disputa. Cultura da Água e Ciclo Hidrossocial: aprendendo com os povos e comunidades tradicionais" da aluna Júlia Bastos Borges foi aprovada pelos membros da banca impossibilitados de assinar presencialmente o documento

Campos dos Goytacazes, 18 setembro de 2023

SIMONNE TEIXEIRA
Orientadora e Presidente da Banca
ID. Funcional 641292



Documento assinado eletronicamente por **Simonne Teixeira, Usuário Externo**, em 18/09/2023, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **59779938** e o código CRC **3F15E73F**.

Referência: Processo nº SEI-260009/004723/2023

SEI nº 59779938

Avenida Alberto Lamego, 2000, - Bairro Pq. Califórnia, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP 28013-602
Telefone: - www.uenf.br

Dedico este trabalho aos Povos e Comunidades Tradicionais do Carapitanga que lutam, resistem e nos mostram caminhos para o Bem Viver: futuro possível com equidade no acesso à água, terra, saúde e educação de qualidade.

AGRADECIMENTOS

As mulheres e comunidades abriram suas casas para me receber. Agradeço pelo tempo e carinho com que me ensinaram a cada encontro na Tekoa Araponga, Quilombo do Campinho, Tekoa Itaxi e na comunidade Caiçara de Paraty Mirim.

Agradeço ao carinho de Luiza e Nino Benite da Silva e toda a Tekoa Araponga, bem como as/os mestres com quem tanto aprendi: Ivanildes, que me recebeu em Yakã Porã, Elio Karai Tupã Mirim Vae e Daniella de Almeida Fernandes e a troca com Sidélia Silva, Vagner do Nascimento, Edma Moreira, Daniele Elias Santos, Laura Maria dos Santos, Carla Melo e Marcia Para'i da Silva.

Ao Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) de Angra, Paraty e Ubatuba.

Ao Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), em especial à Coordenação de Justiça Socioambiental: Marcela Cananéa, Thatiana Lourival, Clara Gallo e Luara Sampaio.

Dedico às mulheres e homens que me apoiam nessa jornada: a minha mãe Luiza Bastos que me ensina sobre o amor incondicional. À minha avó Luizinha (Luiza Bastos), à Tia Glayce (Luiza Glayce N. Bastos), Nãna (Juana Bastos Borges), Tataca (Thaís Borges), Jujuba (Juliana Bastos Borges Pires), Luna Bastos Borges Tavares Gomes, Sheilinha (Sheila Melo). Ao meu pai, João Ramid, Romeo Borges, Diogo Tavares Gomes e Vinícius Melo Lima. Com vocês aprendo que a alegria cura e que com amor “Já deu certo!”. Em especial agradeço ao meu Calmô, Edmundo Gallo, com quem os dias são leves mesmo nos momentos pesados. Obrigada por me ensinar que “o tempo espera” e pela intensidade e leveza de cada troca e cuidado neste caminho de curas.

À turma e professoras de Políticas Sociais, em especial à Ana Paula Caputo, por toda a paciência e atenção. E às amigas Pauline Aparecida Ildfonso Pereira da Silva, Luciana Bellé Rocha e, Mirian F. Silva Ramos com quem pude compartilhar tanto aprendizado, amadurecimento e tive apoio, companheirismo e muita ajuda.

À Evellyn Rebouças, Aline Roberto da Costa, Juliana Duarte, Meiry Morais, Lili (Liliana Maiques Alves Monteiro) e as Ipiamigas: Camila Leão, Marina Toppino, Beatriz Alves, Mel Gallo e Ana Clara Barcessat pela amizade e amor.

À minha orientadora Simonne Teixeira pela orientação, amizade, por saber ouvir minhas aflições, pelos importantes apontamentos para que a pesquisa se tornasse possível e apoio ao meu amadurecimento acadêmico durante esses anos. E à Suyá

Quinstlr por caminhar comigo e me guiar através das conversas e leitura cuidadosa da pesquisa com indicações que muito contribuíram para o trabalho.

Aos membros da banca a quem agradeço a disponibilidade e cuidado. Andréa Hentz, agradeço pelas trocas, ensinamentos e parceria nos “Dia Mundial da Água” ao longo de quase meia década. À Indira França, meu agradecimento pelo apoio desde a mudança de tema e por todas as contribuições em cada encontro, leitura do material e por aceitar compor a banca de qualificação desta tese. Ao Prof. Nilo Lima de Azevedo, expresse minha gratidão por compor esse importante momento da minha vida. À Maria de Fátima Pereira Alves, que, mesmo do outro lado do oceano Atlântico, respondeu meus questionamentos e apontou possíveis caminhos de pesquisa, agradeço por me ensinar tanto com as trocas e ajustes durante os desafios da pesquisa científica.

Aos Programas de Pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e em Planejamento Urbano e Regional (PPGPUR), vinculado ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Agradeço também à Rede Internacional WATERLAT-GOBACIT, em especial a Esteban Castro e a Hermelinda Rocha com quem aprendo a cada encontro.

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil, sem o financiamento público esta pesquisa não teria sido possível.

“Já deu certo!” (Vovó Luiza).

“Mulheres são como águas, crescem quando se encontram” (Ditado Popular).

RESUMO

Esta tese analisa como se expressam as contradições e os conflitos entre as diferentes racionalidades no território e a prática social das mulheres dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) frente às questões relacionadas à Cultura da Água e ao saneamento. Identificamos que a desigualdade hídrica é vista mesmo em regiões abundantes em água, e propostas diferentes são apresentadas para resolver tal problema. Entre as soluções, apresenta-se a Racionalidade do Bem Viver, que compreende a água como fonte de vida e Bem Comum, defendendo a valorização da Cultura da Água como alternativa ao avanço da destruição dos corpos hídricos. O Território de Aprendizagem, da pesquisa, está localizado em Paraty/RJ e é unido pelo rio Carapitanga, que integra quatro comunidades tradicionais: Tekoa Araponga; Quilombo Campinho da Independência; Tekoa Itaxi Mirim e comunidade Caiçara de Paraty Mirim. Todas as comunidades estão organizadas no Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba que representa indígenas, caiçaras e quilombolas e autorizou a realização desta pesquisa, a qual também conta com aprovação da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. O estudo identifica a Cultura da Água e o seu valor para os PCTs, bem como eles se transformam em práticas no Carapitanga, assim como analisa o papel das mulheres e suas práticas sociais cotidianas relacionadas à água e ao saneamento, descrevendo as estruturas de abastecimento do território. Para aprender com os PCTs do Carapitanga, aplicamos a abordagem qualitativa e a análise de conteúdo, com auxílio do *software Taguette*. Concluímos que a Racionalidade do Bem Viver é territorializada através de uma Identidade de Projeto que impulsiona a garantia do Direito Humano à Água e ao Saneamento, contribuindo à formulação de Políticas Sociais promotoras e à equidade socioambiental, que valorizam as práticas sociais das comunidades tradicionais potencializando a justiça socioambiental.

Palavras-Chave: Direito Humano à Água e ao Saneamento; Racionalidades, Cultura da Água, Bem Viver; Povos e Comunidades Tradicionais.

ABSTRACT

This thesis analyzes how contradictions and conflicts between different rationalities in the territory are expressed and the social practices of women from Traditional Peoples and Communities (TPCs) in relation to issues related to Water Culture and sanitation. We identified that water inequality is observed even in water-abundant regions, and different proposals are presented to address this problem. Among the solutions, the Rationality of "Bem Viver", "Bien Vivir" or Good Living is presented, which sees water as a source of life and a Common Good, advocating for the valorization of Water Culture as an alternative to the advance of the destruction of water bodies. The research's Learning Territory is located in Paraty, RJ, and is connected by the Carapitanga River, which encompasses four traditional communities: Tekoa Araponga; Quilombo Campinho da Independência; Tekoa Itaxi Mirim, and the Caiçara Community of Paraty Mirim. All these communities are organized in the Forum of Traditional Communities of Angra, Paraty, and Ubatuba, representing Indigenous people, Caiçaras people, and Quilombolas people, and authorized the conduct of this research, which also has the approval of the National Research Ethics Commission. The study identifies Water Culture and its value for TPCs, as well as how they are transformed into practices in Carapitanga. It also analyzes the role of women and their daily social practices related to water and sanitation, describing the supply structures in the territory. To learn from the TPCs of Carapitanga, we applied a qualitative approach and content analysis, with the assistance of the Taguette software. We conclude that the Rationality of Good Living is territorialized through a Project Identity that drives the guarantee of the Human Right to Water and Sanitation, contributing to the formulation of social policies that promote socio-environmental equity and value the social practices of traditional communities, enhancing socio-environmental justice.

Keywords: Human Right to Water and Sanitation, Rationalities, Culture of Water, Buen Vivir.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa Mosaicos no Território Brasileiro:.....	24
Figura 2: Localização do Território Vivo - Mosaico da Bocaina.....	27
Figura 3: Mapa Comunidades Tradicionais.....	29
Figura 4: Área de Candidatura aprovada como localização do Primeiro Sítio Misto do Brasil (Cultura e Biodiversidade).....	31
Figura 5: Unidades de Conservação presentes no Território Ancestral.....	33
Figura 6: MTs da Bocaina.....	35
Figura 7: MT do Carapitanga.....	37
Figura 8: As veias do mundo.....	86
Figura 9: Redistribuição Internacional e Global da Riqueza (2019).....	90
Figura 10: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	94
Figura 11: Proposta de Sistema Interconectado para Matriz da Cultura da Água a partir do Território de Aprendizagem.....	124
Figura 12: Pesquisador Comunitário Elio Karai e a Pesquisadora na Aldeia Itaxi Mirim durante oficina.....	125
Figura 13: Mapeamento elaborado para identificação das estruturas de água e saneamento nos bairros entre as comunidades tradicionais no nosso Território de Aprendizagem.....	127
Figura 14: Comunidades Indígenas presente no Território Vivo.....	135
Figura 15: Relação de troca entre as aldeias.....	140
Figura 16: Ilustração da aldeia Araponga.....	143
Figura 17: Cartografia Araponga.....	145
Figura 18: Imagens dos banheiros compartilhados.....	147
Figura 19: Principais problemas na aldeia.....	148
Figura 20: Cartografia social Itaxi Mirim.....	155
Figura 21: Itaxi Mirim.....	156
Figura 22: Banheiros de uso compartilhado na Tekoa Araponga.....	160
Figura 23: Obras em andamento pela Coordenação do Rio de Janeiro da FUNASA em 2009.....	166
Figura 24: Guarani Mbya, na Tekoa Itaxi Mirim, bebendo água sem segurança na qualidade da água consumida.....	167
Figura 25: Principais problemas na aldeia.....	171

Figura 26: Estruturas de abastecimento na aldeia Itaxi.....	176
Figura 27: ampliação do banheiro da Aldeia Itaxi Mirim.....	178
Figura 28: obra implementada a partir do modelo do Saneamento Ecológico	180
Figura 29: Logo da AMOCQ.....	184
Figura 30: Comunidades caiçaras de Angra, Paraty e Ubatuba.....	187
Figura 31: Sítios Históricos e Arqueológicos de Paraty Mirim	189
Figura 32: Zoneamento da APA do Cairuçu.....	191
Figura 33: Paraty Mirim	193
Figura 34: Áreas com perigo iminente.....	201
Figura 35: Ponte ligando a comunidade de Itaxi e a comunidade Caiçara à BR 101	202
Figura 36: Ponto de coleta de lixo sobre o rio (improvisado pela população e que visivelmente possibilita que o lixo caia no rio)	203
Figura 37: Maquete do Biossistema, construída por Silvio Martins	226
Figura 38: Localização da Costa Verde	235
Figura 39: Distância do Condomínio Laranjeiras para o Quilombo Campinho da Independência.....	237
Figura 40: Placa de aviso - Condomínio Laranjeiras.....	239
Figura 41: Placa de aviso, somente entrada de pessoas autorizadas - Condomínio Laranjeiras.....	240
Figura 42: Via particular - Condomínio Laranjeiras	241
Figura 43: Guarita de segurança.....	242
Figura 44: Centro de Educação Integral Cairuçu	243
Figura 45: Câmera de segurança.....	244
Figura 46: Área expropriada e tornada restrita.....	245
Figura 47: Mansão construída sobre um rio, que Negrão afirma não ser um rio	246
Figura 48: Racionalidade do Capital e suas territorialidades na Bocaina.....	250
Figura 49: Prioridades de Planejamento do Plano de Manejo da APA Cairuçu	257
Figura 50: Sobreposição dos territórios tradicionais e das UC	262
Figura 51: Localização do Sítio Misto do Patrimônio Mundial da Unesco	264
Figura 52: composição do OTSS	266
Figura 53: Linha do tempo FCT e Cooperação Internacional (2007-2010)	268
Figura 54: Linha do tempo - FCT e Cooperação Internacional (2012 – 2016)	269
Figura 55: Linha do tempo - FCT e Cooperação Internacional (2020 – 2021)	270

Figura 56: Metodologia de atuação do OTSS para a promoção dos TSS: Governança Viva	272
Figura 57: Territórios de atuação do OTSS 2020.....	277
Figura 58: Territórios de atuação do OTSS 2021	278
Figura 59: Mesoterritórios OTSS 2022	280
Figura 60: Organização Interna do OTSS	282
Figura 61: Colegiados do OTSS.....	284
Figura 62: ODS integrados na governança do OTSS	286
Figura 63: Campanha "Cuidar é Resistir" entrega produtos Agroecológicos a territórios tradicionais impactados pela pandemia.....	289
Figura 64: Prática da Agroecologia no Quilombo do Campinho da Independência	289
Figura 65: Resultados da Campanha de Maio de 2020 a Dezembro de 2022.	291
Figura 66: Comunidades envolvidas na produção, venda e/ou doação da Campanha entre maio de 2020 e Dezembro de 2022.	292

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Categorias de Territórios	25
Tabela 2: autorizações das entrevistas	113
Tabela 3: saberes científicos e tradicionais.....	114
Tabela 4: Abastecimento de água e Esgoto no Quilombo Campinho da Independência e comunidade caiçara de Paraty Mirim.....	119
Tabela 5: Topônimos.....	137
Tabela 6: Aspectos da Cultura da Água Guarani	138
Tabela 7: Práticas Sociais das Mulheres no Carapitanga	185
Tabela 8: Estrutura de Abastecimento de água e saneamento em Paraty Mirim....	204
Tabela 9: Comparação entre espécies aquáticas	208
Tabela 10: Estrutura de abastecimento de água e saneamento no Campinho	220
Tabela 11: Aspectos da Cultura da Água Quilombola.....	225
Tabela 12: Áreas desapropriadas	231
Tabela 13: Assentamentos rurais.....	234
Tabela 14: Atores da Racionalidade do Capital	248
Tabela 15: Ações territorializadas conflituosas	251
Tabela 16: Atores que territorializam a Racionalidade do Bem Viver na Bocaina..	274
Tabela 17: Ações realizadas	288
Tabela 18: Mapeamento de ações – 2021.	316
Tabela 19: Cultura da Água nas comunidades Guarani Mbya Araponga e Itaxi Mirim.	320

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Diferença entre a Racionalidade do Capital e do Bem Viver.....	82
Quadro 2: Matriz de Necessidades Humanas e Satisfatores na Cultura da Água ..	103
Quadro 3: Codificação dos dados	115
Quadro 4: Estrutura de Abastecimento de água e saneamento na Aldeia Araponga	149
Quadro 5: Ausência de saneamento básico.....	150
Quadro 6: Identificação de falas das entrevistadas, relacionadas a direitos violados e as referências legais	161
Quadro 7: Estrutura de Abastecimento de água e saneamento na Aldeia Itaxi Mirim	174
Quadro 8: Visão do Capital x Visão do Bem Viver do Manejo da Água	256
Quadro 9: Atores da Territorialização da Racionalidade do Bem Viver.....	265

SUMÁRIO

1. NASCENTE: INTRODUÇÃO, CONCEITOS-CHAVE E PERCURSO METODOLÓGICO	18
1.1 Território Vivo, Território de Aprendizagem e Percurso Metodológico	22
1.2 Organização dos Capítulos	40
2. CAMINHO DAS ÁGUAS: EXPLORAÇÕES TEÓRICAS SOBRE ECOLOGIA POLÍTICA CRÍTICA, ECONOMIA VERDE E MODERNIZAÇÃO ECOLÓGICA	45
2.1 Entre os Véus da Economia Verde e Modernização Ecológica: Um Campo com Limitações Estruturais	45
2.2 Nos ancorando: Ecologia Política	49
2.2.1 Intercâmbio entre o Norte e o Sul global: revista Ecologia Política	52
2.3 Ecologia Política Crítica (EPC) x Ecologia Política Latino-americana (EPLA)	53
3. FLUXO DO RIO - TERRITÓRIO ÁGUA EM DISPUTA: IDENTIDADE, PODER E RACIONALIDADES EM CONFLITO	60
3.1 Território e Identidade	60
3.2 Racionalidades em Disputa	65
3.2.1 Território Água do Bem viver: Água como Fonte de Vida	67
3.2.1.1 Água como Comum	69
3.2.1.2 Água como Comum	74
3.3 Território Água do Capital	79
3.3.1 Água como recurso	80
3.4 Territorialidades Antagônicas: Racionalidade do Capital e Racionalidade do Bem Viver na Construção de Territórios	81
4. ÁGUAS EM MOVIMENTO: SANEAMENTO, DISPONIBILIDADE E DESIGUALDADE	84
4.1 Desigualdade e o Modo de Vida Solidário	85
4.2 Políticas Sociais para equidade e o Direito Humano à Água e ao Saneamento (DHAS)	91
4.3 Cultura da Água	96
4.3.1 Revigorando Valores: Cultura da Água como Conceito e a Matriz de Necessidades Humanas e Satisfatores	97
4.3.2 Navegando pela Cultura da Água no Território de Aprendizagem do Carapitanga	107
5. CURSO DO RIO: ABORDAGEM, METODOLOGIA E FONTES DE DADOS	111
6. CULTURA DA ÁGUA E DESAFIOS NA ESTRUTURA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO NO CARAPITANGA	118
6.1 Rio Carapitanga conectando as Terras dos Povos e Comunidades Tradicionais	121
6.1.1 As comunidades e o Carapitanga	128
6.2 Cultura da Água e a Nação Guarani Mbya	134
6.2.1 O Turismo de Base Comunitária (TBC)	141

7. CULTURA DA ÁGUA NA TEKOA GUYRAITAPU (ARAPONGA).....	143
7.1 Estruturas de abastecimento de água e saneamento na Aldeia Araponga	146
8. CULTURA DA ÁGUA NA TEKOA ITAXI MIRIM	154
8.1 Estruturas de abastecimento de água e saneamento em Itaxi Mirim	170
8.2 Cultura da Água e a prática social das mulheres nas comunidades Guarani Mbya	181
8.3 Práticas Sociais das Mulheres no Carapitanga	183
9. CULTURA DA ÁGUA NA COMUNIDADE CAIÇARA PARATY MIRIM	186
9.1 Estruturas de abastecimento de água e saneamento na comunidade Caiçara de Paraty Mirim	197
9.2 Cultura da Água na comunidade Caiçara de Paraty Mirim	205
10. QUILOMBO CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA: O PRIMEIRO QUILOMBO TITULADO DO RIO DE JANEIRO	212
10.1 Estruturas de abastecimento de água e saneamento na comunidade do Quilombo do Campinho da Independência	219
10.2 Cultura da Água no Quilombo do Campinho	223
10.3 Territorializando a Racionalidade do Bem Viver: do Quilombo do Campinho ao Território de Aprendizagem	225
11. ÁGUAS TERRITÓRIO EM DISPUTA: RACIONALIDADES NO TERRITÓRIO VIVO	229
11.1 Racionalidade do Capital: Breve Histórico da sua Territorialização	229
11.2 O Condomínio Laranjeiras e o Caso Negrão	236
11.2.1 Atores e territorialização da racionalidade	246
11.3 Conflitos, disputas no Território Vivo e o manejo da natureza pelos órgãos ambientais	249
11.3.1 Política Ambiental em disputa: Manejo do Capital e do Bem Viver	251
12. NOVOS MERGULHOS: A RACIONALIDADE DO BEM VIVER NA BOCAINA	259
12.1 Racionalidade do Bem Viver: Atores identificados e o processo de implementação de uma Identidade de Projeto	265
12.1.1 Políticas e Soluções Territorializadas: Campanha Cuidar é Resistir e a Pós-Graduação Gestão de Territórios e Saberes vinculada à Universidade Federal Fluminense (TERESA/UFF)	290
13. FOZ DO RIO: DA CONCLUSÃO - APRENDENDO COM OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO CARAPITANGA	296
14 REFERÊNCIAS	301
APÊNDICE I	316
APÊNDICE II	319
APÊNDICE III	320

1. NASCENTE: INTRODUÇÃO, CONCEITOS-CHAVE E PERCURSO METODOLÓGICO

A relação entre a disponibilidade de água e a desigualdade hídrica sempre despertou meu interesse, especialmente por ter sido criada em Belém do Pará e feita Universidade em Ananindeua¹, onde as águas abundantes da Amazônia contrastam com a precariedade do saneamento básico². Desaguando em mim uma busca por compreender as raízes da desigualdade hídrica que impactam a Amazônia, nosso país e o mundo.

Esta pesquisa se justifica diante de dois problemas alarmantes ainda presentes no século XXI. Primeiramente, a maioria dos municípios brasileiros (4.490 de 5.570) despeja diretamente pelo menos 50% do esgoto produzido em cursos d'água sem tratamento adequado, revelando a falta de políticas eficientes nessa área. Além disso, a grande maioria das cidades brasileiras (90%) descumpre a legislação ao não tratar no mínimo 60% do esgoto antes de seu lançamento nos rios, evidenciando a falta de comprometimento e fiscalização das autoridades competentes. Esta tese busca encontrar alternativas para reduzir a injustiça hídrica no Brasil, um país com abundância de água doce, e ampliar o entendimento sobre formas mais sustentáveis de relacionamento com a natureza e a água (COSTA, 2017).

Esta tese é parte da caminhada em busca de alternativas para reduzir a injustiça hídrica no país que mais possui água doce do mundo. Após analisar, durante a dissertação de mestrado, os impactos da falta de planejamento hídrico e os atores envolvidos no conflito para a construção e a operação do maior mineroduto do mundo, o Minas-Rio, senti a necessidade de compreender e aprender com possibilidades alternativas à forma exploratória de se relacionar com a natureza e a água.

Com a pandemia Covid-19, conectei-me com os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs)³ da Bocaina - Paraty/RJ, que, para além de resistir aos avanços

¹ Sou Bacharel em Relações em Internacionais pela Universidade da Amazônia.

² Belém e Ananindeua figuram entre as com pior saneamento básico do Brasil: Veja o Ranking completo: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/03/20/ranking-do-saneamento-veja-quais-sao-as-grandes-cidades-com-os-melhores-e-os-piores-servicos-no-brasil.ghtml>

³ Neste estudo, consideram-se “Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” de acordo com Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a

do turismo predatório, grandes empreendimentos e especulação imobiliária, apresentam um projeto alternativo para o território ancestral.

Em 2019, fui aprovada para realizar o Doutorado em Políticas Sociais (PPGPS) na Universidade Estadual do Norte Fluminense com bolsa da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Posteriormente, fui selecionada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil por meio do Programa de Apoio à Formação de Doutoradas e Doutores em Áreas Estratégicas, na área “Água”, realizado a partir do intercâmbio entre o PPGPS e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, através da Chamada Pública Nº 01/2019.

Inicialmente, a pesquisa tinha como tema: “Recursos hídricos, conflitos socioambientais e políticas territoriais” e, como objeto, a análise da Água Virtual frente ao risco de escassez hídrica no Estado do Rio de Janeiro. Entretanto, fruto do aprendizado com os PCTs, identificamos a necessidade de analisar de forma mais crítica os conceitos empregados.

Compreendemos que a água é mais do que um recurso hídrico e identificamos a necessidade de questionar os temas e conceitos frente à pandemia vivida. A modificação do tema para: “Água, conflitos socioambientais e políticas territoriais” representou uma ampliação na perspectiva do olhar e da necessidade de compreender as alternativas, os territórios e as racionalidades existentes.

Portanto, nosso objetivo central nesta tese é analisar como se expressam as contradições e os conflitos entre as diferentes racionalidades no território e a prática social das mulheres dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) diante das questões relacionadas à Cultura da Água e ao saneamento. Para alcançar esse objetivo, identificamos a Cultura da Água e o seu valor para os PCTs e como eles se transformam em práticas no Carapitanga. Além disso, analisamos o papel das mulheres e suas práticas sociais cotidianas relacionadas à água e ao saneamento descrevendo as estruturas de abastecimento do território.

Refletimos sobre a existência de um processo de desertificação dos sentidos da água, que resulta na sua desvalorização e perda de significados associados, culminando em um esgotamento dos valores simbólicos e culturais a ela atribuídos.

Nesse contexto, sentimos a necessidade de uma abordagem que resgate e reafirme a importância desses sentidos e valores, promovendo um entendimento mais amplo e consciente do papel vital da água em diferentes contextos socioculturais, por isso nos apoiamos no conceito de Cultura da Água (VARGAS, 2006).

Aliado à compreensão da racionalidade como a capacidade de pensar, refletir e agir de acordo com valores considerados lógicos e razoáveis. A racionalidade está intrinsecamente ligada às relações de poder e à relação com a natureza, representando sistemas de pensamentos e lógicas culturais que influenciam as percepções, valores e comportamentos dos indivíduos e grupos sociais. No contexto deste estudo, diferentes racionalidades se expressam em territorialidades que disputam espaço e poder. Essas racionalidades não são apenas teorias abstratas, mas se manifestam nas práticas e relações sociais em determinados territórios.

No âmbito deste estudo, identificamos dois campos com racionalidades opostas. Por um lado, a Racionalidade do Capital, relacionada à busca pela dominação da natureza em prol do desenvolvimento e do progresso territorial, com foco na maximização do lucro e frequentemente resultando em: i) ações territorializadas prejudiciais ao meio ambiente e ii) o agravamento das desigualdades socioambientais. Por outro lado, temos a Racionalidade do Bem Viver, que busca uma convivência harmoniosa em todos os ecossistemas, reconhecendo os humanos como parte da natureza e não como dominadores, resultando em ações territorializadas que promovem a sustentabilidade, justiça social e qualidade de vida para reduzir as desigualdades sociais.

Essas racionalidades apresentam relações com os conceitos de racionalidade formal e racionalidade em relação a valores propostos por Weber (2004), em que a racionalidade formal está associada à instrumentalidade e à eficiência na busca de fins específicos, enquanto a racionalidade em relação a valores envolve a adoção de comportamentos e ações orientadas por princípios éticos e morais. A Racionalidade do Capital tende a se alinhar mais com a racionalidade formal, enquanto a Racionalidade do Bem Viver se aproxima da racionalidade em relação a valores, priorizando princípios de sustentabilidade e justiça social. Estando intrinsecamente ligada às relações de poder e a relação com a natureza, sendo sistemas de pensamentos e lógicas culturais que moldam as percepções, os valores e os comportamentos dos indivíduos e grupos sociais.

Diferentes racionalidades expressam-se em territorialidades que disputam espaço e poder. Não são apenas teorias abstratas, mas se manifestam nas práticas e relações sociais em determinados territórios.

Identificamos neste estudo dois campos, no sentido que nos dá/oferece Bourdieu (1996), com racionalidades opostas:

a) *Racionalidade do Capital*: busca a dominação da natureza para o desenvolvimento e o progresso do território, por meio do domínio dos recursos naturais à maximização do lucro. Frequentemente, imprime ações territorializadas que prejudicam o meio ambiente e acentuam as desigualdades socioambientais.

b) *Racionalidade do Bem Viver*: busca o viver bem em todos os ecossistemas, compreende que os humanos são parte da natureza e não o topo da cadeia alimentar; dessa forma, imprime ações territorializadas que potencializam a harmonia entre humanos e natureza, promovendo sustentabilidade, justiça social, qualidade de vida para redução das desigualdades sociais.

O conceito de Bem Viver ou Viver Bem representa as cosmovisões construídas pelos povos altiplanos dos Andes, que foram visibilizadas e combatidas pelo colonialismo, patriarcado e capitalismo. Pode ser compreendida como a tradução das categorias indígenas Aymara “Suma Qamaña” e Quechua “Sumak Kawsay” ou “Allin Kawsay”⁴. Na literatura, encontram-se outros significados; dito em Guaraní, “Teko Kavi” significa “vida boa” e “viver bem (respeitar a vida)”. Para os Embera da Colômbia, *Buen Vivir* é estar em harmonia entre todas e todos, em um sentido de comunidade⁵.

A partir de Castells (1999a, 1999b e 1999c), compreendemos que as racionalidades moldam as identidades ao fornecerem referências simbólicas, valores e narrativas que as pessoas incorporam na autopercepção e nas relações sociais. Elas ajudam a definir quem somos, a quais grupos pertencemos e quais são nossos interesses, valores e objetivos.

As disputas entre diferentes racionalidades refletem relações de poder e interesses nos territórios. Compreender essas dinâmicas é crucial para a formulação de Políticas Sociais que garantam acesso à água e saneamento, levando em consideração a diversidade de racionalidades e suas implicações espaciais.

⁴ Estermann, 2012.

⁵ Alcântara e Sampaio, 2017, 4.

Em relação às identidades, tomamos neste estudo o conceito de Castells (1999b) para quem a “Identidade de Resistência” é uma forma de rebelião cultural e política, na qual grupos marginalizados afirmam suas identidades diante das imposições hegemônicas. Já a “Identidade de Projeto” é uma construção coletiva voltada para o futuro, buscando transformar a realidade social através de aspirações e estratégias compartilhadas.

A Cultura da Água refere-se às representações simbólicas, valores, práticas e percepções sociais relacionadas à água em determinada sociedade. Nos referendamos em Vargas (2006), para quem a Cultura da Água envolve as diferentes formas como a água é compreendida, valorizada e utilizada por grupos sociais, considerando seus aspectos históricos, culturais, econômicos e ambientais.

A pesquisa se soma aos esforços para fornecer subsídios e embasamento para a formulação de Políticas socioambientais equitativas. Ao compreender a complexidade da Cultura da Água e as diferentes racionalidades presentes no território, é possível desenvolver estratégias para garantir o Direito Humano à Água e ao Saneamento (DHAS) e superar a desigualdade hídrica.

1.1 Território Vivo, Território de Aprendizagem e Percorso Metodológico

O Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS) foi criado a partir de uma parceria entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT) e, a partir do diálogo entre saber tradicional e científico, objetiva o desenvolvimento de estratégias que promovam sustentabilidade, saúde e direitos para o bem viver das comunidades tradicionais em seus territórios⁶.

Durante a pesquisa com as comunidades tradicionais da área de estudo, identificamos o protagonismo do Observatório⁷ em todas as quatro comunidades estudadas. Esse protagonismo está acompanhado de uma forma de ler o território que subsidia ações e planejamentos estratégicos. Uma categoria central para o OTSS é a de Território Vivo, uma territorialidade entendida a partir do conjunto de valores e práticas referidas a determinado espaço e em determinado tempo, caracterizando sua

⁶ Para mais, ver: Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina - OTSS. Disponível em: <https://www.otss.org.br/observatorio>.

⁷ Neste estudo são usados OTSS e Observatório para se referir ao Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina

produção social sobre uma realidade particular em que vetores da racionalidade dominante entram em embate com a emergência de outras formas de vida, exigindo projetos e ações capazes de compreender e transformar. Tal fato leva à produção da autonomia individual e coletiva (GALLO, 2021).

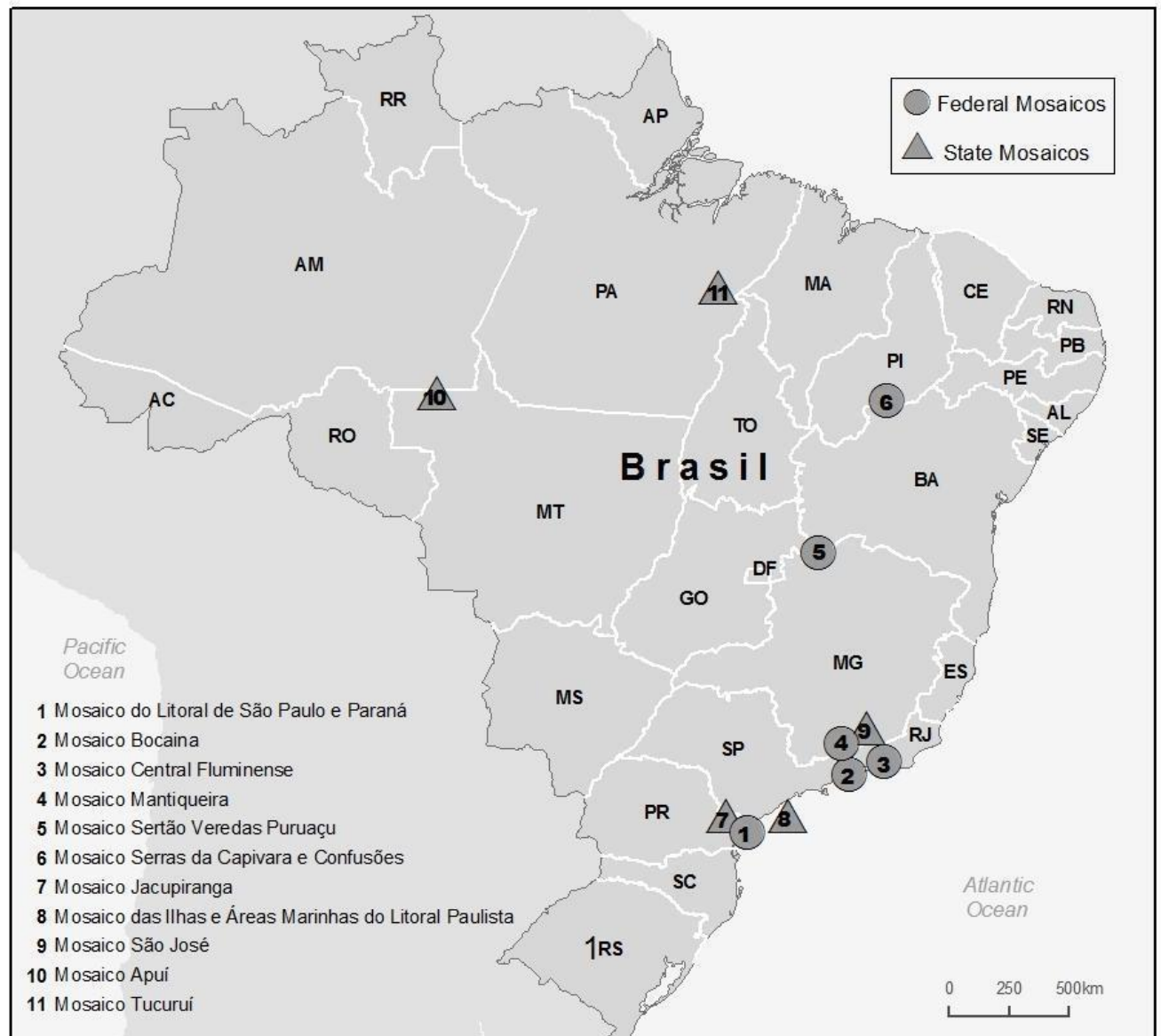
Para o Observatório (OTSS, 2021), a área de estudo é compreendida como um Território Vivo através de uma escala integradora de governança e gestão que, em movimentos flexíveis a partir de pactos de autonomia e responsabilização:

- a) promove a transição do modelo hegemônico para arranjos que fortaleçam o Bem Viver;
- b) atualiza os modos solidários de produção e consumo tradicionais;
- c) permite a apropriação crítica do espaço e um determinado tempo que caracteriza a produção social do território vivo.

Nesta pesquisa o Território Vivo se refere à região geográfica conhecida como Costa Verde ou Bocaina, localizada no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Essa região é caracterizada por sua exuberante natureza, com uma vasta biodiversidade, incluindo florestas tropicais, rios, cachoeiras e praias. O termo "Costa Verde"⁸ é frequentemente utilizado pela Racionalidade do Capital para se referir à região devido ao seu potencial turístico e econômico, enquanto a expressão "Bocaina"⁹ é utilizada pela Racionalidade do Bem Viver para destacar a importância desse território como um espaço de vida e equilíbrio ecológico, o nome faz referência ao mosaico da Bocaina, conforme vemos na Figura 1.

⁸ A racionalidade que entende o território como Bocaina não usa em seus discursos escritos e falados a denominação Costa Verde, embora o contrário tenha sido identificado durante a pesquisa desta tese.

⁹ Encontramos tanto Bocaina como Território Vivo como formas de se referir, embora tenhamos identificado a existência de um processo, em construção, de dar nome ao território a partir da vivência das comunidades.

Figura 1: Mapa Mosaicos¹⁰ no Território Brasileiro

Fonte: Cedido pelo OTSS, 2023

Por outro lado, o Observatório trabalha com a categoria de Território de Aprendizagem para situar as áreas de estudo, a ideia é que se possa incorporar quem pesquisa em um processo de aprendizagem com o território ao invés de ser uma cientista que vai a um campo coletar dados. Nesta pesquisa, referimo-nos, ao utilizar

¹⁰ A diferença fundamental entre o mosaico federal e o mosaico estadual reside na esfera de gestão e coordenação das áreas protegidas. Enquanto o mosaico federal é gerido e coordenado pelo governo federal em colaboração com os governos estaduais e demais entidades envolvidas, o mosaico estadual é administrado exclusivamente pelo governo do estado. Ambos os tipos de mosaico têm como objetivo a proteção ambiental e a conservação dos ecossistemas, mas a escala e a esfera de atuação podem variar.

a categoria a uma área específica dentro da região da Bacia do Rio Carapitanga, selecionada, pois concentra uma série de questões socioambientais relevantes.

As categorias de Território Vivo e Território de Aprendizagem estão relacionadas com a de Território Ancestral, mas cada uma delas possui uma abordagem específica. Vejamos abaixo:

Tabela 1: Categorias de Territórios

Categorias	Território Ancestral	Território Vivo	Território de Aprendizagem
Definição	Refere-se às terras historicamente ocupadas por comunidades tradicionais	Região em disputa resistente à lógica do capital, busca o Bem Viver	Área geográfica para aprendizagem coletiva e soluções de desafios
Aplicação neste estudo e Topônimos encontrados	Território afetivo, espaço de troca de saberes e experiências, municípios de Ilhabela, São Sebastião, Caraguatatuba, Ubatuba, Paraty, Angra dos Reis e Mangaratiba	Bocaina, Mosaico da Bocaina, Costa Verde	Carapitanga, Rio Grande, Rio Paraty Mirim, Tekoa Itaxi, Tekoa Araponga, Comunidade Caiçara Paraty Mirim, Quilombo Campinho da Independência, Bocaina, Carapitanga
Características	Valor cultural, social e ambiental; práticas, conhecimentos tradicionais	Luta pela preservação ambiental, justiça social, direitos humanos	Integração de comunidades, instituições e organizações para aprendizagem

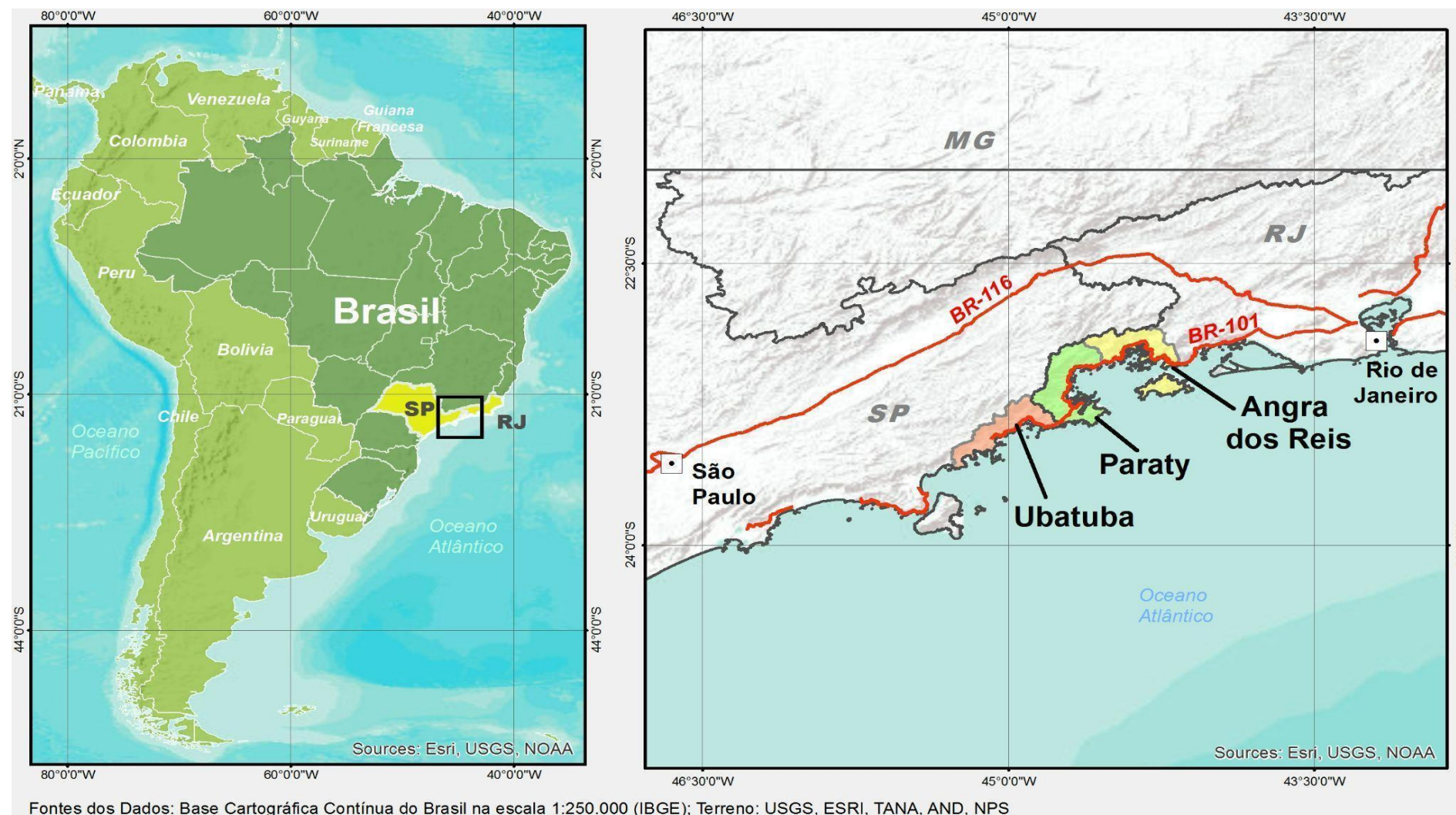
Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Embora cada categoria tenha suas particularidades, elas podem interagir e se complementar em determinados contextos. Por exemplo, quando as comunidades tradicionais se mobilizam para proteger sua terra e seus modos de vida podem surgir iniciativas de aprendizagem coletiva e troca de conhecimentos, transformando o Território Vivo em um Território de Aprendizagem. Da mesma forma, um Território de Aprendizagem pode reconhecer e valorizar os saberes ancestrais e vivos das comunidades locais, estabelecendo uma conexão com o Território Ancestral. Por sua vez, todas podem ser consideradas Território Vivos a partir das disputas, vivências.

O nosso Território Vivo abriga uma das mais ricas áreas em biodiversidade de toda a Mata Atlântica, abrangendo 18 Unidades de Conservação das três esferas de governo existentes no Brasil, além de diversas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). Para os órgãos do Estado, essa área protegida desempenha um papel fundamental na preservação da Mata Atlântica e na conservação da diversidade biológica, contribuindo para a proteção de espécies ameaçadas e para a manutenção

dos serviços ecossistêmicos. Especificamente, o nosso Território Vivo pode ser melhor localizado na Figura 2 abaixo:

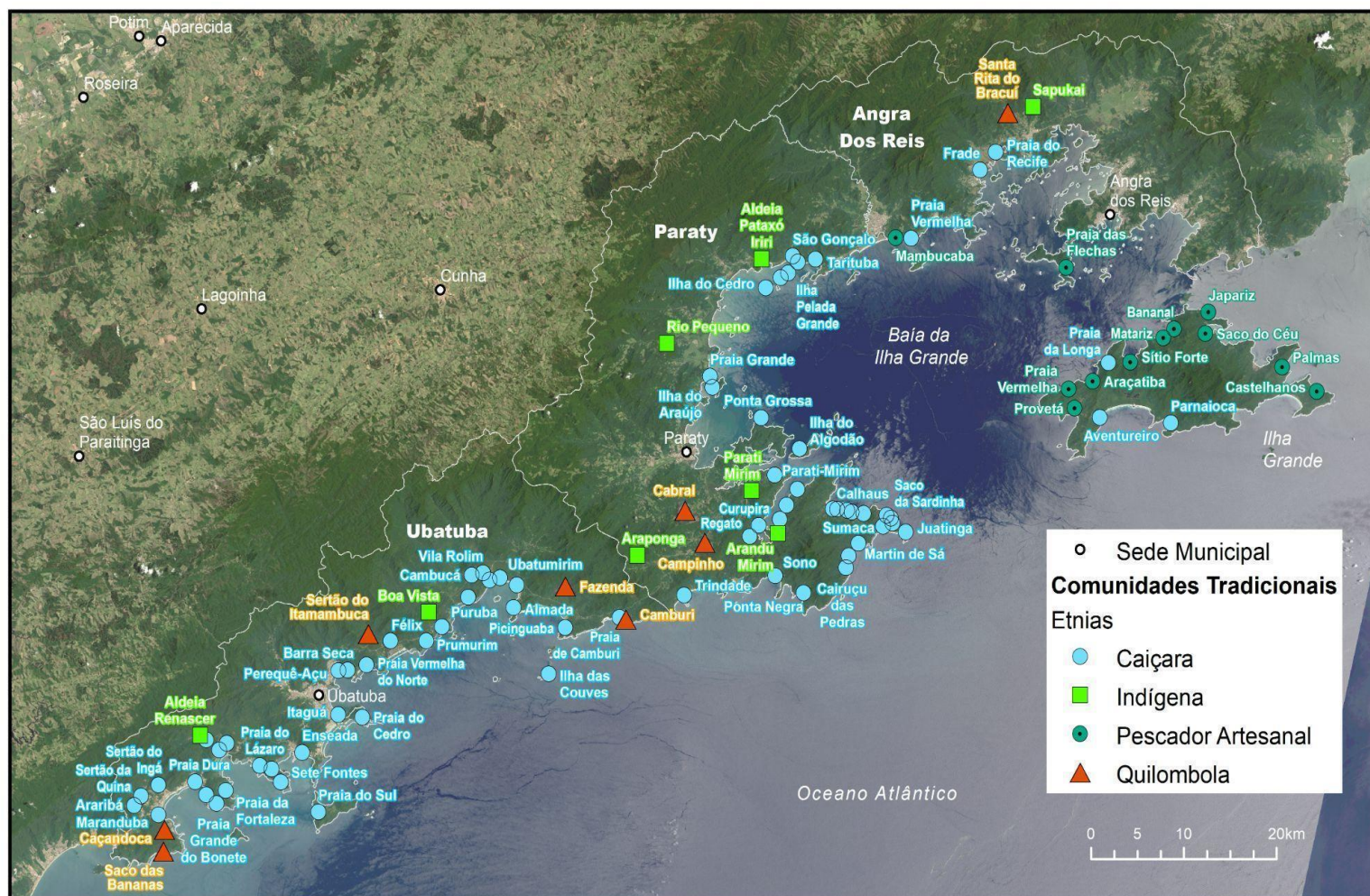
Figura 2: Localização do Território Vivo - Mosaico da Bocaina



Fonte: Cedido pelo OTSS, 2023.

O Território Vivo é considerado como Território Ancestral de dezenas de comunidades tradicionais, que habitavam a região antes mesmo da criação do Parque Nacional da Bocaina e da criação das UCs, são indígenas, caiçaras e quilombolas para quem o território constitui parte da sua identidade (POVOS, 2020). Vivem e cuidam de toda a região, tal como podemos ver na Figura 3:

Figura 3: Mapa Comunidades Tradicionais



Fontes dos Dados: Base Cartográfica Contínua do Brasil na escala 1:250.000 (IBGE); Comunidades Tradicionais: OTSS/FCT Anra, Paraty e Ubatuba/Fiocruz;
 Imagem: Landsat-8 image courtesy of the U.S. Geological Survey

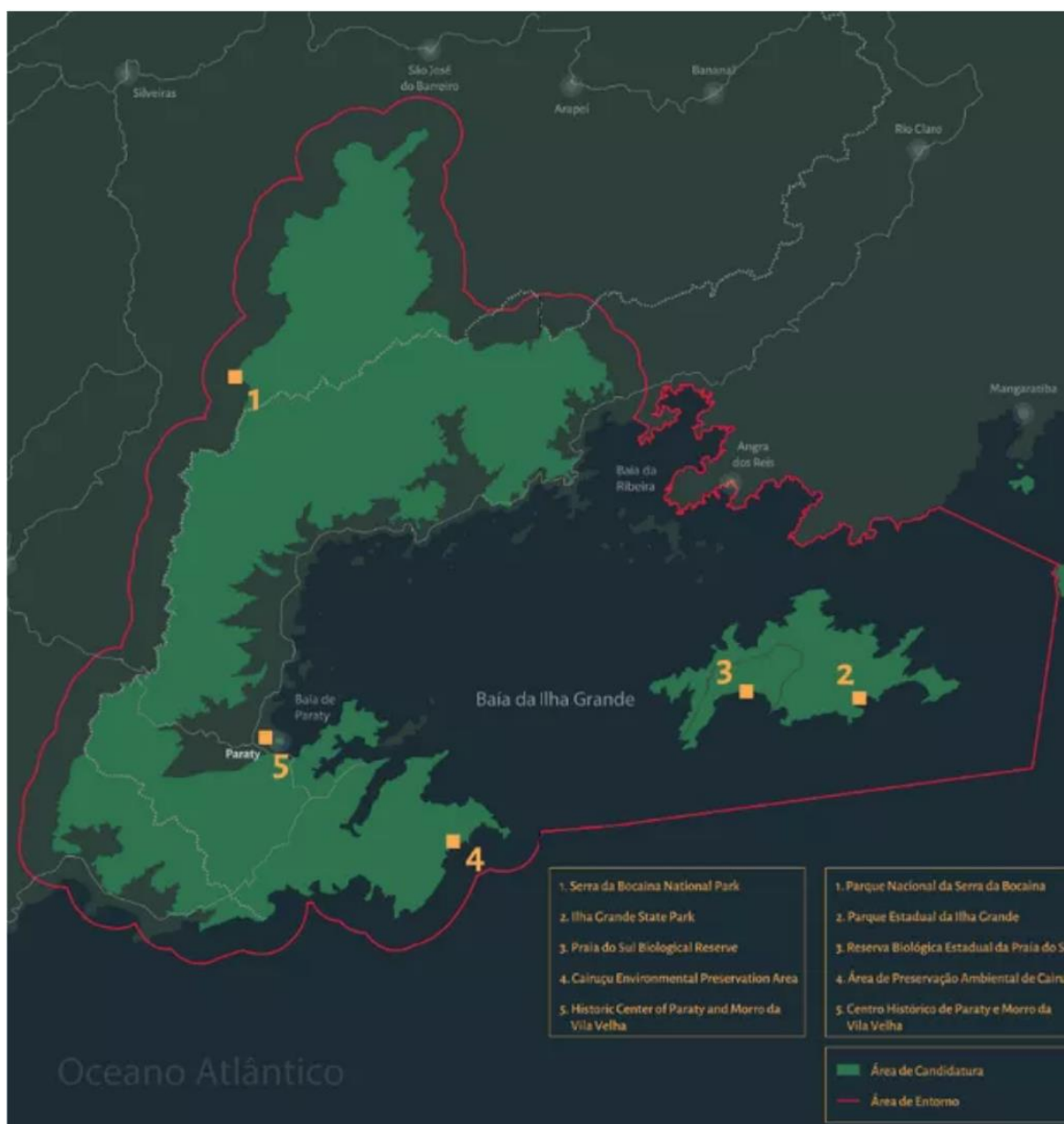
Fonte: Cedido pelo OTSS, 2023.

O Território Ancestral também engloba o primeiro sítio misto da América Latina, localizado em Paraty e Baía da Ilha Grande. Esse local foi reconhecido pela UNESCO em julho de 2019 como Patrimônio Mundial da Humanidade, sendo o primeiro bem brasileiro inscrito na categoria de sítio misto, que abrange aspectos culturais e naturais. O território abrange uma área de aproximadamente 149 mil hectares, onde o centro histórico de Paraty está cercado por quatro áreas de conservação ambiental. A área de entorno, com mais de 407 mil hectares, é predominantemente coberta por vegetação primária e possui 187 ilhas, revelando uma rica diversidade cultural e marinha.

O destaque desse sítio misto é ser o primeiro na América Latina a abrigar uma cultura viva, representada por povos tradicionais que mantêm seus modos de vida. Ao contrário de outros sítios mistos no continente, como Machu Picchu, no Peru, que são sítios arqueológicos inseridos em paisagens naturais, o sítio brasileiro é habitado por duas terras indígenas, dois territórios quilombolas e 28 comunidades caiçaras.

Essas comunidades são parte da natureza, sustentando-se por meio da pesca artesanal e do manejo sustentável das espécies da biodiversidade. A UNESCO reconheceu esses atributos como elementos de excepcional valor universal, contribuindo para o reconhecimento do sítio como um patrimônio de importância global. É importante ressaltar que essa titulação (Figura 4) pela UNESCO abre um precedente significativo, uma vez que para a política ambiental preservacionista, a presença de seres humanos é muitas vezes desencorajada ou evitada em áreas de UCs.

Figura 4: Área de Candidatura aprovada como localização do Primeiro Sítio Misto do Brasil (Cultura e Biodiversidade)



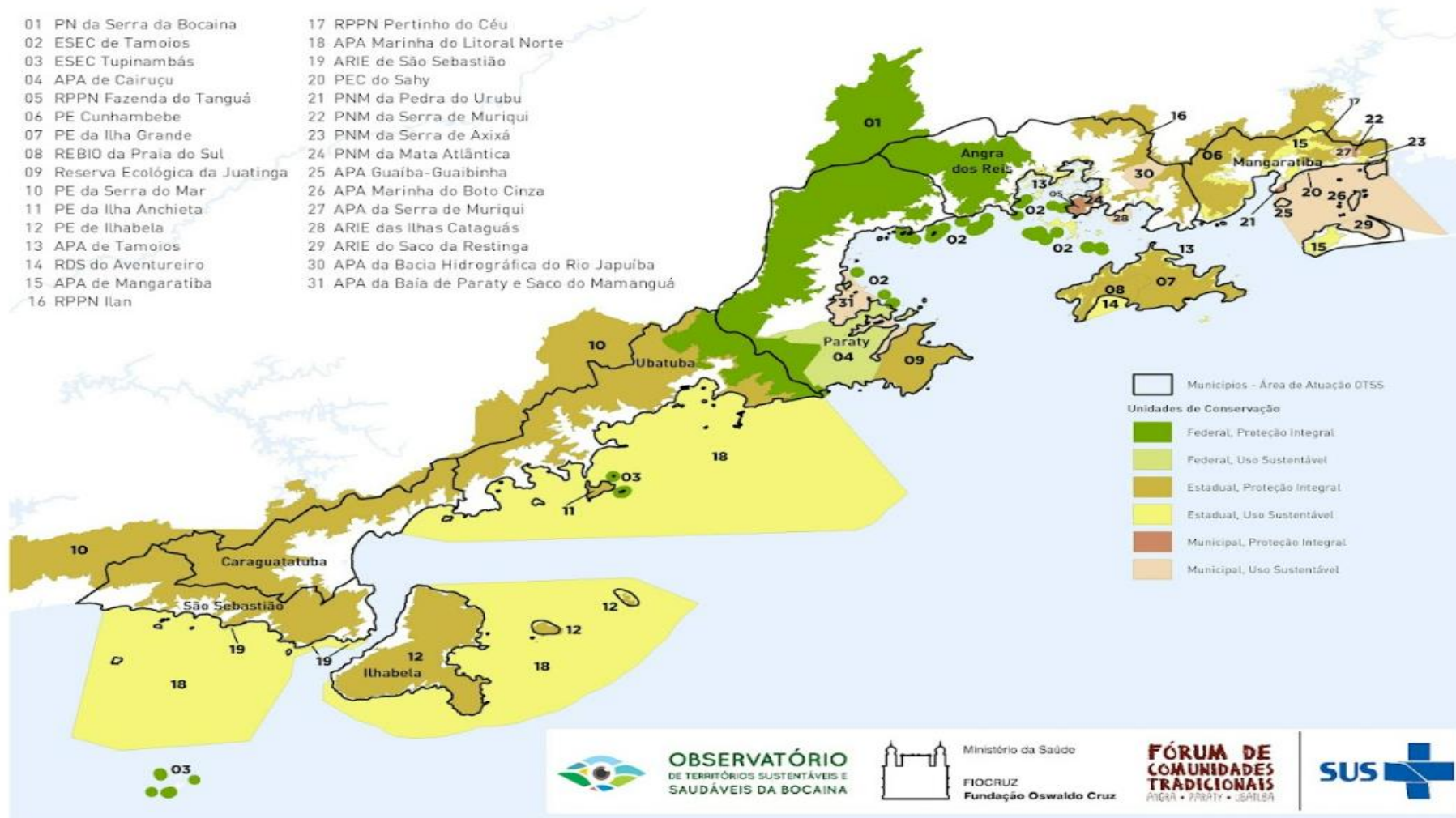
Fonte: IPHAN.

No contexto do Território Vivo e do sítio misto, encontramos também o nosso Território de Aprendizagem, localizado no município de Paraty, no estado do Rio de Janeiro. Com uma extensão de 34.690,72 hectares, essa área é composta por uma região continental que abrange mais de 63 ilhas. É importante destacar que desde a criação da Área de Proteção Ambiental Cairuçu (APA Cairuçu) em 1983, a APA foi sobreposta ao território ancestral dos PCTs.

A APA Cairuçu, onde está inserido o Território de Aprendizagem, foi estabelecida como uma medida de conservação ambiental visando à proteção da

natureza e à promoção da sustentabilidade na região. No entanto, é fundamental reconhecer que essa sobreposição afetou/afeta diretamente as comunidades tradicionais que habitam o território ancestral (POVOS, 2020). Nesse contexto, o Território de Aprendizagem busca promover ações e processos de aprendizagem coletiva, participativa e interdisciplinar, envolvendo as comunidades locais, instituições educacionais, organizações sociais e governamentais. O objetivo é compartilhar conhecimentos, trocar experiências e construir soluções para os desafios sociais e ambientais enfrentados pela região. Abaixo, Figura 5, temos as Unidades de Conservação presentes no Território Ancestral, sendo possível observar que a área da APA e do PN da Bocaína recortam o território ancestral juntamente com diversas outras Unidades de conservação.

Figura 5: Unidades de Conservação presentes no Território Ancestral



Fonte: Cedido pelo OTSS, 2023.

O OTSS organiza sua atuação territorializada a partir de microterritórios (MTs), conforme vemos na Figura 6. O MT é a unidade de gestão territorial de menor dimensão espacial, definido principalmente conforme as relações histórico-sociais de troca e solidariedade entre as comunidades tradicionais. O território que iremos estudar é o do MT do Carapitanga (ou Carapitanga), assim denominado por estar inserido na bacia do rio de mesmo nome.

Figura 6: MTs da Bocaina



Fonte: OTSS, 2021.

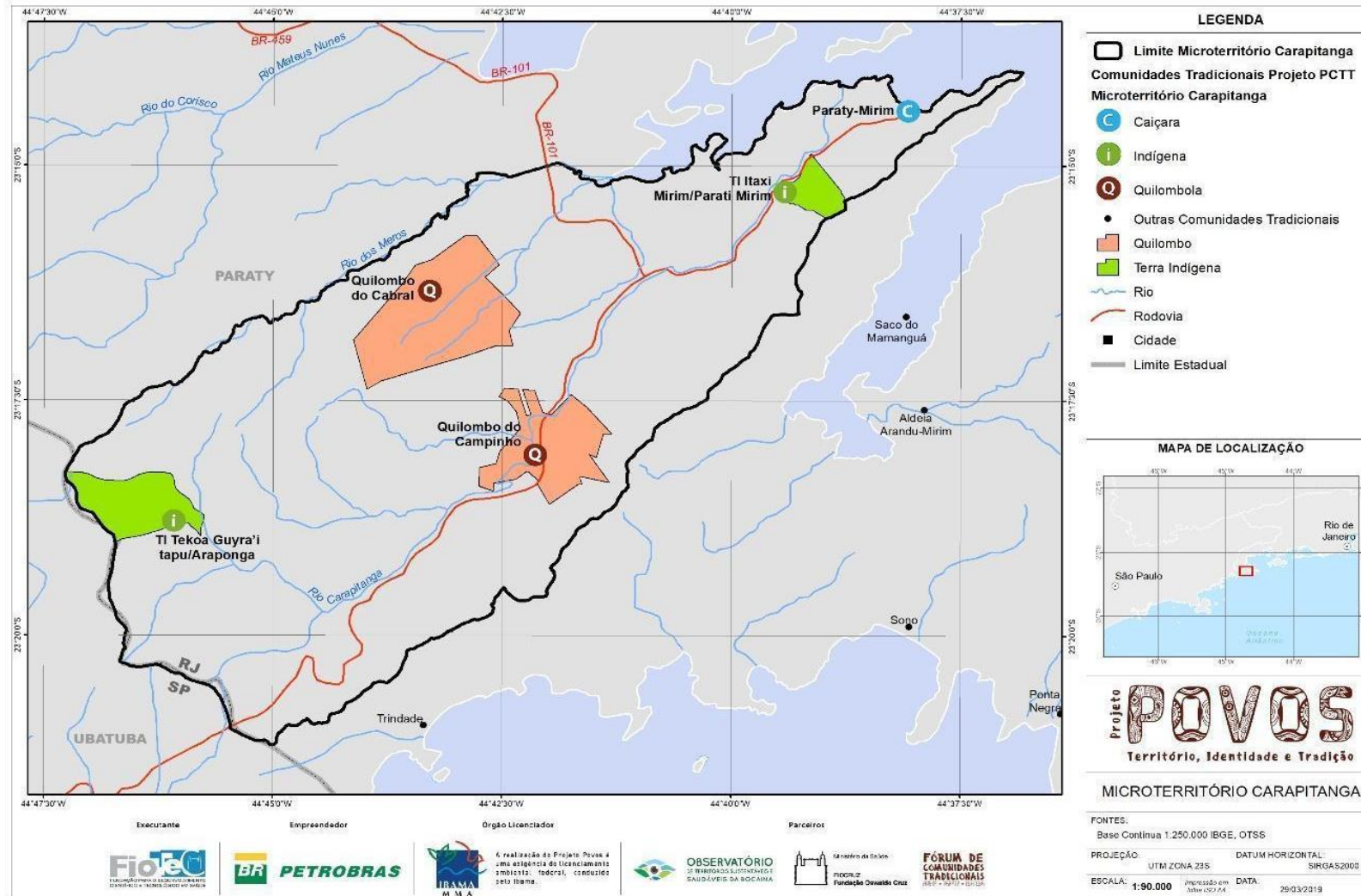
O rio Carapitanga drena uma linha cumeada da Serra do Mar, que delimita os estados do Rio de Janeiro e São Paulo em direção à baía da Ilha Grande, desaguando no mar em Paraty Mirim (Figura 7). Localiza-se na porção sudoeste do município de Paraty, sendo a principal referência hídrica de duas comunidades tradicionais, além de diversas periurbanas e rurais.

A bacia do Carapitanga possui um papel fundamental no fornecimento de água para o consumo humano e doméstico, sendo um território rico em diversidade cultural, composto por cinco comunidades, quatro delas auto identificadas como comunidades tradicionais: Aldeia Araponga, Quilombo Campinho da Independência¹¹, Aldeia Itaxi-Mirim e Comunidade Caiçara de Paraty-Mirim e o Quilombo do Cabral.

Essa última comunidade não foi abarcada pelo nosso estudo, por não ser banhada diretamente pelo rio Carapitanga. Escolhemos o MT do Carapitanga pela relação e identificação como a principal referência hídrica das comunidades: o rio Carapitanga, que por ser percebido como um dos elementos que mais expressa a unidade entre o modo de vida tradicional das comunidades, aproxima suas práticas, costumes e saberes.

¹¹ Denominado neste trabalho como Quilombo do Campinho e Campinho.

Figura 7: MT do Carapitanga



Fonte: Territórios do Carapitanga, 2021, p. 20.

Identificamos a necessidade de uma análise crítica das diferentes racionalidades existentes e sua relação com a persistência das desigualdades e injustiças socioambientais para examinar os modelos de pensamento e ações que estão em vigor, questionando como eles contribuem para a manutenção das disparidades sociais, econômicas e de acesso à natureza. Ao confrontar essas questões podemos identificar e abordar os mecanismos que perpetuam as desigualdades, buscando alternativas para a coexistência entre seres humanos e o meio ambiente.

Ao tratar sobre os Territórios Vivos, Territórios Ancestrais e Território de Aprendizagem, é fundamental abordar as desigualdades e injustiças presentes nesses contextos. A noção de racionalidade vai além de uma abordagem meramente técnica ou econômica, envolvendo aspectos éticos, sociais e políticos. É necessário refletir sobre como as estruturas sociais e econômicas perpetuam e ampliam as disparidades, afetando negativamente de forma desproporcional as comunidades tradicionais e grupos marginalizados. A discussão sobre racionalidade nos leva a questionar os sistemas de poder e os modelos de desenvolvimento que muitas vezes priorizam o lucro em detrimento do bem-estar humano e da preservação ambiental. Portanto, é essencial trazer à tona as dimensões das desigualdades e injustiças para uma análise abrangente e uma busca por soluções equitativas e sustentáveis.

No capítulo 5, “Curso do Rio: Abordagem, Metodologia e Fontes de Dados” serão apresentados com detalhes a metodologia e a abordagem desta tese. Entretanto, a título de apontamento introdutório, cabe destacar o percurso metodológico como impulsionado pela inquietação com o fato de a relação dos humanos com a água ser marcada por profundas desigualdades econômicas, políticas, ambientais, culturais e sociais, com quase um terço da população global — 2,6 bilhões de pessoas em 2019 — vivendo em países onde a água já é um bem em falta (UCHOA, 2019).

Apesar dos problemas relativos ao acesso universal de água e saneamento serem de rápida e fácil resolução, outras questões se colocam. Uma delas é a determinação do significado concreto (da água) e as implicações práticas do reconhecimento desses direitos (ALBUQUERQUE, 2015, p. 11). A relevância do estudo de doutorado reside na análise das contradições e conflitos entre diferentes racionalidades no território, bem como na compreensão das práticas sociais das mulheres dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) diante das questões

relacionadas à Cultura da Água e ao saneamento. Ao investigar essas dinâmicas, a pesquisa busca contribuir para o conhecimento sobre a relação entre os sistemas de gestão da água, as práticas sociais e a participação das mulheres nos territórios do Carapitanga.

Embora o objetivo central deste estudo não seja abordar especificamente a questão de gênero, a perspectiva das mulheres é incorporada por meio das entrevistas realizadas. Essa abordagem se baseia na evidência de maior vulnerabilidade das mulheres diante da falta de acesso à água e sua responsabilidade nos cuidados com as pessoas e os corpos hídricos. Segundo Nalu Faria, et al. (2020; 2021) e IPEA (2021), as mulheres são as mais afetadas em comparação aos homens quando ocorre a negação do acesso à água e saneamento, além de serem as principais usuárias e cuidadoras desses serviços. Portanto, ouvi-las e considerar suas experiências é fundamental para a concepção de soluções eficazes para os desafios relacionados à água e ao saneamento.

A estrutura conceitual desta pesquisa fundamenta-se a partir dos conceitos: a Água como Comum e como Direito Humano; Cultura da Água, Racionalidades, Territorialidades e Bem Viver. Como complementação analítica, apresentamos as categorias teóricas: dos paradigmas da Economia Verde; a Ecologia Política Crítica (EPC).

A Ecologia Política Crítica (EPC) embasou a análise da complexa interação entre os aspectos naturais e sociais relacionados à água, envolvendo processos e relações que moldam a disponibilidade, a distribuição, o acesso e o uso da água para os PCTs do Carapitanga. Através de abordagem qualitativa (CRESWELL, 2017), empregada no intuito de apreender com as experiências dos PCTs, realizamos entrevistas semi-estruturadas com 5 mulheres de cada uma das quatro comunidades tradicionais, com quem aprendemos (Tekoa Araponga e Tekoa Itaxi Mirim, Quilombo Campinho da Independência e comunidade Caiçara de Paraty Mirim), e em processo previamente autorizado pelo Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba. Além de entrevista, não estruturada, com profissionais de pesquisa (mulheres e homens) do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (OTSS). Os dados qualitativos foram verificados a partir do método da análise de conteúdo (BARDIN, 1977) e codificados, com auxílio do *software Taguette*. A codificação dos dados foi realizada por temas a partir de uma estrutura de códigos vinculada ao objetivo desta pesquisa que contribui ao avanço do conhecimento

acadêmico e à formulação de Políticas Sociais às necessidades dos PCTs, reconhecendo o seu papel e prática social na busca por soluções sustentáveis e justas relacionadas à água e ao saneamento.

1.2 Organização dos Capítulos

No capítulo 1, intitulado "Nascente: Introdução, Conceitos-chave e Percurso Metodológico", são apresentados os conceitos de Território Vivo e Território de Aprendizagem, fornecendo uma base para a compreensão da área de estudo, bem como a contextualização do tema e motivação da pesquisa.

No capítulo 2, intitulado "Caminho das Águas: Explorações Teóricas sobre Ecologia Política Crítica, Economia Verde e Modernização Ecológica", é feita uma introdução à Ecologia Política e ao intercâmbio entre o Norte e o Sul global. Também são abordadas as diferenças entre a Ecologia Política Crítica (EPC) e a Ecologia Política Latino-Americana (EPLA) e nos posicionamos quanto ao campo de estudo desta tese de doutoramento.

No capítulo 3, intitulado "Fluxo do Rio: Território Água em Disputa: Identidade, Poder e Racionalidades em Conflito", o foco recai sobre a relação entre território e identidade. Abordamos a conceituação de Racionalidade para nos amparar na análise das racionalidades em disputa, com destaque para o território Água do Bem Viver, bem como as territorialidades antagônicas da Racionalidade do Capital e do Bem Viver na construção de territórios e identidades de resistência e projeto.

No capítulo 4, denominado "Águas em Movimento: Saneamento, Disponibilidade e Desigualdade", abordamos a desigualdade hídrica e o modo de vida solidário. São discutidas as Políticas Sociais voltadas para a equidade e o Direito Humano à Água e Saneamento. Além disso, é explorada a Cultura da Água como conceito, incluindo a matriz de necessidades humanas e satisfatores. Também são apresentados apontamentos iniciais sobre as experiências práticas de navegação pela Cultura da Água no Território de Aprendizagem do Carapitanga.

No capítulo 5, intitulado "Curso do Rio: Abordagem, Metodologia e Fontes de Dados", apresentamos a abordagem adotada neste estudo, detalhando a metodologia utilizada para a coleta e a análise de dados. Além disso, são discutidas as fontes de dados que embasam a pesquisa, como a análise documental, entrevistas, software e códigos utilizados.

No capítulo 6, "Cultura da Água e Desafios na Estrutura de Abastecimento de Água e Saneamento no Carapitanga", são explorados os desafios enfrentados na região do Carapitanga em relação à infraestrutura de abastecimento de água e saneamento. São examinadas as implicações da Cultura da Água nesse contexto, incluindo sua influência na disponibilidade e no acesso aos corpos d'água.

Dentro do capítulo 6, encontramos o subcapítulo 6.1, "Rio Carapitanga conectando as Terras dos Povos e Comunidades Tradicionais". Nessa seção, é enfatizada a importância do Rio Carapitanga como um elemento de conexão entre as terras habitadas pelos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). São discutidos os vínculos culturais e a relação simbólica das comunidades com o rio. No subcapítulo 6.1.1, intitulado "As comunidades e o Carapitanga", são apresentadas as comunidades que dependem do Rio Carapitanga e suas interações. São exploradas as práticas tradicionais, os conhecimentos locais e as relações sociais que envolvem a água nas quatro comunidades com quem aprendemos a saber: Tekoa Guyraitapu (Araponga), Tekoa Itaxi Mirim (Parati Mirim), Quilombo Campinho da Independência e comunidade Caiçara de Paraty Mirim. O subcapítulo 6.2, intitulado "Cultura da Água e a Nação Guarani Mbya", focaliza a Cultura da Água sob a perspectiva da Nação Guarani Mbya.

No capítulo 7, denominado "Cultura da Água na Tekoa Guyraitapu (Araponga)", é abordada a Cultura da Água em um contexto específico, a Tekoa Guyraitapu, conhecida também como Araponga. Neste capítulo, são discutidas as estruturas de abastecimento de água e saneamento existentes nessa comunidade tradicional, considerando seus desafios e soluções adotadas pela comunidade. Dentro do capítulo 7, no subcapítulo 7.1, intitulado "Estruturas de abastecimento de água e saneamento na Aldeia Araponga", são examinadas as estruturas e os sistemas de abastecimento de água e saneamento presentes nessa aldeia. São analisados os desafios enfrentados pela comunidade e as iniciativas adotadas para suprir suas necessidades relacionadas à água.

No capítulo 8, intitulado "Cultura da Água na Tekoa Itaxi Mirim", o foco recai sobre a Cultura da Água especificamente nesta comunidade. Foram identificadas as presenças e ausências de estruturas de abastecimento de água e saneamento nessa comunidade e sua relação com a cultura local, evidenciando os aspectos sociais e culturais relacionados ao uso e manejo da água, bem como a desigualdade hídrica existente. Dentro do capítulo 8, encontramos o subcapítulo 8.1, "Estruturas de

abastecimento de água e saneamento em Itaxi Mirim", onde são analisadas as estruturas e os sistemas de abastecimento de água e saneamento presentes na comunidade de Itaxi Mirim, considerando os desafios enfrentados pela comunidade e as soluções adotadas para garantir o acesso à água e saneamento básico.

No subcapítulo 8.2, intitulado "Cultura da Água e a prática social das mulheres nas comunidades Guarani Mbya", é enfocada a relação entre a Cultura da Água e a prática social das mulheres nas comunidades Guarani Mbya. São examinados os papéis desempenhados pelas mulheres nesse contexto, considerando suas atividades relacionadas à água e o seu papel como agentes de mudança nas comunidades. No subcapítulo 8.3, intitulado "Práticas Sociais das Mulheres no Carapitanga", são abordadas as práticas sociais das mulheres na região do Carapitanga, considerando sua relação com a Cultura da Água. São analisadas as atividades realizadas pelas mulheres e sua contribuição para a gestão e o uso sustentável dos corpos nesta região.

No capítulo 9, intitulado "Cultura da Água na comunidade Caiçara Paraty Mirim", o foco se desloca para essa comunidade. São abordadas as estruturas de abastecimento de água e saneamento nessa comunidade e a influência da Cultura da Água em seu modo de vida e práticas relacionadas aos corpos d'água. No subcapítulo 9.1, "Estruturas de abastecimento de água e saneamento na comunidade Caiçara de Paraty Mirim", são examinadas as estruturas e os sistemas de abastecimento de água e saneamento presentes na comunidade de Paraty Mirim. São discutidos os desafios enfrentados e as soluções adotadas pela comunidade para garantir o acesso à água potável e saneamento básico. No subcapítulo 9.2, "Cultura da Água na comunidade Caiçara de Paraty Mirim", são explorados os aspectos culturais relacionados à água nessa comunidade, incluindo crenças, valores e práticas específicas relacionadas aos corpos hídricos e seu significado dentro da cultura caiçara.

O capítulo 10, "Quilombo Campinho da Independência: o primeiro quilombo titulado do Rio de Janeiro", concentra-se na comunidade do Quilombo do Campinho da Independência. São analisadas as estruturas de abastecimento de água e saneamento presentes nessa comunidade e sua relação com a cultura local, destacando a tecnologia social implementada. No subcapítulo 10.1, intitulado "Estruturas de abastecimento de água e saneamento na comunidade do Quilombo do Campinho da Independência", são exploradas as estruturas e os sistemas de abastecimento de água e saneamento presentes no Quilombo do Campinho da

Independência. E, além disso, examinamos os desafios enfrentados pela comunidade e as estratégias utilizadas para garantir o acesso à água e saneamento básico.

No subcapítulo 10.2, "Cultura da Água no Quilombo do Campinho", são identificados elementos da Cultura da Água nessa comunidade quilombola através das crenças, valores e as práticas relacionadas à água, evidenciando sua importância dentro da cultura do quilombo e como ela molda a relação dos quilombolas com a água. No subcapítulo 10.3, "Territorializando a Racionalidade do Bem Viver: do Quilombo do Campinho ao Território de Aprendizagem", é discutida a territorialização da Racionalidade do Bem Viver, a partir das experiências vivenciadas no Quilombo do Campinho da Independência como vanguarda em soluções e Políticas Sociais no Território de Aprendizagem. São explorados os aspectos sociais, culturais e ambientais relacionados ao conceito de Bem Viver e como ele se manifesta nesse território específico.

No capítulo 11, "Águas Território em Disputa: Racionalidades no Território Vivo", exploramos as diferentes racionalidades presentes no Território de Aprendizagem. No subcapítulo 11.1, "Racionalidade do Capital: Breve Histórico da sua Territorialização", apresentamos um breve histórico da territorialização da Racionalidade do Capital e suas implicações no território em questão. Em seguida no subcapítulo 11.2, "O Condomínio Laranjeiras e o Caso Negrão", são analisados os atores envolvidos e as estratégias de territorialização da Racionalidade do Capital abordando as dinâmicas de poder, conflitos e interesses em jogo nesses contextos

No subcapítulo 11.2.1, "Atores e territorialização da racionalidade", são identificados e analisados os diferentes atores envolvidos na territorialização da racionalidade no território em estudo. São considerados seus interesses, práticas e relações com a água e o ambiente. No subcapítulo 11.3, "Conflitos e disputas no Território Vivo e o manejo da natureza pelos órgãos ambientais", são abordados os conflitos e disputas existentes no território em estudo, bem como as estratégias de manejo da natureza adotadas pelos órgãos ambientais. É discutida a política ambiental em disputa e as diferentes abordagens identificadas.

No capítulo 12, intitulado "Novos mergulhos: a Racionalidade do Bem Viver na Bocaina", exploramos essa racionalidade como alternativa à Racionalidade do Capital. No subcapítulo 12.1, intitulado "Racionalidade do Bem Viver: Atores identificados e o processo de implementação de uma Identidade de Projeto", são identificados os atores envolvidos, bem como são analisadas as estratégias de territorialização da

Racionalidade do Bem Viver na região da Bocaina. Considerando os processos de construção de uma Identidade de Projeto territorializada a partir da iniciativa do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba (FCT), aliada à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) na organização intitulada Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (OTSS). No subcapítulo 12.1.1, "Políticas e Soluções Territorializadas: Campanha Cuidar é Resistir e a Pós-Graduação Gestão de Territórios e Saberes vinculada à Universidade Federal Fluminense (TERESA/UFF)", são abordadas duas iniciativas importantes relacionadas à territorialização da Racionalidade do Bem Viver na região da Bocaina.

No capítulo 13, "Foz do Rio: Da conclusão - Aprendendo com os Povos e Comunidades Tradicionais do Carapitanga", é realizada uma reflexão final sobre o território em estudo, considerando as experiências e os aprendizados obtidos. São destacados desafios, lutas e alternativas apresentadas por essas comunidades em relação à governança e ao uso da água.

O Apêndice 1 contém informações adicionais e complementares que apoiaram o desenvolvimento da pesquisa a respeito da relação territorializada com os movimentos internacionais de luta pelo Comum e Bem Viver, onde apresentamos o mapeamento de ações realizadas no ano de 2021.

No Apêndice 2, apresentamos a sistematização de algumas das Práticas Sociais das Mulheres das comunidades tradicionais do Carapitanga, com quem aprendemos, bem como uma tabela com ações realizadas pelas comunidades e os atores que territorializam a Racionalidade do Bem Viver no Carapitanga.

Em seguida, no Apêndice 3, apresentamos elementos sobre as especificidades da relação da água com a Cultura Guarani Mbya identificada tanto pelo levantamento bibliográfico, análise documental (POVOS, 2020), como nas entrevistas.

Por fim, são identificadas as referências bibliográficas utilizadas nesta tese de doutoramento.

2. CAMINHO DAS ÁGUAS: EXPLORAÇÕES TEÓRICAS SOBRE ECOLOGIA POLÍTICA CRÍTICA, ECONOMIA VERDE E MODERNIZAÇÃO ECOLÓGICA

Em um contexto de aquecimento global, surge a questão de estimular o crescimento econômico conciliando-o com a resolução dos problemas socioambientais. Neste capítulo, serão exploradas as correntes ideológicas da "Economia Verde" e "Modernização Ecológica", que defendem a possibilidade de solucionar os desafios ecológicos por meio de soluções técnicas, sem necessariamente alterar a estrutura capitalista.

Por outro lado, alinhamos-nos à Ecologia Política Crítica (EPC), reconhecendo-a como pilar teórico desta tese de doutorado. Neste capítulo, exploraremos a origem dos campos teóricos mencionados, buscando oferecer uma visão abrangente das diversas elaborações e debates que permeiam o contexto em que nos situamos.

Nosso objetivo é compreender como a EPC contribui para uma compreensão mais profunda das interações entre sociedade e natureza, especialmente no contexto das questões relacionadas à água. Analisaremos as perspectivas, as abordagens metodológicas e os principais conceitos desenvolvidos, a fim de embasar nossa investigação e promover a reflexão sobre as questões em pauta.

Reconhecemos a importância desses fundamentos teóricos para a construção de um olhar crítico e sensível diante das disputas e desafios relacionados à água, pretendemos ampliar nosso entendimento sobre as dinâmicas socioambientais, os conflitos de poder e as possibilidades de transformação que permeiam a temática em estudo.

Dessa forma, ao apresentar a origem e as contribuições dessas correntes teóricas, buscamos enriquecer nosso arcabouço conceitual e nos situar teoricamente para a análise das questões abordadas nesta tese de doutoramento.

2.1 Entre os Véus da Economia Verde e Modernização Ecológica: Um Campo com Limitações Estruturais

Tanto na Economia Verde como na Modernização Ecológica (ME) se enfatizam a necessidade de adaptação tecnológica, a busca por consenso e colaboração, bem como a efetivação da economia de mercado com orientações às instituições políticas

preocupadas em conciliar a resolução dos problemas ambientais e o crescimento econômico (BLOWERS, 1997).

No entanto, a ME e a Economia Verde são conceitos distintos que se apresentam no campo da busca pela superação dos desafios ambientais enquanto buscam o crescimento econômico.

O foco da ME está na necessidade de transformações estruturais na economia e na sociedade para promover a sustentabilidade ambiental. Por essa razão, é concentrada em melhorar a eficiência e a produtividade dos sistemas industriais e reduzir o impacto ambiental das atividades econômicas através do uso de novas tecnologias. Deste modo, podendo ser alcançada, para seus defensores, através da implementação de ações como: a implementação de tecnologias limpas, o aumento da eficiência energética, a melhoria dos sistemas de transporte.

A Economia Verde, por sua vez, concentra-se na criação de oportunidades econômicas em setores sustentáveis, com baixo impacto ambiental. Envolve a criação de empregos verdes, o desenvolvimento de tecnologias limpas, a promoção de energias renováveis, entre outras ações. Esse conceito busca equilibrar o crescimento econômico com a proteção do meio ambiente.

Observadas as diferenças entre os conceitos, percebemos que as medidas de modernização ecológica podem levar à criação de setores econômicos verdes, à redução dos custos ambientais para as empresas e à promoção da inovação tecnológica em direção a soluções sustentáveis. Conseqüentemente, a ME pode ser vista como um meio para atingir a Economia Verde.

Enquanto a Economia Verde, por sua vez, pode ser vista como um resultado da ME, já que a transformação estrutural necessária para a modernização poderia criar oportunidades para novos negócios e empregos verdes.

Apresentadas as distinções, analisaremos a ME e a Economia Verde como um campo onde é possível equacionar o crescimento econômico com as demandas, os desastres, as crises socioambientais em tempos de aquecimento global.

Apesar de reconhecer as diferenças entre os conceitos, nesta tese, os organizamos como um contraponto à Ecologia Política (EP), pois, para esse campo, todos os resultados negativos da acumulação de capital sobre o território, suas condições naturais e populações são tratados como solucionáveis por meio de questões técnicas e administrativas, de medidas mitigadoras e compensatórias e do planejamento racional (DUARTE, 2012).

A busca por um desenvolvimento sustentável através de legislações inovadoras, internalização das externalidades e mecanismos de ecoeficiência é uma constante neste campo, para quem a ideia de desenvolvimento sustentável é um recurso que permite sua reprodução pela persuasão, formulada a partir do fracasso do projeto desenvolvimentista do pós-guerra, uma vez que a fome e a pobreza avançavam juntamente com a destruição ambiental e suas consequências. Assim, esse campo tem no desenvolvimento sustentável um recurso sustentador da própria ideologia do crescimento econômico, como um toque apaziguador (HERCULANO, 2006; SACHS, 1997).

Busca-se equacionar as questões socioambientais mediante a conciliação de interesses ecológicos, sociais, culturais, políticos e econômicos opostos, buscando o consenso através da governança ambiental e da busca pelo desenvolvimento sustentável — prática que ofusca, propositalmente, a realidade conflituosa das relações sociais desiguais estabelecidas nos conflitos socioambientais (ZHOURI; ZUCARELLI, 2008).

Em 2020, no Brasil, em meio a elaboração desta tese, vivemos o maior número de mortes em conflitos por água registrado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) desde 2002 (CPT, 2020). A privação do acesso à água afeta, de modo desigual, diferentes grupos sociais, não sendo difícil observar que as “[...] múltiplas formas de exposição aos riscos acontecem, predominantemente, onde vivem as populações de menor renda, comunidades negras e grupos indígenas” (COSTA; IORIS, 2015, p. 111).

Enquanto, o campo de pensamento do capital defende o crescimento econômico e nos propõe a crença que conflitos ambientais podem ser resolvidos por meio do consenso entre interesses completamente divergentes, celebrando a economia de mercado e a adaptação tecnológica como soluções para a destruição dos ecossistemas (HERCULANO, 2006), acreditamos que essa abordagem não apenas falha em evitar ou reduzir as desigualdades ambientais, mas também as despolitiza e as intensifica.

Por discordar da perspectiva desse campo, que acreditamos ser pautado pela Racionalidade do Capital¹², localizamos esta pesquisa no campo da Ecologia Política (EP), observando que essa perspectiva teórica rompe as barreiras epistêmicas entre

¹² Desenvolvido mais à frente.

as Ciências Humanas e as Ciências da Natureza, podendo ser compreendida como um campo interdisciplinar que, ao analisar as condições de acesso e o uso dos bens ambientais, considera os fluxos de poder econômico e político, sendo capaz de explicar, de forma mais satisfatória, os conflitos e as desigualdades ambientais (BRIDGE; MCCARTHY; PERREAULT, 2015).

No Norte global, a Ecologia Política (EP) tem sua origem como campo teórico a partir das formulações acadêmicas das tradições anglo-saxãs e francesa (ALIMONDA, 2017), quando pesquisadoras e pesquisadores, centralmente da Geografia, precisavam responder às elaborações que consideravam "apolíticas" por se recusarem a incorporar, nas análises sobre o acesso e o uso diferencial dos bens naturais, as relações de poder existentes nas relações sociais (WATTS, 2015).

A partir do incômodo com os estudos de risco da Ecologia Cultural, estimulada pela conjuntura política dos protestos no final dos anos 1960 e 1970, nasceu a EP como alternativa aos discursos que viam como responsáveis à degradação ambiental, a superpopulação do planeta e a relação dual entre sociedade x natureza (BRIDGE; MCCARTHY; PERREAULT, 2015).

A EP critica a visão de mundo malthusiana, preocupada com a superpopulação da Terra, e a incorporação de conceitos da ecologia e da biologia nas Ciências Sociais, que desconsideravam as relações de poder existentes e a pressão econômica, política e social sobre o meio ambiente (WATTS, 2015).

Em rápido crescimento em termos de popularidade e diversidade, esse campo teórico e conceitual emergiu como uma forma de investigar as relações entre as sociedades e o ambiente não humano. Abrangendo uma ampla gama de pesquisas aparentemente desconexas, ele engloba temas como água, qualidade do ar, gestão da pesca, obesidade, grilagem de terras na Amazônia, cuidados com gramados nos Estados Unidos, entre outros. É considerado um campo teórico altamente diverso, com origens e trajetórias que se assemelham mais a uma rede complexa de desenvolvimento evolutivo do que a uma árvore genealógica linear. (BRIDGE; MCCARTHY; PERREAULT, 2015)

Martínez-Alier (2007) crê que esse campo teórico corresponde à fusão da Ecologia Humana com a Economia, ocupando-se dos "[...] atores, com diferentes níveis de poder e interesses distintos, que se confrontam com as demandas de recursos por parte de outros atores em um contexto ecológico particular" (MARTÍNEZ-ALIER, 2007, p. 338-339). É objeto da EP a relação entre o uso que os humanos

fazem do ambiente natural e a distribuição do poder (RODRÍGUEZ LABAJOS; MARTÍNEZ-ALIER, 2015).

Apesar da diversidade desse campo interdisciplinar, pode-se compreender a existência de um conjunto de compromissos estabelecidos em formas e graus diferentes, dependendo da pesquisa, mas presentes em todo trabalho ecológico-político, conformando um programa comum com três pilares descritos por Bridge, McCarthy e Perreault (2015, p. 7-8):

- a) compromisso teórico com a teoria social crítica e a compreensão pós-positivista da natureza e da produção de conhecimento sobre ela, tido como inseparáveis das relações sociais de poder.
- b) compromisso metodológico com a observação direta e profunda envolvendo pesquisa qualitativa, frequentemente em combinação com métodos quantitativos e/ou análise de documentos, sendo metodologicamente plural e baseada na convicção de que existem elementos vitais das relações natureza-sociedade que não podem ser lidos a partir de uma distância social ou espacial, só sendo verificado por meio de: métodos intensivos, abertos e qualitativos, na maioria das vezes em combinação.
- c) compromisso político-normativo com a justiça social e a mudança estrutural e em contraste com abordagens de análise social e ambiental (Ecologia Cultural, uso da terra / análises de mudanças etc.), a EP é explicitamente normativa em sua abordagem, objetivando não apenas compreender o mundo, mas alterá-lo.

Quintslr (2018a) destaca que o ressurgimento do interesse pelo marxismo na economia política agrária da década de 1960, bem como o trabalho de geógrafos marxistas como David Harvey e Neil Smith, juntamente com os trabalhos iniciais de Watts (1983), Blaikie (1985) e Blaikie e Brookfield (1987) influenciaram a conformação desse campo interdisciplinar.

Para Bebbington (2007), a EP é um grande guarda-chuva englobando diversas tradições e linhas de investigação em um campo de análise e reflexão comum a diversas disciplinas.

2.2 Nos ancorando: Ecologia Política

A Ecologia Política surge como uma abordagem crítica que busca compreender as relações de poder, os interesses econômicos, culturais e políticos envolvidos na governança e na exploração da natureza. Enfatiza a importância de análises inter/transdisciplinares, considerando aspectos ecológicos, políticos, econômicos e sociais.

A origem do termo não é consensual. Segundo Davis (2015), por exemplo, o trabalho de Michael Watts sobre a fome na Nigéria na década de 1980 pode ser apontado como um dos primeiros estudos do campo teórico. Nessa pesquisa, Watts (1983) argumenta que houve a destruição de práticas coletivas e individuais de manejo da natureza que proporcionavam segurança à agricultura no Norte da Nigéria. Isso resultou em um aumento da vulnerabilidade à fome, em meio às crises capitalistas decorrentes de sua incorporação parcial à economia capitalista mundial, ao mesmo tempo em que a deixou vulnerável a crises geralmente associadas a sociedades pré-capitalistas, como a escassez de alimentos (WATTS, 1983, p. 364).

No entanto, Robbins (2004) afirma que o conceito foi utilizado pela primeira vez por Eric Wolf em 1972, no texto "Ownership and Political Ecology", ao analisar a propriedade da terra entre coletivos de camponeses e associar a dimensão do poder à análise da relação dos coletivos humanos com processos ecossistêmicos. Isso envolve o acesso a recursos privados e as dinâmicas de gestão do território, seja a curto prazo por meio de gestão individual, seja a longo prazo por meio de práticas coletivas em contraposição à propriedade privada.

O trabalho de Wolf (1972) é considerado por Delgado Ramos (2013) como uma introdução a trabalhos de Ecologia Cultural¹³ e Antropologia à zona andina. Contudo, para Martinez-Alier (2007), a expressão Ecologia Política surgiu, nos textos acadêmicos, pelo cientista político e economista francês Bertrand de Jouvenel, em 1957, em um texto intitulado *Da Economia Política à Ecologia Política*. Primeiramente, a partir de uma palestra de Bertrand de Jouvenel, em março de 1957, no *Bulletin de la SEDEIS* (n.º 671) e, depois, no livro *Travail et économie*, publicado pelo Centro Econômico e Social para o Desenvolvimento de Executivos. Posteriormente, foi publicado em *The Civilization of Power, Fayard, Paris* (1976) e, ainda, como um folheto de 25 páginas pela *Imprimerie Brière*.

A expressão "Ecologia Política" foi retomada pelo autor, no mesmo ano, em um texto dedicado à "Economia Política da Gratuidade", em que Bertrand de Jouvenel afirma que a Ciência Econômica deve ser transformada e se tornar "Ecologia Política"¹⁴.

¹³ Para Quintslr (2018a, p. 36), a ecologia cultural é um campo de pesquisa que centraliza sua pesquisa ao redor do conceito de adaptação, a partir da biologia evolutiva, para compreender aspectos da "cultura como resposta a variáveis ou perturbações ambientais"; sendo um campo de estudo conformado centralmente por geógrafos e antropólogos.

¹⁴ Ver mais em Arcadie (1957).

Entretanto, o conceito tornou-se mais conhecido, em 1972, com o antropólogo Eric Wolf, representando uma fusão da Ecologia Humana com a Economia Política, com o objetivo de analisar as contradições do modo de produção capitalista, denunciando a alienação entre a natureza e a sociedade industrial.

À medida que enfrenta a “crise ambiental” e se articula com movimentos sociais e ambientais, o conceito aparece com mais força, principalmente a partir da década de 1980, como um campo crítico de discussões políticas e teóricas que busca compreender, explicar e formular soluções para os conflitos socioambientais (DUPUY, 1980). Observamos também que o conceito aparece com sentidos diferentes — como veremos na discussão sobre EPC.

A Ecologia Política passou por significativos avanços e transformações ao longo das últimas décadas. Desde a década de 1980, o campo tem se expandido para além das questões ambientais locais, considerando também a dimensão global dos problemas socioambientais. As décadas de 1990 e 2000 foram marcadas pela reflexão crítica sobre as desigualdades socioambientais resultantes da globalização e do neoliberalismo, além do engajamento com perspectivas feministas, pós-coloniais e indígenas. Na década de 2010, a Ecologia Política consolidou-se como um campo de estudos socioambientais, com maior atenção para a interconexão entre problemas ambientais, justiça climática e transições sustentáveis. Na década atual, a ênfase recai sobre a resiliência, adaptabilidade ecológica, governança participativa e direitos da natureza. Esses desenvolvimentos são fundamentais para compreender e abordar os desafios socioambientais contemporâneos (DUPUY, 1980; ROBBINS, 2004; BRIDGE; MCCARTHY; PERREAULT, 2015).

De acordo com os debates promovidos ao longo do curso *Ecologia Política da Água*, realizado pela Unidade de Educação Permanente da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da República no Uruguai¹⁵, em 2021, a EP nutriu-se de duas grandes vertentes:

a) Economia Ecológica Crítica – conectando as discussões dos processos econômicos com os fluxos dos processos naturais e ampliando a análise dos processos econômicos para além da monetarização da vida.

¹⁵ A autora teve a oportunidade de participar como ouvinte do curso em outubro de 2021. O conteúdo desta elaboração tem origem na aula 1 do dia 22 de outubro de 2021, disponibilizada no link: https://youtu.be/P_49LsMCTqs.

b) Marxismo Ecológico – reconhecido através dos espaços de discussão onde se apresentou, como na revista *Capitalism, Nature, Socialism* (CNS)¹⁶, fundada em 1988 por Barbara Laurence e James O’Conner, em conjunto com o grupo de professoras, professores e estudantes que coordenavam na Califórnia, América do Norte.

Elaborado a partir de autores anglo-saxões, o processo de conceituação da EP analisa e descreve a degradação ambiental resultante do manejo corporativo e estatal a partir do registro de iniciativas do ativismo social. Diferentemente da Economia Verde e da ME, para a EP, não é possível conciliar interesses distintos por meio de consenso e nem solucionar os conflitos socioambientais a partir do emprego de medidas técnicas e gerenciais sem questionar as instituições da sociedade capitalista através de uma visão exclusivamente tecnicista (DUARTE, 2012).

Ao questionar a relação entre “economia, política e natureza”, Robbins (2004) explica que o processo de conceituação da EP analisa e formula a degradação ambiental resultante do manejo, corporativo ou estatal, a partir do registro de iniciativas do ativismo social. Buscando a compreensão da dialética dentro do território, avalia a distribuição do poder no exercício de transformação da natureza e a desconstrução das narrativas predominantes.

2.2.1 Intercâmbio entre o Norte e o Sul global¹⁷: revista Ecologia Política

Para Castro (2022), a emergência da (EPC) nos Estados Unidos e na Europa, a partir da década de 1970, foi inspirada na Teoria da Dependência — formulada na América Latina — conduzindo, entre outras questões, o conceito de “intercâmbio

¹⁶ *Capitalismo, Natureza e Socialismo*. Revista publicada em inglês, nucleando grande parte das questões ecológicas e de poder no mundo anglo-saxão, ainda é publicada e está disponível em: <https://www.cnsjournal.org/>.

¹⁷ Em 1952, Alfred Sauvy cunhou o termo para se referir à parte do mundo não identificada com os projetos de desenvolvimento da modernidade capitalista nem da comunista (DIRLIK, 2007). A tradição terceiro-mundista é associada a uma agenda de esquerda em busca de autonomia, independência e autodeterminação. O debate fica mais complexo com a discussão da existência de “Sul(s) no Norte” e de “Norte(s) no Sul” (BALLESTRIN, 2020) que incorporam, ao debate, a reprodução do poder neocolonial e neoimperial, especialmente em contexto de aumento das desigualdades globais, como o vivido atualmente. Entretanto, nesta pesquisa, o empregamos como nos termos de Dirlik (2007), e não a partir da análise que acredita no “Sul global” como um produto do “Norte global”. Concordamos com Ballestrin (2020) que a reconstrução da ideia de humanidade, o enfrentamento do neoliberalismo, a continuidade dos projetos de descolonização e a construção de democracias reais são tarefas profundas, urgentes e desafiadoras para o Sul(s).

ecológico desigual” (CASTRO, 2022, p. 8) por ecologistas políticos como Bunker (1984).

Em 1990, foi publicada a revista *Ecología Política – Cuadernos de Debate Internacional*¹⁸, com o objetivo de traduzir para o espanhol a discussão realizada na revista *CNS* e possibilitar o intercâmbio com os países que falam espanhol, em especial os da América Latina.

Fundada por Anna Monjo, diretora da Icaria Editorial, e pelo economista ecológico e ecologista político catalão Joan Martínez-Alier¹⁹, conjuntamente com pesquisadoras/pesquisadores do Estado Espanhol e de diferentes países da América Latina, a revista possibilitou o diálogo com a produção anglo-saxã a partir das publicações que continuam até os dias atuais.

Delgado Ramos (2013) a considera um espaço aglutinador da reflexão ibero-americana sobre EP, advogando, desde a sua origem, pela crítica ao desenvolvimentismo e por uma ampla perspectiva que inclui explicitamente o debate ecofeminista e ecomarxista, crítico ao socialismo real.

Tal intercâmbio teórico, conceitual e político se dá a partir da proximidade política e da troca de debates entre a revista francesa *Ecologie Politique* (impressa na França e editada por Jean-Paul Deléage) e a *Capitalismo, Natura, Socialismo* (periódico italiano editado por Giovanna Ricoveri), consideradas revistas irmãs²⁰.

2.3 Ecologia Política Crítica (EPC) x Ecologia Política Latino-americana (EPLA)

A EPC é caracterizada por sua natureza interdisciplinar e transdisciplinar, reunindo conhecimentos e perspectivas de diversas áreas, como Ecologia, Ciências Sociais, Economia, Direito, entre outras. Por meio dessa abordagem integradora, a EPC busca compreender as complexas interações entre sociedade e natureza, levando em consideração fatores políticos, econômicos, culturais e ambientais.

Um dos princípios fundamentais da EPC é a rejeição de qualquer forma de privatização da natureza, incluindo a água. Ao se opor à apropriação privada dos corpos hídricos, a EPC destaca a necessidade de garantir o acesso equitativo e justo

¹⁸ Disponível em: <https://www.ecologiapolitica.info/>.

¹⁹ Catedrático da Universidade Autônoma de Barcelona.

²⁰ No momento em que esta tese foi escrita, ambas as revistas continuavam a ser publicadas.

à água, reconhecendo-a como um bem comum, essencial para a vida de todas as pessoas e comunidades.

A EPC e a Ecologia Política Latino-Americana (EPLA) compartilham o compromisso de desvelar as relações de poder e promover mudanças sociais e ambientais transformadoras. Ambas reconhecem a necessidade de superar os paradigmas dominantes e promover uma relação mais equilibrada e justa entre sociedade e natureza, visando a sustentabilidade e o bem-estar coletivo. Apresentamos, a seguir, a distinção entre os campos.

A partir do Sul global, a EPLA, inserida no campo da EP, possui especificidades que permitem a conformação de outro campo teórico e metodológico específico. Entre as peculiaridades, podemos pontuar, de acordo com Moreano, Molina e Bryant (2017, p. 201-202):

- a) a descolonização do saber por meio da construção de epistemologias do Sul rompendo com a busca desenvolvimentista da modernidade do Norte global;
- b) a territorialidade compreendida como instrumento de resistência e ferramenta à compreensão das distintas significações das tensões associadas aos diferentes significados do espaço e da terra;
- c) a localização de quem produz a pesquisa ou a posicionalidade — uma vez que quem pesquisa também se insere na realidade investigada buscando, além de compreender a própria realidade, transformá-la desde o Sul global.

Ao analisar a obra de Robbins (2004), Delgado Ramos (2013) alerta que o autor desconsidera importantes contribuições de pesquisadoras e pesquisadores da Ibero-América e, citando Joan Martínez-Alier, alerta sobre a falta da sua elaboração sobre conflitos ecológicos distributivos, o comércio ecologicamente desigual entre países do Norte e do Sul global e o ecologismo popular ou ecologismo dos pobres. Delgado Ramos também nota a ausência na análise sobre a revista *Ecología Política*, marco da formulação regional, conforme citado anteriormente, e pontua a relevância de diversas autoras e autores da América Latina, bem como suas contribuições à conformação deste campo interdisciplinar²¹.

Para Alimonda (2017), a EP circula pela América Latina a partir da nova dimensão da “relação capital/natureza” estabelecida nas últimas décadas do século XX. Assumindo características próprias, questiona os “[...] pressupostos civilizatórios

²¹ Como Arturo Escobar, Enrique Leff, Victor Manuel Toledo, German Palacio, Walter Porto Gonçalves, Mario Pérez, María Luisa Eschengahen, Hildebrando Vélez Galeano, José G. Vargas-Hernández, Eduardo Gudynas, Gian Carlo Delgado, Leticia Durand, Fernanda Figueroa, Mauricio Guzmán e Gustavo Portocarrero, entre outros.

da modernidade e do desenvolvimento convencionais” (ALIMONDA, 2017, p. 43). A emergência deste campo interdisciplinar se dá em um marco plural, mas com características próprias e vinculadas à tradição do Pensamento Crítico Latinoamericano (PCL).

Já para a ótica de Pérez e Martín (2017), em pouco tempo, a EPLA se constituiu em um campo relevante e notável das demandas públicas com uma legítima afirmação no meio acadêmico; em um terreno de pensamento próprio de relevância internacional; em um campo de análise crítica e plural elaborado a partir de redes acadêmicas latino-americanas comprometidas com a tradição do Pensamento Crítico Latinoamericano e com a complexa problemática de construção da identidade nesses territórios.

Ainda de acordo com Pérez e Martín (2017), trata-se de um campo conformado a partir do intercâmbio ativo e contínuo entre tradições regionais do pensamento crítico, movimentos sociais, lutas, redes acadêmicas latino-americanas e complexos problemas da construção da identidade das nossas sociedades. Buscando ajustar as contas com o passado, expandir o presente, recorrendo à crítica aos modelos de desenvolvimento hegemônicos, delineiam-se junto aos movimentos e às lutas outros futuros alternativos ao padrão ocidental-moderno. Sob uma perspectiva interdisciplinar, a Ecologia Política Latino-Americana é constituída na intersecção entre Política, História Ambiental, Geografia Crítica, Estudos Culturais e Pensamento Ambiental. Os autores explicam que “[...] esta Ecologia Política é tributária da história latino-americana, e se propõe a reescrever a história da região, em diferentes dimensões, a partir da reconstrução das relações entre sociedades, culturas e naturezas” (PÉREZ; MARTÍN, 2017, p. 11).

A partir dos conceitos de Escobar (1999), é possível observar a relevância da memória histórica, uma vez que, para o autor, este campo estuda as múltiplas articulações entre história e biologia com as inevitáveis mediações culturais por meio das quais se estabelecem as práticas nas quais o biofísico e o histórico estão mutuamente relacionados.

As relações comerciais — ao longo dos últimos séculos, de forma crescente — entre países do norte e do sul estão inseridas na geopolítica mundial dos bens naturais, tendo como elemento central as *commodities*, que têm como principais conteúdos a água, o minério, a energia e os territórios de populações tradicionais (SABATINI, 2002; MARTINEZ-ALIER, 2007). Autores como Leff (2000) concentram

suas análises nas consequências da inserção dos países da América Latina na divisão internacional do trabalho como exportadores de matérias-primas e nas consequências do desenvolvimento.

Duarte (2012) explica que a escolha do Sul global para novos investimentos representa um formato particular de apropriação, controle do território e dos recursos territorializados, que se impõe e se consolida através da integração do mercado nacional sob a égide do capital industrial e financeiro internacional, resultando em: diferenças estruturais entre países exportadores e importadores; crescimento das economias periféricas atreladas às economias centrais; fortes desigualdades socioeconômicas; falta de diversificação da atividade produtiva; concentração fundiária e conflitos.

Sendo assim, no Norte global, a sociedade pressiona por uma reforma ecológica e gera forças (culturais, econômicas, legais, políticas) que potencializam a inserção dos territórios latino-americanos nos fluxos internacionais de acumulação ao “[...] empurrar ao Sul, os processos produtivos mais degradantes do meio ambiente e mais predador do ambiente natural” (DUARTE, 2012, p. 11), que são recebidos por políticas governamentais de desenvolvimento²² atrativas ao capital.

Por meio da “ecotecnocracia” internacional, são estabelecidas normas ecológicas que perpetuam a desigualdade entre ricos e pobres e permitem condições propícias às trocas ecologicamente desiguais entre os países, analisando o benefício privado como lógica de pequenos benefícios e subvalorização das necessidades futuras (MARTÍNEZ-ALIER, 2007).

Esteban Castro²³ (2022) apresenta uma formulação distinta, ponderando quão crítica a EP se apresenta nas produções científicas e problematizando a construção de uma EPLA. O autor compreende que para o desenvolvimento do conhecimento são fundamentais o diálogo e a formulação que possibilitem transcender as fronteiras territoriais, defendendo uma EP baseada no internacionalismo.

A partir da elaboração de Martins (1974), Castro (2022) tece críticas ao regionalismo ou continentalismo metodológicos identificando a EPLA como uma

²² Para Duarte (2012, p. 11), as políticas governamentais de desenvolvimento: “[...] incluem isenções fiscais, facilidades de infraestrutura e financiamento, água abundante, reconversão de atividades produtivas, alteração das formas de ocupação do espaço, dentre outras”.

²³ Para mais, ver: José Esteban Castro, *X-disciplinarietàes y bifurcaciones en los estudios sobre el agua*, em Territorialidades da Água. Conhecimento e ação para construir o futuro que queremos (em espanhol e português), Rede WATERLAT-GOBACIT e Ediciones CICCUS, 2019. p. 18-47.

versão extrema que propõe a ruptura completa com as tradições da EP provenientes da Europa e dos Estados Unidos como forma de descolonizar o pensamento latino-americano e outras regiões do Sul global.

Partindo da leitura dos autores, é possível inferir que Castro (2022) concorda com a necessidade de incorporar, na elaboração científica, as peculiaridades da AL, garantindo produções que atuem por meio da posicionalidade, descolonização do saber e territorialidade, conforme propõem Moreano, Molina e Bryant (2017).

Concordamos com Bridge, McCarthy e Perreault (2015) sobre a necessidade de garantir os pilares da EP²⁴ para que possamos conformar na EPC um campo que objetiva, além de compreender o mundo, transformá-lo em um território socioambiental mais justo.

Por perceber que a EPLA presume a possibilidade de EP nacionais, regionais e até continentais, concordamos com Castro (2022) que essa não é a melhor formulação, uma vez que possibilita elaborações no campo da EP como parte de processos de reterritorialização, desterritorialização e territorialização da produção do conhecimento (CASTRO, 2019).

O autor concorda com a crítica à EP a respeito de ser um campo fragmentado, permitindo que não haja uma epistemologia, metodologia unificadoras e um objeto de estudo claramente definido (LIPIETZ, 2000, CLARK, 2001; TETREULT, 2017), podendo ser possível a existência de diversas ecologias políticas — inclusive rivais e em confrontação (CASTRO, 2022).

Ao compreender que nem toda EP é crítica, ou não crítica o suficiente, Castro (2022) propõe a demarcação da EPC como uma forma de contribuição à construção de territórios hidrossociais orientados pelos princípios de inclusão, solidariedade, direitos e luta pela democracia substantiva.

Na dimensão epistêmica da luta vital, não está apartada, inclusive, da violência exercida contra quem ousa confrontar a ordem social dominante, incluindo a ordem social desumana que prevalece em nível planetário. O autor afirma que questionar o que se faz em nome da EP é uma tarefa fundamental que deve ser tomada, recuperando o espírito científico internacionalista que deu origem à EP (CASTRO, 2022).

²⁴ Conforme explicitados anteriormente, o pacto teórico com a teoria social crítica e a compreensão pós-positivista da natureza e da produção de conhecimento; o compromisso metodológico com a observação direta e profunda.

Enquanto a EP se preocupa com o estudo dos conflitos relacionados à distribuição econômica, podemos dizer que a EPC se sobrepõe a ela, direcionando-se aos estudos dos processos produtivos das sociedades e focando nos conflitos ecológicos distributivos²⁵.

A partir da elaboração de Guha e Martínez Alier (1997), a EPC compreende a EP como um estudo que tem como objeto os “conflitos distributivos”. E reafirma o “conflito” como foco central dos estudos para construir sociedades substantivamente democráticas e mais humanas.

Castro (2022) define, portanto, que os conflitos e as lutas²⁶ são objeto da EPC, dando, como exemplo, a Ecologia Política da Água Urbana; a territorialização e reterritorialização do controle; a gestão e distribuição da água combinadas às “[...] lutas por defesa das condições de vida em um território, que assumem formas violentas e causam fatalidades, entre quem pode exercer o direito água, incluindo o direito cidadão” (CASTRO, 2022, p. 11). Portanto, incluímos a elaboração X-disciplinária de Esteban Castro²⁷ no marco teórico da EPC e concordamos sobre a urgência de chamar a atenção aos processos de desigualdade e falta de democracia hídrica.

A EPC pode ser compreendida como uma ferramenta normativa de análise das implicações, conflitos, relações de poder assimétricas presentes no nível das dinâmicas metabólicas ou dos fluxos de energia e matéria de entrada e saída do processo produtivo e reprodutivo da sociedade, bem como dos impactos gerados pelas tecnologias empregadas nestes processos (DELGADO, 2013).

Na perspectiva de Fischer-Kowalski e Haberl (2000), o conceito de metabolismo socioeconômico se refere aos insumos materiais, ao seu processamento e dejetos das sociedades e à correspondente geração de energia. O conceito é derivado de Marx, do trabalho como uma concepção metabólica entre seres humanos, sociedade e natureza.

²⁵ Por distribuição ecológica compreendemos os padrões espaciais, sociais e temporais de acesso aos benefícios obtidos dos bens naturais e dos serviços proporcionados pela natureza, como um sistema de suporte à vida (MARTÍNEZ-ALIER, 2007, p. 113).

²⁶ A luta é multidimensional, incorporando desde protestos nas ruas à luta epistêmica (que compreende a formulação, implementação de Políticas e a produção e circulação do conhecimento orientado a promover e difundir os processos de democratização substantiva da Política e da gestão da água.

²⁷ Ver José Esteban Castro, *X-disciplinarietàes y bifurcaciones en los estudios sobre el agua*, em Territorialidades da Água. Conhecimento e ação para construir o futuro que queremos (em espanhol e português), Rede WATERLAT-GOBACIT e Ediciones CICCUS, 2019. p. 18-47.

A contradição dos processos metabólicos é percebida na realidade de 2021, quando tivemos 35 milhões de brasileiras e brasileiros sem acesso à água (MARTINS, 2021), convivendo com a previsão de que, em 2050, teremos mais plástico do que peixes no mar (OCEANOS, 2016), em um cenário no qual a maioria da população sofrerá com as mudanças climáticas intensificadas por um sistema produtivo que socializa os impactos ambientais negativos e a pobreza enquanto concentra a riqueza monetária e as oportunidades de conforto geradas.

Nessa perspectiva, emerge a necessidade romper com a lógica antropocêntrica e a ideologia funcionalista impostas pelo sistema capitalista. Essa lógica reduz os recursos naturais, incluindo a água, a meros instrumentos de produção e lucro, ignorando sua complexidade e importância vitais para a sobrevivência de todos os seres.

Embora, identifiquemos que a EPLA representa um importante espaço de reflexão e diálogo para compreender e enfrentar os desafios socioambientais na região. Com valiosa contribuição para a construção de alternativas e caminhos sustentáveis, ressaltamos a necessidade de que se incorpore diferentes perspectivas e busque respostas cada vez mais internacionalistas e transformadoras.

Alinhamo-nos a EPC propondo o desafio de olhar para além da concepção convencional da água como um simples recurso natural passível de mercantilização. Em vez disso, buscamos reconhecer a água como um elemento essencial à vida, com valor intrínseco e uma dimensão socioambiental que transcende seus usos econômicos. Dessa forma, nos apoiaremos na EPC na busca por identificar as diferentes racionalidades, estruturas e relações de poder que sustentam a mercantilização da água, propondo nesta pesquisa uma abordagem mais holística, participativa e solidária em relação aos corpos hídricos, reconhecendo a interdependência entre seres humanos e natureza, a EPC busca construir alternativas sustentáveis e justas, que valorizam a água como um elemento vital para a vida em todas as suas dimensões.

3. FLUXO DO RIO - TERRITÓRIO ÁGUA EM DISPUTA: IDENTIDADE, PODER E RACIONALIDADES EM CONFLITO

Neste capítulo, nos interessa subsidiar teoricamente as diferentes racionalidades em disputas no Território Água, identificadas no Carapitanga. Para esta reflexão, fazem-se necessários alguns apontamentos iniciais: em primeiro lugar, a distinção entre território e territorialidades, com o objetivo de compreender as distintas racionalidades que disputam o significado da água e como o Território Água se manifesta em cada racionalidade; em segundo lugar, a ilustração dos desdobramentos de cada racionalidade a partir da Política da Água aplicada como veremos neste capítulo.

3.1 Território e Identidade

Para a geografia crítica ou radical de base marxista, o espaço está em estreita relação com os processos sociais sendo, ao mesmo tempo, local e resultado da “[...] reprodução das relações sociais de produção” (CORRÊA, 2008, p. 2526). Deste modo, pode ser entendido como totalidade e não deve ser confundido com o conceito de território (RAFFESTIN, 1993).

Para o autor, o espaço é anterior a qualquer ação e não deve ser compreendido apenas como palco para as manifestações, e sim pelo conteúdo constituído pelas superfícies, distâncias e propriedades reorganizadas, que tem seu significado dado pelos atores sociais, havendo um “espaço abstrato” simbólico que existe e está ligado à ação das organizações (RAFFESTIN, 1993).

Também sobre esse aspecto, Santos (1996, p. 163) explica que “[...] não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho”, concluindo, assim, que a forma de vida é o processo de criação do espaço. Ainda nesta direção, Vargas (2006) afirma que a natureza não pode ser confundida com a “natureza do espaço”; ou seja: resultante de ações humanas e composta por historicidades onde as transformações são dinâmicas no espaço, o qual corresponde a uma unidade na diversidade; portanto, o espaço seria a totalidade em constante transformação.

Atento à operacionalidade do conceito espaço para os estudos geográficos — através da estrutura, forma, processo e função —, Santos (2008) apresenta densa

base teórica para a definição de espaço, elaborando um projeto emancipador e repleto de possibilidade para o futuro mediante a globalização como possibilidade. E avança a partir do que denomina como fluxos e fixos, apresentando o conceito de espaço como conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações.

Pontua-se, nesta perspectiva, que Harvey (2002) elabora uma abordagem tripartite, organizada em: espaço absoluto, espaço (tempo) relativo e espaço (tempo) relacional. A partir da teoria do valor de Marx, Harvey (2004) reafirma a necessidade de articulação entre tempo e espaço, elaborando uma matriz conceitual complexa e rica em possibilidade analítica.

O autor (2006) afirma somar à sua elaboração a contribuição de Lefebvre sobre as representações do espaço e espaços de representações (espaço vivido) e sobre o espaço material, além de desvendar como o capital foge ou mitiga as crises de superacumulação através do “ajuste espacial” com base na transferência de excedentes de capital e força de trabalho para outras regiões ou países. Isso possibilita uma pausa para que o capitalismo possa “tomar fôlego” e garantir sua sobrevivência. Ao elaborar sobre o ajuste espacial, Harvey insere o espaço na teoria marxiana.

Já para Raffestin (1993), o espaço é uma matéria-prima, preexistindo a ação e conformando um local de possibilidades, em que a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática será o objeto quando um ator manifestar a intenção de dele se apoderar.

Neste estudo, compreendemos o espaço e o tempo de maneiras inseparáveis e o espaço como o ponto mais amplo. Já o território “[...] é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas [...] Onde a História se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 1999, p. 1). Acordamos com a autora Becker (1982, p. 19) quando define território como o “[...] espaço produzido pela prática social e também como produto consumido, vivido e utilizado como meio que sustenta essa prática”.

Ainda nesta direção, para Haesbaert (1997), o território envolve, ao mesmo tempo, uma dimensão cultural e simbólica através da identidade territorial atribuída pelos grupos sociais como forma de apropriação e controle simbólico sobre o espaço onde vivem. Além de uma dimensão concreta de caráter político-disciplinar na qual ocorre a apropriação e a ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos.

Por outro lado, o conceito de territorialidade pode ser sintetizado, de acordo com Haesbaert (2004, p. 10), da seguinte forma:

- A) do ponto de vista epistemológico, como uma “abstração” ou condição teórica (genérica) para a existência do território; ou
- B) do ponto de vista ontológico, podendo ser expressa 1) como materialidade (ex: controle físico do acesso por meio do material), 2) como imaterialidade (ex: controle simbólico através de uma identidade territorial ou “comunidade territorial imaginada”) e 3) como “espaço vivido” (frente aos espaços — neste caso, territórios, formais — institucionais), conjugando materialidade e imaterialidade.

Sob a ótica de Fernandes (2009), as territorialidades são representações dos tipos de uso dos territórios; enquanto Pozzo (2012) complementa que, a partir das práticas espaciais (dos diferentes sujeitos e grupos sociais), as territorialidades se efetivam durante o consumo e o uso do território, corroborando, de acordo com o impacto socioespacial derivado dessas práticas, com o processo de produção do território.

Para Santos (1978), a formação social ocorre simultaneamente pelas diferentes territorialidades, pelos usos e pelas apropriações do espaço dos diferentes agentes, sendo formado por lugares (pontos), redes (linhas) e por estruturas econômicas, políticas e culturais (superfícies).

Dessa forma, as relações sociais forjam as identidades territoriais. E a territorialidade é constituída de tais relações expressas no território, seja pela materialidade (produção, troca e consumo), seja pela imaterialidade (ideia, controle, autoridade, estratégias) (SOUZA, 2007). Essa compreensão é importante para conceber as territorialidades da água, bem como as racionalidades e identidades que as constituem.

Importante mencionar ainda que o conceito de identidade territorial considera a territorialidade (relações sociais) e, devido à sua apropriação subjetiva, pode ser considerada o elemento de enraizamento, pertencimento e afetividade, tendo a identidade territorial forte repercussão no espaço geográfico, produzindo a territorialização e a desterritorialização. Souza (2007, p. 130) conclui que a identidade territorial é transescalar, histórica e processual, sendo “[...] unidade e contradição, simples e complexa, homogeneidade e heterogeneidade, mudança e permanência, continuidade e descontinuidade, entre outras.” Traz também “[...] elementos concretos (espaço e matéria) e abstratos (representação e ideia) que nós carregamos, além de

rugosidade(s) que deixam traços identitários impressos na paisagem” (SOUZA, 2007, p. 130).

Ainda nessa linha de raciocínio, para Castells (1999b, p. 24), atores em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação têm o potencial de criar a “Identidade de Resistência” construindo “[...] trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes”.

Portanto, a partir das considerações apresentadas, compreendemos, neste estudo, o Território como uma parcela do espaço, apropriado por sujeitos, sempre associados a pessoas, a suas racionalidades e limites em um tempo. Por incorporar a dimensão espaço e temporal, o Território Água pode ser analisado em escalas desde a micro (como um lago, uma nascente) até uma escala macro (aquíferos internacionais, rios internacionais, os oceanos).

Apresentamos, neste capítulo, o Território Água do Capital, suas racionalidades, desdobramentos, e, como contraponto, o Território Água das Comunidades Tradicionais²⁸. Esse esforço teórico nos auxilia na análise da relação e possíveis conflitos entre o “Direito Humano à Água”, a Água como Bem Comum e como se expressam no território.

Para compreender o Território Água, a partir de uma perspectiva da Ecologia Política Crítica, é importante reconhecer as dinâmicas de poder e espoliação que o permeiam para buscar alternativas que promovam a justiça social, ambiental e cultural, respeitando e valorizando a diversidade de identidades e projetos presentes nesse espaço de interação entre as pessoas e a natureza.

O autor define identidade como “[...] a fonte de significado e experiência de um povo”, compreendendo como “identidade o processo de construção de significado com base em um tributo cultural, ou ainda em um conjunto de atributos inter-relacionados, o(s) qual (ais) prevalece(m) sobre outras formas e significados” (CASTELLS, 1999b, 54).

Em um mundo exclusivamente constituído de mercados, redes, indivíduos e organizações estratégicas em que identidades não são necessárias, surgem poderosas identidades de resistência que recusam o individualismo radical (ambientalista, movimento feminista, de liberação sexual, etc.), em um necessário

²⁸ Também utilizamos Território Água do Bem Viver, Território Água do Comum com o mesmo sentido.

processo de surgimento de Identidade de Projeto potencialmente capaz de reconstruir uma nova sociedade civil e um novo Estado. A partir de Castells (1999b e 1999c) inferimos sobre a existência de três formas e origens de construção da identidade:

1) Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais. Dá origem a um conjunto de aparatos, organizações e instituições como Igrejas, sindicatos, partidos, cooperativas.

2) Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação. Para o autor, é uma das formas mais importantes de construção de identidade em nossa sociedade, pois dá origem a formas de resistência à opressão. Leva à formação de comunas ou comunidades.

3) Identidade de Projeto: quando os atores, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade. Leva à formação do ator social coletivo, pelo qual indivíduos atingem o significado holístico de sua experiência transformando-se em sujeitos. Assim, a construção da identidade consiste em um projeto de vida diferente.

Como mencionado, neste trabalho, utilizamos usamos "Território Vivo" para referir-nos de forma ampla e conceitual ao território conhecido como Bocaina, Costa Verde ou simplesmente, Território Vivo. Engloba dimensões físicas e geográficas, as relações sociais, culturais e ambientais que ocorrem nesse espaço. É um conceito que reconhece a complexidade e a influência mútua entre pessoas e natureza em um sistema interdependente em que a natureza e a sociedade se entrelaçam.

Por outro lado, o termo "Território de Aprendizagem" refere-se a uma abordagem mais específica e voltada à educação e para o processo de aprendizagem especificamente na região da bacia do rio Carapitanga, em Paraty. Enfatiza a importância do território estudado como um espaço de oportunidades educativas, onde tive a oportunidade, como doutoranda, de aprender por meio das interações com as comunidades no território ancestral.

No contexto mencionado, o Território de Aprendizagem do Carapitanga está relacionado a uma área geográfica específica onde ocorrem práticas educativas e de aprendizagem, enquanto o Território Vivo da Bocaina abrange uma perspectiva mais ampla e abrangente das relações sociais, culturais e ambientais que ocorrem nessa região.

3.2 Racionalidades em Disputa

Partindo de Weber (2004) realizamos a distinção entre a racionalidade formal e a racionalidade em relação a valores. Esses conceitos ajudam a compreender como diferentes tipos de racionalidade operam nas ações humanas e nos embasaram na análise sobre as diferentes racionalidades no território de estudo.

A racionalidade formal, também conhecida como racionalidade instrumental, refere-se à busca de meios eficientes para alcançar fins específicos. É baseada na lógica da eficiência, cálculo e planejamento racional. Nesse tipo de racionalidade, as ações são orientadas para atingir objetivos de forma eficiente, considerando os recursos disponíveis e os resultados esperados. A racionalidade formal valoriza a eficácia e a maximização dos resultados, muitas vezes priorizando a otimização dos recursos em busca de interesses próprios ou objetivos específicos.

Por outro lado, a racionalidade em relação a valores está associada à adoção de comportamentos e ações orientadas por princípios éticos, morais e valorativos. Nesse tipo de racionalidade, os indivíduos consideram não apenas os meios e fins, mas também os valores, princípios e normas que guiam suas ações. A racionalidade em relação a valores envolve avaliações subjetivas sobre o que é certo, justo ou moralmente adequado, e busca orientar as ações em consonância com esses valores.

No contexto das diferentes racionalidades presentes nas disputas territoriais, a Racionalidade do Capital tende a se alinhar mais com a racionalidade formal, uma vez que sua ênfase está na eficiência econômica, maximização do lucro e no uso instrumental da natureza para atingir objetivos de desenvolvimento e progresso. Já a Racionalidade do Bem Viver, voltada para a harmonia, sustentabilidade e justiça social, aproxima-se mais da racionalidade em relação a valores, pois suas ações são guiadas por princípios éticos e morais, considerando o equilíbrio socioambiental e o bem-estar coletivo.

Essa distinção entre racionalidade formal e racionalidade em relação a valores proposta por Weber (2004) ajuda a compreender as diferentes lógicas e fundamentos que orientam as ações humanas e suas relações com o ambiente natural e social.

Weber (2004) e Leff (2001) são dois autores importantes para a análise das racionalidades no território. Ambos abordam a relação entre racionalidade e meio ambiente, fornecendo insights fundamentais para compreendermos as dinâmicas sociais e ambientais que moldam os territórios contemporâneos. Weber (2004), em

sua obra sobre a sociologia da racionalidade, explora como diferentes formas de racionalidade influenciam as ações dos indivíduos e grupos sociais. Sua abordagem da racionalidade formal nos permite compreender como a busca por maximização do lucro e a dominação da natureza têm implicações nos territórios. Essa perspectiva nos auxilia a compreender as ações territorializadas orientadas pelo capital, que muitas vezes levam a danos ambientais e desigualdades socioambientais.

Por sua vez, Leff (2001), em sua epistemologia ambiental, discute a crise ambiental como resultado das formas de compreensão do mundo e da relação entre conhecimento e ambiente. Ele aponta para a necessidade de uma nova racionalidade ambiental, que considere a interação entre natureza e sociedade, e busque a harmonia entre humanos e natureza. Essa abordagem nos permite compreender a importância de uma racionalidade do "Bem Viver", que busca a sustentabilidade, a justiça social e a qualidade de vida, promovendo a redução das desigualdades sociais.

A escolha de Pierre Bourdieu (1990; 1996) e sua teoria dos campos como referencial teórico é importante para compreender as racionalidades presentes no Território de Aprendizagem, pois essa abordagem nos permite analisar as relações de poder, os conflitos e as dinâmicas sociais que permeiam essas racionalidades. A teoria dos campos de Bourdieu destaca que os campos são espaços sociais onde diferentes atores e instituições disputam poder e recursos, tendo suas práticas e comportamentos moldados por regras e lógicas próprias. Ao aplicar essa teoria ao estudo das racionalidades, podemos entender que cada campo possui seus próprios interesses, valores e formas de pensar e agir.

Dessa forma, ao aliarmos a teoria dos campos de Bourdieu com as perspectivas de Weber (2004) e Leff (2001), intentamos uma visão mais completa e aprofundada das racionalidades presentes no território. Enquanto Weber nos auxilia a compreender as motivações, valores e interesses por trás das ações dos atores envolvidos, Leff contribui para a reflexão sobre as questões ambientais e a necessidade de uma nova racionalidade para lidar com a crise ambiental. Com isso, podemos analisar as complexas interações entre os diferentes campos e suas racionalidades, entendendo como essas interações influenciam as práticas, as relações sociais e as transformações no território.

Ao utilizar os autores como ponto de partida à análise das racionalidades no território, foi possível compreender como diferentes lógicas culturais e sistemas de pensamento se manifestam nas práticas e relações sociais em determinados

territórios. No contexto do Território de Aprendizagem, a utilização da teoria dos campos nos permite analisar como as racionalidades se estruturam e se confrontam nesse espaço. Podemos identificar quais são os atores e instituições envolvidos em cada campo, como eles disputam recursos e poder, quais são as lógicas e práticas dominantes em cada racionalidade, e como ocorrem os embates e negociações entre elas.

No Território de Aprendizagem identificamos dois grandes campos: o primeiro, denominado aqui e compreendido dentro da Racionalidade e do Território Água do Capital, aproxima-se da Economia Verde; defendendo que as “tecnologias de ponta” aliadas à monetarização da natureza serão determinantes para garantir o desenvolvimento sustentável. Para esse campo seria possível movimentar a economia e garantir que o ser humano desse valor aos “recursos, bens ou capitais naturais”, passando a preservá-los. Essa visão acredita que é possível mudar o perfil do mercado para garantir a Economia Verde — mesmo sem realizar mudanças estruturais na sociedade e nas formas de produção.

Do outro lado temos a Racionalidade e Território Água do Bem viver: constituída pela tessitura de relações entre os PCTs presentes no Carapitanga (aldeia Araponga e Itaxi Mirim, Quilombo do Campinho e comunidade Caiçara de Paraty Mirim. A seguir apresentamos referenciais teóricos que nos ajudam a compreender essas racionalidades que se constituem em territorialidades, conforme veremos.

3.2.1 Território Água do Bem viver: Água como Fonte de Vida

Na busca por alternativas ao desenvolvimento, fortalece-se cada vez mais o debate sobre o Comum com avanços para a Política da Água. Mas, dependendo da sua formulação, pode conviver com o processo de neoliberalização e compartilhar a visão da água como um recurso. Neste tópico, abordamos, as elaborações sobre o conceito, apresentando diferenças entre os autores e a nossa perspectiva a partir das leituras sobre a água e a necessidade de visibilizar a contribuição do Sul global no debate. Analisamos a relação e possíveis conflitos entre o “Direito Humano à Água”, a Água como Bem Comum²⁹ e as luta para garantir a Cultura da Água —

²⁹ Conforme explicam Silveira e Savazoni (2018), na bibliografia disponível em nosso idioma, há autores que optam por manter a expressão em inglês, *commons*, ou utilizam Bens Comuns, Comum ou Comuns com o mesmo sentido. Por vezes, a grafia está com C maiúsculo ou minúsculo. Atentamos para manter

concretizando o acesso universal e equitativo à água segura e acessível a todas e todos.

O Bem Viver é compreendido como uma cosmologia (WALSH, 2010), filosofia de vida³⁰, ontologia³¹, modelo de desenvolvimento³², atitude de vida³³ e como alternativa ao desenvolvimento³⁴. O valor da água para as comunidades originárias permitiu que, por meio da troca de saberes, tenhamos uma formulação mais ampla do que a água como um Direito Humano (DH): a água como *fonte de vida*. Para compreender, é necessário um exercício de descolonização e desconstrução do Modo de Vida Imperial³⁵. Nessa racionalidade, não é possível apartar o ser humano da natureza, não se deseja dominá-la para que sirva aos interesses da humanidade ou manipulá-la. Para longe de defender a posse ou a dominação, constrói-se uma territorialidade através da curiosidade e do amor³⁶.

A formulação sobre Viver Bem aflora com força à necessidade de repensar a sustentabilidade em função da capacidade de uso e resiliência da natureza analisadas a partir de uma nova ética para organizar a vida, uma vez que para essa racionalidade o desenvolvimento e progresso nos conduzem a um desastroso caminho sem saída³⁷.

É importante trazer concretude ao conceito, mediante um diálogo plural, para combater e remediar a destruição ambiental, os estragos causados pela Racionalidade do Capital e a desigualdade instaurada pela ideologia desenvolvimentista. Nesse sentido, apresentamos o Bem Viver como uma iniciativa local e complementar às correntes europeias partidárias da teoria do decrescimento.

Essa Racionalidade concebe o Território Água de forma abrangente em sua construção e conteúdo normativo, assegura os direitos das pessoas, estende e dá centralidade à Pachamama e à própria água. Ademais, nas Constituições do Equador (2008) e da Bolívia (2009) proibiu expressamente a privatização da água, o que ainda não se conseguiu estabelecer em documentos internacionais³⁸.

como os autores escreveram ou como foi traduzido e optamos por utilizar o Comum, Comuns ou Bens Comuns em maiúsculo quando estivermos desenvolvendo argumentação própria.

³⁰ Acosta, 2010.

³¹ Thomson, 2011.

³² Radcliffe, 2012.

³³ Cortez, 2011.

³⁴ Gudynas, 2011.

³⁵ Brand y Wissen, 2021.

³⁶ Acosta, 2016.

³⁷ Gudynas, 2016a.

³⁸ Portanov, 2011.

3.2.1.1 Água como Comum

Vanhulst e Beling (2014, p. 56) compreendem que o Bem Viver emerge como um discurso no final de 1990, impulsionado por três atores importantes:

- a) Movimentos sociais latino-americanos da época (particularmente o movimento indígena contra o neoliberalismo final do século XX);
- b) Convergência entre os referidos movimentos e as ideologias de determinados movimentos globais (especialmente anti/alterglobalização e movimentos ambientais); e
- c) Desencanto generalizado com a ideia de desenvolvimento.

Já Hidalgo-Capitán (2012, p. 16) define que existem três correntes do Bem Viver:

- 1) a Indigenista / Pachamamista – caracterizada pela relevância à autodeterminação dos povos indígenas na construção do Bem Viver e aos elementos mágico-espirituais (la Pachamama). Vinculada ao pensamento indígena pré-moderno;
- 2) a Socialista e Estadista – caracterizada pela relevância à gestão política-estatal do Bem Viver, assim como aos elementos relativos à equidade social;
- 3) a Pós-desenvolvimentista e Ecologista – caracterizada pela relevância da construção participativa do Bem Viver, inclusão de aportes indigenistas, socialistas, feministas, teológicos e, sobretudo, ecologistas. Centra no Bem Viver como uma alternativa ao desenvolvimento, como uma utopia em construção.

Importante repetir, então, que o Bem Viver é compreendido como alternativa ao desenvolvimento (GUDYNAS, 2011); cosmologia (WALSH, 2010); filosofia de vida (ACOSTA, 2010); ontologia (THOMSON, 2011); modelo de desenvolvimento (RADCLIFFE, 2012); e como atitude de vida (CORTEZ, 2011).

O valor da água para as comunidades originárias permitiu que, por meio da troca de saberes, tenhamos uma formulação que segundo Hidalgo-Capitán (2012), no Equador, no final de 2007, impulsionou os debates da Assembleia Constituinte do país por iniciativa dos equatorianos Fernando Vega e Alberto Acosta. Nesse momento, o Bem Viver recebeu grande atenção. Em seguida, com a construção do *Programa Interdisciplinario de Población y Desarrollo Local Sustentable (PYDLOS)*, da Universidade de Cuenca, em 2011, foi formulado o *Plan de Desarrollo Academico Institucional* para os anos de 2011 a 2015, ficando estabelecida como prioridade a construção de novos instrumentos e metodologias que melhorassem os processos de gestão do território e a planificação participativa até a consecução do Bem Viver.

Ainda em relação à definição do conceito, Gudynas (2016a) explica que o Bem Viver está vinculado à “ocupação gratuita do espaço ambiental” dos países empobrecidos economicamente e é uma resposta a fatores que acentuam a desigualdade em decorrência dos seguintes fatores: a) estilo de vida dos países industrializados; b) “intercâmbio ecologicamente desigual”; c) subsídios públicos aos projetos neoextrativistas que destroem a natureza; e d) vida das pessoas. Surge com força, na AL³⁹, pela identificação de que pode apresentar alternativas econômicas, sociais, culturais, ambientais que podem ser aplicadas em escala local e global, partindo da compreensão de que há uma dívida ecológica, do norte com o sul global, desde a espoliação colonial.

Já Mamani (2010) explica que, do ponto de vista ideológico, o *Buen Vivir* implica: a substituição da acumulação ilimitada individual de capital pela recuperação integral do equilíbrio e a harmonia com a natureza; uma política de soberania e dignidade nacional; a necessária reconstituição da identidade cultural de herança milenar; a recuperação de conhecimentos e saberes antigos; a abertura de novas formas de relação de vida (não individualista, mas sim comunitária); a recuperação do direito de relação com a Mãe Terra.

Enquanto se aprofunda o extrativismo com a megamineração e a expansão da fronteira petrolífera, surgem programas governamentais marcados como sendo do *Buen Vivir*. Para Acosta (2016), trata-se de um Bem Viver ou *sumak kawsay* propagandístico e burocratizado, carente de conteúdo, reduzido à condição de produto final. O autor alerta para o risco de a Racionalidade do Capital dogmatizar o *Buen Vivir* a partir de visões “teóricas”, ilusórias e utópicas para reproduzir “delírios civilizatórios e também de colonizadores” (ACOSTA, 2016, p. 227).

Gudynas (2016b) explica que decisões políticas na Bolívia e no Equador levaram a novas leis ou resoluções que limitaram os componentes da crítica radical ao desenvolvimento — elemento inerente ao Bem Viver —, tentando transformá-lo em “uma nova forma de desenvolvimento aceitável (é o caso do “desenvolvimento integral” na Bolívia) ou, em um sentido restrito, a opção socialista *sui generis* no Equador” que descaracterizam o sentido original e radical do Bem Viver.

Fez-se, assim, com o *Buen Vivir* o mesmo que foi feito com o Desenvolvimento Sustentável, um slogan que de conteúdo não ameaça o Território Água do Capital;

³⁹ Grande exportadora de natureza.

pelo contrário, o auxilia a dar uma roupagem verde aos seus planos de destruição planetária, mantendo o mito do progresso em uma construção que nada tem a ver com o Bem Viver (ACOSTA, 2016).

Segundo Recansens (2014, p. 64), na disputa de poder entre o Território Água do Capital e o do Bem Viver, existe o perigo de, por vezes, estarmos frente a uma “tradição inventada”⁴⁰, na medida em que se pode deixar de apresentar medidas concretas e avançar na disputa contra a Racionalidade do Capital. Foca-se, com isso, apenas na divulgação de uma visão idealizada dos valores das culturas andinas e suas cosmovisões, desconsiderando-se a realidade de luta pela terra nas comunidades rurais, o avanço da Igreja Evangélica na construção da identidade e a poluição das águas imposta pelo capital e seus agentes nos Estados.

Para reverter essa possibilidade, é necessário trazer concretude ao conceito mediante um diálogo plural para combater e remediar a destruição ambiental, os estragos causados pela Racionalidade do Capital e a desigualdade instaurada pela ideologia desenvolvimentista. Nesta perspectiva, Bem Viver é compreendido por Recansens (2014) como uma iniciativa coerente, local e complementar às correntes europeias partidárias da teoria do decrescimento⁴¹.

Já Gudynas (2016b) pondera que, no sentido substantivo, o *Buen Vivir* pode estabelecer ligações com o decrescimento, uma vez que não aceita as bases conceituais dos diferentes tipos de desenvolvimento contemporâneo, especialmente a crítica ao crescimento e ao consumismo.

Para o autor, no contexto latino-americano, alguns setores deverão apresentar decrescimento e diminuição do consumismo. Entretanto, aponta que as melhorias em setores, como a educação ou a saúde, podem resultar em crescimento econômico. Conclui que: “[...] o decrescimento é uma das consequências possíveis em determinados contextos, e não um objetivo em si” (GUDYNAS, 2016b, p. 263). Assim, o *Buen Vivir* “[...] devido à sua perspectiva intercultural, segue objetivos mais ambiciosos voltados a alterar cosmovisões atuais dos seres humanos, da sociedade e da natureza” (GUDYNAS, 2016b, p. 263), ao contrário da teoria do decrescimento.

⁴⁰ Referência a Eric Hobsbawm (1983).

⁴¹ O decrescimento é compreendido não como o contrário de crescimento, ou crescimento negativo; não é um fim em si. Envolve negar o crescimento ilimitado como meta única universal, que negligencia a importância dos vínculos sociais e os limites ecológicos. Latouche (2012, p. 4) propõe “descolonizar o imaginário economicista” para redescobrir outros sentidos da vida. Para mais, ver: Latouche (2012).

Embora não tenha, na sua Constituição, os Direitos da Natureza previstos, a Bolívia teve uma importante liderança no avanço de outra territorialidade da água. Considerando um fracasso a 15ª Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança Climática, em 2009; realizou-se a Conferência Mundial dos Povos sobre as Mudanças Climáticas e os Direitos da Mãe Terra, realizada em Cochabamba, em 2010, quando se emitiu a Declaração Universal dos Direitos da Mãe Terra e se propôs a criação de um tribunal internacional para julgar os delitos ambientais. No ano seguinte, o país foi protagonista na conquista do DHAS (ACOSTA, 2014).

Através do Território Água como “fonte de vida”, foram possíveis avanços importantes na legislação internacional e na Política da Água. Portanov (2011) explica que, a partir da luta popular expressa no constitucionalismo latino-americano, o Equador e a Bolívia declararam um novo direito à água, explicado por Gudynas (2010, p. 56) como: “[...] o uso e o benefício a ela (água) não só como um patrimônio da sociedade (direito fundamental), mas como um componente essencial da própria natureza (direito da natureza)”.

A partir da organização e mobilização da sociedade, o Bem Viver foi incluído nas Constituições do Equador⁴² e da Bolívia⁴³ demonstrando a relevante contribuição da Racionalidade do Bem Viver e da Cultura da Água. Propõe-se a Água como parte dos Direitos da Natureza imbricados aos Direitos Humanos, de modo que a humanidade deve conviver em harmonia como mais uma parte da natureza. Sendo assim, a Constituição do Equador é apresentada na literatura como “um passo de transcendência planetária” e um marco histórico (ACOSTA, 2016, p. 133).

A materialização do avanço constitucional como parte da Política da Água dessa racionalidade contou com contribuições e lutas do mundo indígena, das teorias que consideram a Terra como um organismo vivo⁴⁴. No Brasil, o Bem Viver

⁴² A principal referência encontra-se no capítulo 2.º, seção 2.ª, artigo 14.º: “Se reconoce el derecho de la población a vivir en un ambiente sano y ecológicamente equilibrado, que garantiza la sostenibilidad y el buen vivir, *sumak kawsay*”. Disponível na Constituição do Equador de 2008.

⁴³ A Constituição da Bolívia traz mais referências: a) A primeira no artigo 8.º, epígrafe 1.º: “El estado asume y promueve como principios ético-morales de la sociedad plural: *ama qhilla, ama llulla, ama suwa* (no seas flojo, no seas mentiroso, ni seas ladrón), *suma qamaña* (vivir bien), *andereko* (vida armoniosa), *teko kavi* (vida buena), *ivi marael* (tierra sin mal) y *qhapaq ñan* (camino o vida noble)”. Em seguida, apresenta, no artigo 313, objetivos concretos relativos ao *Buen Vivir*.

⁴⁴ E de teorias como as de Christopher Stone, jurista norte-americano que, em de 1972, apresentou o texto *Should Trees Have Standing?* Além do mais, contribuíram também pensadores como Godofredo Stutzin e Albert Schweizer; as biólogas Lynn Margulis e Elizabeth Sahtouriz; o ambientalista inglês James Lovelock; e o filósofo brasileiro José Lutzenberger quando caracterizaram o nosso Planeta o como um organismo vivo e o nomearam de Gaia, em 1970 (ACOSTA, 2016).

compreende os Direitos da Natureza como uma bandeira de luta presente em diversas mobilizações como: contra a construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte; no caso do papagaio Verde; na consulta ao Consentimento Prévio, Livre e informado no estado do Pará; no caso de Bonito, em Pernambuco; entre outros, conforme relata Lacerda (2020).

Ainda nessa perspectiva, Acosta (2016) afirma a necessidade de se superar as visões heterodoxas, que enfocavam “desenvolvimentos alternativos”, afirmando que o *Buen Vivir* trata sobre a necessidade de gerar “alternativas ao desenvolvimento” e uma realidade no horizonte estratégico (p. 208). O território Água do Bem Viver parte da compreensão de que a real possibilidade da sua construção está na criação de pontes para subverter a ordem impetrante entre o conhecimento ancestral e o moderno, partindo do que Souza Santos compreende como o “[...] epistemicídio do conceito de desenvolvimento e defendendo o pós-extrativismo construído a partir da realidade atual do desenvolvimento” (ACOSTA, 2016, p. 240).

Ademais, Recasens (2014) atenta para a necessidade de delimitar critérios operativos que definam quais práticas concretas são identificadas como exemplos genuínos de *Buen Vivir*, preocupando-se com a disputa de poder e com o avanço da Racionalidade do Capital através de políticas sustentadas na exploração intensiva da natureza e na superexploração dos bens (como os energéticos e minerais) com sérias implicações ambientais, incorporadas no *Plan Nacional del Buen Vivir* (2009-2013) do Equador⁴⁵ e em ações do governo da Bolívia. Tal Política é compreendida por Gudynas (2010) como “neoextrativista progressista⁴⁶”, em que seguem destruindo a natureza enquanto usam, em seus discursos, o Bem Viver para validá-las.

Em contraponto às políticas neoextrativistas, o autor propõe uma série de medidas concretas para aplicação do Bem Viver, sintetizadas aqui como: controle social e ambiental substantivos e eficientes dos empreendimentos extrativistas combinados à correção social e ambiental dos preços dos produtos extraídos. Tal medida tem a intenção de gerar mudanças nas análises convencionais de custo/benefício e contribuir para dimensionar, de fato, o prejuízo que os projetos extrativistas causam (GUDYNAS, 2016a).

⁴⁵ Ver *Plan Nacional del Buen Vivir 2009-2013*. Disponível em: <http://www.senplades.gov.ec/web/senplades-portal/plan-nacional-para-el-buen-vivir-009-2013>.

⁴⁶ Ver Gudynas (2010).

Para essa questão, Gudynas apresenta algumas propostas, sendo elas: a) reconfiguração do comércio de recursos naturais retirando os subsídios fornecidos pelos Estados ao extrativismo; b) regulação do capital, ancorada na sociedade civil. Tal regulação, também se aplica aos mercado e ao Estado por meio de ampla reforma do Estado relacionada à sua organização; c) provisão de serviços, descentralização e orientação das políticas públicas à qualidade de vida; d) orientação das Políticas Sociais orientadas à erradicação da pobreza através da reorganização do investimento público em um processo internacional organizado e coordenado por meio do regionalismo autônomo mediante um programa detalhado para atingir “zero pobreza e zero extinções”. Tal processo se dá através da desmaterialização da Economia e da austeridade apoiadas na reforma política e no protagonismo cidadão (GUDYNAS, 2016a).

A partir das reflexões dos autores mencionados nesta seção, consideramos que o Território Água do Bem Viver valoriza a diversidade cultural, o pluralismo político e a interculturalidade. Aceita e apoia maneiras distintas de ser, estar e se relacionar com a água. É intolerante à destruição da natureza; à existência de grupos privilegiados às custas do trabalho e sacrifício de outros; e à exploração dos seres humanos.

Em um processo de disputa constante, de avanços e retrocessos, o Bem Viver confronta a ideia de mercadorização da vida e incorpora a categoria de Bens Comuns em oposição aos recursos naturais. Apresenta, desde as resistências subalternas, formas de organização comunitária que traçam caminhos e guiam rumo a transições ao pós-extrativismo.

3.2.1.2 Água como Comum

Preocupado com a utilização dos recursos, Hardin (1968) acredita que os Comuns Livres levariam o Planeta à ruína e, conseqüentemente, à destruição dos seres humanos. O autor entende os bens naturais como recursos que atendem aos interesses do ser humano centrando sua preocupação na regulação por meio do bom gerenciamento. Seja de forma privada ou sob a forte regulamentação do Estado, é preciso se afastar do desastre dos Comuns Livres, uma vez que não apresentavam alternativa em escala global, só justificando-se em condições de baixa escala populacional.

Para Hardin (1968), a essência do Bem define se ele é Comum ou não. Dessa forma, ele não seria constituído socialmente, e sim definido pela sua natureza biofísica. Entre os bens que deveriam ser geridos com forte regulamentação pelo Estado estaria a água. O autor defende que a propriedade privada do recurso escasso cumpriria a função de preservar o estoque disponível, admitindo também a propriedade comunal caso estejam muito bem definidas as regras jurídicas de acesso e uso do bem comum e com possibilidade de aplicação do Princípio de Coerção⁴⁷ para alcançar o equilíbrio. Partindo da análise de que o ser humano é autointeressado e tem como principal foco competir para maximizar seus ganhos, o autor publicou sua crítica e advertências aos Comuns Livres na revista *Science* através do texto *The Tragedy of the Commons*, há mais de 50 anos.

Discordando do autor, Elinor Ostrom⁴⁸ demonstrou, com sua pesquisa, a importância da gestão coletiva como única forma de preservar um determinado Bem Comum, como uma nascente, rio, manancial. A autora afirma que existem outras formas além da propriedade privada e estatal para gerir os bens apresentando que a cooperação, o compartilhamento e o monitoramento dos bens seriam uma terceira via às propostas apresentadas por Hardin.

Ostrom (1990) contrapõe-se à advocacia da propriedade privada e do poder punitivo do Estado feita por Hardin (1968). Estruturando um campo de pesquisa denominado neoinstitucionalista, defende, através de um sistema de regras institucionais e de análise, que seria mais vantajosa a cooperação do que a competição, avançando na formulação dos Comuns ao ver a possibilidade da gestão comum dos bens.

A partir da consideração dos aspectos do Bem, Ostrom (1990) divide-os em categorias, sendo elas: a) Rivalidade – quando uma pessoa consome, reduz o acesso do outro ao Bem; e b) Exclusão – quando um usa, o outro não tem acesso. Para ela, os bens podem ser: 1) Privados – exclusivos e não rivais; 2) Clube – exclusivos e não rivais; 3) Públicos – não exclusivos e não rivais; e 4) Comuns – não exclusivos e rivais. A autora categoriza a água como um recurso rival, e não exclusivo, bem como a terra, por exemplo.

⁴⁷ Para o autor, a Coerção não teria uma conotação negativa, uma vez que seria acordada mutuamente pelas pessoas afetadas sendo recíproca, assim, auxiliaria as pessoas de pouca consciência a se enquadrarem ao objetivo proposto, escapando do problema dos *commons*.

⁴⁸ Primeira mulher a receber o Prêmio Nobel de Economia, em 2009.

Entretanto, a partir da cosmovisão que analisa a natureza como recurso, a autora não se contrapõe à Racionalidade do Capital e à desigualdade estrutural dos Estados. Embora, categorize e apresente experiências de gestão comunal interessantes, ao focar sua análise na gestão dos bens, Ostrom (1990) não se opõe à lógica de neoliberalização da economia e, ao propor gerir a água como um recurso sem se opor ao mercado e à privatização dos bens, apresenta uma proposta que pode conviver com o capitalismo atribuindo às instituições a possibilidade de superar as falhas de mercado e aceitando que alguns bens devem ser comuns e outros não.

O norte-americano Michael Hardt e o italiano Antonio Negri afirmam que o Comum, no singular, significa um novo desenvolvimento, e não uma volta ao passado ou à ideia idílica de comunidade. Para os autores, o Comum é baseado na luta; na prática, biopolítica da multidão, constituindo uma rede aberta e em expansão, múltipla e disforme, ampla e plural e age para que possamos trabalhar e viver o Comum (HARDT; NEGRI, 2004).

Os franceses Dardot e Laval (2017) apresentam a urgência do Comum como práxis a partir da radicalização da democracia, sendo alternativa entre a propriedade privada e a propriedade estatal. Significa o autogoverno dos seres humanos, das instituições e das regras criadas para ordenar suas relações mútuas. Estando enraizado na tradição política da democracia, possibilita o avanço rumo à instituição da democracia na economia. Portanto, acreditam que não se trata de uma dinâmica apenas econômica ou institucional, mas sim sociopolítica, que seria forjada na luta contra o capitalismo.

Diferentemente de Hardin (1968), os autores entendem que o Comum atravessa todos os níveis do espaço social, do local ao global. Como uma fórmula encontrada pelos movimentos sociais de se opor à apropriação privada das esferas da vida, acreditam na necessidade de construir o Comum aliado à luta contra a neoliberalização, forjando, assim, uma democracia real através da prática das mobilizações nas ruas.

Para Dardot e Laval (2017), o Comum é alternativa entre a propriedade privada e a propriedade estatal. Os autores discordam de Hardin (1968) e rechaçam que a natureza biofísica dos recursos naturais seja determinante à existência natural dos direitos. Acreditam não ser possível esperar que o próprio Bem se justifique, sendo necessária a institucionalização, uma vez que a própria instituição do Comum

depende de normas compartilhadas para frear a concorrência e o capitalismo, estimulando, assim, a solidariedade.

Além disso, Dardot e Laval (2017) questionam a tipologia apresentada por Ostrom (1990) e acreditam ser necessário estabelecer a água como um Bem de uso público, defendendo a criação de regras para a internalização e instituição do Comum, compreendendo que a solidariedade não é natural, e nem se pode instituir o costume (DARDOT; LAVAL, 2017).

Vale pontuar, também, que a experiência latino-americana pode contribuir muito à prática do Comum ao dialogar com as resistências e as cosmologias do Território (SANTOS, 1999) e do Bem Viver (GUDYNAS, 2011). A violência com que o neoliberalismo atua contra comunidades tradicionais desvela a necessidade de invisibilizar alternativas à Racionalidade do Capital e à viabilidade da aplicação do Comum por meio da mobilização e das lutas sociais.

O significado e o valor da água para as comunidades originárias qualificam a discussão internacional e potencializam soluções concretas frente à mercantilização da vida e à prática do Comum. A compreensão da água como fonte de vida e Comum não passível de mercantilização, diferentemente da compreensão da água como recurso. Apresenta conquistas, contribuindo para reverter, pela luta, a privatização na Argentina e potencializando mobilizações no Chile e no Brasil, por exemplo, mostrando-se como alternativa cada vez mais necessária à medida que o aquecimento global e a desigualdade avançam (GUDYNAS, 2011).

Nesse sentido, é importante olhar para a práxis da América Latina (AL), compreendendo que, muito além de “Ilhas do Comum” (DARDOT; LAVAL, 2017), a atuação dos que compreendem a água como fonte de vida se choca com o projeto neoliberal, instituindo o Comum na agenda política de seus países com avanços constitucionais, como vimos no caso do Equador e da Bolívia.

Compreendemos que a “arqueologia do comum”, apresentada por Dardot e Laval (2017), é limitada ao não incorporar as experiências e cosmovisões do Sul global na construção de ações concretas para a construção do Bem Viver e do Comum. Nesse sentido, compartilhamos da crítica realizada por Silva (2021, p. 357) na análise de que a obra “[...] permanece dentro dos limites do cânone ocidental”.

Apesar do citado acima, os autores reconhecem a importância dos movimentos latino-americanos ao afirmar que, a partir da década de 1990, impulsionaram a agenda política em torno da defesa dos comuns, popularizando o conceito através de

mobilizações como a guerra da água, na Bolívia; os piqueteiros e a recuperação de fábricas na Argentina; a luta das comunidades indígenas de Chiapas no México; entre outros (DARDOT; LAVAL, 2017).

Conforme relata Silva (2021, p. 357), “[...] esse reconhecimento, no entanto, não se desdobra na investigação de suas instituições, de seus regimes de práticas, discursos e conceitos”, visível no capítulo sobre a arqueologia do Comum quando retomam a concepção aristotélica do Comum e nada dizem tecem sobre a experiência do Sul global.

Começando o estudo da “longa história” do Comum, como de praxe nas metanarrativas eurocêntricas, na Grécia e com antigos latinos, Dardot e Laval (2017) citam Aristóteles, Cícero, Virgílio, Santo Agostinho e Kant, ao passo que reafirmam a precedência eurocentrada do conceito, afirmando que a política do Comum está especialmente vinculada à tradição política da democracia grega (SILVA, 2021).

Os autores retomam a concepção aristotélica da instituição do Comum (*koinón*) e do pôr em comum (*koinónein*), deixando de fora “[...] a concepção de colaboração ou trabalho mútuo (*minga*), de compromisso recíproco (*mita*) e de complementaridade/participação (*pacta-pacta*) como fórmula de governo do repertório da tradição comunal andina dos *Ayllu*, por exemplo” (SILVA, 2021, p. 357).

PCTs da AL adotam cosmovisões que compreendem a natureza como um ser vivo, integrado ao ser humano. Concepção de vida em harmonia herdada dos povos indígenas andinos e africanos baseada em valores comunitários e solidários, cujas organizações sociais e arranjos produtivos tendem a ser solidários e sustentáveis, pois estão baseados na lógica de compartilhamento de bens comuns, não permitindo que se esgotem de maneira irreversível. No fundamento dessas práxis, trazem conceitos como o *Nhanderekó* e o Bem Viver herdados das cosmologias indígenas, entre elas a dos Guarani Mbya (MARTINS, 2017).

Advogando pela coabitação equilibrada e harmônica entre indivíduo, sociedade e Planeta, fundamentam-se práticas emancipatórias produtoras de autonomia. A natureza é um ente com o qual se estabelecem relações sociais e usos controlados, resultando em relações de produção autônomas, renováveis e autossuficientes.

No debate sobre o Comum, é importante ressaltar a contribuição de Bakker (2009, p. 433) ao expor o contraste entre campanhas “antiprivatização” com “alterglobalização”, apontando, na última, “[...] a existência de movimentos engajados

na construção de economias comunitárias e Cultura da Água, centrada em conceitos como os comuns e as ‘democracias da água’ (BAKKER, 2009, p. 433), argumentando que “[...] reformas abrem novos caminhos políticos ecológicos e relações sócio-naturais através das quais uma ética do cuidado — tanto para não-humanos quanto para humanos — podem ser desenvolvidos” (BAKKER, 2009, p. 449).

Antes da aprovação do DHAS, a autora argumentou que o conceito da água como Comum apresentava mais coerência e sucesso para as estratégias dos ativistas contrários à neoliberalização desse bem. Argumentava que a água como direito não é contrária à política privatizadora das multinacionais e afirmava que a “[...] adoção do discurso dos direitos humanos por empresas privadas indica suas limitações como estratégia antiprivatização” (BAKKER, 2009, p. 447).

Centralmente, na definição de potenciais “comuns” entre humanos e não humanos, a autora aponta a necessidade de ressuscitar ou desenvolver novas abordagens para governar a relação entre o ciclo hidrológico, economias e políticas socionaturais mais progressistas, com o objetivo de decretar ecologias políticas mais equitativas. No estudo sobre os tipos de privatização da água, ela argumenta que a água como Comum pode ser uma alternativa à água como *commodity*⁴⁹ (BAKKER, 2009).

3.3 Território Água do Capital

Entende-se como Território Água aqueles demarcados por questões de poder político e/ou cultural oriundo da governança da água, assumindo, assim, o papel determinante em sua ocupação.

O capital se apropria do espaço a partir da exploração dos seres humanos e do ecossistema em uma relação de dominação baseada na especulação financeira dos bens naturais transformados em recursos naturais⁵⁰.

Assim, consegue mercantilizar a vida e homogeneizar a visão de mundo pregando o progresso e o desenvolvimento, entendidos como crescimento econômico ilimitado em um planeta limitado, levando-nos à atual crise civilizatória de tipo cultural, social, econômica, ambiental, energética e alimentar.

⁴⁹ Compreendida como um regime de direitos de propriedade aplicável a recursos e direitos humanos a uma categoria jurídica aplicável a indivíduos.

⁵⁰ Acosta, 2016.

É importante reconhecer a multifacetada natureza desse Território Água, que pode se manifestar em diferentes escalas de poder, desde a local até a global. Algumas comunidades e movimentos resistem às imposições locais e globais da agenda do capital, buscando preservar e valorizar suas próprias territorialidades e formas de vida.

Dessa forma, a territorialidade do Capital se caracteriza por construir um Território Água onde ações, projetos e ideias se materializam com objetivo de impulsionar a dimensão econômica de uma pequena parcela da população sob a espoliação da maioria das pessoas e natureza⁵¹.

O Território Água do Capital é dotado de forças ambíguas de (des)construção, criação e reprodução, que objetivam atender aos interesses da propriedade privada ou atuar resistindo-a e estabelecendo uma luta de classe com forças díspares e com potencialidade para geração de conflitos devido à acentuação das desigualdades.

Uma vez que as formas desse Território são multifacetadas podem assumir uma escala global ou menor de poder baseado nas territorialidades que aceitam imposições locais e/ou globais da agenda do capital ou lutam contra os projetos apresentados.

3.3.1 Água como recurso

Essa racionalidade impulsiona uma Política da Água baseada na lógica onde: “água é um recurso a serviço da humanidade”, “que serve” seja para dessedentação animal, abastecimento humano, ou para agricultura, produção industrial, lazer, diluição de esgoto, etc.

A racionalidade por trás da cobrança encontra na argumentação de que quando um recurso é escasso se faz necessário preservá-lo, sendo um ótimo instrumento para o uso consciente: a cobrança, pois, uma vez cobrando, o consumidor não desperdiçaria, já que as pessoas não tendem a desperdiçar dinheiro⁵². Para gerenciar o recurso e o saneamento no Território Água do Capital, a iniciativa privada tem

⁵¹ Felício, 2011.

⁵² A Racionalidade do Capital parte do pressuposto de que até se pode desperdiçar água, mas dinheiro é pouco provável. Por isso, quando se cobra pela água se impulsiona que o uso ocorra de forma regrada e sem desperdício.

preferência na construção das territorialidades e o lucro, além de permitido, é almejado.

3.4 Territorialidades Antagônicas: Racionalidade do Capital e Racionalidade do Bem Viver na Construção de Territórios

As racionalidades apresentam territorialidades antagônicas e se constituem de formas distintas uma da outra. Apresentaremos as principais diferenças observadas entre cada uma (Quadro 1), observando pontos determinantes para a sua constituição.

Por vezes, a Racionalidade do Capital descreve o ser humano como homem estando “o homem separado da natureza”, precisando dominá-la, conservá-la, preservá-la ou mesmo protegê-la. Para essa racionalidade, o homem está separado da natureza. Já para a Racionalidade do Bem Viver, o ser humano é parte e está integrado com a natureza, faz parte dela e não pode ser separado. Ou seja, há uma harmonia que ordena todo o ecossistema.

Importante frisar que é fundamental para a constituição de cada uma das racionalidades, a formação de Redes: por um lado, na Racionalidade do Bem Viver elas ocorrem a partir das cosmologias, como dos PCTs, sendo geradas a partir da solidariedade, integração, cooperação e luta contra o avanço da ideologia neoliberal no território.

Por outro lado, as redes geradas na Racionalidade do Capital são baseadas na apropriação dos saberes, da terra e da água e na disputa para obtenção de benefícios, ou seja, para que uma rede seja estabelecida, se possível os dois lados podem se beneficiar.

Para a Racionalidade do Capital, a natureza e, especificamente, a água é um recurso passível de valoração, apropriação, exploração, comercialização para o lucro. Enquanto para a Racionalidade do Bem Viver a água representa uma fonte de vida e não pode ser compreendida como mercadoria.

Da mesma forma como a relação com a natureza é estabelecida. Para a Racionalidade do Bem Viver, essa relação ocorre de forma integrada de maneira exploratória, criativa e horizontal. Enquanto para a Racionalidade do Capital a relação com a natureza está baseada na apropriação dos recursos naturais através da dominação da natureza, seja para explorá-la, preservá-la ou conservá-la.

Tais racionalidades constroem territorialidades com projetos distintos, após apresentar a Racionalidade do Capital no Território Vivo, nos debruçaremos sobre o Território Água e a Racionalidade do Bem Viver no nosso Território de Aprendizagem, o MT do Carapitanga.

As diferentes racionalidades são como trilhas que conduzem a territórios antagônicos, moldados por formas singulares de compreender e interagir com o mundo. Nesta jornada, identificamos as principais diferenças entre essas racionalidades, traçando os pontos cruciais que as moldam e as distinguem uma da outra. O Quadro 1, que acompanha essa exploração, detalha as divergências entre a Racionalidade do Capital e a Racionalidade do Bem Viver.

Quadro 1: Diferença entre a Racionalidade do Capital e do Bem Viver

Racionalidade →	Racionalidade do Capital	Racionalidade do Bem Viver
Perspectiva ↓		
Ser Humano	Separação e/ou Oposição: Homem x Natureza.	Integração: Harmonia entre a natureza. O ser humano faz parte dela.
Redes	Geração de redes baseada na apropriação da água, da terra e dos saberes e na obtenção de benefícios.	A partir das cosmologias dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) redes são geradas a partir da cooperação, integração, solidariedade e resistência ao Capital.
Relação com a natureza	Apropriação dos recursos naturais através da dominação da natureza, seja para explorá-la ou conservá-la.	Integração de maneira exploratória, criativa e horizontal.
Água	Recurso	Fonte de vida

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Com base nas análises das racionalidades e territorialidades apresentadas até o momento, os próximos capítulos desta tese de doutoramento se dedicarão à análise e discussão dos resultados obtidos no Território de Aprendizagem.

Serão abordadas as dinâmicas e os desafios específicos enfrentados na Bacia do Carapitanga, levando em consideração a interação entre as pessoas, a natureza e a água. Essa análise permitirá compreender como se expressam as contradições e os conflitos entre as diferentes racionalidades no território e a prática social das

mulheres dos PCTs frente às questões relacionadas à Cultura da Água e ao saneamento.

4. ÁGUAS EM MOVIMENTO: SANEAMENTO, DISPONIBILIDADE E DESIGUALDADE

De acordo com a lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, o saneamento básico compreende um conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais relacionadas ao abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, bem como drenagem e manejo das águas pluviais. Além de fornecer definições relevantes, essa lei estabelece diretrizes e princípios fundamentais para alcançar a universalização do acesso ao saneamento, o que implica abordar a situação das comunidades isoladas de forma adequada (BRASIL, 2007)

Entretanto, fruto do processo colonial, a relação dos humanos com a água, ainda hoje, é marcada por profundas desigualdades econômicas, políticas, ambientais, culturais e sociais, com quase um terço da população global — 2,6 bilhões de pessoas em 2019 — vivendo em países onde a água é um bem em falta (UCHOA, 2019). Em meio à pandemia, uma em cada três unidades de saúde do mundo⁵³ não possuíam instalações de higiene das mãos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2021).

Uma vez que a disponibilidade e o acesso à água e saneamento não são equivalentes. Convivemos com a desigualdade hídrica no Brasil: apesar de possuir, em seu território, 12% do estoque hídrico disponível no mundo (GANDRA, 2018), o país possui 35 milhões de pessoas sem acesso à água (MARTINS, 2021).

Nesse cenário, as mulheres são as que mais sofrem com essa falta no Brasil: em 2016, eram 27 milhões de mulheres sem a segurança de ter água limpa, segura e acessível para matar a sede e realizar atividades de higiene. Em contrapartida, sabe-se que a garantia de água e saneamento à população tiraria imediatamente 635 mil mulheres da pobreza — em sua maioria, jovens e negras (EX ANTE CONSULTORIA, 2018).

Formular sobre a garantia do acesso da população à água em meio à pandemia Covid 19 foi desafiador, quando observou-se que uma em cada três pessoas no mundo não tinham acesso à água potável para matar a sede, o que significou que 2,2

⁵³ Em pontos de atendimento onde o profissional de saúde e o tratamento envolvem o contato com o paciente.

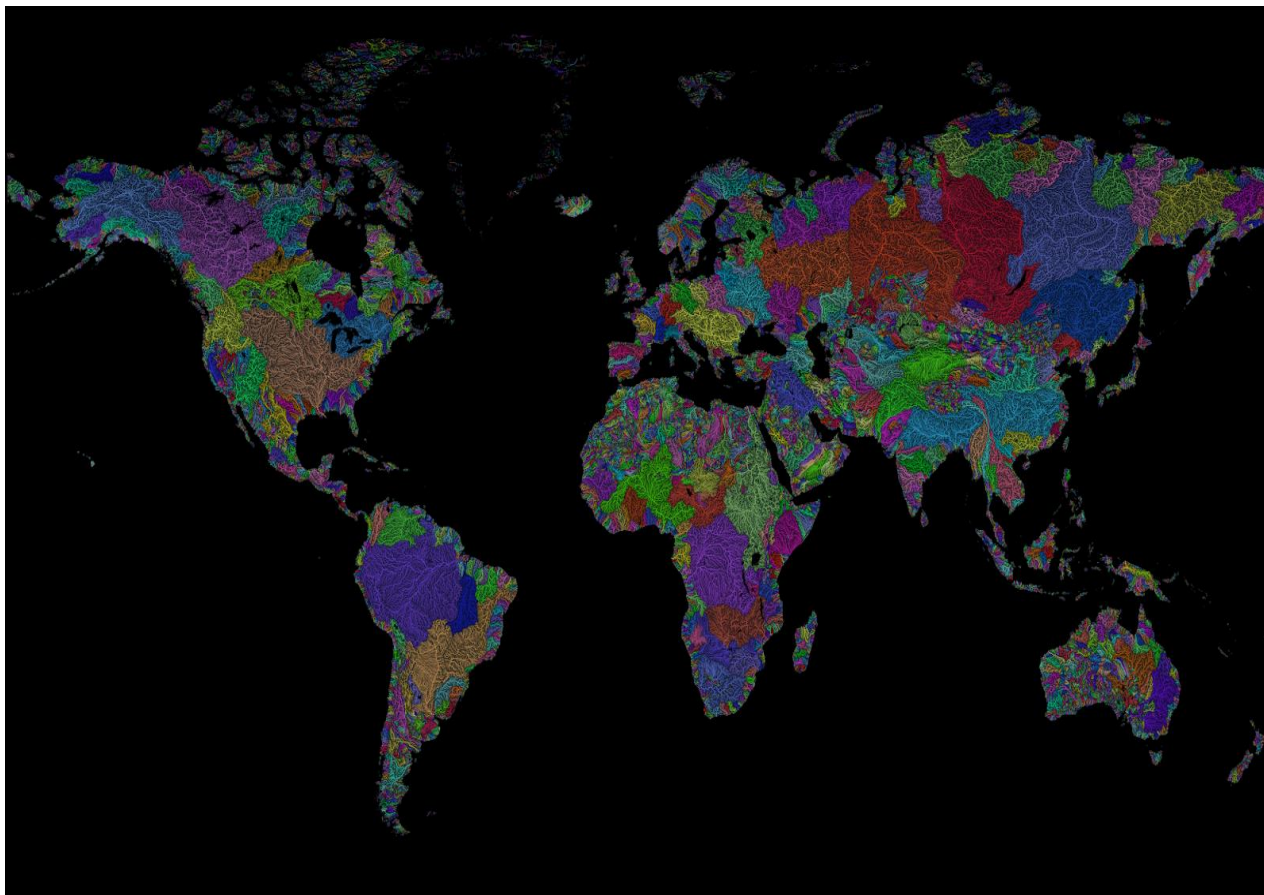
bilhões de seres humanos (ONU, 2020) não tiveram condição alguma de seguir a orientação da Organização Mundial de Saúde (OMS) para lavar as mãos e/ou ter hábitos de higiene, o que teria reduzido as chances de infecção pelo vírus — que de março de 2020 a março de 2022, a doença levou mais de 7 milhões de pessoas a óbito (OUR WORLD IN DATA, 2021).

4.1 Desigualdade e o Modo de Vida Solidário

Todo mapa, bem como toda representação, está relacionado com uma experiência. O geógrafo húngaro Robert Szucs (2017, s. p.) critica o padrão global dos mapas afirmando que “[...] é impressionante como vemos mapas tão ruins a partir de um material de origem tão bom”. Para o geógrafo, “[...] todos os mapas do rio que você vê parecem iguais, enfadonhos, nada espetaculares. Todas as linhas azuis, todas com a mesma largura” (SZUCS, 2017, s. p.).

Entretanto, as cosmologias, que compreendem que o Planeta, como um ser vivo, possui veias representadas através dos rios e lagos, Figura 8, encontram representação através do olhar de Szucs:

Figura 8: As veias do mundo



Fonte: Szucs (2017).

Em *As veias do Mundo*, Szucs (2017) reforça que vivemos em um ser vivo, explicado por Ailton Krenak⁵⁴ da seguinte forma:

Gaia é esse organismo vivo, inteligente, e que não vai ficar subordinado a uma lógica antropocêntrica. Ele dispensa a gente. Essa compreensão parece uma ideia mágica, romântica, mas muitos cientistas consideram a Teoria de Gaia [a ideia de que a Terra é um organismo vivo] ser real. Inclusive, os eventos que estamos passando agora são indicativos de que esse organismo está reagindo. Estamos experienciando a febre do planeta (ORTEGA, 2020, s. p.).

Ailton Krenak nasceu na região do Vale do Rio Doce, onde fica localizada a Terra Indígena Krenak, região que, em 5 de novembro de 2015, sofreu com o

⁵⁴ Para Ortega (2020, s. p.): “A trajetória de Ailton Krenak foi sempre ecoante e fundamental na luta histórica dos povos indígenas e pela preservação da Terra. Fez barulho quando, em 1987, discursou na Assembleia Nacional Constituinte durante a elaboração da Constituição Brasileira (BRASIL, 1988). Durante o discurso, posicionou-se na tribuna, em frente àqueles que ameaçavam os direitos aos territórios geográficos e culturais das tradições indígenas. Pintou o rosto com a tinta preta do jenipapo como um gesto de protesto contra os retrocessos e ataques aos seus direitos e de seus parentes [...]”.

rompimento da barragem de rejeitos de mineração denominada Fundão⁵⁵. O crime ambiental⁵⁶ atingiu o rio Doce, que, para Krenak, era um avô que morreu em uma ação humana e corporativa de destruição (ORTEGA, 2020).

Em sua fala, Krenak concorda com a formulação de Santos e Mendes (2018, p. 19) sobre a possibilidade que temos de “[...] valorizar, através da sociologia das emergências, as resistências dos grupos sociais contra a lógica de apropriação/violência e identificar nessa resistência princípios e práticas de governação que apontem para experiências” democráticas.

O crime ambiental, sem resposta até a defesa desta tese em junho de 2023, pode ser compreendido como um exemplo da externalização dos custos ecológicos, ou rastro de destruição ambiental, entendidos por Brand e Wissen (2021) como parte do processo necessário para manter o Modo de Vida Imperial.

Os autores remetem aos processos de produção, distribuição, consumo e geração de lixo necessários às estruturas econômica, política, social e cultural das pessoas que vivem no Norte global e que, para existir, dependem necessariamente da superexploração da população e dos bens naturais do Sul, bem como da destruição ecológica desses países — visto que é do Sul que o Norte continua extraindo os recursos necessários às suas atividades.

Brand e Wissen (2021) afirmam que, para a manutenção da riqueza do Norte, é necessário que seja mantida a desigualdade, a pobreza e a destruição da qualidade de vida da população e dos ecossistemas dos países da periferia do capitalismo. Para os autores, a acumulação no Norte nunca foi fruto do esforço do colonizador; da maior produtividade devido à sua inteligência ou mesmo da iluminação divina.

Os autores concluem que a riqueza dos países do Norte, antes mesmo do neoliberalismo, foi resultado da escravidão não reparada e da pilhagem de metais preciosos saqueados das colônias e levados às Metrôpoles, em uma lógica que, apesar de antiga, ganha uma nova roupagem com novos termos que tentam esconder a dinâmica de dependência e roubo dos países periféricos (BRAND; WISSEN, 2021).

⁵⁵ Controlada pela multinacional Samarco Mineração, na cidade de Mariana, no estado de Minas Gerais, no Brasil.

⁵⁶ Ceifou a vida de 19 pessoas, sendo reconhecido como o “maior crime ambiental do Brasil” e, após cinco anos de ocorrido, segue irreparável, sem indenizar a ampla maioria das famílias atingidas nos 39 municípios entre Minas Gerais e Espírito Santo, por onde a destruição ocorreu, e sem que fossem efetivadas atividades de recuperação ambiental, segundo a Força Tarefa Rio Doce, do Ministério Público Federal (ALVES, 2020).

Para que não vejamos alternativas aos modelos social, político, administrativo, cartográficos impostos, é preciso que se acabe com outras leituras de mundo e suas representações. Em contraponto, a sabedoria dos povos originários vai além da inteligência racional e cartesiana da lógica eurocêntrica.

Uma vez que a sabedoria dos povos originários vai além da inteligência racional e cartesiana da lógica eurocêntrica, sendo constituída pelo conhecimento perpassado por formas colaborativas através da vivência; pela experiência ancestral e coletiva dos diferentes povos; pela riqueza das cosmovisões permite ver além da relação utilitarista com a natureza —, em que a natureza é um organismo vivo e sujeito de direitos. Assim, há formas diferentes de compreender o mundo a partir de outro intelecto e de outras perspectivas que disputam soluções aos problemas, seja o agravamento das mudanças climáticas; seja o aumento da desigualdade, seja a falta de acesso à água etc. (FARIAS, 2021).

Vale pontuar ainda que o entendimento de que Gaia está viva e que a água é fonte de vida permitiu avanços legislativos importantes⁵⁷, possíveis à medida que a luta dos povos originários conquistou espaço por meio da disputa de narrativa e dos rumos da História, demonstrando que há saberes e fazeres mais complexos, interessantes e possíveis que apresentem saídas à crise ambiental, política e econômica do que o Modo de Vida Imperial imposto ao mundo. Entretanto, para isso, é preciso ir além da perspectiva eurocêntrica:

Qualquer cidadão europeu se lembrará dos relatos das **grandes viagens de descobrimento** que revelaram aos nossos antepassados a vastidão, a diversidade de culturas e a riqueza de recursos do nosso planeta. O **êxito destas viagens**, que na sua maioria eram marítimas, exigia, quase sempre, **espírito de abertura a ideias novas** e um planejamento meticuloso, além de coragem e determinação. Graças a elas, não só foram sendo desvendadas ao longo do tempo regiões do mundo anteriormente desconhecidas, como também apareceram **novas tecnologias**, nomeadamente o cronómetro marítimo, destinado a calcular a longitude exacta, e a turbina a vapor, que **permitiu escapar à tirania dos ventos dominantes** (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2006, p. 3, grifos nossos).

A História é diferente quando não é contada pelo colonizador, e o processo intitulado “grandes descobertas” no Sul global é compreendido como saques e apagamento sistemático da cultura e território das centenas de comunidades colonizadas desde a partida da primeira caravela colonizadora, no século XV, potencializando a hierarquização de existências e suporte a um sistema que, até hoje,

⁵⁷ Como citado anteriormente no caso do Equador e da Bolívia.

valida os saberes com a régua do saber eurocêntrico como universais ou de maior relevância (BRAND; WISSEN, 2021),

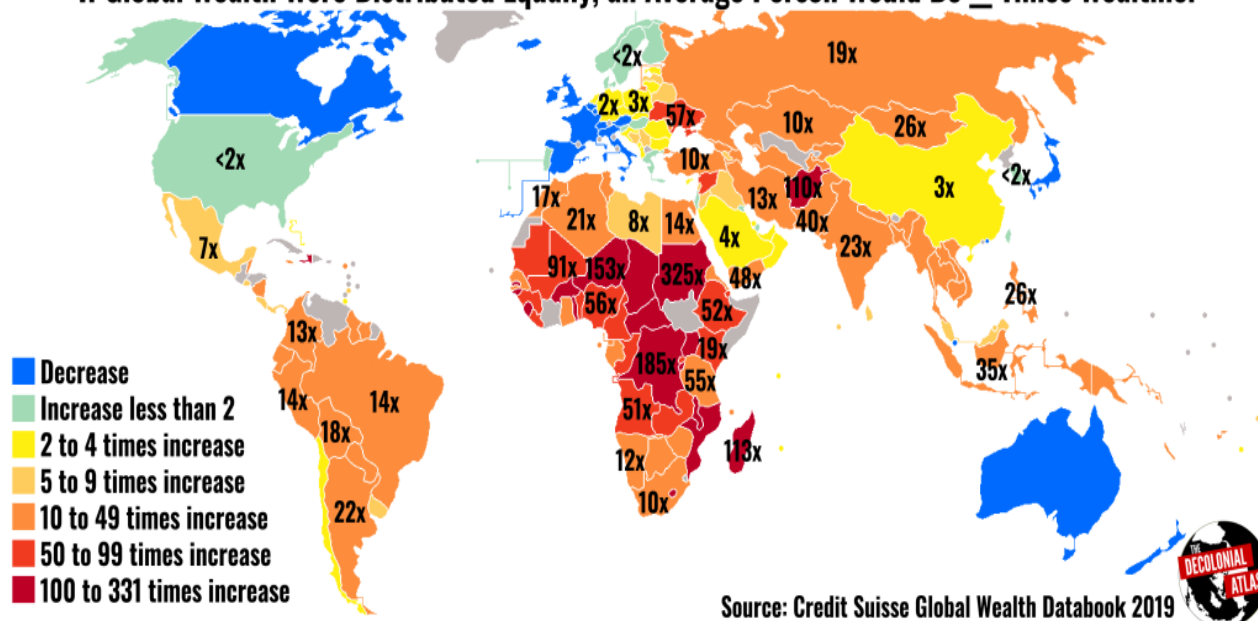
Imprimindo a monocultura do pensamento, a partir do modelo das economias dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Austrália, estabeleceu-se uma norma na qual todas as outras sociedades existentes no Planeta “[...] as que priorizavam a economia familiar, as que giravam em torno da permuta, se baseavam na propriedade coletiva da terra, etc.” (LANG, 2016, p. 30) desejariam sair do “subdesenvolvimento”, rejeitando as suas cosmologias e copiando o Norte global.

Interessante salientar também que o termo “subdesenvolvido” nasce em 20 de janeiro de 1949, quando o presidente dos Estados Unidos à época, Harry Truman, em seu discurso de posse do segundo mandato na Casa Branca, declara ser necessário “[...] lançar um novo programa que seja audacioso e que ponha as vantagens de nosso avanço científico e de nosso progresso industrial a serviço da melhoria e do crescimento das regiões subdesenvolvidas” (ALTMAN, 2014, s. p.). Em seu discurso, Truman alerta para o fato de que: “... Mais da metade das pessoas em todo o mundo vive em condições vizinhas à da miséria. Não têm muito o que comer. São vítimas de enfermidades. Sua pobreza constitui uma desvantagem e uma ameaça, tanto para elas quanto para as regiões mais prósperas” (ALTMAN, 2014, s. p.).

Sabe-se que a “cooperação ao desenvolvimento” transfere muito mais recursos do Sul para o Norte do que vice-versa, sendo um bom negócio para as economias que supostamente são “doadoras”, não para as que deveriam receber. Em pesquisa de 2014 sobre os fluxos financeiros globais, a Rede Europeia sobre Dívida e Desenvolvimento (Eurodad) constatou que, com o sistema existente, para cada US\$ 1 milhão que entra em um país “em desenvolvimento”, este perde mais de US\$ 2 milhões (GRIFFITHS, 2014). A Figura 9 analisa quantas vezes as pessoas de um determinado país seriam mais ricas se a fortuna global fosse distribuída igualmente:

Figura 9: Redistribuição Internacional e Global da Riqueza (2019)

If Global Wealth Were Distributed Equally, an Average Person Would Be _ Times Wealthier



Fonte: Engel (2021, s. p.).

A partir deste mapa percebermos o quão impactante é a desigualdade no mundo. Nos países do Sul global, observamos um enorme ganho. O mapa realizado a partir dos dados de 2019 da *Credit Suisse Group* e publicado em 2021 observa que, nos Estados Unidos, “[...] a lacuna entre ricos e pobres é tão extrema que o americano típico seria 10% mais rico com uma redistribuição global da riqueza” (ENGEL, 2021, s. p.).

É por essa desigualdade histórica que Lang (2016, p. 27) fala: “[...] de uma linha da cobiça, como alternativa à ‘linha de pobreza’: quanto dinheiro e quantas coisas seria ético possuir se a intenção é usurpar as oportunidades e os direitos de outras pessoas que vivem em nosso planeta?”. Ademais, também é importante questionar como essa riqueza foi obtida.

Ainda sobre a questão de desigualdade, concordando com Brand e Wissen (2021), Leff (2000, p. 20) afirma que as “[...] diferenças de nível de desenvolvimento entre as nações são resultado da transferência de riqueza, gerada mediante a superexploração dos recursos e da força de trabalho, dos países dominados para os países dominantes”, existindo uma “dívida ecológica” dos países do Norte com os países do Sul.

A manutenção e o aumento da desigualdade entre os países do Norte e Sul global são os pilares do sistema de acumulação do capital que, por meio da

modernização e da busca do desenvolvimento fundado na economia de mercado, ameaça, objetivamente, o ambiente natural e a diversidade social, uma vez que o avanço do capitalismo está intrinsecamente relacionado aos desequilíbrios ambientais fomentados pela limitada racionalidade imediatista de perdas e ganhos baseados na corrida pelo lucro e na competição capitalista (LÖWY, 2006).

Para Fischer-Kowalski e Haberl (2000), o conceito de colonização da natureza significa a realização de atividades que alterem deliberadamente os sistemas naturais, a fim de torná-los mais úteis à sociedade. Delgado Ramos (2013) corrobora indicando que, no processo de tornar a natureza útil ao sistema de produção e reprodução imperante, é importante notar as formas de apropriação; transformação; distribuição; e consumo de energia, materiais; além da consequente geração de dejetos.

Em contraposição ao Modo de Vida Imperial, Brand e Wissen (2021) apresentam o Modo de Vida Solidário — alternativa para reverter a violência capitalista contra os povos e a natureza dos países periféricos por meio da riqueza da diversidade, reafirmando a identidade, a cultura, os fazeres e saberes do Sul global.

É fundamental disputar a concepção de natureza e sua capitalização abrindo espaço a ideias que colocam no centro da discussão o caráter relacional, comunitário e coletivo que, histórica e geograficamente, os povos estabeleceram com os Comuns e outras fontes de existência para garantir a vida (PÉREZ; MARTIN, 2017).

Nesta perspectiva, a pandemia da Covid-19 aumentou a desigualdade e reduziu o acesso à água através da manutenção do Modo de Vida Imperial. Entretanto, este estudo busca demonstrar as alternativas ao desenvolvimento que impulsionem o Modo de Vida Solidário a partir de aprendizados com o MT do Carapitanga.

4.2 Políticas Sociais para equidade e o Direito Humano à Água e ao Saneamento (DHAS)

Sobre Políticas Sociais⁵⁸, Fleury (2002) define como um conjunto de valores que orientam as estratégias e decisões para abordar problemas sociais. Essa definição considera as perspectivas finalísticas, setoriais, funcionais, operacionais e relacionais. No entanto, é importante reconhecer que essas definições podem ser

⁵⁸ Aqui empregado com o mesmo sentido de Política Social.

limitadas, pois podem ignorar a complexidade das realidades concretas das Políticas Sociais e não identificar contradições.

A autora explica que a Política Social é influenciada por múltiplos determinantes. Primeiramente, é baseada em valores compartilhados e normas coletivas que orientam o comportamento e fundamentam o princípio da justiça. Além disso, é um campo de luta, onde diferentes forças sociais se confrontam e buscam liderança hegemônica. Também possui uma dimensão econômica, pois está relacionada ao processo de acumulação, sendo mediada pela Política e instituições. O aparato institucional desempenha um papel fundamental na formulação e implementação das Políticas Sociais, enquanto o conhecimento e as práticas específicas são gerados e reproduzidos no campo das Políticas Sociais. Por fim, as estas são complexas e multi-determinadas, envolvendo interesses convergentes, concorrentes e competitivos, que podem resultar em diferentes modelos de inclusão/exclusão e diferentes relações políticas.

Em resumo, a Política Social é uma arena complexa que busca abordar problemas sociais com base em valores compartilhados, por meio de estratégias e ações influenciadas por múltiplos determinantes, incluindo lutas políticas, acumulação econômica, instituições, conhecimentos específicos e interesses diversos desempenhando um papel crucial ao buscar superar tais desigualdades, promovendo a equidade no acesso à água e ao saneamento, especialmente para grupos vulneráveis e comunidades marginalizadas.

A água foi apresentada como uma necessidade humana básica em tratados, decisões de cortes e em resoluções internacionais até a conquista do reconhecimento do DHAS na ONU, em 28 de julho 2010, com aprovação da Resolução n.º 64/292, pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), e, em seguida, a edição da Resolução n.º 15/9, pelo Conselho de Direitos, conforme Anexo I, em que vemos alguns marcos da Política da Água das Nações Unidas, anteriores à aprovação do DHAS.

A aprovação do DHAS teve seu protagonismo nos movimentos sociais dos países da AL que, por meio de amplas mobilizações, possibilitaram que governos, em especial os da Bolívia e do Uruguai, quando eleitos, se posicionassem contrários à privatização, liderando renovadas iniciativas internacionais pela força das mobilizações sociais contra essa privatista da água.

Observamos que apenas 122 países votaram a favor⁵⁹ da Resolução na AGNU, enquanto 41 países se abstiveram de votar, e 29 se ausentaram. Entre os que não votaram a favor do DHAS, destacamos pela sua alta influência na ONU: Austrália, Canadá, Estados Unidos, Israel, Japão, Holanda e Reino Unido⁶⁰ (WATERLAT-GOBACIT, 2020, p. 1). Não é coincidência que importantes potências internacionais reconhecidas pela racionalidade privatista e por liderarem políticas de privatização e mercantilização no setor de serviços essenciais de água e esgotamento sanitário em nível internacional não tenham votado a favor do DHAS.

Na publicação *O Direito à Água*, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos afirma que as empresas e o setor privado também são *players* importantes, dentro do setor privado, particularmente, sendo os provedores de serviços de água. Nesse contexto, pontua-se que há riscos de que “[...] os interesses dos pobres possam ser tomados pelos grandes produtores agrícolas e pela indústria, dois círculos eleitorais com uma forte voz política” (UNITED NATIONS, 2010, p. 30), uma vez que a aprovação do DHAS “[...] não prescreve se os serviços de água devem ser prestados por fornecedores públicos ou privados ou por uma combinação dos dois” (UNITED NATIONS, 2010, p. 35).

Por outro lado, os movimentos sociais também tensionam, a partir da Declaração do DHAS, que a água seja garantida para todas as pessoas. Pereira (2020) afirma que o conflito de interesses é reconhecido como um problema dentro da ONU, com diversas tentativas infrutíferas de regular os interesses do capital levando a limitações concretas à efetivação da declaração do DHAS, à universalização do acesso durante as proclamadas “Décadas pela Água”, bem como ao esforço internacional para a atual concretização dos ODS. As barreiras à universalização do acesso à água e ao saneamento ocorrem, uma vez que a ONU não rompe com a Racionalidade do Capital e tem uma visão utilitarista, limitando a multiplicidade de sentidos que a água possui.

É interessante notar que essa é a terceira década da água estabelecida pela ONU. A primeira, intitulada “Década Internacional do Abastecimento de Água Potável e Saneamento”, ocorreu entre 1981 e 1990. Em seguida, vivemos a aprovação da

⁵⁹ Convém destacar que o Brasil se manifestou de forma positiva à Resolução n.º 64/292 por meio de sua representante permanente na ONU à época, Maria Luiza Ribeiro Viotti (WHO, UNICEF, 2011).

⁶⁰ Por sua alta influência na ONU e no desenvolvimento e implementação de políticas de privatização e mercantilização da água.

Década de Ação Internacional “Água para a Vida”, entre 2005 e 2015. Frente ao cenário de crise social, política, econômica e ambiental, a ONU identificou a necessidade de novas metas, após a década 2005-2015, apresentando os 17⁶¹ Objetivos para Transformar o Mundo (Figura 10).

Figura 10: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Brasil (2019, s. p.).

Os Estados-membros da ONU e suas organizações incluíram a água diretamente nos Objetivos 6 e 14, mas reconhecem que todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) só são possíveis com a garantia do DHAS, demonstrando a relevância que o tema tem à garantia da vida. Apesar dos objetivos propostos, a situação hídrica do Planeta piora a cada ano, gerando mais instabilidade ambiental, social, econômica e cultural (UNESCO, 2018).

É importante destacar que a concretização desse direito enfrenta desafios e limitações. Um desses desafios é a possibilidade de privatização dos corpos hídricos, o que pode comprometer o acesso equitativo à água. A privatização pode priorizar interesses comerciais em detrimento das necessidades e direitos das comunidades,

⁶¹ São eles: Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. **Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.** Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos. Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. Objetivo 9. Construir infraestruturas robustas, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação. Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles. Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resistentes e sustentáveis. Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis. Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos. **Objetivo 14. Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.** Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade. Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

resultando em exclusão e desigualdades no acesso à água e ao saneamento. Apesar dessas limitações, o DHAS é reivindicado por meio de processos de mobilização social. Movimentos e organizações da sociedade civil têm lutado para garantir que esse direito seja respeitado, protegido e promovido. Essas mobilizações buscam promover políticas públicas inclusivas, a participação democrática e a governança/gestão participativa visando alcançar a equidade no acesso à água e ao saneamento.

Ao promover o DHAS, é essencial considerar a diversidade cultural e os contextos locais, levando em conta as percepções, as necessidades e as práticas das comunidades em relação à água. Por isso, ressaltamos a relação entre o DHAS e a Cultura da Água. Como veremos no capítulo a seguir, a partir da vivência importante da AL, apresenta-se nos espaços internacionais das Nações Unidas a elaboração da água como fonte de vida por meio de conceitos como Cultura da Água — compreendida como o conjunto de estratégias comunitárias, condutas para o uso da água, que podem ser “lidas” como formas organizativas, normas, objetos materiais, conhecimento e práticas da comunidade ou aceita por elas em processos políticos que se concretizam em relação ao aproveitamento, à proteção e ao uso da água, de acordo com Vargas e Piñeyro (2005).

Os autores afirmam que essa perspectiva possibilita a promoção de práticas mais abrangentes e sensíveis, que valorizem a diversidade cultural e busquem soluções sustentáveis e culturalmente apropriadas para garantir o acesso equitativo e a gestão sustentável da água. Isso contribui não apenas para atender às necessidades básicas das pessoas, mas também para promover o respeito às identidades culturais e o fortalecimento das comunidades em relação à água.

No Brasil, a Agência Nacional de Águas (ANA) desempenha um papel fundamental na Política da Água, através de uma gestão, que almeja a governança responsável e eficiente dos corpos d'água no Brasil. Sua importância reside na promoção da conservação e preservação dos bens hídricos, na garantia do acesso equitativo à água e na proteção dos ecossistemas aquáticos.

A ANA atua como órgão regulador e fiscalizador, estabelece normas e diretrizes para o uso sustentável da água, monitorando a qualidade dos corpos d'água e promovendo ações para prevenir a escassez e a poluição. Além disso, a agência desempenha um papel crucial na coordenação entre os diversos setores e atores

envolvidos, como governos, empresas, organizações sociais e comunidades locais, buscando garantir uma gestão integrada e participativa dos corpos d'água.

4. 3 Cultura da Água

Ao reconhecer a importância de reparar a desigualdade hídrica, emerge a necessidade de adotar uma nova abordagem centrada na (re)conexão com a natureza, nesse sentido, identificamos a potencialidade da Cultura como eixo orientador para um processo de governança transformador em relação à água. De acordo com Geertz (1973), a Cultura é um sistema de significados compartilhados que molda a visão de mundo, as interpretações e as ações dos indivíduos dentro de um determinado grupo social. Ela é transmitida de geração em geração e desempenha um papel fundamental na formação da identidade coletiva.

Já para Clifford (1988), a Cultura não é apenas um conjunto de práticas e representações simbólicas, mas também é um campo de poder, onde diferentes grupos sociais lutam para definir e controlar as narrativas e significados dominantes. Essas referências ajudam a compreender que a cultura não é algo estático, mas dinâmico e em constante transformação, resultante das interações entre os indivíduos e seus contextos sociais, históricos e políticos. Portanto, o conceito de Cultura envolve aspectos simbólicos, comportamentais, sociais e históricos, e sua compreensão requer uma abordagem interdisciplinar.

Já a Cultura da Água reconhece a água como um elemento vital, sagrado e interconectado com todas as formas de vida. Representa um rompimento com os paradigmas dominantes que tratam a água meramente como um recurso a ser explorado e controlado. Ao ser adotada como base para a governança hídrica, propõe-se reconfigurar as relações sociais, políticas e econômicas em torno da água. Isso implica em superar estruturas coloniais que perpetuam desigualdades, exploração e degradação ambiental.

A mudança de paradigma proposta pela (re)conexão com a Cultura da Água para elaboração de Políticas Sociais traz consigo uma visão holística e interdependente, valorizando os conhecimentos tradicionais, as práticas sustentáveis e a pluralidade de olhares para a natureza. Fazemos um convite para repensar formas de governança que promovam justiça hídrica e revitalizem os laços entre humanos e natureza. Nesse sentido, a Cultura da Água se torna uma inspiração para a construção

de um futuro mais equitativo, sustentável e respeitoso com a vida em todas as suas manifestações. É uma oportunidade de transformar as relações com a água e redefinir os caminhos da governança hídrica, alinhados com uma perspectiva decolonial e emancipatória.

Apresentamos as reflexões teóricas a partir de Vargas (2006), concordando sobre a necessária mudança de paradigma em relação à água, a partir da Cultura da Água⁶² como eixo central de um novo processo de governança. Destacamos que não é sobre voltar ao passado, mas sim uma busca de caminhos à Segurança Hídrica em harmonia socioambiental, rejeitando o caminho da desigualdade. Apresentamos, neste tópico, a racionalidade baseada na perspectiva da água como “fonte de vida”, defendida por meio da organização e mobilização do Território de Aprendizagem a partir dos ensinamentos ancestrais que moldam o que denominaremos como Racionalidade do Bem Viver.

4.3.1 Revigorando Valores: Cultura da Água como Conceito e a Matriz de Necessidades Humanas e Satisfatores

A reivindicação por uma Nova Cultura da Água surge em diversos países reivindicando a construção da cidadania em relação à Política da Água e à sua governança de forma democrática e participativa, substituindo práticas clientelistas por uma nova Cultura da Água⁶³ (MARTÍNEZ GIL, 2008).

Martínez Gil (2003) nos conduz ao questionamento sobre o valor da água e o que seriam as alterações do meio natural (como os rios) moralmente admissíveis: “[...] transformá-las em um simples recurso? Como são estabelecidos os limites? Quem fará a distinção entre [água] como uma mercadoria temporária e o valor permanente que precisa ser preservado?” (p. 7). Apresentamos, neste tópico, as intercessões entre o movimento por uma Nova Cultura da Água e o conceito de Cultura da Água.

De acordo com Gómez Fuentes (2012), o conceito de Nova Cultura da Água é cunhado por Martínez Gil, tendo sido nutrido por Federico Aguilera Klink e Pedro Arrojo Agudo. Ambos os autores foram participantes importantes do movimento de atingidos na Espanha, no início dos anos 1990, contrários ao Plano Hidrológico

⁶² No sentido de Cultura da vida (VARGAS, 2006).

⁶³ Neste estudo, usamos Cultura da Água e Nova Cultura da Água como sinônimos.

Nacional, que previa a construção de um grande número de represas e a transposição do rio Ebro.

Dez anos depois, foi elaborada, em Tortosa, a *Plataforma en Defensa de l'Ebre*, considerada um marco dos protestos contra as transferências de água entre bacias na Espanha. Com o sucesso da mobilização e o abandono do projeto de transposição em 2004, a Nova Cultura da Água “[...] foi valorizada como uma referência de princípios e fundamentos alternativos à lógica dominante de gestão da água na Espanha, ganhando notoriedade internacional” (MAGALHÃES, 2017, p. 5).

Os manuscritos elaborados por Martínez Gil foram publicados em um livro intitulado *La Nueva Cultura del Agua en España*, editado, em 1997, pela Bakeaz e pela Coordinadora de Afectados por Grandes Embalses y Trasvases (COAGRET). Martínez Gil (1997) elaborou para além das questões dos territórios particulares do conflito e avançou na formulação sobre a lógica que permeia as políticas públicas da água na Espanha, baseada na Racionalidade do Capital.

A Nova Cultura da Água aproxima-se do conceito de Cultura da Água elaborado por Vargas na concordância sobre a necessidade do diálogo (de saberes, vivências, visões); do reconhecimento de que não temos um modelo único à água, muito menos uma metodologia ou paradigma que funcione por dentro da Racionalidade do Capital.

Os atores acordam que, a partir da racionalidade da Cultura da Água, é preciso construir uma nova territorialidade. Parte-se, para isso, do não se disciplinar a aparatos políticos e científicos profundamente positivistas que negam saberes e fazeres milenares com a justificativa da gestão eficiente da água, acabando por torná-la vendável, poluída e destruída para que seja valorizada — a partir da sua escassez ou como mercadoria. A Cultura da Água nos permite a aproximação da complexa realidade que surge da relação água e sociedade (VARGAS, 2006).

Para o autor, centrar-se em um projeto de futuro comum desde a Cultura da Água é reconhecer a necessidade de reestabelecer vínculos e encorajar a construção de uma democracia da água entendida como uma ética da vida. Este conceito é, portanto, um aspecto específico da cultura de um coletivo que compartilha, entre outras coisas, crenças, valores e práticas a respeito da água (VARGAS, 2006).

Compreende-se pelo “sistema de crenças compartilhadas” o elemento central para valorizar a Cultura da Água, centralizada na democratização de conceitos e não centralizada na unificação do poder. Dessa forma, “[...] a Cultura da Água do futuro será parte de uma cultura democrática ou não haverá paz” (VARGAS, 2006, p. 18).

Nossos povos colocam em xeque os modelos teóricos que envolvem a gestão centralizada da água, apresentando alternativas viáveis em meio ao aquecimento global, com respostas e modelos que garantem nossa sobrevivência a eventos extremos, como desertificações, enchentes, tsunamis e desabastecimento.

Nesta perspectiva, Gómez Fuentes (2012) explica que, com a Nova Cultura da Água, procura-se romper com a Racionalidade do Capital e com os paradigmas positivistas através de argumentos sólidos e científicos do ponto de vista cultural, social e técnico.

Ainda sobre esse aspecto, para a Vargas (2006, p. 19), o Território Água da Cultura da Água apresenta uma alternativa à Racionalidade do Capital, em vez de denominar a água como um recurso através da “água setorial” — gerenciada por setores: água potável mineral, hidroeletricidade, navegação etc. É possível compreender que a água é um *satisfactor*⁶⁴ que incide direta e indiretamente na vida — pela presença ou ausência muito mais do que se supõe no Território Água do Capital.

Vale pontuar que tanto Martínez Gil (1997; 2008) como Gómez Fuentes (2012), por meio da Nova Cultura da Água, como Vargas (2006), através do conceito de Cultura da Água, apresentam uma “oportunidade e potência de empoderamento da cidadania da água” ou “democracia da água” mediante processos que só são possíveis com uma verdadeira democracia política que se aproveita da atual crise da governabilidade⁶⁵, aprofundada pelo aquecimento global. Voltamos à água, pois, ela está na origem de toda a vida e Cultura⁶⁶.

Trata-se de uma forma particular de democracia participativa impulsionada pelos grupos afetados pelo Território Água do Capital e que incluem, entre suas demandas, novas formas de gestão da água (VARGAS, 2006; GÓMEZ FUENTES, 2012). Para essa racionalidade, a Cultura da Água não pode ser considerada um componente a mais dos projetos, devendo ser entendida como geradora e condicionante de todos os componentes da gestão da água.

⁶⁴ Vargas (2006) apresenta a palavra *Satisfactor* e *Satisfactors*, aqui compreendida como Fator de Satisfação, Indicador de Satisfação, Índice de Satisfação. Entretanto, também pode ter sentido de satisfazer atores ou atores de satisfação. Portanto, para não perder a essência da elaboração de Vargas, não a traduziremos para o português. Da mesma forma, não traduziremos a Matriz apresentada pelo autor.

⁶⁵ La gobernabilidad del agua en América Latina. BID.

⁶⁶ Por isso, compreendida como a água aborígine (VARGAS, 2006).

Entretanto, também é possível encontrar o uso da “Nova Cultura da Água”⁶⁷ pela Racionalidade do Capital, que propõe uma prática “diferente” para garantir a participação popular, enquanto, em verdade, quer lucrar com a água, conforme vemos em Castro (2006), quem relata o exemplo do México, em 1992, quando essa “Nova Cultura da Água” atuava pela provisão dos serviços de água pelo setor privado com o envolvimento cidadão, sempre limitado ao sentido de usuário e consumidor e sem garantir democracia ou redução da desigualdade.

Por outro lado, sua gestão é compreendida como o “fazer concreto” do conjunto da sociedade, e a Cultura da Água é o fundo que embebe todas as condutas individuais e institucionais que se expressam em uma sociedade relacionadas à água. Refere-se principalmente ao que o Estado e suas Instituições fazem com a água, e a Cultura da Água é o que as pessoas acreditam e fazem. A ruptura e o distanciamento entre o Estado, suas instituições e as pessoas marcam o espaço de conflitos e harmonias com os quais devemos trabalhar para preencher lacunas e construir pontes para um projeto comum (VARGAS, 2006).

Importante destacar que não existe uma “pureza” cultural, e que a Cultura da Água está construída também sobre sincretismos, migrações das pessoas, intercâmbios e adaptações de um coletivo (étnico ou cultural), sendo importante compreender que, em caso de avanços na compilação de conhecimentos e práticas, sempre seja feita menção ao grupo que os produziu.

Consoante a isso, Gómez Fuentes e Copitzky (2012) apontam que a Nova Cultura da Água é fundamental, especialmente por apresentar oposição ao aprofundamento de desigualdades hídricas — seja por meio da construção de grandes represas no mundo, por processos de privatização dos serviços públicos de água e saneamento, pela defesa de rios, aquíferos, lagos e frente às indústrias e mineração.

A experiência espanhola, transformou toda a cidadania afetada por políticas públicas ambientais insustentáveis, obsoletas, antissociais e economicamente irracionais apoiada em setores das universidades e permitindo um enfoque estratégico de caráter cidadão. Mediante a Nova Cultura da Água, foram oferecidas soluções

⁶⁷ Utilizamos entre aspas, pois, neste caso, significa uma deturpação do conceito original pela Racionalidade do Capital, e, como encontramos o seu uso assim em Castro (2016, p. 217), compreendemos que é importante o uso das aspas como marcador de diferenciação. Entende-se que o principal marco diferencial é que, para a Nova Cultura da Água, é impossível privatizá-la, enquanto, para a “Nova Cultura da Água”, é necessário fazê-lo.

técnicas específicas a cada conflito, construindo as bases para novas políticas públicas eficientes e sustentáveis, e o debate foi lançado à comunidade universitária através dos Congressos Ibéricos de Gestão e Planejamento das Águas, em que, desde o plano acadêmico, foi possível convocar movimentos sociais, grupos organizados, pessoas interessadas e especialistas reconhecidos para aportar ideias e exemplos exitosos das comunidades que pudessem enriquecer o debate (GOMÉZ FUENTES; COPITZY, 2012).

Assim, o movimento pela Nova Cultura da Água propôs a mudança da tradicional mentalidade produtivista — que considera os rios como simples canais de H₂O — para defendê-los como ecossistemas vivos e como patrimônios naturais que geram identidade territorial e serviços importantes não só para quem vive em seu entorno, mas para toda a sociedade atual e futura (GOMÉZ FUENTES; COPITZY, 2012).

Para a racionalidade da Cultura da Água, é necessário avançar para um Território Água onde o conhecimento formal adquirido rompa com o “medo patológico da liderança e liberdade” observado nos tomadores de decisão, de acordo com Max-Neef (1986 apud VARGAS, 2006). O autor ironiza o comportamento no qual é afirmada a necessidade de orientar o povo. Enquanto dirigentes, se dão ao luxo de desconhecer as orientações do povo e seguem desenhando programas de “conscientização” num estranho processo, em que, por alguma “[...] estranha razão se supõe que o que sofre não sabe porque sofre” (MAX-NEEF, 1986 apud VARGAS, 2006, p. 47). Importante dizer que as campanhas de conscientização são geralmente voltadas ao consumidor individual, e não aos maiores usuários de água (agricultura, indústria, setor hidroelétrico etc.) e aos maiores poluidores.

Para reverter esse equívoco, é preciso ter ações locais, construídas de forma democrática e insurgindo-se para garantir que, de fato, os poluidores das águas, os grandes consumidores, sejam responsabilizados e obrigados a solucionar os problemas causados enquanto há tempo.

Seguindo o raciocínio de Mignolo (2001), a “história universal” é universal no enunciado, mas local na enunciação. Ainda nesta perspectiva, Vargas (2006, p. 110) afirma que a história da Cultura da Água “[...] será universal no enunciado e local na sua enunciação, pertencendo a cada povo, a cada sociedade”. Nesse processo, cabe à academia evitar a tendência de considerar o saber dos povos originários como de baixa qualidade.

Considera-se que o conhecimento tradicional e o patrimônio cultural imaterial⁶⁸ de cada povo tem um acervo cultural riquíssimo que deve ser incorporado em igualdade de condições com os provenientes de outras culturas. Para essa tarefa, orienta-se a utilização da *Matriz de Necessidades Humanas e Satisfatores na Cultura da Água* (p. 92).

Neste aspecto, Vargas (2006) indica a aplicação do Desenvolvimento à Escala Humana elaborado por Max Neef *et al.* (1986) na temática água, no que propõe chamar de *Matriz de Necessidades Humanas e Satisfatores na Cultura da Água*, e, deste modo, sugere a aplicação da Matriz estruturando em duas categorias as necessidades:

1. Categoria Existencial, na qual estão incorporadas as necessidades de: a) Ser (atributos coletivos ou pessoais); b) Ter (instituições, normas, mecanismos, ferramentas — não no sentido material); c) Fazer (ações pessoais ou coletivas que podem ser expressas em verbos); e d) Estar (espaços e ambientes).

2. Categoria Axiológica, em que estão compreendidas as necessidades de: a) Subsistência; b) Proteção; c) Afeto; d) Entendimento; e) Participação; f) Ócio; g) Criação; h) Identidade; e i) Liberdade. Na apresentação para a Unesco, Vargas (2006) não inclui a categoria Transcendência, mas considera que possa vir a ser incorporada. Esse O autor afirma também que a própria Matriz não está fechada, mas sim aberta à discussão e reelaboração, compreendendo que, a respeito da água, “ninguém é totalmente sábio e nem totalmente ignorante” (VARGAS, 2006, p. 92). A Matriz se apresenta como um instrumento para que o valor da água, isto é, os problemas que afetam as pessoas possam ser descritos e, assim, seja possível construir potencialidades de soluções em um processo de cultura democrática da água (Quadro 2).

⁶⁸ Nos referimos ao “patrimônio cultural imaterial” de acordo com a definição adotada pela Unesco (2003) “[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas — com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados — que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.” (Tradução nossa). “Conhecimento tradicional” será abordado aqui de acordo com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (2002). Entre as categorias de conhecimento tradicional, figuram: “as medicinas e os remédios relacionados; os conhecimentos relacionados à diversidade biológica; as “expressões do folclore” na forma de música, dança, canto, canção, artesanato, desenhos e modelos, histórias e obras de arte; elementos dos idiomas, como nomes, indicações geográficas e símbolos; e “bens culturais móveis”.

Quadro 2: Matriz de Necesidades Humanas e Satisfatores na Cultura da Água

CATEGORIAS EXISTENCIAIS	SER	TER	FAZER	ESTAR
CATEGORIAS AXIOLÓGICAS				
SUBSISTENCIA	<p>1) Salud física, salud mental, equilibrio, solidaridad, humor, adaptabilidad</p> <hr/> <p><i>Salud física, salud mental, equilibrio, solidaridad, humor, adaptabilidad</i></p>	<p>2) Alimentación, abrigo, trabajo</p> <hr/> <p><i>Agua potable, bebida, higiene, alimentos, abrigos...</i></p>	<p>3) Alimentar, procrear, descansar, trabajar</p> <hr/> <p><i>Producir y conservar alimentos. Recolectar, pescar, cazar, cultivar, captar y transportar agua, purificar el agua, filtrar, impermeabilizar, aislar, humedecer, deshidratar...</i></p>	<p>4) Entorno vital, entorno social</p> <hr/> <p><i>Áreas de recolección, áreas de pesca (pesqueros), de caza, de cultivo. Protección de fuentes. Lugares de captación de agua. Lugares secos para morar, guardar alimentos, guardar semillas...</i></p>
PROTECCIÓN	<p>5) Cuidado, adaptabilidad, autonomía, equilibrio, solidaridad</p> <hr/> <p><i>Cuidado, adaptabilidad, autonomía, equilibrio, solidaridad. Seguridad. Parámetros de calidad. Alerta temprana</i></p>	<p>6) Sistemas de seguros, ahorro, seguridad social, sistemas de salud, legislaciones, derechos, familia, trabajo</p> <hr/> <p><i>Almacén de comida y depósitos de agua. «Ley de la sed». Solidaridad alimentaria. Organizaciones de regantes. Leyes y normas del agua, de ocupación del territorio y utilización de recursos naturales...</i></p>	<p>7) Cooperar, prevenir, planificar, cuidar, curar, defender</p> <hr/> <p><i>Filtrar y purificar el agua, transportar el agua. Impermeabilizar (aislar de la humedad, viviendas, semillas, lugares de descanso y dormir, vasijas, medios de flotación)</i></p>	<p>8) Contorno vital, contorno social, morada</p> <hr/> <p><i>Techos de viviendas. Lugares y objetos de dormir, naves, abrigos, áreas defendidas. Redes de alerta temprana, pronósticos hidrometeorológicos. Zonificación y ordenamiento territorial...</i></p>

APECTO	<p>9) Autoestima, solidaridad, respeto, tolerancia, generosidad, receptividad, pasión, voluntad, sensualidad, humor</p> <hr/> <p><i>Autoestima, solidaridad, respeto, tolerancia, generosidad, receptividad. Fiesta. Lazo social, desarrollo endógeno...</i></p>	<p>10) Amistades, parejas, familias, animales domésticos, plantas, jardines</p> <hr/> <p>– <i>Espíritus protectores de las fuentes, los animales, las plantas. Rituales de invocación, rogativas, agradecimiento. Leyes y normas de manejo de recursos naturales...</i></p>	<p>11) Hacer el amor, acariciar, expresar emociones, compartir, cuidar, cultivar, apreciar</p> <hr/> <p><i>Sentir, rogar, sacralizar, creer, homenajear. Rituales de agradecimiento (lluvias, abundancia, etc.) Pedidos de perdón y agradecimiento a los árboles y animales. Administrar recursos naturales...</i></p>	<p>12) Privacidad, intimidad, hogar, espacios de encuentro</p> <hr/> <p><i>Espacios sagrados y de rituales para reflexionar y tomar decisiones. Reservas naturales, preservación de fuentes, de humedales, de acuíferos. (afecto hacia las generaciones futuras, nuestros hijos)</i></p>
ENTENDIMIENTO	<p>13) Conciencia crítica, receptividad, curiosidad, asombro, disciplina, intuición, racionalidad</p> <hr/> <p><i>Conciencia crítica, receptividad, curiosidad, asombro, disciplina, observación, intuición, racionalidad...</i></p>	<p>14) Literatura, maestros, método, políticas educacionales, políticas comunicacionales</p> <hr/> <p>– <i>Mitos, leyendas, cuentos, historias, conocimientos, saberes. (calendarios, predicciones Prognósticos. Ciclo del agua. Ritmos de la naturaleza y la sociedad...)</i></p>	<p>15) Investigar, estudiar, experimentar, educar, analizar, meditar, interpretar</p> <hr/> <p><i>Investigar, estudiar, experimentar, educar, analizar, meditar, interpretar: selección de semillas, venenos de caza y pesca...</i></p>	<p>16) Ámbitos de interacción formativa: escuelas, universidades, academias, agrupaciones, comunidades, familias</p> <hr/> <p><i>Espacios para producir y transmitir conocimientos, observatorios astronómicos, redes meteorológicas e hidrométricas...</i></p>
PARTICIPACIÓN	<p>17) Adaptabilidad, receptividad, solidaridad, disposición, convicción, entrega, respeto, pasión, humor</p> <hr/>	<p>18) Derechos, responsabilidades, obligaciones, atribuciones, trabajo</p> <hr/>	<p>19) Afiliarse, cooperar, proponer, compartir, discrepar, acatar, dialogar, acordar, opinar</p> <hr/> <p><i>Formas de organización</i></p>	<p>20) Ámbitos de interacción participativa: partidos, asociaciones, iglesias, comunidades, vecindarios,</p>

	<i>Adaptabilidad, receptividad, solidaridad, disposición, convicción, entrega, respeto, pasión, humor...</i>	<i>Normas y formas de organización para el uso, aprovechamiento o y protección del agua para las personas, plantas y animales. Audiencias públicas, organizaciones democráticas de usuarios...</i>	<i>sobre el agua, y las actividades productivas: distribución del agua, de la tierra, de las áreas de recolección, caza y pesca...</i>	familias <hr/> <i>Casas de Clanes, casas de hombres, mujeres, sociedades secretas. «Minga». «Tinku». Espacios compartidos para la gestión...</i>
OCIO	21) Curiosidad, receptividad, solidaridad, imaginación, despreocupación, humor, tranquilidad, sensualidades <hr/> <i>Curiosidad, receptividad, solidaridad, imaginación, despreocupación, humor, tranquilidad, sensualidades</i>	22) Juegos, espectáculos, fiestas, calma <hr/> <i>Festividades de las actividades productivas, juegos en el agua, natación, buceo. Turismo ecológico y recreación...</i>	23) Divagar, abstraerse, soñar, añorar, fantasear, evocar, relajarse, divertirse, jugar <hr/> <i>Nadar, bucear, navegar. Descansar. Gozar. Disfrutar. Leer. Ver películas...</i>	24) Privacidad, intimidad, espacios de encuentro, tiempo libre, ambientes, paisajes <hr/> <i>Espacios para festividades. Espacios y paisajes recreativos y de turismo...</i>
CREACIÓN	25) Pasión, voluntad, intuición, imaginación, audacia, racionalidad, autonomía, inventiva, curiosidad <hr/> <i>Pasión, voluntad, intuición, imaginación, audacia, racionalidad, autonomía, inventiva, curiosidad...</i>	26) Habilidades, destrezas, métodos, trabajo <hr/> <i>Habilidades, destrezas, métodos, trabajo en y con el agua, y sus actividades conexas. Instituciones artísticas y de investigación. Congresos, seminarios,</i>	27) Trabajar, inventar, construir, idear, componer, diseñar, interpretar <hr/> <i>Trabajar, inventar, construir, idear, componer, diseñar, recrear, interpretar todo lo relacionado con el agua y sus actividades conexas...</i>	28) Ámbito de producción y retroalimentación: talleres, ateneos, agrupaciones, audiencias, espacios de expresión, libertad temporal <hr/> <i>Ámbitos de producción y creación. Espacios para investigar, experimentar y comunicar conocimientos y creaciones</i>

		<i>muestras, publicaciones...</i>		
IDENTIDAD	<p>29) Pertenencia, coherencia, diferenciación, autoestima, asertividad</p> <hr/> <p><i>Pertenencia, coherencia, diferenciación, autoestima, asertividad</i></p>	<p>30) Símbolos, lenguajes, hábitos, costumbres, grupos de referencia, sexualidad, valores, normas, roles, memoria histórica, trabajo</p> <hr/> <p><i>Símbolos, lenguajes, hábitos, costumbres, grupos de referencia, valores, normas, roles, memoria histórica, trabajo, religiosidad...</i></p>	<p>31) Comprometerse integrarse, confrontarse, definirse, conocerse, reconocerse, actualizarse, crecer</p> <hr/> <p><i>Re-ligarse</i></p>	<p>32) Socio-ritmos, entornos en la cotidianidad, ámbitos de pertenencia, etapas madurativas</p> <hr/> <p><i>Espacios simbólicos, ámbitos de pertenencia (cuenca del río x), espacios del clan o de la tribu, pesquerías, cazaderos, territorios vitales</i></p>
LIBERTAD	<p>33)Autonomía, autoestima, voluntad, pasión, asertividad, apertura, determinación, audacia, rebeldía, tolerância</p> <hr/> <p><i>Autonomía, autoestima, voluntad, pasión, asertividad, apertura, determinación, audacia, rebeldía, tolerancia...</i></p>	<p>34) Igualdad de derechos</p> <hr/> <p><i>Igualdad de derechos, poder para manejar el territorio. Normas y organizaciones democráticas, pragmáticamente e coherente.</i></p>	<p>35) Discrepar, optar, diferenciarse, arriesgar, conocerse, asumirse, desobedecer, meditar</p> <hr/> <p><i>Elegir. Cambiar. Opinar. Decidir. Protagonizar. Revocar mandatos. Migrar (nomadismo). Optar por actividades.</i></p>	<p>36) Plasticidad espacio – Temporal</p> <hr/> <p><i>Territorios de migración, nomadismo. Espacios democráticos para la acción y reflexión.</i></p>

Fonte: Vargas (2006).

Sendo assim, é possível perceber que a busca por transcender as fronteiras impostas pela Racionalidade do Capital abrange aspectos sociais, culturais e espirituais que permeiam a nossa conexão com a água. Sublinha-se, portanto, que

reconhecer e valorizar essa cultura é essencial para construir um futuro sustentável e equitativo.

Através da Matriz de Necessidades Humanas e Satisfatores na Cultura da Água, é feito um convite a repensar nossas necessidades e prioridades em relação à água, considerando não apenas aspectos materiais, mas também emocionais, sociais e simbólicos. Essa abordagem nos permite explorar novos caminhos, encontrar soluções inovadoras e fortalecer os laços entre comunidades, natureza e água.

É importante destacar que a Matriz não é uma solução definitiva, mas um ponto de partida para a reflexão e ação. Ela nos desafia a questionar as estruturas e práticas vigentes, a ampliar nossa compreensão da água como um bem comum e a trabalhar em conjunto para construir uma cultura democrática da água.

No contexto atual, onde a injustiça em relação à água persiste e as comunidades tradicionais enfrentam a destruição de suas culturas e conhecimentos, é urgente promover uma mudança de paradigma. Devemos reconhecer e respeitar a diversidade cultural, valorizar os saberes ancestrais e garantir que todas as pessoas tenham acesso à água e sejam ouvidas em decisões que afetam suas vidas.

4.3.2 Navegando pela Cultura da Água no Território de Aprendizagem do Carapitanga

Identificamos o potencial da elaboração para desafiar as estruturas de poder dominantes, desconstruir narrativas opressivas e construir relações mais equitativas com a água e entre as pessoas. É um convite para um processo contínuo de aprendizado, diálogo e ação, em busca de uma gestão da água que promova a justiça social, a sustentabilidade ambiental e a valorização das múltiplas culturas que compõem nosso Território Água.

A respeito dessa questão, Vargas (2006) destaca a importância das comunidades rurais, cujas festividades e rituais estão intrinsecamente ligados à água, seja por meio da celebração da chuva ou da ausência dela. O autor argumenta que, no Território Água do Capital, as festividades são paulatinamente substituídas por efemeridades, como o Dia Mundial da Água, o Dia Nacional da Água, o Dia do Meio Ambiente, da Árvore, da Terra etc. (cada uma com seu dia) celebradas de forma a compartilhando compartilhar informação.

No nosso Território de Aprendizagem, testemunhamos práticas culturais ancestrais que honram essa conexão com a água em todas as comunidades, como na

Tekoa Araponga, da comunidade Guarani Mbya, na festa do Nhemongaraí (batismo do milho), de modo que desvela a transmissão de conhecimentos e saberes sobre a relação sagrada com a natureza, incluindo a água de geração em geração.

Identificamos que a celebração cumpre o papel de recordar valores primordiais e o sentido vital da água, religando as pessoas com sua comunidade, a natureza e os espíritos. Esse fator gera um cuidado com a comunidade que entende a relevância de compartilhar a água, assim como também compreende um comportamento de solidariedade quando se vive a falta. Ou seja, as comunidades prezam por compartilhar o pouco que têm e pensar soluções conjuntas.

Essas práticas também se manifestam nas rotinas diárias de todas as comunidades estudadas, sendo essenciais para uma compreensão mais ampla da água, pois nos convidam a reconhecer sua importância para além de seu valor meramente utilitário. Através dessas práticas, aprendemos sobre a interdependência entre a água e a vida, sobre a responsabilidade coletiva de proteger e preservar esses corpos preciosos.

A respeito dessa questão, Vargas (2006) compara a relação das comunidades rurais, que têm festividades e se conectam com as águas, seja pela ausência, seja pela presença de chuvas, por exemplo. E, questiona: “Será que esse tipo de comemoração serve para nos religar e sentirmos que somos parte de uma comunidade solidária com a vida?”. Vargas E segue questionando: “Será que a cultura monocromática da burocracia nos roubou as festas e a oportunidade de nos reunirmos para recordar (de *recordis*, voltar a passar no coração) e acordar (colocar em harmonia nossos corações) novos rumos?” (p. 43).

Através da pesquisa, foram identificados os seguintes componentes da Cultura da Água no Território de Aprendizagem:

- a) Língua: O uso da linguagem como meio de comunicação e expressão relacionado à água.
- b) Crenças: Incluindo as cosmovisões e os conhecimentos associados à água.
- c) Valores: Princípios e ideias compartilhados em relação à água.
- d) Normas e formas organizativas: Regras e estruturas que orientam o uso e a gestão da água.
- e) Práticas tecnológicas e elaboração de objetos materiais: Tecnologias e artefatos utilizados para manipular e utilizar a água.
- f) Criação simbólica: Expressões artísticas e culturais relacionadas à água.

g) Relação do ser humano com a natureza: Percepções e interações humanas com os ecossistemas aquáticos.

h) Resolução de conflitos pela água: Formas de lidar e resolver disputas relacionadas ao uso e ao acesso à água.

Após a análise do contexto estudado, constatou-se que os elementos mencionados são fundamentais para compreender a Cultura da Água, pois estão. Estando intrinsecamente ligados à forma como cada comunidade se relaciona com a água, compartilhando conhecimentos, valores e práticas específicas (VARGAS, 2006).

A identificação desses elementos proporcionou uma visão mais concreta e factual sobre a presença e a relevância da Cultura da Água na vida das pessoas. Identificamos que ela é determinada pela interação entre as normas reconhecidas por cada comunidade e pelas relações de poder no Território.

Tanto as normas formais quanto as informais, aliadas às dinâmicas de poder, influenciam a circulação de valores, linguagem e conhecimento, e têm ade modo que têm a capacidade de abrir, cancelar ou manter processos políticos.

Ademais, notamos que o manejo da água está intrinsecamente ligado ao manejo do conflito, e a Cultura da Água reflete a dinâmica dessas tensões, seus equilíbrios e desequilíbrios, que, como afirma Vargas (2006), são dinâmicos e variam de acordo com a cultura ou a sociedade em determinado lugar e momento.

Portanto, trata-se de uma produção social, resultado de valores e percepções socioculturais que permeiam e circulam, alimentando racionalidades e territorialidades. Ela se manifesta de forma dinâmica e contínua por meio da interação social entre as matrizes cultural e política.

Pode-se dizer, então, que a Cultura da Água é o encontro entre os elementos naturais (sistema ecológico e seus subsistemas geomorfológico, edafológico, biológico, climático e suas variações) e os elementos sociais (matrizes culturais e sociopolíticas) que adquirem uma dimensão integradora na Matriz de Necessidades Fundamentais (VARGAS, 2006).

Ou seja, trata-se de um projeto de futuro que nos permite sair de centenas de anos de atraso para construir a nossa própria história e singularidade em nossas fontes e origens culturais, trabalhando para reverter os estragos da colonização da água.

Vale pontuar que, sobre esse ponto, Vargas (2006) propõe a formulação em cada território da Matriz das Necessidades Fundamentais⁶⁹; sendo assim, acreditamos que ela poder ser aplicada como metodologia para reverter a realidade caótica que vivenciamos na AL, onde, embora tenhamos a maior disponibilidade de água doce per capita do mundo, com 20% do total mundial, somos o continente com maior injustiça em relação à água do Planeta (BARLOW, 2015).

Durante a formulação no Território de Aprendizagem, identificamos o potencial de ser uma ferramenta para analisar de os impactos socioambientais causados por empreendimentos, além de poder ser base para atividades socioeducativas; uma vez que o avanço da Racionalidade do Capital nos territórios tradicionais destrói culturas que sequer são conhecidas, resultando na perda de saberes tradicionais e na violação dos direitos das comunidades.

Nesse sentido, é urgente reconhecer e respeitar a diversidade cultural e os conhecimentos ancestrais das comunidades afetadas pelos empreendimentos, dando voz às suas preocupações e prioridades. Somente assim poderemos reverter o quadro de destruição cultural e promover uma gestão sustentável e justa da água, garantindo que as necessidades fundamentais de todas as pessoas sejam atendidas.

⁶⁹ MAX-NEEF, M. *et al.* **Desarrollo a escala humana**: una opción para el futuro. Cepaur. Fundación Dag Hammarskjöld. Uppsala, 1986.

5. CURSO DO RIO: ABORDAGEM, METODOLOGIA E FONTES DE DADOS

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa (CRESWELL, 2017) e transdisciplinar, com foco na análise das racionalidades no território, priorizando as práticas e soluções dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). Nesse sentido, não será realizada uma investigação aprofundada da racionalidade ligada à lógica do capital, como petróleo, usinas nucleares, turismo predatório e grilagem de terras, uma vez que existem estudos abrangentes sobre esses temas. A pesquisa direciona-se para a compreensão da Racionalidade do Bem Viver, adotada pelos PCTs. Serão exploradas as soluções propostas por essas comunidades, sua forma de organização, os desafios vividos, os avanços alcançados e a transição de uma Identidade de Resistência para uma Identidade de Projeto.

A estrutura conceitual desta pesquisa, como já explicitado, fundamenta-se a partir dos conceitos: a Água como Comum e como Direito Humano; Cultura da Água, Racionalidades, Territorialidades e Bem Viver. Como complementação analítica, apresentamos as categorias teóricas: dos paradigmas da Economia Verde; a Ecologia Política Crítica. Ademais, a análise foi realizada com base na aquisição de dados textuais e imagéticos densos e ricos em conteúdo que foram filtrados em um processo, posterior, de agregação de dados, isto é, a codificação, que consiste em instituir palavras (códigos/temas) que representem categorias desejadas e escolher frações de textos (ou imagens) relevantes atribuindo a cada uma delas um código (BARDIN, 1977; CRESWELL, 2017).

Tanto os dados primários como secundários foram trabalhados mediante análise de conteúdo. Destacamos o caráter social da análise de conteúdo, uma vez que é uma técnica com o intuito de produzir inferências de um texto para seu contexto social de forma objetiva (BAUER; GASKELL, 2002). Utilizamos tanto para os dados primários como para os secundários a análise de conteúdo, seguindo as três fases orientadas por Bardin (1977): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Destacamos o caráter social dessa técnica, que visa produzir inferências objetivas sobre um texto em seu contexto social (BAUER; GASKELL, 2002).

A metodologia desta pesquisa consistiu na análise de conteúdo de dados secundários fornecidos pelo OTSS e de dados primários obtidos por meio de entrevistas não estruturadas. Foi concedida autorização prévia do Fórum de

Comunidades Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba (FCT), que permitiu o acesso aos territórios e a realização de entrevistas semiestruturadas com 5 mulheres de cada comunidade tradicional, totalizando 20 entrevistadas do Território do Carapitanga. O grupo de pesquisa incluiu 7 acadêmicos, sendo 2 homens e 5 mulheres.

Portanto, ao todo, foram realizadas 27 entrevistas à elaboração desta tese que também foi submetida e aprovada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), conforme o Parecer de número 5.904.783. A CONEP, seguindo as atribuições estabelecidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, Resolução CNS nº 466 de 2012 e Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifestou-se favoravelmente à aprovação do projeto de pesquisa proposto. Essa aprovação é um reconhecimento da conformidade ética do estudo, garantindo que os princípios de proteção aos participantes e a integridade da pesquisa foram considerados e atendidos.

Na comunidade Caiçara de Paraty Mirim, as mulheres preferiram realizar as entrevistas juntas em roda, com isso as perguntas (realizadas a partir de roteiro semi-estruturado⁷⁰) foram respondidas por cada uma, no mesmo momento.

Antes da realização das entrevistas foi lido juntamente com a pessoa a ser entrevistada o conteúdo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para que cada pessoa escolhesse se aceitava que fosse realizada a gravação em áudio com a finalidade de transcrever as falas para posterior análise de dados e divulgação científica, respeitando os direitos das participantes, conforme orienta o disposto na Resolução Conselho Nacional de Saúde (CNS), nº 510 de 2016, Artigo 9^{o71}.

Dessa forma, será respeitada a privacidade e garantida a confidencialidade das informações pessoais, de acordo com os limites colocados por cada pessoa entrevistada ao marcar no TCLE, quais informações poderiam ser tratadas de forma pública, concedendo ou não autorização para gravação da entrevista⁷².

⁷⁰ Ver anexos.

⁷¹ Conforme disposto na Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 9º: “São direitos dos participantes: I - ser informado sobre a pesquisa; II - desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo; III - ter sua privacidade respeitada; IV – ter garantida a confidencialidade das informações pessoais; V – decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública; VI – ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei; e VII – o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa”. Para mais, veja: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>

⁷² Escolha realizada a partir da sinalização, registrada no TCLE, de uma das opções, a saber: A) “Autorizo a gravação e divulgação da minha imagem e/ou voz.” B) “Não autorizo a gravação e/ou divulgação da minha imagem e/ou voz.” ou C) “Autorizo a gravação, mas não a divulgação de minha imagem e/ou voz.”

Foram autorizadas a gravação de 6 entrevistas; dessas, uma na Comunidade Araponga; duas no Quilombo Campinho da Independência; uma Tekoa Itaxi Mirim e duas na comunidade Caiçara de Paraty Mirim, tal como podemos acompanhar, na Tabela 2, a seguir.

Tabela 2: autorizações das entrevistas

Comunidade	Não autorizou gravação nem divulgação	Autorização apenas para gravar	Autorização para gravar e divulgar	Total de Entrevistadas
Tekoa Araponga	2	2	1	5
Tekoa Itaxi Mirim	0	4	1	5
Quilombo Campinho da Independência	3	0	2	5
Caiçara Paraty Mirim	0	3	2	5
Total	5	9	6	20

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Para integrar os saberes científicos e tradicionais, nos apoiamos na ecologia de saberes (SANTOS, 2006 e 2007), identificamos as pessoas “especialistas do OTSS”, por serem pessoas de notório saber que trabalham com/para/no OTSS, organizando-as em: “especialista comunitário” (quando vem de uma comunidade tradicional) e “especialista acadêmico” (quando tem uma formação técnico-científica formal). Nesse sentido, realizamos entrevistas com quatro “especialistas comunitárias” e três “especialistas acadêmicos”, conforme pode ser vista na Tabela 3.

Tabela 3: saberes científicos e tradicionais

Área	Especialista Comunitária/Comunitário	Especialista Acadêmica / Acadêmico	TOTAL
Saúde	1 especialista em Saneamento Ecológico	1 médica	2
Governança Ambiental	3 Educadoras Ambientais (1 Guarani e 2 quilombolas) liderança mulher do FCT ⁷³	1 advogada e 1 servidor do ICMBio ⁷⁴	5
Total Geral	4	3	7

Elaborado pela autora, 2023.

Para alcançar nosso objetivo de analisar como se expressam as contradições e os conflitos entre as diferentes racionalidades no território e a prática social das mulheres frente às questões relacionadas à Cultura da Água e ao saneamento, apresentamos os resultados da pesquisa em duas partes, os resultados frutos da análise bibliográfica e documental (do capítulo 2 ao 4); e os resultados da pesquisa de campo e entrevistas no Território de Aprendizagem (do capítulo 6 ao 12).

Também as entrevistas tiveram como objetivo analisar o papel das mulheres e suas práticas sociais cotidianas frente às questões relacionadas à água e ao saneamento nos territórios do Carapitanga. Durante a fase de trabalho de campo e entrevistas, foram observadas a estrutura de abastecimento de água e saneamento dos povos e comunidades tradicionais do Carapitanga.

As análises bibliográficas foram realizadas a partir da leitura, escuta e observação crítica do material levantado (textos, vídeos, podcasts, panfletos, materiais didáticos, apresentações, cartografia, relatórios do OTSS, etc.), bem como, dos dados secundários disponibilizados pelo Observatório, sempre tendo como base a estrutura conceitual e categorias teóricas desta tese de doutoramento⁷⁵.

⁷³ O Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) é uma organização social que reúne representantes das comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas e caiçaras) dos municípios de Angra, Paraty e Ubatuba. Sendo responsável, nesses territórios, por analisar e aprovar ou não as propostas de estudo, ações políticas no FCT que é tido como espaço de deliberação e organização das Comunidades Tradicionais. A proposta deste estudo conta com a aprovação do FCT para realizar a pesquisa nas comunidades tradicionais do Carapitanga, a saber: Aldeia Araponga, Aldeia Itaxi, Quilombo Campinho da Independência e Comunidade Caiçara de Paraty-Mirim. Todas as comunidades citadas constroem o FCT, tendo representação e atuação na organização. Para saber mais sobre a organização, ver: <https://www.facebook.com/forumdecomunidadestradicionaisangraparatyubatuba> ou <https://www.preservareresistir.org/fct-10> ou <https://www.preservareresistir.org/>

⁷⁴ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a entrevista se deu por conta da Área de Proteção Ambiental (APA) de Cairuçu ser uma unidade de conservação ligada ao Instituto.

⁷⁵ Apresentadas nos conceitos introdutórios: Racionalidades, Identidade, Territorialidades, Cultura da Água e Ciclo Hidrossocial.

Além disso, a análise foi realizada com base na aquisição de dados textuais e imagéticos densos e ricos em conteúdo, que passaram por um processo de agregação de dados chamado codificação. Nesse processo, foram estabelecidas palavras (códigos/temas), representando as categorias desejadas, sendo atribuído um código a cada uma delas, através da exploração do material, momento em que os dados foram codificados no software *Taguette*, versão 1.4.1-33-g0b7d719. A codificação foi realizada por comunidade e por temas a partir de uma estrutura de códigos vinculada ao objetivo da pesquisa, conforme Quadro 3 abaixo:

Quadro 3: Codificação dos dados

Código	Temas	Objetivo/Conteúdo
CFR	Contradições e conflitos racionalidades	Contradições e conflitos entre as diferentes racionalidades no território.
PSM	Práticas sociais das mulheres em relação à Cultura da Água e ao saneamento	Análise das práticas sociais das mulheres em relação à Cultura da Água e ao saneamento.
CA	Cultura da Água	Análise da Cultura da Água e seu valor para os povos e comunidades tradicionais do Carapitanga.
SA	Saneamento	Análise das práticas e estruturas de saneamento nos territórios do Carapitanga.
CV	Cultura da Água - valor para povos e comunidades tradicionais	Análise do valor da Cultura da Água para os povos e comunidades tradicionais do Carapitanga e como isso se transforma em práticas nos territórios.
PC	Práticas nos territórios	Descrição das práticas relacionadas à água e ao saneamento nos territórios do Carapitanga.
EA	Estruturas de abastecimento de água	Análise das estruturas de abastecimento de água nos povos e comunidades tradicionais do Carapitanga.
ES	Estruturas de saneamento	Análise das estruturas de saneamento nos povos e comunidades tradicionais do Carapitanga.
RC	Relação com a água - comunidades do Carapitanga	Análise da relação das comunidades do Carapitanga com a água e suas implicações nas disputas entre as diferentes racionalidades.
MI	Movimentos internacionais em defesa do Comum e do Bem Viver	Análise das conexões entre as lutas dos movimentos internacionais e as disputas entre as diferentes racionalidades no território do Carapitanga.
PW	Papel das mulheres	Análise do papel das mulheres frente às questões relacionadas à água e ao saneamento nos territórios do Carapitanga.
PS	Práticas sociais cotidianas	Análise das práticas sociais cotidianas das mulheres em relação à água e ao saneamento nos territórios do

		Carapitanga.
AS	Água e saneamento	Análise das questões relacionadas à água e ao saneamento nos territórios do Carapitanga
DS	Doenças e Saúde	Análise Impacto das condições de água e saneamento na saúde dos PCTs; Prevalência de doenças relacionadas à água; Acesso a serviços de saúde e prevenção de doenças e Intervenções e políticas de saúde voltadas para os PCTs

Fonte: elaborado pela autora.

A análise e a discussão dos dados, serão apresentadas a partir do capítulo “Racionalidades no Território”, identificando os resultados encontrados com o trabalho de campo e as entrevistas semiestruturadas com as 27 pessoas entrevistadas (dois homens e cinco mulheres e 20 mulheres das comunidades tradicionais) com o objetivo de suprir e complementar as informações não identificadas na análise dos documentos elaborados pelo OTSS, especificamente:

- a) Relatório da Oficina Águas do Carapitanga realizada nos dias 28 e 29 de março de 2016⁷⁶;
- b) Relatório Final de Caracterização do Microterritório Carapitanga entregue em novembro de 2020⁷⁷,
- c) Territórios do Carapitanga, publicado em 2021⁷⁸.

A pesquisa de doutoramento tem abordagem interdisciplinar, analisando e conectando diferentes perspectivas e conhecimentos provenientes de áreas como sociologia, antropologia, geografia, ciências socioambientais, estudos culturais, ciência política, engenharia e identificando a relevância do tema à compreensão das relações sociais, econômicas, ambientais e culturais relacionadas à água. Essa abordagem é fundamental para a compreensão dos objetivos propostos. Ao analisar as contradições e os conflitos entre as diferentes racionalidades no território e a prática social das mulheres dos PCTs em relação à Cultura da Água e ao saneamento, é essencial considerar múltiplas perspectivas e disciplinas.

A interdisciplinaridade combinada com a observação participante realizada em cada uma das quatro comunidades nos momentos das visitas para as entrevistas e

⁷⁶ Relatório entregue à Fundação Oswaldo Cruz, contrato 33/2014.

⁷⁷ Produto 4.2 do Processo IBAMA: 02001.126220/2017-34 e Contrato Petrobrás: 5475.0109121.

⁷⁸ O Projeto Povos foi fruto da Condicionante do Licenciamento Ambiental para exploração do Petróleo.

realização da Oficina⁷⁹ permitiu a análise do papel das mulheres e suas práticas sociais cotidianas em relação à água e ao saneamento nos territórios do Carapitanga. Ela nos permite ir além das estruturas de abastecimento de água e saneamento, investigando também a Cultura da Água dos povos do Carapitanga e seu valor para as comunidades tradicionais. Essa abordagem nos ajuda a compreender como esses valores se transformam em práticas nos territórios e como as disputas entre as diferentes racionalidades presentes no território se conectam com as lutas dos movimentos internacionais em defesa do Comum e do Bem Viver.

Portanto, a interdisciplinaridade se revela como uma abordagem essencial para explorar a complexidade das questões relacionadas à água, ao saneamento e à cultura no contexto dos territórios do Carapitanga. Ela nos permite transcender os limites das disciplinas individuais e busca uma compreensão mais holística, abrangendo aspectos sociais, culturais, ambientais e políticos. Essa reflexão filosófica da interdisciplinaridade enriquece o estudo, fornecendo uma perspectiva mais completa e significativa sobre as práticas sociais das mulheres e as relações entre as diferentes racionalidades no território.

A tese identifica a urgência na efetivação de políticas e práticas sustentáveis de governança da água, considerando a diversidade cultural e os saberes locais. Ao compreender a Cultura da Água, é possível promover uma abordagem holística e inclusiva em relação aos desafios e dilemas, visando a uma melhor qualidade de vida e sustentabilidade socioambiental.

A pesquisa tem como propósito contribuir para a compreensão das distintas racionalidades presentes no território, valorizando as perspectivas e saberes dos PCTs frente aos desafios relacionados à água. Ao analisar as contradições e conflitos entre essas racionalidades, busca-se identificar soluções sustentáveis e socialmente justas para combater as desigualdades no acesso à água. Através dessa abordagem, pretende-se fornecer insights e conhecimentos que possam subsidiar a formulação de Políticas Sociais e ações concretas em prol de um futuro mais equitativo e sustentável em relação aos corpos hídricos.

⁷⁹ Oficina realizada na Tekoa Itaxi Mirim com o Pesquisador Comunitário Guarani Mbya Elio Karai para identificação das estruturas de abastecimento de água e saneamento na Bacia do Rio Carapitanga. Ver capítulo 6.

6. CULTURA DA ÁGUA E DESAFIOS NA ESTRUTURA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO NO CARAPITANGA

Nosso objetivo, nesta parte da pesquisa, foi identificar a Cultura da Água de forma respeitosa, levando em consideração a diversidade e a riqueza de saberes presentes nas comunidades tradicionais. Reconhecemos que esses conhecimentos não são estáticos ou definidos por esta pesquisa, mas sim dinâmicos, moldados pelas experiências e pelas interações das pessoas como parte da natureza e que identificamos esses elementos a partir da literatura e das escolhas metodológicas realizadas (ver capítulo anterior).

Ao invés de impor uma definição fixa da Cultura da Água do Carapitanga, buscamos compreender como esses valores e práticas se manifestam de maneira concreta nos territórios e comunidades do Carapitanga. Por valorizar as vozes e as perspectivas das comunidades, reconhecer sua expertise e respeitar suas formas de conhecimento e sabedoria, apresentaremos a identificação da Cultura da Água de cada comunidade com quem aprendemos sobre a necessidade de construção para uma visão integrada, plural e inclusiva à governança da água.

Sendo assim, analisamos o envolvimento das mulheres nas questões relacionadas à água e ao saneamento, identificando a importância de suas práticas sociais cotidianas nesse contexto, principalmente pelas contribuições e conhecimentos desempenharem papel fundamental na governança democrática cotidiana e na promoção do acesso e uso adequado da água.

Neste capítulo, também, descreveremos as estruturas de abastecimento de água e saneamento presentes no Território Água do Carapitanga, levando em consideração as necessidades específicas das comunidades. Destacamos que “as necessidades básicas”, muitas vezes compreendidas pelas Nações Unidas como hábitos de higiene; isto é, beber, comer, lavar, cozinhar, são ampliadas no contexto da Racionalidade do Bem Viver revelando a importância integrada dos aspectos “sociobioambientais”⁸⁰, da água como elemento vital para os PCTs. Entretanto, os

⁸⁰ Compreendido como aspectos socioculturais, socioambientais, socioeconômicos, sociopolíticos e espirituais. Sócio (inclui a perspectiva cultural, econômica, política e espiritual), Bio (toda a vida integrada, considerando o ser humano apenas como mais um ser vivo no planeta) e Ambiental (compreendendo a complexidade de ambientes existentes em um mesmo território disputado por diferentes racionalidades).

dados apontam para o fato de que nem o esgotamento sanitário é garantido no território, conforme podemos ver na Tabela 4 abaixo:

Tabela 4: Abastecimento de água e Esgoto no Quilombo Campinho da Independência e comunidade caiçara de Paraty Mirim

Indicadores	Campinho	Paraty-Mirim
Total de Domicílios cadastrados	76	143
Rede pública	2	3
Poço ou Nascente	73	139
Outros	1	1
No Domicílio (%)	2,63	2,05
Sistema esgoto	96,05	93,00
Fossa	1,32	0,70
Céu Aberto	0	0
No Domicílio (%)	74	133
No Domicílio (%)	2	10
No Domicílio (%)	0,00	0,00

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No contexto brasileiro, o direito ao saneamento básico é protegido pela Constituição Federal de 1988, que estabelece o direito à saúde e à moradia adequada como direitos fundamentais. Além disso, a Lei nº 11.445/2007, conhecida como Lei do Saneamento Básico, estabelece diretrizes nacionais para o setor e define o acesso universal aos serviços de saneamento como um objetivo a ser alcançado. Em termos de tratados internacionais, o Brasil é signatário de diversos instrumentos que protegem os Direitos Humanos, incluindo o Direito Humano à Água e ao Saneamento. O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos são exemplos relevantes⁸¹, que

⁸¹ Internamente, a Lei nº 11.445/2007 - Lei do Saneamento Básico: Essa lei estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, incluindo o saneamento rural. Ela define os princípios, as diretrizes e os instrumentos para a prestação dos serviços de saneamento básico em todo o território nacional, buscando garantir a universalização do acesso aos serviços. Bem como a Lei nº 14.026/2020 - Marco Legal do Saneamento Básico: Essa lei atualiza o marco legal do saneamento básico no Brasil e também abrange o saneamento rural. Ela estabelece as diretrizes para a prestação dos serviços de saneamento básico, incluindo a ampliação da participação da iniciativa privada e a definição de metas de universalização. E o Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR) é um programa do Governo Federal que busca promover a ampliação do acesso aos serviços de saneamento básico em áreas rurais. Ele engloba ações voltadas para o abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e promoção da saúde. São importantes referências para a implementação e melhoria

estabelecem o direito de toda pessoa a um padrão de vida adequado, incluindo o acesso a serviços básicos, como água potável e saneamento.

Além disso, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada pelas Nações Unidas em 2015, estabelece o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 (ODS 6), que aponta a necessidade de assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos. Importante sublinhar que o Brasil se comprometeu a implementar as metas estabelecidas nesse contexto.

É importante ressaltar que, além das leis e tratados, é necessário considerar a jurisprudência dos tribunais e as decisões dos órgãos de proteção dos Direitos Humanos como referências para a defesa do direito ao saneamento em áreas rurais. Entretanto, quando observamos a realidade da aldeia Araponga, identificamos uma precária estrutura de abastecimento de água e saneamento, apresentando desafios significativos.

A partir disso, podemos sublinhar, então que as práticas sociais cotidianas das mulheres e a valorização da Cultura da Água estão intrinsecamente interligadas no Território de Aprendizagem, sendo que, através das entrevistas, identificamos algumas que são transmitidas de geração em geração e estão enraizadas nas tradições, crenças e formas de vida, de modo que constituem e fortalecem as comunidades no cuidado com a água e na promoção do Bem Viver coletivo.

Dedicaremos especial atenção às questões relacionadas à disponibilidade e acesso à água onde identificamos a maior desigualdade hídrica, a comunidade de Itaxi Mirim. Nessa análise, as estratégias adotadas pelas famílias e os desafios enfrentados em meio às desigualdades existentes na comunidade. Nosso objetivo é compreender melhor as dinâmicas e os impactos no Território de Aprendizagem.

Por outro lado, abordaremos as soluções e práticas desenvolvidas pela comunidade do Quilombo do Campinho, evidenciando sua capacidade de encontrar alternativas diante dos desafios relacionados ao abastecimento de água e saneamento. Destacaremos as estratégias comunitárias, os sistemas de captação e armazenamento de água existentes, bem como as iniciativas de preservação e cuidado com os corpos hídricos adotadas pela comunidade.

do saneamento rural no Brasil. É importante destacar que os municípios têm responsabilidades na prestação dos serviços de saneamento básico, e a articulação entre governos municipais, estaduais e federal é fundamental para garantir o acesso aos serviços de saneamento em áreas rurais.

Ao apresentar essas estruturas e soluções, ressaltamos a importância de reconhecer e valorizar o conhecimento local, as práticas tradicionais e as respostas adaptativas das comunidades diante dos desafios relacionados à água e saneamento. Nosso objetivo é contribuir para uma compreensão mais ampla das dinâmicas socioambientais e promover a valorização das vozes e experiências das comunidades tradicionais do Carapitanga.

6.1 Rio Carapitanga conectando as Terras dos Povos e Comunidades Tradicionais

Em Tekoa Guyraitapu Pygua, também conhecida como Aldeia Araponga, encontramos o nascedouro do rio Carapitanga, um corpo hídrico de extrema importância para as, aproximadamente, 15 famílias pertencentes à comunidade tradicional Guarani Mbya.

Esse rio se estende por meio de poços, fornecendo água para as 180 famílias que compõem os 13 núcleos familiares do Quilombo Campinho da Independência. Posteriormente, o rio chega à Aldeia Itaxi Mirim, conhecida como Paraty Mirim⁸², onde abastece as 49 famílias, aproximadamente 260 pessoas, que ali residem. Por fim, o Carapitanga deságua na comunidade Caiçara de Paraty Mirim, sendo espaço de aprendizagem, sustento e renda para muitos dos 32 núcleos familiares caiçaras presentes na região.

Ao identificarmos o rio Carapitanga, buscamos enfatizar a relevância desse corpo d'água como um território essencial para a vida das comunidades tradicionais. Essa percepção nos permite valorizar e reconhecer a profunda interconexão dos corpos de água com a natureza, enfatizando a necessidade de uma abordagem integrada, holística e sustentável à governança democrática d'água e preservação das identidades e saberes tradicionais.

Ademais, identificamos também que o rio Carapitanga representa uma expressão vívida da unidade entre o modo de vida tradicional dessas comunidades, ao conectar suas práticas, costumes e conhecimentos de forma significativa. Essa análise decorre do processo de elaboração da *Matriz de Necessidades Humanas e Satisfatores na Cultura da Água* (VARGAS, 2006) quando identificamos a incoerência

⁸² A partir daqui, é denominada Itaxi ou Itaxi Mirim para não confundir com o nome da comunidade Caiçara.

entre tentar representar de maneira cartesiana, através de um quadro, valores e saberes interconectados de maneira holística.

A estruturação dos elementos da Cultura da Água em diferentes categorias⁸³ como propõem Vargas (2006) nos leva ao risco de fragmentar aspectos interconectados e interdependentes da Cultura da Água. Essas categorias são fundamentais para compreendermos a Cultura da Água em sua totalidade, mas é importante reconhecer que elas estão intrinsecamente ligadas e se influenciam mutuamente.

Além do mais, nas categorias existenciais e axiológicas, o autor propõe a categoria TER, não no sentido de posse mas, sim como instituições, normas, mecanismos e ferramentas. Entretanto, ao identificar a Cultura da Água do Carapitanga apresentamos, a partir da Racionalidade do Bem Viver⁸⁴, uma perspectiva crítica em relação à institucionalização do comum, propondo categorias alternativas como SER e TERRITÓRIO. Essas categorias ampliam as ideias de "Ser, Ter, Fazer e Estar" propostas por Vargas (2006).

A categoria SER representa os atributos coletivos e pessoais que são intrínsecos à identidade e cultura dos PCTs. Essa categoria reconhece que a relação com a água e o território não se limita apenas à posse ou propriedade, mas sim a uma conexão profunda e espiritual com a natureza. É a partir desse ser, da que se constroem as práticas de governança e cuidado com a água.

Já a categoria TERRITÓRIO engloba não apenas a dimensão física do espaço ocupado pelos PCTs no Carapitanga, mas também o significado cultural, espiritual e histórico que está associado a esses territórios. O território é entendido como um espaço de vida e de relação com a natureza, onde a água desempenha um papel fundamental na sustentabilidade das comunidades e na manutenção dos saberes e fazeres tradicionais.

Portanto, é essencial compreender que a categoria SER está intrinsecamente ligada ao TERRITÓRIO, sendo inseparáveis na visão de mundo dos PCTs com quem aprendemos, que em entrevistas relataram que através dessa abordagem integrada

⁸³ Categoria Existencial, necessidades de: a) Ser (atributos coletivos ou pessoais); b) Ter (instituições, normas, mecanismos, ferramentas — não no sentido material); c) Fazer (ações pessoais ou coletivas que podem ser expressas em verbos); e d) Estar (espaços e ambientes). // Categoria Axiológica, necessidades de: a) Subsistência; b) Proteção; c) Afeto; d) Entendimento; e) Participação; f) Ócio; g) Criação; h) Identidade; e i) Liberdade.

⁸⁴ Identificada nas entrevistas com as mulheres das 4 comunidades tradicionais com quem aprendemos.

se pode promover uma governança democrática da água que respeite e valorize a identidade e os saberes indígenas.

Além do mais, apresentamos duas outras categorias: Comunicar e Relacionar. A categoria "Comunicar" é essencial para reconhecer a importância das normas, mecanismos e ferramentas que possibilitam a interação e a troca de conhecimentos entre as pessoas e a busca de soluções. A organização, mobilização, governança, luta, resistência, o diálogo, a resolução de conflitos e a democracia são elementos-chave para uma gestão participativa e inclusiva da água. Essas práticas de comunicação são fundamentais para a construção de relações de poder mais equitativas e para a promoção da justiça social na governança da água.

A categoria "Relacionar" destaca as atividades individuais e coletivas que podem ser expressas por meio de ações verbais. Sentir, criar, descansar, aprender, plantar, caçar, pescar, colher, manejar, tentar, acertar, comer, errar, ver e ensinar são exemplos de ações que demonstram a diversidade de interações das pessoas com a água. Essas atividades refletem a conexão profunda entre as práticas culturais e a água, revelando a importância de uma abordagem que valorize a diversidade de saberes e práticas relacionadas à água; conforme podemos ver abaixo, na Figura 11.

Figura 11: Proposta de Sistema Interconectado para Matriz da Cultura da Água a partir do Território de Aprendizagem



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A partir da vivência e aprendizado com as comunidades indicamos essa abordagem com maior potencial para integrar as diferentes perspectivas das comunidades, valorizando suas formas de se relacionar e comunicar com a água e reconhecendo a centralidade do território na governança sustentável da natureza. Daremos continuidade à apresentação da identificação detalhada das categorias relacionadas à Cultura da Água, levando em consideração a riqueza de cada comunidade.

Além disso, iremos abordar as estruturas de abastecimento de água e saneamento no Carapitanga examinando a infraestrutura existente em cada comunidade estudada e os problemas dos bairros vizinhos, a partir das informações coletadas através da observação em cada comunidade e da oficina quando juntamente com o pesquisador comunitário Guarani Mbya Elio Karai identificamos problemas centrais, relacionados às estruturas de abastecimento de água e ao saneamento. A seguir, Figura 12, uma foto do Pesquisador Comunitário e

pesquisadora desta tese, durante a oficina para mapeamento das estruturas de abastecimento no Território de Aprendizagem elaborado conjuntamente:

Figura 12: Pesquisador Comunitário Elio Karai e a Pesquisadora na Aldeia Itaxi Mirim durante oficina



Fonte: acervo da autora. Foto: Júlia Borges.

O mapeamento das estruturas de abastecimento de água e saneamento, realizado durante a oficina na Tekoa Itaxi Mirim em 14 de março de 2023, proporcionou uma compreensão para a posterior análise das estruturas presentes nas quatro comunidades tradicionais estudadas, bem como nos bairros vizinhos de Patrimônio, Pedras Azuis e Pedreira. Embora esses bairros estejam além do escopo desta pesquisa, eles foram mencionados pelo Pesquisador Comunitário por estarem localizados entre a nascente do rio (na Tekoa Araponga) e a foz (na comunidade Caiçara de Paraty Mirim). A oficina foi fundamental para apoiar nossas análises ao identificar as diferentes etapas da gestão da água, desde a captação até o descarte, considerando também os aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais relacionados. Isso nos ajudou a compreender os conflitos que surgem no Território de Aprendizagem em relação à água e ao saneamento, e como diferentes atores e interesses na região possuem perspectivas e ações diversas em relação à água, refletindo diferentes racionalidades territorializadas. Na Figura 13, a seguir, cada casa representa um bairro, e as legendas indicam as diferentes situações encontradas em relação à estrutura de abastecimento de água e saneamento.

Figura 13: Mapeamento elaborado para identificação das estruturas de água e saneamento nos bairros entre as comunidades tradicionais no nosso Território de Aprendizagem⁸⁵



Fonte: Acervo da autora. Foto: Júlia Borges.

Com base na oficina, identificamos os desafios e os problemas existentes nas estruturas de abastecimento de água e saneamento. Essas informações foram valiosas para compreender as necessidades específicas de cada comunidade e sistematizar as informações apresentadas em formas de tabela nos capítulos a seguir.

Ressaltamos que durante a oficina foram pontuadas questões relacionadas aos bairros vizinhos e às comunidades tradicionais, a saber: Patrimônio, Pedreira, Pedras Azuis. Embora essas questões não tenham sido aprofundadas⁸⁶, é importante ressaltar que nesses bairros não existe um sistema de esgotamento sanitário, coleta de lixo, reciclagem, abastecimento de água e tratamento de efluentes. Isso indica a falta de infraestrutura básica e serviços essenciais relacionados ao saneamento e gestão de resíduos nos bairros em questão. Durante a oficina, foi relatado que o esgoto de todas as casas é despejado no rio Carapitanga, o que impactam diretamente na qualidade da água do rio e na quantidade de espécies peixes e

⁸⁵ Mais à frente apresentaremos os detalhes de cada comunidade, analisando e sistematizando as informações.

⁸⁶ Por fugirem do escopo deste estudo.

plantas, que, conforme depoimento das comunidades tradicionais, está cada vez menor devido à poluição provocada pelo crescimento sem planejamento desses bairros.

O rio desempenha um papel fundamental para as comunidades do Território de Aprendizagem, pois as conecta, possibilitando uma série de atividades culturais essenciais para a constituição da identidade de cada PCT, bem como para garantir o seu bem-estar. Através da pesca, do lazer nas cachoeiras, no próprio rio e nos poços, as comunidades desfrutam de momentos de recreação, alimentação e laços sociais. Dada a falta de saneamento básico, a poluição e a contaminação podem impactar negativamente a saúde das pessoas, a vida aquática e a biodiversidade, resultando em consequências devastadoras para as comunidades que dependem desse ecossistema. Portanto, é fundamental adotar medidas adequadas para proteger e preservar a qualidade da água, garantindo assim a saúde e o bem-estar de todos os envolvidos. Aprofundaremos a análise das estruturas de abastecimento de água e saneamento das Tekoas Araponga e Itaxi mirim, do Quilombo do Campinho e da comunidade Caiçara de Paraty Mirim, nos capítulos seguintes.

No contexto, o termo "poços" como toponímia pode ser compreendido como pequenas depressões ou cavidades que se formam naturalmente a partir da queda de água, seja de uma cachoeira ou de uma nascente. Parecido a pequenas piscinas, são caracterizados pela presença de água acumulada em seu interior, geralmente em volumes limitados e sujeitas a variações sazonais onde a água se acumula temporariamente, proporcionando um ambiente propício para a biodiversidade local. Além disso, esses poços podem desempenhar um papel significativo como pontos de recreação e contemplação da natureza, contribuindo para a valorização e a preservação desses corpos hídricos naturais. É importante ressaltar a importância da conservação dessas piscininhas, garantindo a sua integridade e proteção, bem como a qualidade da água presente nessas formações hidrológicas.

6.1.1 As comunidades e o Carapitanga

Neste capítulo, apresentaremos a análise das 20 entrevistas realizadas com mulheres das comunidades do Carapitanga, sendo cinco entrevistas em cada comunidade. Posteriormente serão apresentadas as análises de cada comunidade especificamente. Após conduzir as entrevistas e realizar a análise documental,

constatamos que todas as participantes, destacaram a importância vital do rio Carapitanga para a existência da comunidade.

O rio foi descrito como um elemento fundamental em todas as esferas da vida comunitária. Uma das entrevistadas afirmou: "Não existe uma vida comunitária sem o todo. O rio é parte do todo. A escolha do local onde nossa comunidade está tem total relação com a existência e saúde do rio. O seu adoecimento é o nosso adoecimento" (Entrevistada 2, 2023). Essas declarações ressaltam a estreita relação entre o rio e a comunidade, evidenciando a preocupação compartilhada com a saúde e o bem-estar do ambiente aquático.

As entrevistadas revelaram, de forma espontânea⁸⁷, que o rio desempenha um papel fundamental para a constituição da identidade das comunidades e que sua poluição, por conta do crescimento urbano desordenado, é sentida como uma violência de grande impacto por 19 das mulheres entrevistadas. As mulheres enfatizaram que o rio é usado para lazer por todas as comunidades entrevistadas, proporcionando momentos de recreação e conexão com a natureza. Além disso, todas as 20 entrevistadas relataram que o rio desempenha um papel fundamental nas atividades domésticas, fornecendo água para beber, cozinhar e cuidar de suas famílias.

Entendo a importância do ócio como uma forma de resistência, sabe? O sistema nos pressiona constantemente a trabalhar e consumir, e mal sobra tempo para aproveitar as coisas simples da vida, como ouvir o som de uma cachoeira ou simplesmente parar e pensar. O ócio nos permite apreciar a vida, valorizar nossas relações e buscar um estilo de vida mais autêntico, o Bem Viver que a gente defende aqui, entende? É uma maneira de resistir às demandas do capitalismo e construir uma sociedade mais justa e sustentável. Aqui queremos resgatar o prazer de viver cada momento com intensidade e priorizar o valor das pessoas em vez do dinheiro, se você fica muito aqui vê que o dinheiro é o que menos vale (Entrevistada 8, 2023).

A subsistência é uma preocupação central e todas elas destacam que o rio é crucial para garantir a segurança alimentar e o sustento de suas comunidades. A pesca é uma atividade vital para 12 das entrevistadas, fornecendo alimento e gerando renda. Elas dependem do rio para cultivar suas terras, utilizando suas águas para irrigação, o que é relatado por todas as 20 entrevistadas, uma vez que essa atividade permite o desenvolvimento de sistemas agrícolas sustentáveis.

⁸⁷ Uma vez que na entrevista semi-estruturada não havia uma pergunta que questionava a respeito disso, entretanto, em 18 falas apareceu de maneira espontânea esse sentimento de ser violentada com o lançamento de esgoto no rio.

Todas as 20 entrevistadas destacaram o aumento da pesca industrial e do tráfego de embarcações relacionadas à exploração de petróleo no Pré-sal como fatores que contribuíram para a diminuição do pescado. Essa preocupação ressalta a percepção das comunidades em relação aos impactos negativos da atividade industrial e da exploração de recursos naturais na região. A pesca industrial em larga escala muitas vezes utiliza técnicas de pesca predatórias e destrutivas, resultando na redução das populações de peixes e no desequilíbrio do ecossistema marinho. Além disso, as entrevistadas apontaram a criminalização de certas modalidades de pesca, como a pesca de arpão, como um fator que afeta negativamente a comunidade. A pesca de arpão é uma prática tradicional e sustentável para muitas comunidades, mas tem sido alvo de restrições e proibições legais. Essas restrições são frequentemente impostas sem levar em consideração o conhecimento e as práticas tradicionais das comunidades pesqueiras, resultando em impactos socioeconômicos e culturais significativos para essas comunidades.

Essa situação evidencia a falta de reconhecimento e valorização dos saberes e fazeres das comunidades tradicionais em relação à pesca, bem como a imposição de leis e regulamentos que não consideram as especificidades e as necessidades locais. A criminalização de práticas de pesca tradicionais e sustentáveis não apenas afeta a subsistência das comunidades, mas também ameaça a preservação da cultura e do modo de vida desses grupos.

As 20 entrevistadas destacaram a importância de se considerar as perspectivas e conhecimentos das comunidades tradicionais no desenvolvimento de políticas e regulamentações relacionadas à pesca. A participação ativa das comunidades no processo de tomada de decisões e a valorização de suas práticas tradicionais podem contribuir para a preservação dos recursos naturais, a sustentabilidade da pesca e o fortalecimento das comunidades costeiras.

Além disso, 17 das mulheres reconhecem que o rio desempenha um papel importante no transporte, facilitando a mobilidade das comunidades e o acesso a áreas remotas. Além disso, ele também é considerado um local sagrado, onde cerimônias e rituais são realizados, fortalecendo a conexão espiritual e cultural de suas comunidades, conforme relatado por 95% delas.

Nas entrevistas, 15 delas ressaltaram que utilizam as plantas encontradas nas margens do rio para fins medicinais, sendo uma tradição importante em todas as comunidades e fundamental para cuidados de saúde e bem-estar.

Ainda sobre as questões positivas, vale mencionar também que o Carapitanga é fonte de inspiração para atividades culturais e artísticas, sendo palco de expressões musicais, danças e produção de artesanato para 13 delas.

Já sobre as questões adversativas, as mulheres demonstraram preocupação com possíveis impactos da indústria petrolífera e da usina nuclear, de modo que 85% delas relatam que têm problemas para dormir por conta da insegurança gerada após o início das atividades de exploração do petróleo na região.

Eles dizem nos estudos de impactos ambientais que vão gerar emprego e que isso é um impacto positivo. Pra mim, da forma como eu vejo e sinto, é um impacto mega negativo. Esses empregos não são pra nós, esses empregos são pra quem vem de fora e pra nós quando sobra algo pagam muito pouco. Então eles encham o nosso território de gente, não fazem esgoto, não fazem obras, usam nosso posto de saúde, nossas escolas e ainda deixam tudo ficar mais caro. Entendi que isso é um plano para inviabilizar a nossa existência aqui. Porque querem que a gente largue a nossa cultura para ser empregada deles. Eu não aceito. Meus antepassados não aceitaram e não vou abrir um sorriso no rosto para dizer que esse impacto é positivo, que gerar emprego é positivo, eu quero é que eles gerem menos esgoto, menos barulho, menos fumaça e reconheçam que não é porque eles querem trabalhar 8h por dia, passar 2h num ônibus que isso é vida. Isso é escravidão. Eu quero ter espaço para plantar com uma água que não foi contaminada por quem só dorme no território e não tem tempo pra viver. Eu quero respeito a convenção 169, eles não nos consultam sobre nada e agora querem construir mais uma usina nuclear e cavar mais petróleo. Eles nem sabem o que estão destruindo, porque nem conhecem a natureza (Entrevistada Guarani Mbya, 2023).

Durante as entrevistas, 19 das 20 entrevistadas identificam que há uma aceleração no aquecimento global e que percebem isso na mudança no comportamento dos animais, de forma que o rio e as plantas estão sendo prejudicados, o que indica a necessidade de resistir e proteger o Carapitanga. Elas buscam mobilizar suas comunidades promovendo a conscientização sobre a importância do rio e defendendo estratégias de preservação. Assim, participam de movimentos sociais e se envolvem em atividades políticas para garantir a sustentabilidade do rio e o Bem Viver de suas comunidades.

De forma que todas as 20 entrevistadas afirmam ter conhecimentos ancestrais sobre a importância da água e sua conservação. Vale pontuar que 17 delas participam ativamente em rituais e cerimônias relacionados à água, honrando-a como fonte de vida. Importante mencionar que 13 são artesãs, produzindo objetos de arte inspirados na água, de forma a preservar a cultura e promover a conscientização sobre a importância desse bem comum. Ademais, 11 das mulheres desempenham papéis de liderança na gestão da água em suas comunidades, promovendo práticas

sustentáveis de uso e conservação. Quatro das mulheres trabalham em parceria com instituições governamentais e organizações não governamentais para influenciar políticas de conservação da água.

De forma unânime, todas as entrevistadas enfatizaram que a água é um elemento essencial que molda e enriquece tanto a cultura como os saberes, os fazeres, a identidade e a vida no território. A água representa uma fonte de conexão e um significado profundo para a proteção dos modos de ser no Carapitanga. Esses resultados que obtivemos a partir das entrevistas demonstram a valorização e a relevância da água como um elemento central na cosmovisão das comunidades tradicionais, destacando sua importância socioambiental.

Ou seja, identificamos, a partir das entrevistas, que a água é considerada, por todas as comunidades, como um elemento fundamental que molda e enriquece a cultura, a identidade e a vida no território, representando uma fonte de conexão e significado profundo para proteger os modos de ser no MT.

A partir da cosmovisão dos PCTs⁸⁸, é ilógico e contraditório destruir aquilo que, no presente, proporciona sustento, abrigo, descanso à sombra, cultura, beleza e que, no futuro, trará a mesma abundância para a vida das gerações seguintes, desde que cuidado. A degradação da natureza afeta não apenas a sobrevivência material das comunidades, mas também sua conexão com a terra, sua identidade cultural e seu bem-estar emocional e espiritual.

Quando a gente tem filho, a gente precisa ir na cachoeira e jogar o nosso leite para garantir que ela continue jorrando, assim como a água da cachoeira nos proporciona água para beber. Só que a gente não pode jogar leite sujo na cachoeira, né? A gente tem que entender que nós fazemos parte do planeta, sabe? É como se a gente fosse um piolho do planeta, tá sempre grudado aqui, não tem como sair. É um sistema completo e integrado, e a gente precisa fazer a nossa parte para que tudo funcione bem. Se a gente não fizer a nossa parte, o sistema começa a ficar prejudicado, e é exatamente isso que tá acontecendo, né? (Entrevistada Guarani Mbya, 2023).

Observa-se, então, que o cuidado do corpo hídrico é fundamental para a continuidade da vida tradicional e para o fortalecimento das comunidades, garantindo um legado de prosperidade e harmonia para as futuras gerações. Portanto, os impactos negativos às práticas tradicionais identificadas também repercutem como impactos negativos psicológicos e espirituais.

⁸⁸ compreendidas aqui dentro da Racionalidade do Bem Viver.

Durante nossa pesquisa, constatamos que 17 entrevistadas manifestaram preocupação com as mudanças no território, percebendo-as como uma ameaça à qualidade da água e à diversidade de espécies. O crescimento populacional na região e a falta de cuidado com o rio foram argumentos citados por 19 mulheres entrevistadas como fatores que causam impactos negativos no sistema socioambiental e político que depende do rio Carapitanga. Essa situação coloca em risco os fazeres e saberes dos PCTs presentes na região para as 20 entrevistadas.

Portanto, identificamos a percepção das comunidades de que a degradação do rio compromete não apenas sua subsistência, mas também a preservação de seus modos de vida, tradições e conhecimentos ancestrais. Sendo fundamental a adoção de medidas urgentes para proteger e restaurar o rio Carapitanga, garantindo, assim, a continuidade das práticas tradicionais e a preservação desse valioso patrimônio natural e cultural para as presentes e futuras gerações.

Ressaltamos novamente que o trabalho apresentado não tem a pretensão de representar toda a riqueza socioambiental dos territórios tradicionais dos PCTs presentes nesta região. Mas sim oferece uma visão abrangente das riquezas e da diversidade identificadas durante a pesquisa de doutorado. Por essa razão, vale repetir que os territórios tradicionais dos PCTs no Carapitanga são repletos de histórias, saberes ancestrais, práticas culturais e modos de vida que se desenvolveram ao longo de gerações. Essas comunidades possuem uma relação profunda e harmoniosa com a água, que é um elemento central em suas vidas e sustentabilidade.

Tendo em vista essa perspectiva, a presente pesquisa também buscou entender as lutas, os desafios e as conquistas enfrentados por essas comunidades na defesa de seus direitos territoriais e no enfrentamento de ameaças socioambientais.

É importante ressaltar que a diversidade cultural e a complexidade desses territórios não podem ser totalmente representadas em um único trabalho. No entanto, o objetivo é compartilhar um olhar sensível e crítico sobre a riqueza identificada, evidenciando a importância de preservar e valorizar a cultura, os saberes e as práticas dos PCTs no Carapitanga.

A seguir, adentramos no Território Água do Carapitanga, convidando quem lê para conhecer um pouco de cada comunidade, a partir da nossa perspectiva,

identificando as singularidades e a necessidade de garantir a proteção dos direitos e o bem viver dessas comunidades tradicionais.

6.2 Cultura da Água e a Nação Guarani Mbya

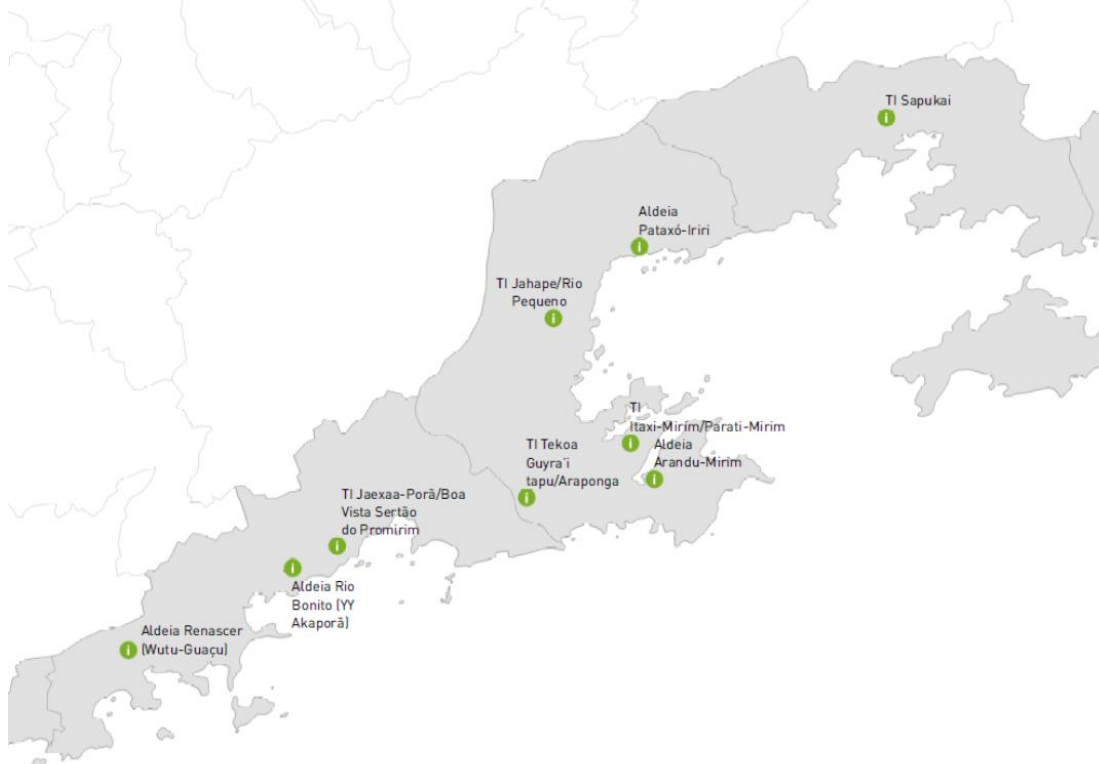
Em nossa pesquisa, focaremos especificamente nas comunidades Guarani, aprendendo com suas tradições e conhecimentos. No entanto, é fundamental reconhecer que no Território Vivo também há a presença da comunidade Pataxó. Destacamos que a ampla categorização de "indígena" não abrange toda a diversidade e complexidade dos povos originários do Brasil. Não devemos considerar todos os grupos indígenas como iguais, pois existem diversas nações com identidades culturais, línguas⁸⁹, tradições e valores únicos.

Dentre as muitas nações indígenas presentes no país, no Território Vivo destacam-se os Guaranis e os Pataxós. Os Pataxós são outra nação indígena com uma identidade singular. Pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê, eles são conhecidos por sua luta histórica pela demarcação de terras e pela preservação de sua cultura. Os Pataxós possuem uma forte conexão com o território e desenvolvem atividades como agricultura, pesca e artesanato. Sua cultura é marcada por rituais, danças, cantos e pinturas corporais que expressam sua cosmovisão e conexão com a natureza.

Por sua vez, os Guarani são uma nação de grande importância histórica e cultural, composta por diferentes grupos, como os Mbya, Ñandeva e Kaiowá. Eles possuem uma relação profunda e espiritual com a natureza, valorizando a coletividade e a harmonia com o ambiente ao seu redor. São reconhecidos por sua rica tradição oral, habilidades artesanais, cerimônias religiosas e práticas agrícolas tradicionais. É importante ressaltar que cada nação possui sua própria história, conhecimento ancestral e modos de vida, que devem ser respeitados e valorizados. Portanto, as informações apresentadas nesta tese estão relacionadas apenas com a comunidade Guarani Mbya. No mapa abaixo, Figura 14, podemos identificar as comunidades Guarani Mbya e Pataxó, presentes no Território Vivo:

⁸⁹ Para se ter uma ideia das distinções, uma das entrevistadas explicou: “O tronco linguístico do português é o tronco linguístico Indo-Europeu. O português é uma língua românica, derivada do latim vulgar, que faz parte da família das línguas indo-europeias. Já os Pataxós, pertencem ao subgrupo linguístico Macro-Jê Meridional, enquanto os Guarani fazem parte do tronco linguístico Tupi-Guarani”. (Entrevista 4, 2023).

Figura 14: Comunidades Indígenas presente no Território Vivo



Fonte: Adaptado do mapa cedido pelo OTSS, 2023.

Especificamente, a nação Guarani se mantém unida e conectada através de laços de sangue, espírito, língua e o vínculo sagrado dos corpos como parte da natureza. Assim, para as entrevistadas, todo território onde um membro da comunidade viveu ou passou é considerado parte do Território Guarani. Identificamos que a noção de parentesco entre os Guarani Mbya vai além da proximidade geográfica ou residência em uma mesma aldeia. Dessa forma, todas as pessoas da etnia Guarani, independentemente de sua localização no mundo, são consideradas parentes. Essa ampliação do conceito de parentesco é uma característica marcante e reflete a profunda conexão espiritual, cultural e ancestral que une os Povos Guarani, transcendendo fronteiras físicas e reforçando o sentimento de comunidade e pertencimento ao mesmo povo.

Ademais, o uso da terra tem bases na coletividade e não na propriedade privada, dessa forma, todas as pessoas e animais são bem-vindos para transitar, cuidar e viver bem no Território Guarani. Essa concepção vai além das fronteiras físicas estabelecidas e enfatiza a importância da ancestralidade, da memória coletiva

e da relação espiritual com a terra. Portanto, o território não é apenas um espaço geográfico, mas um elemento fundamental de sua identidade e existência como povo.

Lastimavelmente, os Guarani Mbya sofrem saques desde o período de colonização e continuam enfrentando desafios relacionados aos não indígenas, a quem se referem como "juruás". Essa situação levou os Guarani Mbya a reivindicarem a devolução de seus territórios legítimos, tal como podemos observar a partir da entrevistada: "Se está provado que era nosso. Que o nosso povo ocupava e usava esse território antes dos juruás, eles têm que devolver pra nós. Era nosso, eles tomaram à força (Entrevistada Guarani Mbya 1, 2023)."

Vale dizer, portanto, que os Guarani Mbya buscam o reconhecimento e a garantia de seus direitos territoriais, que são essenciais para preservar sua cultura, modo de vida e conexão com a natureza. Conseqüentemente, a luta pela restituição dos territórios é uma demanda legítima deste povo, na busca por justiça e pelo respeito aos seus direitos.

As Aldeias Itaxi Mirim e Araponga tiveram seus territórios sobrepostos pela APA Cairuçu e o Parque Nacional da Serra da Bocaina, que fazem parte do Sítio Misto reconhecido pela Unesco. Essa sobreposição trouxe desafios e impactos para as comunidades Guarani, uma vez que suas áreas de ocupação tradicional foram afetadas pelas restrições e regulamentações impostas pelas UCs.

Compreendendo que os "Topônimos consistem em nomeações geográficas utilizadas para designar um lugar ou região, cidade, rios, morros, povoações etc." (OTSS, 2020, p. 126); a partir dessa ótica, então, apresentamos os topônimos, Tabela 5, identificados tanto na T.I Araponga como na Itaxi Mirim. Tomamos como base o trabalho realizado pelo OTSS e destacamos em vermelho as distinções.

Tabela 5: Topônimos

TOPÔNIMOS		
Comunidade	Tipo	Descrição
Aldeia Araponga	Rio	Cachoeira
	Cachoeira	Cachoeiras
		Cachoeirão
	Nascente	Nascente
	Trilha	Trilha para Trindade
		Trilha para Mamangá
Trilha / TI Tekoa Guyra'i		
Comunidade	Tipo	Descrição
Aldeia Itaxi-Mirim	Rio	Cachoeira
	Cachoeira	Cachoeiras
		Cachoeirão
	Nascente	Nascente
	Trilha	Trilha para Trindade
		Trilha / Baía de Paraty-Mirim e Saco de Mamangá
Trilha que chega na parte de baixo (estrada)		
Trilha para Mamangá		

Fonte: Adaptado de OTSS, 2020 a partir das entrevistas e pesquisa no Território de Aprendizagem.

Na pesquisa realizada pelo OTSS (POVOS, 2020), o topônimo de rio encontrado foi Carapitanga; já no caso desta pesquisa, identificamos o topônimo como *cachoeira*. As comunidades até identificam que o Carapitanga é o rio, mas em todas as falas nas entrevistas quando as mulheres iam se referir ao rio Carapitanga falavam “a cachoeira”.

Identificamos, assim como Povos (2020), que a água desempenha um papel significativo na vida dos Guarani das TI Araponga e Paraty Mirim, proporcionando um espaço de aprendizado e diversas atividades práticas. Para os Guarani, a água é um ambiente onde são adquiridas habilidades como nadar, pescar e remar nos trechos mais calmos dos rios, preparando-os para eventualmente alcançar o mar.

Na aldeia Araponga, foi observada uma relação direta entre a comunidade e a praia de Paraty Mirim, assim como o território de Trindade, sendo mencionada como

um território que faz parte da vida da comunidade, principalmente para ter acesso ao mar. As mulheres Guarani entrevistadas relataram que esses territórios são espaços de conexão com o mar, o lazer, o ócio, a venda de artesanato, a confraternização entre os parentes e atividades relacionadas, como a pesca marítima. Essa relação com o território de Trindade é fundamental para o bem-estar das comunidades, assim como para a manutenção de suas práticas culturais e valores associados à água.

A conexão com a água e o território circundante contribui para a formação da identidade cultural Guarani e à transmissão de conhecimentos e práticas relacionadas à água de geração em geração. Portanto, a água nas Terras Indígenas Araponga e Paraty Mirim é um território de aprendizado prático e culturalmente significativo para a comunidade indígena. Assim, desde as habilidades de natação, pesca e remo até a relação direta com o território de Trindade como uma via de acesso ao mar, a água desempenha um papel central na vida cotidiana e no fortalecimento da identidade Guarani. Abaixo, buscamos organizar essas relações em uma Tabela para que essa questão fique melhor visualizada.

Tabela 6: Aspectos da Cultura da Água Guarani

Aspectos da Cultura da Água Guarani
Papel central na formação da identidade cultural Guarani
Aprendizado de habilidades práticas na água, como natação e pesca
Reconhecimento dos trechos seguros e navegáveis dos rios
Relação direta com o território de Trindade e de Paraty Mirim como acesso ao mar
Utilização dos espaços calmos dos rios, conhecidos como furos, para atividades de transmissão do conhecimento ancestral
Conexão com a natureza e os espíritos através da relação com os rios e a água
Importância da água para a subsistência, proporcionando alimentos e dando condições para o plantio, manutenção e colheita
Fortalecimento dos laços comunitários e do senso de pertencimento através da relação com a água
Manutenção de práticas tradicionais, rituais e cerimônias ligadas à água
Valorização da água como um elemento sagrado e fonte de vida
Cuidado dos corpos d'água como parte essencial do modo de vida Guarani

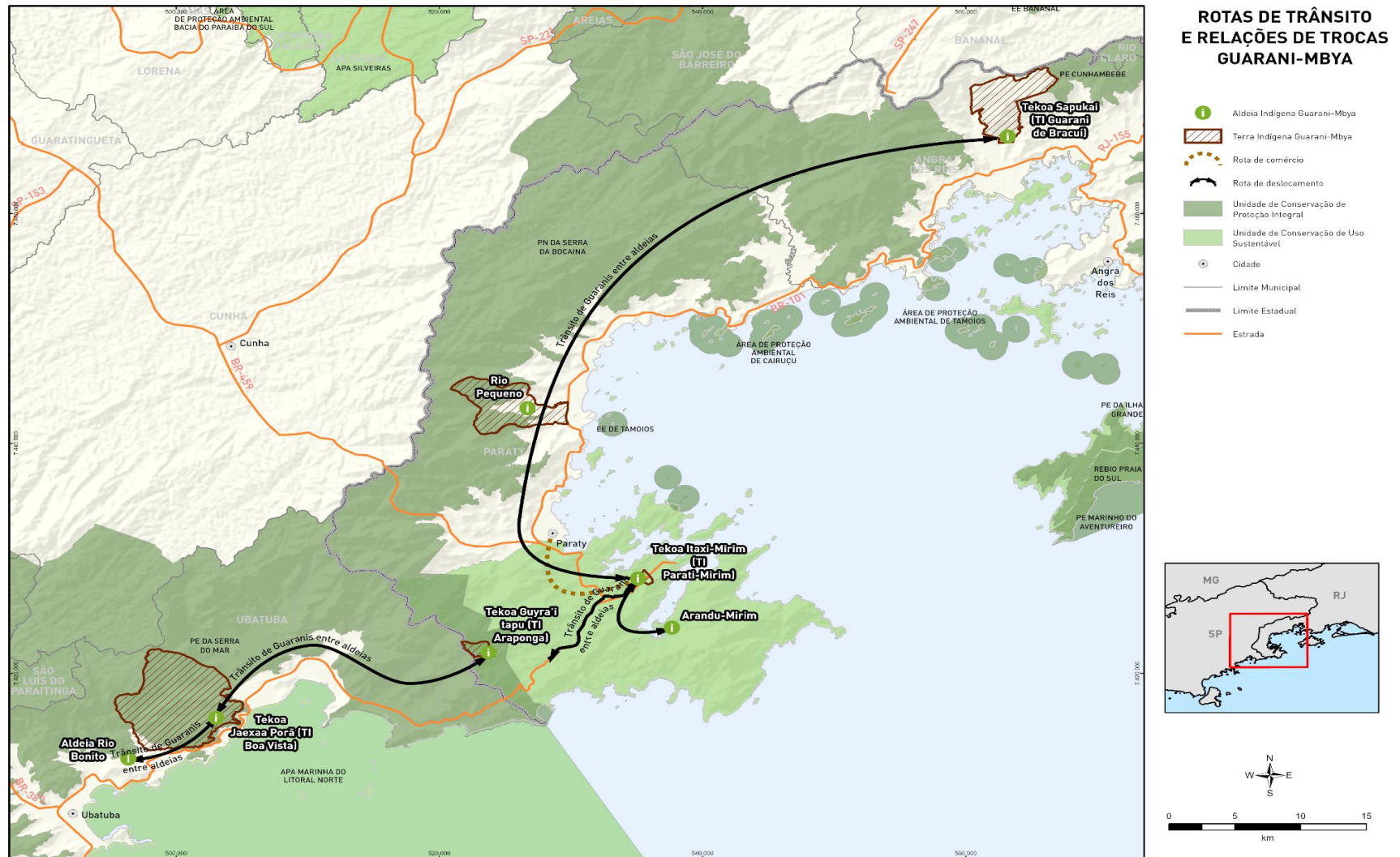
Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Podemos compreender, portanto, que o modo de vida dos Guarani Mbya é permeado por diversas práticas culturais que desempenham papéis significativos em

diferentes aspectos da vida cotidiana nas aldeias. Essas práticas são voltadas tanto para a subsistência e para os momentos de lazer e diversão, quanto para atividades que envolvem celebrações rituais de eventos importantes, como o batizado das crianças e as colheitas de mel e milho, por exemplo. Além disso, algumas dessas práticas são compartilhadas com os juruás por meio de roteiros de turismo de base comunitária, o que gera renda para as aldeias. Essa troca cultural proporciona uma oportunidade de conhecer e valorizar a riqueza das práticas tradicionais dos Guarani Mbya, ao mesmo tempo que fortalece a economia local das comunidades indígenas.

Um elemento que também desempenha um papel importante na geração de renda das Terras Indígenas é a confecção de artesanatos, sendo esta uma atividade fundamental na cultura Guarani Mbya. Diversos artesanatos são produzidos, utilizando materiais provenientes da própria natureza do entorno, o que torna essas peças únicas e representativas da cultura guarani. Abaixo, Figura 15, identificamos a relação de troca entre as aldeias:

Figura 15: Relação de troca entre as aldeias



Fonte: POVOS, p. 71

Interessante pontuar também que as Nhemongarai, ou celebrações, são eventos significativos para os Guarani Mbya, onde há um fluxo entre as diferentes aldeias, estando relacionadas não apenas aos tempos de plantio e colheita, mas também aos tempos novo e antigo. Durante essas celebrações, são realizados batismos simbólicos de diferentes elementos, como nomes das crianças, mel, milho, erva mate e até mesmo peixes, como o sagrado lambari. Além disso, a cerimônia da flecha é realizada, de forma que cada Xondaro, guerreiro guarani, tem uma flecha batizada. Essas celebrações possuem um caráter sagrado e muitas delas são restritas aos membros da comunidade guarani, fortalecendo os laços culturais e espirituais internos.

6.2.1 O Turismo de Base Comunitária (TBC)

Nos roteiros turísticos de base comunitária (TBC), além das celebrações, os visitantes têm a oportunidade de desfrutar de várias atividades e experiências. Entre elas, estão incluídas visitas aos atrativos naturais preservados pelas aldeias, como banhos de rio em locais específicos e cachoeiras encantadoras. Os visitantes também têm a chance de conhecer a casa de reza, um espaço sagrado para os Guarani Mbya, bem como outros lugares sagrados, como ruínas, roças e espaços dedicados às ervas medicinais.

Durante os roteiros, são oferecidas comidas típicas, como o xipá, que é uma espécie de pão de mandioca assado na folha de bananeira, proporcionando aos visitantes uma experiência gastronômica.

Além disso, o artesanato também é disponibilizado, permitindo que os visitantes adquiram peças únicas e representativas da cultura guarani. Para completar a experiência, algumas aldeias oferecem opções de hospedagem, como na T.I Araponga, onde as casas são construídas com a técnica do pau a pique, proporcionando aos visitantes uma imersão ainda maior na vida cotidiana e nas tradições guaranis.

Os roteiros turísticos de base comunitária proporcionam uma oportunidade para as pessoas de fora das aldeias conhecerem e vivenciarem as tradições e modos de vida e a cultura dos Guarani Mbya, valorizando a relação sustentável e saudável que eles têm com a natureza.

No TBC mostramos a nossa cultura e, pra mim, as pessoas saem daqui mudadas, elas começam a perceber - umas mais, outras menos, mas todas percebem - que estamos integradas com a natureza, que a cachoeira faz parte da gente. Quando elas chegam na cachoeira, algumas choram (Entrevistada, 7, 2023)

Algumas das práticas festivas, como o Batismo do Milho, o Coral Guarani e a Dança dos Xondaros, são acessíveis aos juruás.

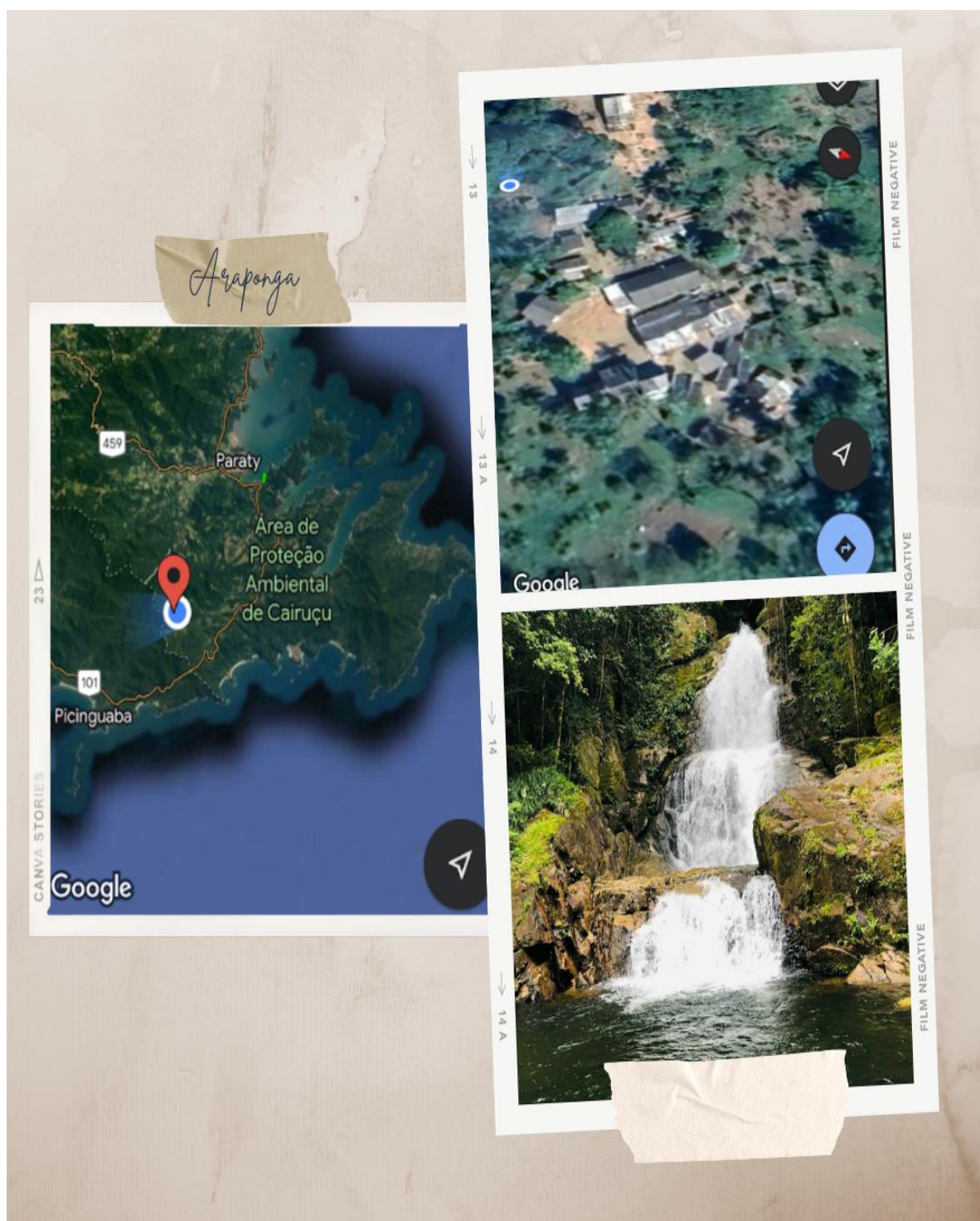
É relevante esclarecer que esses roteiros são baseados em princípios de autogestão produtiva, em que a produção, comercialização e retorno financeiro são compartilhados pelos membros da comunidade, evitando a busca pelo lucro e a exploração do trabalho, comumente encontrados no turismo, entendido pela comunidade como Turismo Predatório⁹⁰.

No entanto, é importante ressaltar que nem todas as celebrações são abertas aos juruás em todas as aldeias, pois algumas delas são realizadas exclusivamente para os membros da comunidade guarani.

⁹⁰ “Demos esse nome, porque não acreditamos que o problema é ser um turismo de massas, como se pobre não pudesse viajar de férias. O problema é que ele tem a mesma veia do capitalismo, quer chegar nos lugares, explorar tudo e acha que o dinheiro é o que tem mais valor. Pra gente, isso é predatório. Você só quer tirar foto e ir pro próximo lugar, tirar mais foto, consumindo o lugar sem de fato viver bem lá, sabe?” (Entrevistada 17, 2023).

7. CULTURA DA ÁGUA NA TEKOA GUYRAITAPU (ARAPONGA)

Figura 16: Ilustração da aldeia Araponga



Fonte: Composição elaborada pela autora; da esquerda para direita: localização da aldeia, print do google maps de 20 jun. 2022; e foto da Cachoeira da aldeia; de Júlia Borges.

O rio Carapitanga desempenha um papel fundamental na produção e na preservação do modo de vida dos Guaranis Mbya, assim como a Mata Atlântica. Para

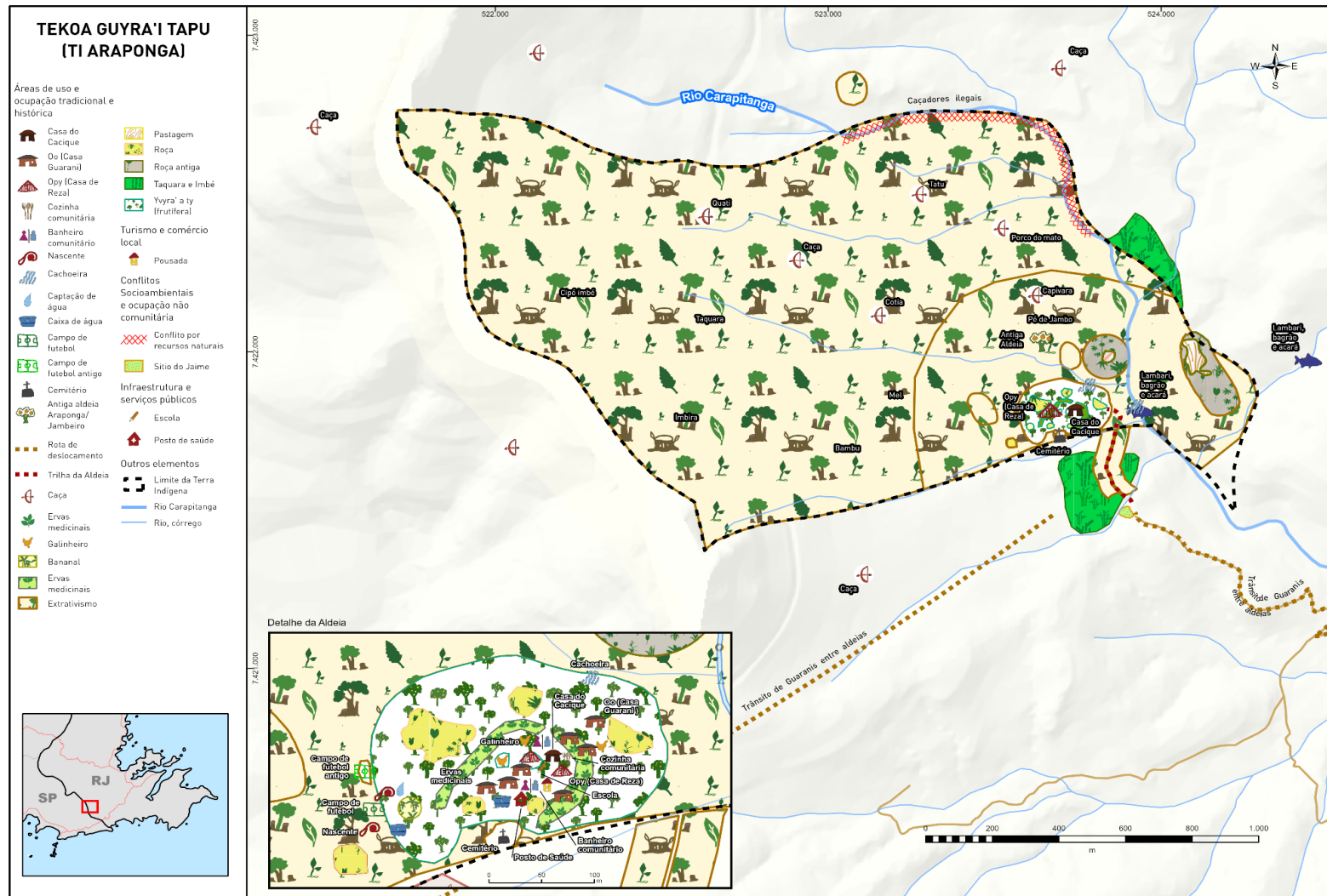
essa comunidade, o rio não é apenas um local para banho e diversão, mas também um importante local de pesca para subsistência. Além disso, a mata fornece proteção, saúde, alimentação e produção de artesanato. Como exemplificado por um membro da comunidade Guarani Mbya, eles costumavam pescar peixes como lambari e bagres pequenos no rio, que eram consumidos junto com arroz e pão. Essa relação entre o rio, a mata e a subsistência demonstra a interdependência e a importância da Cultura da Água para a comunidade Guarani Mbya.

A TI Araponga, foi homologada por Decreto Federal em 03 de julho de 1995, foi sobreposta à área do Parque Nacional da Bocaina, possuindo uma área de 213,2033 hectares, em processo de estudo para ampliação de seu território, uma vez que relatos das entrevistadas indicam que o território abrange mais de 275 hectares.

O nome "Araponga" faz referência a uma ave comumente encontrada no Brasil, Paraguai e Argentina, exatamente nos territórios percorridos pelo Cacique da Aldeia. Isso evidencia a conexão entre a realidade atual e a memória ancestral, destacando a importância dos territórios na construção da memória deste povo. Para além desse conceito, o uso do nome da ave nos territórios percorridos pelo Cacique simboliza a relação simbólica entre a natureza, a história e a identidade dos Guarani Mbya.

Desta forma, a escolha pelo nome evidencia não apenas a conexão entre a realidade atual e a memória ancestral, mas também destaca a importância dos territórios na construção da memória do povo Guarani. A presença do nome da ave nos territórios percorridos pelo Cacique representa um elo simbólico entre a natureza, a história e a identidade dos Guaranis Mbya, reforçando a relação intrínseca entre o povo e seu ambiente, bem como a preservação de suas tradições e conhecimentos ancestrais. Abaixo, Figura 17, identificamos a cartografia social da comunidade:

Figura 17: Cartografia Araponga



Fonte: Povos, 2021 b., p. 72 e 73.

Desde cedo, as crianças Guarani Mbya aprendem sobre a importância da agricultura e do cultivo dos alimentos por meio de brincadeiras. Essas atividades lúdicas fortalecem os laços entre as gerações, preservando os saberes ancestrais e incentivando a continuidade das práticas agrícolas tradicionais. Além disso, as brincadeiras das crianças, seja nas cachoeiras ou nas plantações, também estão intrinsecamente ligadas à Cultura da Água. A conexão profunda com a terra desempenha um papel fundamental na preservação da cultura Guarani Mbya e na construção de uma sociedade que valoriza a sustentabilidade, a identidade cultural e a preservação das tradições. É por meio dessas práticas e brincadeiras que os conhecimentos ancestrais são transmitidos e a importância da água e do cuidado com o ambiente é internalizada desde a infância.

Essa interação harmoniosa com a natureza, baseada no respeito à terra e à água, contribui para a formação de uma consciência ambiental e para a valorização da cultura tradicional Guarani Mbya. É por meio dessas vivências que se fortalece a identidade cultural e se promove uma sociedade mais sustentável, onde a preservação da água e o respeito ao meio ambiente são fundamentais.

7.1 Estruturas de abastecimento de água e saneamento na Aldeia Araponga

Os PCTs, com suas práticas ancestrais e modos de vida peculiares, enfrentam desafios específicos no acesso a serviços básicos, como o abastecimento de água potável e o saneamento adequado. Nesse contexto, é fundamental compreender as características e particularidades das estruturas existentes, a fim de promover ações e políticas que atendam às necessidades dessas comunidades, respeitando seus direitos humanos e contribuindo para a melhoria de suas condições de vida. Especificamente, apresentaremos, a seguir, a estrutura de abastecimento da aldeia Araponga.

Atualmente, a aldeia possui apenas dois banheiros comunitários em condições inadequadas, o que resulta na necessidade de compartilhamento por mulheres, idosas e crianças doentes. Essa situação gera desconforto e violação da privacidade

das mulheres, uma vez que é de conhecimento de todos quando estão menstruadas, por exemplo⁹¹. Podemos observar melhor, na Figura 18, essa questão.

Figura 18: Imagens dos banheiros compartilhados



Fonte: arquivo pessoal, 2023.

Além do mais, o poder público não possui um plano de coleta de lixo e tratamento de esgoto e das fossas da aldeia de forma que a própria comunidade, que tem o seu direito violado, tem que pensar soluções. Segue abaixo, Figura 19, a representação da aldeia, com os principais problemas enfrentados, elaborado pela autora em oficina com o pesquisador comunitário Elio Karai.

⁹¹ Destacamos que embora essa informação tenha sido relatada na aldeia Araçuaia, podemos inferir, uma vez que a aldeia Itaxi compartilha da mesma cultura, que esse problema é sentido também pelas mulheres de lá.

Figura 19: Principais problemas na aldeia

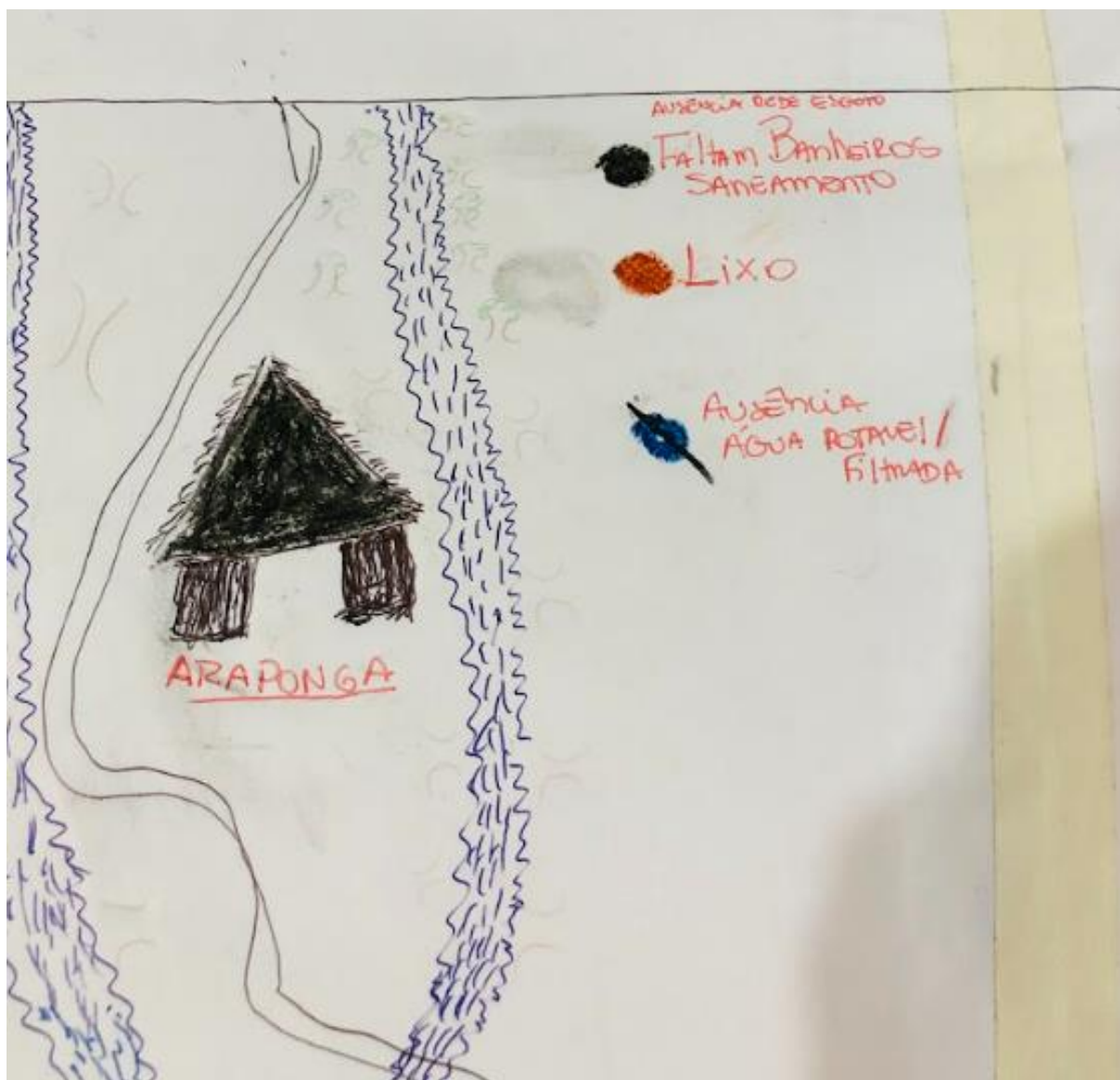


Foto: acervo da autora, foto Júlia Borges

Destacamos que a falta de saneamento básico no território do Carapitanga resulta em graves violações dos Direitos Humanos, afetando especialmente as pessoas mais vulneráveis, como mulheres, crianças, idosos e a população Guarani Mbya. Abaixo, Quadro 4, apresentamos o levantamento das estruturas de abastecimento de água e saneamento da aldeia.

Quadro 4: Estrutura de Abastecimento de água e saneamento na Aldeia Araponga

Estrutura de Abastecimento de água e saneamento na Aldeia Araponga				
ÁREA	ITEM	POSSUI?		
		SIM	EM SITUAÇÃO PRECÁRIA	NÃO
Abastecimento de Água Potável	Sistema de captação de água potável	X		
	Sistema tratamento de água potável			X
	Sistema de distribuição de água potável	X		
	Reservatório de água para armazenamento e distribuição		X	
	Limpeza das caixas d'água		X	
	Análise da potabilidade da água			X
	Redes de distribuição de água para as residências			X
Saneamento de Esgoto	Rede de esgoto sanitário para coleta e transporte dos efluentes das residências			X
	Estações de tratamento de esgoto			X
Coleta e Manejo de Resíduos Sólidos	Coleta regular de resíduos sólidos nas residências			X
	Destinação adequada dos resíduos sólidos			X
Banheiros Domiciliares	Presença de banheiros adequados e socialmente aceitos nas residências			X
Drenagem Pluvial	Sistema de drenagem para evitar alagamentos			X
Acessibilidade e Mobilidade	Infraestrutura adequada para pessoas com deficiência			X
Educação e Conscientização	Programas educacionais sobre saneamento básico e higiene pessoal			X
Monitoramento e Manutenção	Mecanismos de monitoramento regular da qualidade da água e dos serviços de saneamento			X
	Manutenção preventiva e corretiva das estruturas de saneamento			X

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

A partir das entrevistas com as cinco mulheres da aldeia Araponga, 100% expressaram o desejo de ter banheiros em todas as casas, a fim de garantir a dignidade e o bem-estar das moradoras e moradores da comunidade. Além disso, todas destacaram que a aldeia possui nascentes de água e uma cachoeira, que podem contribuir para o abastecimento de água. Ou seja, proteger essas fontes naturais de água pode ser uma estratégia viável para melhorar o acesso à água potável na aldeia.

Portanto, é necessário um esforço conjunto para desenvolver um plano de ação que vise a implementação de banheiros individuais em todas as casas, bem como a melhoria das condições de saneamento na aldeia. Ao mesmo tempo, é essencial promover o respeito, a sensibilidade cultural e a participação ativa da comunidade guarani em todas as etapas desse processo, a fim de garantir que as soluções sejam adequadas e sustentáveis. Durante oficina com pesquisador comunitário Elio Karai, identificamos como problemas centrais, relacionados às estruturas de abastecimento de água e ao saneamento, conforme segue no Quadro 5:

Quadro 5: Ausência de saneamento básico

Ausência de saneamento básico
Falta de infraestrutura e serviços que garantam o acesso adequado e seguro à água potável, ao tratamento de esgoto, à coleta e destinação correta de resíduos sólidos e ao controle de vetores de doenças. Isso significa que as pessoas que vivem nessas áreas não têm acesso a banheiros adequados, sistemas de abastecimento de água potável, sistemas de coleta e tratamento de esgoto, coleta regular de lixo e medidas de controle de vetores, como mosquitos transmissores de doenças. A ausência de saneamento básico compromete a qualidade de vida, a saúde e o bem-estar das comunidades, aumentando o risco de doenças e impactando o meio ambiente de forma negativa.

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Ainda em relação às respostas das entrevistadas, todas as cinco na aldeia Araponga, relataram que a ausência de banheiro em casa acarreta problemas e impactos negativos na vida das pessoas. Segue, abaixo, uma relação das principais questões mencionadas.

a) Quatro entrevistadas relacionaram a falta de banheiro a possíveis riscos à saúde.

É evidente que a falta de um banheiro adequado aumenta o risco de doenças transmitidas por fezes, tais como diarreia, cólera, hepatite A e verminoses. Sem um local apropriado para o descarte de resíduos humanos, há uma maior propagação de agentes patogênicos que contaminam o solo, a água e os alimentos (OMS, 2023).

b) Todas relataram dificuldades de higiene pessoal.

Obviamente, a falta de um banheiro em casa dificulta a manutenção da higiene pessoal adequada, especialmente para mulheres, idosos, crianças e pessoas com condições de saúde vulneráveis. A falta de privacidade e de acesso à água limpa compromete a limpeza do corpo, aumentando, assim, o risco de infecções e doenças (OHCHR, 2023).

c) 100% das mulheres relataram o impacto na dignidade humana.

Uma vez que a falta de um banheiro privativo em casa afeta a privacidade e a dignidade das pessoas, compartilhar banheiros comunitários ou depender de espaços públicos inadequados para satisfazer as necessidades básicas de higiene pode gerar constrangimento, vergonha e violação dos direitos humanos (WHO, 2023).

d) Quatro entrevistadas problematizam as desigualdades de gênero.

Relatando a ausência de banheiros em casa como fator agravante das desigualdades de gênero, mulheres e meninas enfrentam desafios adicionais, como o risco de violência sexual e de violação da intimidade durante a menstruação. A falta de instalações sanitárias seguras e adequadas limita sua mobilidade e autonomia (UNICEF, 2023).

e) Três das cinco mulheres relataram preocupação com o impacto ambiental da falta de limpeza da fossa.

Nas entrevistas foi relatado que se recorre à prática de defecar em áreas naturais como parte de uma abordagem sustentável para lidar com as excretas. Essa prática visa transformar os resíduos em adubo, promovendo um ciclo natural e benéfico para o meio ambiente. No contexto específico da comunidade, esse método é considerado uma prática apropriada e adequada. É importante respeitar e valorizar os conhecimentos tradicionais e as práticas sustentáveis das comunidades, garantindo a preservação ambiental e a saúde das pessoas envolvidas.

Dessa forma, fica evidente que essa situação apresenta uma preocupação significativa. A solução atualmente proposta não resolve adequadamente a questão do descarte inadequado de resíduos humanos. Tal prática pode acarretar sérias consequências ambientais, incluindo a contaminação de rios, lençóis freáticos e solos. Esse impacto negativo afeta diretamente a qualidade da água, comprometendo a saúde das pessoas e a sustentabilidade dos ecossistemas. É importante ressaltar que essa problemática é particularmente observada nos bairros rurais vizinhos às

comunidades tradicionais, como mencionado na oficina com Elio Karai. Sobre as instalações na aldeia a Entrevistada 8, relata:

São antigos e precários como dá pra ver... os juruás vêm, acham que fazendo isso resolvem o problema, mas eles criaram um problema pra gente porque ninguém sabe como tá essa fossa, ninguém vem limpar. Precisamos de soluções de verdade, com biosistemas igual as tecnologias do OTSS. (Entrevistada 8, 2023).

Partindo deste gancho, observa-se que cinco das entrevistadas relataram dificuldades no processo de descarte de lixo inorgânico; de forma que:

a) Todas se preocupam com a poluição ambiental.

A acumulação de resíduos sólidos em locais inadequados, como terrenos baldios e corpos d'água, resulta em poluição do ar, solo e água, comprometendo a qualidade ambiental (SMITH, J. et al. 2016).

b) Três mulheres das cinco, na Araponga, relataram preocupação com os riscos à saúde.

A presença de lixo exposto favorece a proliferação de vetores de doenças, como mosquitos, roedores e insetos, aumentando o risco de contaminação e disseminação de enfermidades (WORLD BANK, 2018)

c) Duas declararam preocupação com a degradação visual.

Montanhas de lixo e espaços públicos sujos afetam negativamente o ambiente visual, prejudicando a estética das áreas afetadas e a qualidade de vida das pessoas (UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME, 2020).

d) Quatro apresentaram preocupação com o impacto na floresta.

O lixo descartado de forma inadequada pode ser ingerido por animais, causando danos à sua saúde e afetando a biodiversidade e o equilíbrio dos ecossistemas (THIEL, et al., 2014).

e) Três das cinco relataram impacto negativo que gera prejuízos econômicos.

É evidente que a falta de coleta de lixo pode afetar negativamente tanto o turismo como o comércio de artesanato.

f) Todas as mulheres trouxeram como um elemento da desigualdade social

Comunidades mais vulneráveis e marginalizadas são frequentemente as mais afetadas pela falta de coleta de lixo, agravando as desigualdades sociais e prejudicando a qualidade de vida dessas populações (FERREIRA, 2016).

Entre os problemas ligados à estrutura de água e saneamento, quatro das entrevistadas demonstraram preocupação com a qualidade da água consumida. Na

oficina, Elio Karai ressaltou o trabalho conjunto que o OTSS está realizando para construção de um filtro na aldeia, de maneira que haja, principalmente no verão, a diminuição da quantidade de pessoas infectadas com doenças de veiculação hídrica. A ausência de banheiros adequados e de acesso à água potável compromete a saúde e a dignidade dessas comunidades, além de contribuir para a propagação de doenças e a degradação ambiental.

Essa situação configura uma violação dos Direitos Humanos, incluindo o direito à saúde, ao ambiente saudável, à moradia adequada e à privacidade. Além disso, a falta de saneamento também impacta a realização de outros direitos, como o direito à educação, ao trabalho e à igualdade de gênero.

É imprescindível que o Estado brasileiro adote medidas efetivas para garantir o pleno acesso ao saneamento básico em áreas rurais, em conformidade com os princípios de universalidade, equidade, integralidade e participação social. Isso inclui a implementação de políticas públicas adequadas à aldeia Araponga, através de investimentos em infraestrutura, capacitação das comunidades locais e respeito à diversidade cultural, visando superar as desigualdades existentes e promover a inclusão social.

8. CULTURA DA ÁGUA NA TEKOA ITAXI MIRIM

A T.I. Itaxi Mirim, também conhecida por aldeia Itaxi ou Parati Mirim⁹², localiza-se na estrada de Parati-Mirim, a 4,5 km da rodovia Rio Santos e 3 km da praia de Paraty⁹³ Mirim. Possui uma área regularizada de 79.1997 hectares. O nome "Itaxĩ" tem como significado "pedra branca". A denominação da aldeia está relacionada a uma grande pedra localizada próxima à entrada da cidade de Paraty.

É importante identificar que a comunidade está em frente ao rio Carapitanga e a uma primeira vista em uma região com abundância de água. Entretanto, conforme veremos, os dados apontam para o desabastecimento hídrico da comunidade e a grave violações. A partir do Projetos Povos a comunidade "se colocou no mapa" identificando a área das habitações e os usos da terra, conforme podemos ver abaixo, na Figura 20:

⁹² Também denominada Itaxi.

⁹³ Respeitamos a grafia utilizada pelas comunidades, por vezes Paraty aparece com "y" e por vezes com "i", inclusive em documentos oficiais como IGARA, 2011.

Figura

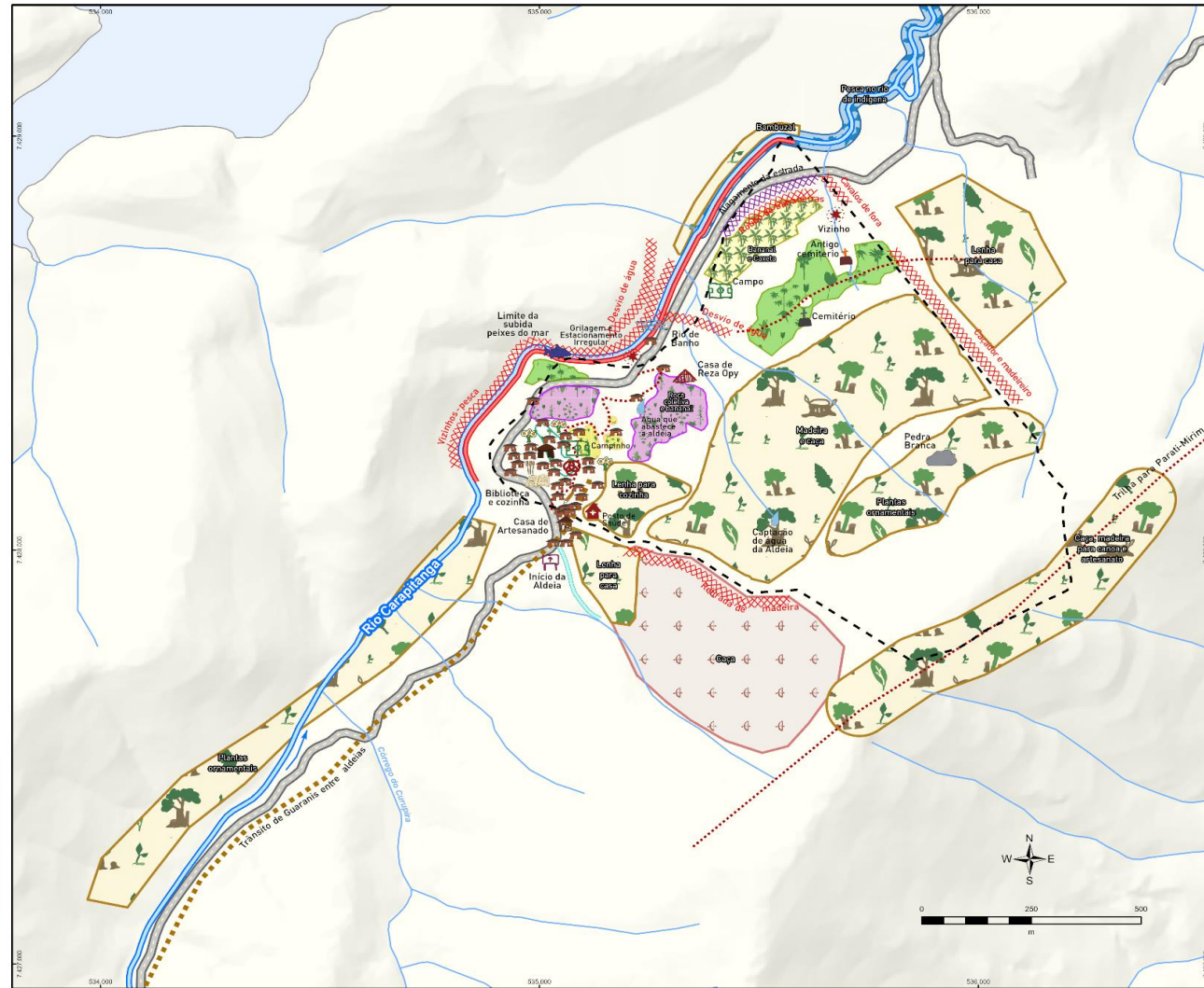
20:

Cartografia

social

Itaxi

Mirim



Fonte: POVOS, 2021, p. 47 e 75

Em vermelho são evidenciados os conflitos vividos pela comunidade em especial relacionados à captação de água, pesca por pessoas vizinhas à comunidade, grilagem de terra e estacionamento irregular no território da comunidade. Identificamos que, embora a comunidade possa ver o rio Carapitanga da Tekoa Itaxi e saiba que em frente à aldeia passa a tubulação que leva água até a praia (para as pousadas e casas de veraneio), é constante a falta de água para abastecer a comunidade Guarani Mbyá e a estrutura de saneamento é considerada precária por todas as 5 mulheres entrevistadas que relataram viver a insegurança em relação à água diariamente de maneira mais profunda do que os homens, principalmente nas atividades sociais de cuidado com crianças, idosos; para atividades relacionadas à higiene; alimentação; espirituais; de manejo de plantas e animais, bem como afetação e adoecimento por conta da situação em que a cada momento a água disponível está mais suja e menos acessível. Podemos observar essa questão na Figura 21.

Figura 21: Itaxi Mirim



Fonte: elaborado pela autora, fotos Júlia Borges

Durante as entrevistas foi relatado:

[quando] Nossa aldeia começou, ela abarcava isso aqui tudo. Até que os juruás foram nos expulsando e só conseguimos demarcar esse pedaço aqui. Mas, a gente usa mais! A praia, o caminho pra cidade... é tudo nosso... agora o que vejo é que quando o terreno tem água pros juruás fica mais caro né? Então, a primeira coisa que fizeram é tirar a gente desses pedaços. Mas nós não aceita isso. Estamos aqui, sempre estivemos, tá na hora de devolver pra nós o que era nosso (Pesquisadora Comunitária, 2023).

Nesse local, há um mirante voltado para o centro histórico de Paraty, com um cruzeiro em seu topo. De acordo com relatos antigos, o assentamento original da aldeia ocorria nas proximidades dessa pedra, que era conhecida como Itaxĩ e ficava branca durante períodos de neblina (OTSS, p. 118). Dessa forma, a aldeia recebeu o nome de Itaxi Mirim, indicando um assentamento menor dos descendentes da Itaxi original, fazendo referência à pedra branca. Essa designação preserva a conexão histórica e geográfica da aldeia com a pedra e sua importância para a comunidade. Conexão ameaçada pela perda de controle do território:

Sabe, as vezes eu fico triste quando penso nisso... o território pra gente não é um pedaço de terra que pode vender, não pode vender isso aqui, mas os juruás vendem e o pior, criam leis como a APA, o parque né? Se a gente já tava aqui antes dessas leis era a gente que devia ensinar os juruás como cuidar, mas eles não acreditam em nós, criam essas regras de que a gente não pode fazer as coisas como se a gente destruísse mas, a gente não destrói a gente cuida quem destrói é a cidade, esses bairros que jogam esgoto, mata os peixes, né? Mata os rios e mata a gente também né? Porque a gente é só mais um bichinho aqui... Pra gente, na nossa cultura sabe... tá tudo ligado, a pedra, a cachoeira, os rios, o ar, então quando os juruás chegam dizendo que a terra é deles é mentira, mas eles chegam com as leis, a policia e pra gente só sobra um pedaço pequeno da gente mesmo, porque não é só a terra que os juruás tiram, sabe? Vai junto a nossa vida (Pesquisadora Comunitária, 2023).

A entrevistada traz uma perspectiva interessante sobre a relação do povo Guarani Mbya com o território, destacando as influências das leis e regulamentos impostos pelos não indígenas. Suas preocupações sobre a preservação do território, cultura e identidade Guarani estão alinhadas com os estudos de Quijano (1988) sobre a colonialidade e suas consequências para os povos indígenas. Identificamos, quando se expressa tristeza diante da possibilidade dos “juruás” venderem o território ao redor da Terra indígena demarcada, uma preocupação com o impacto que pode haver sobre suas terras, relativo à perda de controle e soberani.

Identificamos também a preocupação com a falta de saneamento e a poluição do rio Carapitanga, denominado pelo topônimo de cachoeira, foi identificada na fala

das cinco entrevistadas da Itaxi bem como em todas as 20 falas de todas as comunidades e das pessoas pesquisadoras comunitárias entrevistadas, sendo que na aldeia Itaxi a falta de banheiro na comunidade e a ausência de saneamento apareceu como um problema central para a vida das mulheres.

Se a gente tivesse como o pessoal da Araponga, mais afastado... conseguia ficar melhor, porque o problema é que os juruás estão cercando a gente, colocam casas aqui perto, afastam a caça, sujaram a água porque não tem esgoto, o esgoto deles é o rio. Isso tá errado, né? Eu vejo isso: eles chegam e querem o terreno que tem água, o mais perto da praia, mas essa terra aqui é nossa não tá vazia. O juruá acha que porque tem mato não tem ninguém, nós não somos ninguém, os bichinhos não são ninguém né? Eu fico muito triste porque os antigos nos ensinaram e agora que tá na minha vez de passar, os juruás estão destruindo tudo sabe? Como vou ensinar as coisas lá na cachoeira⁹⁴ se tá tão assoreada que chega tá rasa. O Carapitanga era fundo, muito fundo em vários pontos. Depois da BR e desse bando de gente vindo pra cá, tá tudo morrendo (Entrevistada 1, 2023).

Entre todas as comunidades do nosso Território de Aprendizagem a aldeia Itaxi foi onde identificamos a situação de maior insegurança e vulnerabilidade hídrica, entretanto, como relatado, a aldeia não está isolada e identificamos que, apesar de ser vizinha a casas e pousadas, apenas a aldeia tem graves problemas com falta de acesso à água.

Aqui todo mundo promete que vai fazer os banheiros e trazer as caixas d'água mas ninguém resolve. A gente pensa que é porque querem é que a gente saia daqui, já diminuíram a nossa terra, a aldeia começava lá na pedra e agora começa bem aí... a nascente que nós tem aqui que abastece todas as casas seca quando não chove. Cada casa tinha que ter um reservatório, como não tem a gente tem que pegar água na cachoeira pra beber, e a gente sabe que tá suja. Mas, faz o que? Aqui é assim, liga a caixa d'água de manhã e quando é dez e meio já não tem mais, o jeito é tomar banho na cachoeira né, nesse rio aí... quando anoitece não tem água porque o registro tá fechado pra ter água de manhã. Quando fica muito feia a situação e a gente briga a prefeitura as vezes dá carro pipa ou algum amigo da água, mas sabe... a situação é muito feia todo dia... tem idoso que mora lá pra cima, meu pai morreu com 122 anos e tava saudável mas tem idoso que tá doente não consegue pegar água no rio (Entrevistada 1, 2023).

No contexto da comunidade indígena Itaxi, a fala mencionada anteriormente aponta violações de direitos que afetam diretamente essa comunidade, como:

a) Direito à terra e território: A fala menciona a diminuição do território da comunidade e a apropriação da terra pelos juruás". Essa violação conflitua com a

⁹⁴ Na aldeia Itaxi Mirim e na Aldeia Araponga identificamos o uso de Cachoeira como Topônimo para rio, no do relato se refere ao rio Carapitanga.

Constituição Federal de 1988, que reconhece e protege os direitos territoriais das comunidades indígenas.

b) Direito à participação e consulta: A fala menciona que as leis são impostas pelos juruás sem levar em consideração o conhecimento e a voz das comunidades indígenas. Isso pode ser uma violação do direito à consulta e participação das comunidades indígenas, conforme estabelecido na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e em convenções internacionais ratificadas pelo Brasil.

c) Direito ao meio ambiente saudável: A comunidade menciona a destruição ambiental causada por bairros que despejam esgoto e poluem os rios, afetando a qualidade da água e a saúde das pessoas. Isso pode ser uma violação do direito ao meio ambiente saudável, protegido tanto pela legislação brasileira quanto por acordos internacionais, como o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Inclusive a água para abastecer as pousadas na praia, passa em frente a aldeia e não entra, levando a principalmente no verão, a comunidade ficar sem água e na praia as pousadas terem abastecimento contínuo. Outra entrevistada relata a gravidade da situação na aldeia:

As crianças têm diarreia, vômito e a gente sabe que tem haver com a água da cachoeira que tá suja, a gente vê plástico, gordura e espuma na água que antes a gente não via. Antes a gente podia pescar na cachoeira, e tinha peixe pra todo mundo, agora só tem plástico, lixo dos moradores, tem um papel do governo que não cuida mas, também têm dos juruás que jogam até sofá na cachoeira. Aqui a gente não tem sanitário nas casas, são só poucas que tem uma caixa podre e velha que era pra ser o banheiro né? Dá até vergonha de falar mas eu to falando a verdade, quem vem aqui pode ver. A gente não tem sanitário mas cuida da cachoeira, não vai jogar as coisas na água, a gente vai na mata porque isso vira comida pra outros bichos né? Agora é urgente resolver isso, já passou da hora, mas eu tenho pra mim que eles querem é tirar a gente daqui... quando o pessoal na praia não tinha água e a gente tinha a gente foi e fez um choveiro e uma torneira aqui pra todo mundo sabe? a gente divide, agora os juruás tem água e a gente não tem, eles disseram que a água ia passar aqui na frente da aldeia e perguntaram se a gente deixava, prometeram que cada casa teria torneira, choveiro, caixa d'água, não é porque a gente é da aldeia que a gente pode morrer sem água né? Eu as vezes choro porque as crianças, pra ter comida precisa de água, o que eu faço e muita gente faz aqui é guardar na garrafa térmica essa água quando abre e aí fica um pouco só pra beber mesmo, mas aí quando acaba tem que ir no rio ou lá em cima na nascente, quando tem lá né? (Entrevistada 2, 2023).

Analisando as violações dos direitos das crianças e da comunidade mencionadas na entrevista observamos que a contaminação da água compromete o direito à água limpa e segura, aumentando o risco de doenças para as crianças e a

comunidade. A escassez de peixes afeta o direito à alimentação adequada e tem um impacto significativo na cultura local e na subsistência da comunidade.

Figura 22: Banheiros de uso compartilhado na Tekoa Araponga



Fonte: elaborado pela autora, fotos Júlia Borges

A ausência de saneamento básico viola o direito ao saneamento adequado (Figura 22), afetando a saúde e a higiene da comunidade em geral. No entanto, a fala ressalta a responsabilidade compartilhada da comunidade em cuidar do rio Carapitanga evitando o lançamento de excretas atentando a poluição da cachoeira, apesar das condições precárias de saneamento.

A desigualdade no acesso à água é perceptível no destaque, evidenciado durante as visitas à comunidade, da disparidade entre a comunidade de Itaxi e os jururás, que têm acesso à água enquanto a comunidade não possui. Essa desigualdade no acesso representa uma violação dos direitos das crianças e da comunidade como um todo.

Além disso, as promessas feitas pelas autoridades de fornecer água adequada para a comunidade, incluindo torneiras, chuveiros e caixas d'água, não foram cumpridas. Isso demonstra a negligência das autoridades em relação às necessidades básicas da comunidade e o descumprimento de suas obrigações.

A entrevistada ressalta a urgência de resolver as questões relacionadas à água e saneamento.

Quadro 6: Identificação de falas das entrevistadas, relacionadas a direitos violados e as referências legais

Contexto na Fala	Direitos Violados	Referências Legais
Violação dos direitos das crianças e da comunidade	<ul style="list-style-type: none"> - Direito à água limpa e segura para consumo - Risco de doenças relacionadas à água contaminada 	<ul style="list-style-type: none"> - Artigo 225 da Constituição Federal do Brasil: Reconhece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incluindo o acesso à água potável. - Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 da ONU: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos. - Lei 6.040/2007 - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais: Reconhece e garante os direitos dos povos e comunidades tradicionais, incluindo o acesso à água e ao saneamento básico.
Contaminação da água	<ul style="list-style-type: none"> - Direito à água limpa e segura para consumo - Risco de doenças relacionadas à água contaminada 	<ul style="list-style-type: none"> - Artigo 225 da Constituição Federal do Brasil: Reconhece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incluindo o acesso à água potável. - Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 da ONU: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos. - Lei 6.040/2007 - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais: Reconhece e garante os direitos dos povos e comunidades tradicionais, incluindo o acesso à água e ao saneamento básico.
Escassez de peixes	<ul style="list-style-type: none"> -Direito à alimentação adequada - Impacto na cultura local e subsistência 	<ul style="list-style-type: none"> - Declaração Universal dos Direitos Humanos, Artigo 25: Reconhece o direito de todos ao mais alto padrão de saúde alcançável. - Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 da ONU: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. - Lei 6.040/2007 - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais: Reconhece e garante os direitos dos povos e comunidades tradicionais, incluindo a proteção de sua cultura e modos de subsistência.

Contexto na Fala	Direitos Violados	Referências Legais
Ausência de saneamento básico	<ul style="list-style-type: none"> - Direito ao saneamento básico - Impacto na saúde e higiene da comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Lei 11.445/2007 - Lei de Saneamento Básico: Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e garante o acesso universal aos serviços de saneamento. - Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 da ONU: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos. - Lei 6.040/2007 - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais: Reconhece e garante os direitos dos povos e comunidades tradicionais, incluindo o acesso ao saneamento básico.
Responsabilidade compartilhada	<ul style="list-style-type: none"> - Consciência ambiental e preservação dos bens naturais 	<ul style="list-style-type: none"> - Constituição Federal do Brasil: Vários artigos e princípios podem ser invocados para responsabilizar as autoridades que não cumprem suas obrigações constitucionais.⁹⁵ - Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais: Estabelece direitos econômicos, sociais e culturais e a obrigação dos Estados de implementá-los.
Desigualdade no acesso à água	<ul style="list-style-type: none"> - Desigualdade no acesso aos recursos naturais - Violência contra as crianças e a comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Artigo 5º da Constituição Federal do Brasil: Estabelece a igualdade como um dos princípios fundamentais do país. - Lei 6.040/2007 - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais: Reconhece e garante os direitos dos povos e comunidades tradicionais, incluindo o acesso aos recursos naturais.
Promessas não cumpridas	<ul style="list-style-type: none"> - Descumprimento das obrigações por parte das autoridades - Negligência em relação às necessidades básicas 	<ul style="list-style-type: none"> - Constituição Federal do Brasil: Vários artigos e princípios podem ser invocados para responsabilizar as autoridades que não cumprem suas obrigações constitucionais. - Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais: Estabelece direitos econômicos, sociais e culturais e a obrigação dos Estados de implementá-los.
Insegurança hídrica	<ul style="list-style-type: none"> - Direito à segurança hídrica 	<ul style="list-style-type: none"> - Lei 9.433/1997 - Lei das Águas: Estabelece a gestão dos corpos d'água no Brasil e visa garantir a segurança hídrica para a sociedade. - Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 da ONU: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Sobre a situação específica notamos que podem ser invocados os seguintes exemplos de leis e princípios relacionados a falta do Estado brasileiro em fazer cumprir os direitos das comunidades:

⁹⁵ Exemplificados mais à frente.

a) Constituição Federal do Brasil:

Artigo 23: Estabelece a competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para promover políticas públicas e ações que garantam o saneamento básico, a proteção das águas e dos direitos indígenas.

Artigo 225: Reconhece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Artigo 231: Reconhece aos povos indígenas o direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam, garantindo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas naturais e a prerrogativa de serem consultados sobre medidas legislativas e administrativas que afetem diretamente seus interesses.

b) Lei de Saneamento Básico (Lei 11.445/2007):

Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, definindo as responsabilidades dos entes federativos na promoção do acesso universal aos serviços de saneamento, incluindo abastecimento de água e tratamento de esgoto.

c) Lei do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Lei 9.433/1997):

Estabelece a gestão dos recursos hídricos no Brasil, prevendo a atuação do poder público e da sociedade na implementação de políticas e planos de recursos hídricos, incluindo medidas para a proteção das águas e o acesso equitativo aos recursos hídricos.

d) Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT):

Estabelece diretrizes para a consulta e participação dos povos indígenas e tribais em decisões que afetem seus direitos e interesses, incluindo a consulta prévia, livre e informada sobre medidas legislativas e administrativas relacionadas a seus territórios e recursos naturais.

Durante as entrevistas nos foi relatado que há uma série de processos jurídicos que visa a solução da situação:

O que mais tem é ação né? (risos). Acho que é só pra dizer que estão fazendo alguma coisa. Só que eu sei tem a ação do Ministério Público em 2016, nessa época a justiça mandou colocar torneiras e fornecer água. A gente já tá em 2023 né? Até agora a situação só piorou. Além disso, também o pessoal da Eletronuclear veio, mostrou as plantas dos banheiros que eles já deviam ter feito quando construíram Angra 1... e olha que já querem fazer Angra 3... e até agora é só papel Juruá gosta de papel mas no nossa cultura o que vale é a ação... de verdade até agora o que teve foi o que a nossa união fez. Reformamos os banheiros, nós mesmos, com o pessoal das comunidades,

os quilombola e caiçara e é assim que estamos fazendo... o único banheiro descente que temos é aquele ali, mas só tem porque a gente fez junto não porque a justiça mandou. Pra mim a justiça não nos apoia, como pode deixar passar a água aqui na frente da aldeia e não subir pras nossas casas? Sabe, pra mim isso é racismo, é sim... vai ver quem tem água é quem tem dinheiro... quem tem direito é quem tem dinheiro e a gente tem valor mas, não tem dinheiro aí pro juruá e pra justiça não vale nada. As crianças aqui adoecem por conta dessa água que nós não tem, a gente também né? Ainda tem as nossas coisas de mulher, como faz depois que o neném nasce pra descer o morro todo e pegar água no rio? É racismo porque se a gente morasse fora da aldeia, aqui do lado mesmo, ia ter água, banheiro... eles proibem a gente de caçar, fazer um monte de coisa por conta da preservação, mas eles jogam esgoto no rio e matam os peixes que a gente podia comer... não faz sentido na nossa cultura, mas a gente sabe que faz sentido pros juruá porque tem haver com dinheiro e não com a nossa lógica que os nossos ancestrais ensinaram.
Entrevistada 2, 2023).

A análise da entrevista permite identificar questões importantes levantadas pela entrevistada. Ela destaca a falta de ações efetivas por parte das autoridades responsáveis, considerando que já houve uma ação do Ministério Público em 2016 que resultou em ordem para fornecer água potável. No entanto, a situação só piorou desde então, evidenciando a falta de progresso real⁹⁶.

A entrevistada menciona a visita da Eletronuclear⁹⁷, que mostrou planos de banheiros que deveriam ter sido construídos quando Angra 1 foi construída (em 1972!)⁹⁸. Ressaltando a negligência contínua em relação às necessidades básicas da comunidade, mesmo com a intenção de construir Angra 3 (em 2023). A falta de ações concretas e a prevalência de burocracia em vez de resultados tangíveis são criticadas, especialmente considerando a importância dos impactos ocasionados pela falta de acesso à água e ao saneamento na cultura da entrevistada.

A entrevistada critica a discrepância entre as restrições impostas à comunidade em nome da preservação ambiental e a poluição causada pelo despejo de esgoto no rio, prejudicando os corpos d'água e a subsistência da comunidade. Ela argumenta que essa lógica não faz sentido em sua cultura, mas parece estar alinhada com os

⁹⁶ Para mais ver: <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2016/09/mpf-determina-fornecimento-de-agua-potavel-para-indios-de-angra-e-paraty.html>.
<https://racismoambiental.net.br/2016/07/06/a-pedido-do-mpfrj-justica-determina-fornecimento-de-agua-potavel-a-aldeias-indigenas-em-angra-e-paraty/>

⁹⁷ Ver mais em: <https://www.eletronuclear.gov.br/Imprensa-e-Midias/Paginas/Eletronuclear-apresenta-projeto-de-saneamento-b%C3%A1sico-a-comunidades-ind%C3%ADgenas.aspx>

⁹⁸ Angra 1 nasceu de um acordo realizado entre Brasil e Estados Unidos. Começou a ser construída em 1972, mas passou a funcionar comercialmente apenas em 1985 (para mais ver: <https://www.camara.leg.br/noticias/59976-brasil-tem-duas-usinas-nucleares-em-funcionamento/#:~:text=Angra%201%20nasceu%20de%20um,funcionar%20comercialmente%20apenas%20em%201985.>)

interesses econômicos dos "juruá" (não indígenas) em detrimento dos valores e conhecimentos transmitidos pelos ancestrais indígenas.

A falta de apoio da justiça também é ressaltada, questionando como é possível permitir que a água passe em frente à aldeia, mas não seja direcionada às casas. A entrevistada interpreta isso como racismo, sugerindo que aqueles com dinheiro têm acesso aos seus direitos, enquanto a comunidade indígena é negligenciada. A saúde das crianças é mencionada como sendo prejudicada pela falta de acesso à água potável, assim como as dificuldades enfrentadas pelas mulheres da comunidade, especialmente no pós-parto.

A Entrevistada 2 relaciona a desigualdade hídrica ao racismo ambiental, uma forma específica de discriminação ambiental que afeta grupos étnicos e raciais específicos. Ele ocorre quando comunidades racializadas são desproporcionalmente expostas a riscos ambientais, como poluição, contaminação da água, falta de acesso a natureza e negação de serviços ambientais básicos. Isso acontece devido a estruturas sociais e políticas injustas que perpetuam a desigualdade e a discriminação com base na raça ou etnia (ABREU, 2013).

Ao analisar o conteúdo das duas entrevistas inferimos que ambas ilustram as desigualdades ambientais que afetam de forma desproporcional as comunidades tradicionais e marginalizadas.

A Entrevistada 2 menciona a ineficácia das ações tomadas até o momento para solucionar o problema da falta de água na aldeia. Apontando para a injustiça de como o acesso à água parece estar condicionado à condição financeira, afirmando que aqueles que possuem recursos financeiros têm acesso à água, enquanto a comunidade indígena sofre com a falta desse bem essencial. Ela destaca a relação entre dinheiro e privilégio, que acaba perpetuando o racismo ambiental.

A Entrevistada 1 destaca a contaminação da água da cachoeira, que anteriormente era uma fonte segura e saudável. Ela menciona a presença de plástico, gordura e espuma na água, resultado da poluição causada pelos moradores locais e até mesmo pelos visitantes. Enquanto a comunidade se preocupa com a preservação do ambiente, evitando jogar lixo na cachoeira, outras pessoas não demonstram o mesmo cuidado, afetando a qualidade da água disponível.

Além disso, a falta de saneamento básico adequado na aldeia é destacada quando se resalta que a maioria das casas não possui sanitários adequados, e, muitas vezes, tem: “apenas uma caixa de PVC toda deteriorada que deveria servir

como banheiro” (Elio Karai, Pesquisador Comunitário Gurani, 2023). O entrevistado relata ainda: “Essa situação faz a gente passar constrangimentos e mostra a falta de investimentos e atenção por parte das autoridades competentes” (ibid).

Quando o Pesquisador Comunitário Élio se refere a: “caixas de PVC” está fazendo menção às estruturas que deveriam servir como banheiros e que foram instaladas pela FUNASA em 2009. Segundo o Relatório de Gestão de 2009 da Coordenação da Fundação Nacional de Saúde, vinculada ao Ministério da Saúde, especificamente da Coordenação do Rio de Janeiro. Identificamos que neste relatório consta como obras em andamento no exercício a aquisição de módulos em PVC, descrito como MSD e que deveriam ser colocados para beneficiar 120 habitantes (Figura 22). Entretanto, segundo o Pesquisador citado, bem como as 5 mulheres entrevistadas na comunidade e a observação realizada durante as entrevistas, identificamos que só foram entregues 8 unidades, sendo que todas as outras casas ficaram sem acesso, gerando uma desigualdade interna na aldeia.

Figura 23: Obras em andamento pela Coordenação do Rio de Janeiro da FUNASA em 2009.

Obras em Andamento no exercício

Município	Ação	Local	Pop.Beneficiada	Valor Total
PARATY	POSTO DE SAÚDE(30 m ²)	ALDEIA JAHAPÉ(RIO PEQUENO)	30 hab.	R\$ 20.000,00
PARATY	MSD(AQUISIÇÃO DE MÓDULOS EM PVC)	ALDEIA ITAXI MIRIM	120 hab.	R\$ 53.600,00
				R\$ 73.600,00

Fonte: FUNASA, 2009, p. 69

Todas as cinco mulheres entrevistadas na Itaxi relataram que a falta de banheiros e de acesso à água potável afeta diretamente a saúde e o bem-estar das pessoas na comunidade, especialmente das crianças e idosos. Enfatizam a urgência em resolver essa questão, bem como a percepção de que o descaso das autoridades pode ter intenções de deslocar a comunidade de suas terras.

Figura 24: Guarani Mbya, na Tekoa Itaxi Mirim, bebendo água sem segurança na qualidade da água consumida.



Fonte: Acervo da autora. Foto: Júlia Borges

Na foto identificamos a Guarani Mbya bebendo água do ponto de coleta acima das casas da aldeia, em tese o menos contaminada, como identificamos na imagem a mulher consome água diretamente de uma mangueira que capta água de uma nascente sem filtragem e análise da qualidade. Mesmo todas as cinco entrevistadas, na aldeia Itaxi, demonstrando preocupação e a certeza de que esse consumo representa um risco para a saúde e bem-estar da comunidade, a falta de medidas de proteção adequadas, como a limpeza do local e a instalação de sistemas de filtragem, as leva a tomar a única água disponível.

Todas as mulheres entrevistadas na aldeia relatam que se sentem em perigo quanto à qualidade da água consumida, citando o aumento das chances de contaminação por microorganismos e substâncias nocivas dentro da aldeia.

Aqui sofremos com falta de água e temos que tomar essa água. Por hora temos, mas quando não chove é a água da cachoeira que temos que beber. Mas, se você andar até as casas do lado da aldeia verá que elas têm água. Inclusive algumas usam a água captada dentro da aldeia e ninguém faz nada para proteger a gente (Entrevistada 5, 2023).

A situação vivida vai além da desigualdade ou injustiça ambiental, pois identificamos que está intrinsecamente ligada à discriminação e marginalização racial que afeta especificamente a comunidade indígena de Itaxi, em relação ao acesso à água e à qualidade ambiental. Uma das características distintivas do racismo ambiental é a existência de padrões sistemáticos de exclusão e negligência ambiental direcionados a grupos étnicos específicos. Esses grupos são frequentemente submetidos a condições ambientais precárias, como falta de acesso à água potável, exposição a substâncias tóxicas, falta de saneamento básico adequado e degradação ambiental em suas comunidades.

No caso da Aldeia Itaxi, as entrevistadas mencionam a disparidade entre a situação da aldeia e as áreas circundantes. Enquanto os moradores próximos têm acesso a água potável e infraestrutura de banheiros, a aldeia enfrenta dificuldades significativas. Essa discrepância baseada na raça e etnia evidencia uma forma de discriminação estrutural que cria barreiras e impede o acesso igualitário aos corpos hídricos.

Além disso, o racismo ambiental está relacionado a um contexto histórico de colonização, exploração e opressão de povos indígenas e comunidades tradicionais. Esses grupos são frequentemente marginalizados e desconsiderados em processos de tomada de decisão que afetam seus territórios e bens naturais. A falta de consulta e participação significativa dessas comunidades resulta em políticas e práticas que perpetuam a desigualdade ambiental e o racismo estrutural⁹⁹. Para Herculano:

O racismo ambiental não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. Diz respeito a um tipo de desigualdade e de injustiça ambiental muito específico: o que recai sobre suas etnias, bem como sobre todo grupo de populações ditas tradicionais (2008, p.16).

⁹⁹ O racismo estrutural refere-se a um sistema de desigualdade e discriminação enraizado nas estruturas e instituições sociais. Ele permeia todas as esferas da sociedade e é caracterizado pela perpetuação de padrões discriminatórios e desvantagens sistemáticas com base na raça. O racismo estrutural opera de forma invisível e muitas vezes não intencional, mas tem efeitos profundamente prejudiciais e duradouros nas oportunidades, acesso a recursos, justiça e qualidade de vida das pessoas racializadas. Por outro lado, o racismo ambiental concentra-se especificamente nas disparidades e injustiças ambientais que afetam comunidades racializadas. Ele se refere à distribuição desigual dos ônus e benefícios ambientais, como a exposição a poluentes, a falta de acesso a recursos naturais, a degradação ambiental e a negação de participação nas decisões que afetam o meio ambiente. O racismo ambiental reconhece que as comunidades marginalizadas racialmente são frequentemente as mais afetadas por problemas ambientais e estão menos capacitadas para lidar com essas questões (ALMEIDA, 2019).

Durante esta pesquisa, utilizamos a categoria de desigualdade ambiental como ponto de partida. Entretanto, identificamos assim como Pulido (2016) que o racismo ambiental ajuda a compreender melhor a situação vivida, principalmente quando a autora identifica que as comunidades racialmente marginalizadas são desproporcionalmente afetadas por impactos ambientais negativos, como poluição, degradação ambiental e falta de acesso a recursos naturais saudáveis por conta do fato do racismo ambiental ser parte integrante de um sistema econômico que a autora identifica como capitalismo racial.

Concordamos com a autora ao identificar que, embora o movimento pela justiça ambiental tenha obtido progressos, há evidências de que as comunidades vulneráveis ainda enfrentam desafios significativos em relação à melhoria de seus ambientes, sendo importante compreender que a produção de diferenças sociais desempenha um papel central na criação de valor que implica no fato dos corpos não brancos serem frequentemente desvalorizados e tratados de forma injusta nos processos econômicos, e essa desvalorização é incorporada também no contexto ambiental, onde essas comunidades são mais expostas a condições prejudiciais.

Portanto, ao identificar a situação vivida na Tekoa Itaxi Mirim, onde há uma evidente violação dos Direitos Humanos da comunidade que identifica que sua vizinhança tem acesso à água e ao saneamento, enquanto a comunidade literalmente “passa sede” tal como afirma a Entrevistada 3, 2023. Consideramos importante destacar que estando o racismo ambiental enraizado no capitalismo racial, o Estado deve ser visto como um local de contestação, em vez de ser considerado um aliado ou uma força neutra (PULIDO, 2016). Isso significa que ativistas e pesquisadores devem estar atentos às Políticas e ações governamentais, buscando promover mudanças que garantam a justiça ambiental para todas as comunidades, especialmente aquelas que têm sido historicamente marginalizadas.

No caso específico, as falas das entrevistadas revelam uma clara discriminação racial no acesso à água e na degradação ambiental sofrida pela comunidade. A falta de infraestrutura adequada, como torneiras, fornecimento de água potável e sistemas de saneamento básico, afeta desproporcionalmente a comunidade indígena, enquanto em outras áreas próximas, onde predominam pessoas não indígenas, esses serviços são disponibilizados. Além disso, o relato sobre a poluição da cachoeira e do rio, resultante do descarte inadequado de resíduos e esgoto no rio Carapitanga,

evidencia uma disparidade na proteção e cuidado com a natureza na área do Parque da Bocaina da Bocaina e da APA Cairuçu.

Enquanto a Aldeia Itaxi é impedida de realizar atividades tradicionais, como caçar, devido à preservação ambiental, outras práticas prejudiciais são permitidas, causando impactos diretos na subsistência e na saúde das pessoas que vivem na aldeia. O racismo ambiental transcende a mera desigualdade ambiental, pois envolve relações de poder, discriminação e marginalização com base na raça. É uma forma específica de opressão que se manifesta na distribuição injusta dos ônus e benefícios ambientais, negação de participação nas decisões e falta de acesso à natureza. Essa discriminação racial não pode ser tratada como mero subproduto da desigualdade social, pois sua base é o preconceito racial arraigado na sociedade.

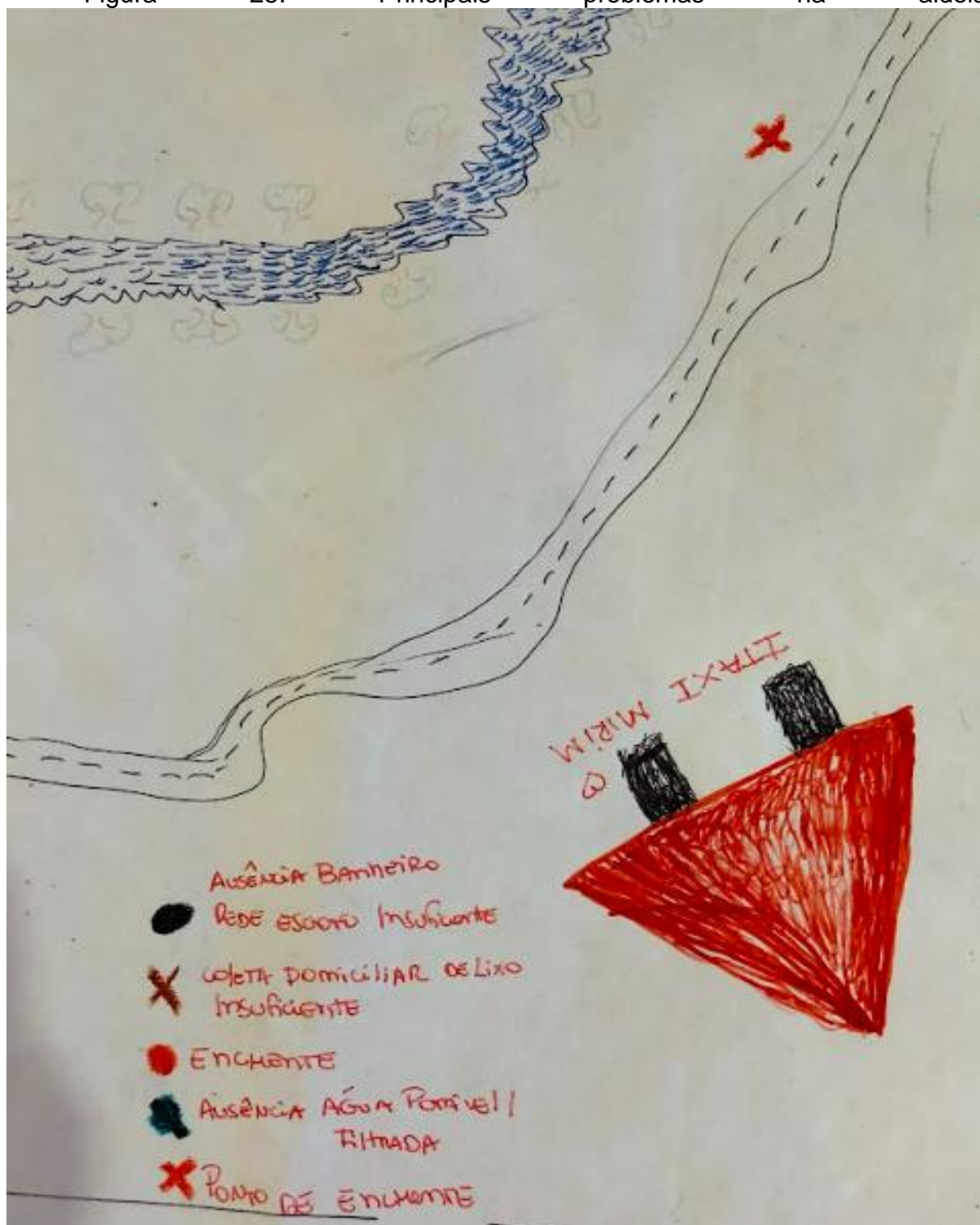
Portanto, é necessário reconhecer e abordar o racismo ambiental como uma realidade existente na Aldeia Itaxi. Ignorar essa dimensão racial significa perder de vista a complexidade do problema e a necessidade de ações direcionadas para corrigir as injustiças ambientais enfrentadas por essas comunidades.

Outro aspecto importante relatado por quatro das cinco entrevistadas na aldeia Itaxi é a percepção distorcida de valor e conhecimento das comunidades tradicionais em relação ao território. As práticas ancestrais de cuidado e manejo sustentável são consideradas, por todas as 20 mulheres entrevistadas, como sendo desvalorizadas e desconsideradas em detrimento de abordagens dominantes baseadas na exploração desenfreada para geração de lucro. Essa subvalorização dos conhecimentos tradicionais e a imposição de modelos hegemônicos contribuem para a perpetuação do racismo ambiental.

8.1 Estruturas de abastecimento de água e saneamento em Itaxi Mirim

Durante a oficina realizada para identificação da estrutura de abastecimento da aldeia Itaxi, as cinco entrevistadas indicaram a necessidade de que cada casa tivesse banheiro com vaso sanitário, chuveiro, que houvesse instalação de torneiras e tanques dentro da casa. Abaixo, apresentamos as principais questões levantadas.

Figura 25: Principais problemas na aldeia



Fonte: Elaborado durante oficina pelo Pesquisador Comunitário Élio Karai e a autora. Foto: Júlia Borges

Entre as questões pontuadas na oficina durante as entrevistas, todas as cinco mulheres indicaram que a falta de banheiros adequados afeta a higiene pessoal e que sentem maior vulnerabilidade às doenças transmitidas pela falta de saneamento básico.

a) Sobre a grave falta de banheiros

Quatro das cinco mulheres relataram que, sem banheiros, são forçadas a realizar suas necessidades em áreas abertas ou improvisadas, resultando em violações de direitos com um impacto desproporcional às mulheres. Algumas das violações de direito associadas à vergonha de não ter banheiro foram identificadas pelas entrevistadas.

Todas as mulheres se referiram a questões relacionadas à dignidade humana, a ausência de banheiros adequados, para todas as cinco entrevistadas, compromete a dignidade e a privacidade das pessoas. Quatro relataram que a falta de um espaço seguro e adequado para realizar as necessidades básicas afeta negativamente a autoestima e o bem-estar emocional dos indivíduos.

Todas as cinco mencionaram questões relacionadas à saúde e quatro delas à segurança. Para todas as entrevistadas a falta de banheiros aumenta os riscos à saúde, especialmente no que diz respeito à higiene e ao saneamento básico. Em casos de doenças como candidíase, problemas de hemorróidas e outras questões nos órgãos genitais, foi relatada a sensação de que a exposição a condições levaria a doenças, infecções e problemas de saúde a longo prazo, por quatro das entrevistadas. Além disso, a ausência de banheiros adequados é sentida por todas as entrevistadas como um potencializador que coloca as mulheres em maior risco de ataques de animais, como cobras, quando precisam se afastar das áreas residenciais para encontrar um local para realizar suas necessidades.

Todas as entrevistadas relataram a ausência de banheiros como um catalisador da desigualdade de gênero: As mulheres na aldeia Itaxi, relatam serem particularmente afetadas pela falta de banheiros, pois enfrentam desafios adicionais relacionados à menstruação, gestação e cuidados com crianças, pessoas “mais velhas” e “doentes”. Todas relataram que a ausência de banheiros adequados coloca as mulheres Guaranis da aldeia, em especial, em uma posição de desvantagem em relação às mulheres de Paraty Mirim, em termos de acesso a instalações sanitárias seguras e dignas.

Foi mencionada também a falta de segurança física: A necessidade de buscar locais para realizar as necessidades básicas fora das áreas habitadas é considerada por 80% das mulheres como um agravante que expõe as mulheres a riscos de violência, assédio e ataques sexuais. Todas relataram que a falta de banheiros

seguros e acessíveis contribui para a vulnerabilidade das mulheres, aumentando sua exposição a situações perigosas.

b) Sobre a falta de rede de esgoto suficiente

Todas as mulheres demonstraram preocupação sobre a inexistência de uma rede de esgoto adequada na bacia do rio Carapitanga. Todas as cinco entrevistadas se preocupam com o descarte inadequado de resíduos humanos e quatro consideram que isso contribui para a poluição ambiental, contaminação da água e proliferação de doenças transmitidas por fezes, como cólera e hepatite.

c) Enchentes frequentes

Quatro das cinco mulheres afirmaram que se sentem suscetíveis a enchentes e 100% afirmaram ter vivido episódios recorrentes. Três relataram o fato das casas, plantação, espaços de lazer e convivência serem frequentemente danificadas, levando à perda de moradia, pertences e, muitas vezes, ao deslocamento forçado. Todas as cinco relacionaram as enchentes ao aumento do risco de doenças relacionadas à água, além de causar prejuízos econômicos e emocionais.

d) Falta de acesso à água potável filtrada

Todas as cinco relataram a ausência de água potável filtrada como fator comprometedor da saúde e da segurança da aldeia. Quatro disseram que têm medo em relação à água, em especial de que contenha micro-organismos patogênicos e substâncias tóxicas que causem doenças gastrointestinais, infecções e problemas de saúde a longo prazo.

Além disso, a falta de água potável adequada, para todas as cinco mulheres entrevistadas na Itaxi, bem como para todas as mulheres entrevistadas prejudica as atividades diárias, como higiene pessoal, cuidado de pessoas doentes, crianças, idosos/idosos e preparação de alimentos e consumo seguro, tal como expresso no Quadro 7.

Quadro 7: Estrutura de Abastecimento de água e saneamento na Aldeia Itaxi Mirim

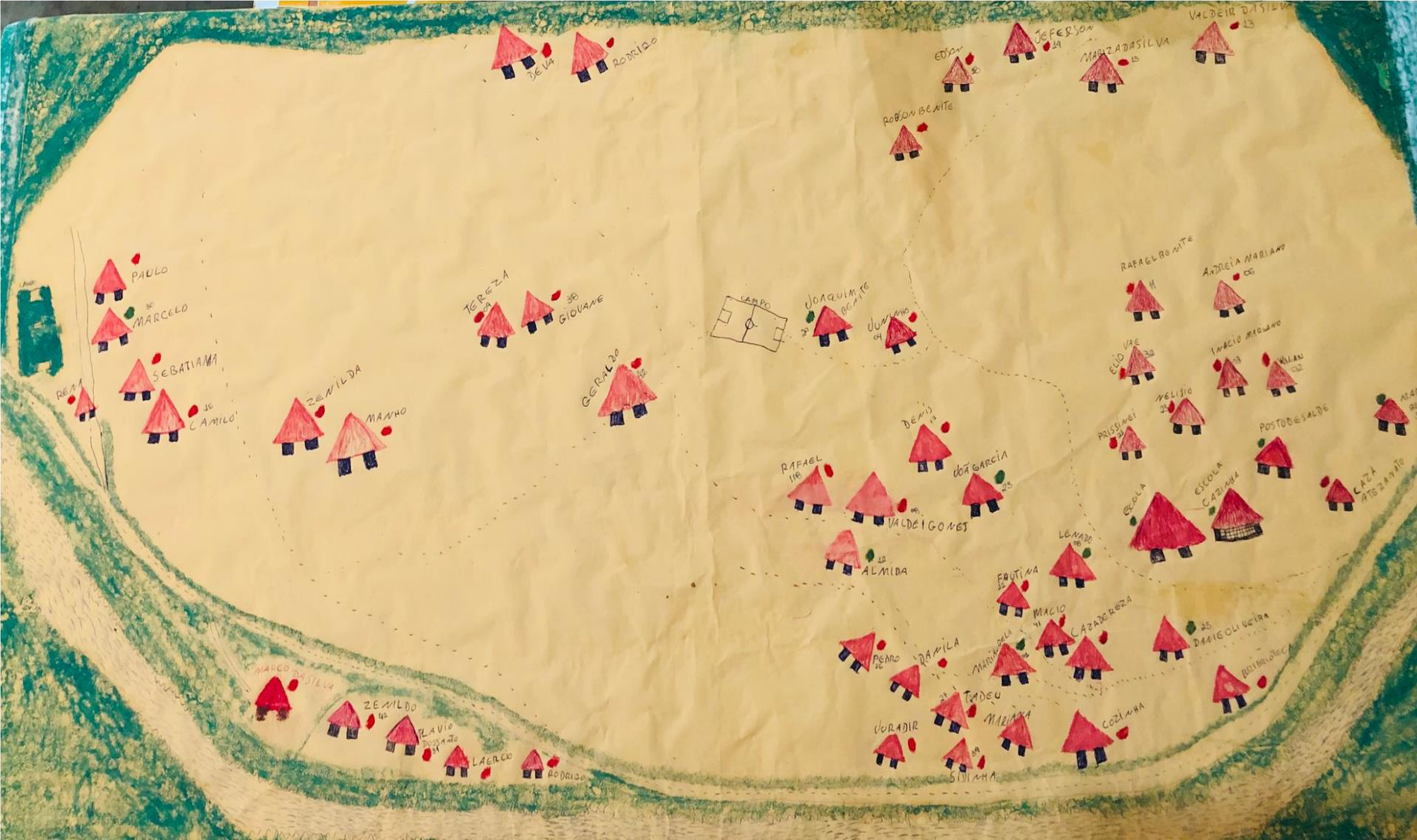
Estrutura de Abastecimento de água e saneamento na Aldeia Itaxi Mirim				
ÁREA	ITEM	POSSUI?		
		SIM	INSUFICIENTE	NÃO
Abastecimento de Água Potável	Sistema de captação de água potável		x	
	Sistema tratamento de água potável			X
	Sistema de distribuição de água potável para a aldeia			X
	Reservatório de água para armazenamento e distribuição		X	
	Limpeza das caixas d'água		X	
	Análise da potabilidade da água			X
	Redes de distribuição de água para as residências			X
Saneamento de Esgoto	Rede de esgoto sanitário para coleta e transporte dos efluentes das residências			X
	Estações de tratamento de esgoto			X
Coleta e Manejo de Resíduos Sólidos	Coleta regular de resíduos sólidos nas residências			X
	Destinação adequada dos resíduos sólidos			X
Banheiros Domiciliares	Presença de banheiros adequados e socialmente aceitos nas residências			X
Drenagem Pluvial	Sistema de drenagem para evitar alagamentos			X
Acessibilidade e Mobilidade	Infraestrutura adequada para pessoas com deficiência			X
Educação e Conscientização	Programas educacionais sobre saneamento básico e higiene pessoal			X
Monitoramento e Manutenção	Mecanismos de monitoramento regular da qualidade da água e dos serviços de saneamento			X
	Manutenção preventiva e corretiva das estruturas de saneamento			X

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Apresentamos a representação das estruturas de abastecimento na aldeia Itaxi para contribuir com a identificação visual da desigualdade hídrica vivida, internamente

na aldeia, onde apenas 8 casas tem em sua proximidade as “caixas banheiros”, conforme Figura 26:

Figura 26: Estruturas de abastecimento na aldeia Itaxi



Fonte: acervo da autora. Elaborado em conjunto com o Pesquisador Comunitário Élio Karai.

Na figura identificamos com as bolas vermelhas todas as casas que não tem banheiro e de verde as que têm as “caixas banheiro”. Nela identificamos a situação da comunidade em 2023, quando haviam quase 800 pessoas morando na aldeia. Identificamos que a única alteração que teve, além do crescimento populacional, foi a reforma do banheiro realizada pelo OTSS em 2022.

É só a nossa luta mesmo que muda pra melhorar alguma coisa aqui. Estamos com o Fórum porque assim fortalece não só a nossa luta mas, também de todas as comunidades tradicionais. Os banheiros reformados ajudaram muito a comunidade, principalmente quem mora pra baixo na aldeia. Mas, o problema é muito grave e quem mora pra cima não consegue descer pra vir, mesmo porque tem idoso, mulher que ganhou nenem, criança que as vezes ta doente. Como faz né? Queremos mais banheiros desses, essa reforma mostrou que com pouco dinheiro e a união de nós tradicionais podemos fazer... o pessoal do OTSS, somos nós né? Tem a Fiocruz, mas o principal é a gente, né? Quem fez a obra aqui era indígena, caiçara e quilombola junto com o pessoal que estudou, mas pro OTSS o nosso conhecimento tem valor e por isso, a obra deu certo. Aquele banheiro que tinha, ninguém ouviu nós, por isso, não funcionava, porque não tem haver com a gente né? (Entrevistada 4, 2023).

Demonstrando a possibilidade de implementar soluções territorializadas a partir da Racionalidade do Bem Viver uma equipe¹⁰⁰ composta por quilombolas, indígenas, caiçaras e Juruás a partir das ações protagonizadas pela Rede construída entre ENSP/Fiocruz e o OTSS possibilitando a ampliação do banheiro da Aldeia Itaxi Mirim (Figura 27).

¹⁰⁰ A partir do aprendizado no Quilombo do Campinho, com a construção do Biossistema que será apresentado mais à frente.

Figura 27: ampliação do banheiro da Aldeia Itaxi Mirim

ANTES



DEPOIS



Fonte: Acervo do OTSS, foto de Felipe Scapino e Tito Cals.

A obra implementada a partir do modelo do Saneamento Ecológico¹⁰¹ possibilitou que o sistema construído tratasse todas as águas do banheiro e ampliasse sua capacidade de duas para seis pessoas em um processo de troca entre as diferentes comunidades como podemos ver nas fotos abaixo, o biofiltro filtra a água a partir do círculo de bananeiras, na parte de trás do banheiro há uma área para lavar roupas, além de uma caixa d'água para abastecer os banheiros coletivos (Figura 28).

¹⁰¹ Fundação Oswaldo Cruz, 2019.

Figura 28: obra implementada a partir do modelo do Saneamento Ecológico



Fonte: Acervo da autora. Foto Júlia Borges, 2023.

Destacamos que os dados indicam a urgência em enfrentar a falta de acesso a banheiros adequados e ao saneamento básico como uma violação grave de direitos humanos que afeta de forma desproporcional as mulheres.

Essa realidade exige uma abordagem para garantir condições de vida dignas para todos os membros da comunidade. Sendo essencial implementar políticas e programas que priorizem a construção de banheiros seguros, higiênicos e acessíveis, levando em consideração as necessidades específicas das mulheres. Além disso, é fundamental promover a educação sobre saneamento básico, igualdade de gênero e tomar medidas efetivas para garantir a segurança e o bem-estar das mulheres ao realizarem suas necessidades básicas.

A superação dessas violações de direitos requer uma ação coletiva e comprometida, que valorize e respeite as perspectivas e saberes da comunidade afetada.

8.2 Cultura da Água e a prática social das mulheres nas comunidades Guarani Mbya

As mulheres Guarani desempenham um papel fundamental na preservação da Cultura da Água por meio de suas práticas cotidianas e conhecimentos tradicionais. Além de suas responsabilidades na comunidade, elas contribuem significativamente para a sustentabilidade ambiental, especialmente por meio do artesanato que além de ser uma fonte de renda, é uma forma de transmitir conhecimentos ancestrais e manter vivas as tradições da comunidade.

Nas aldeias Araponga e Itaxi Mirim, as mulheres guaranis também têm um papel importante na pesca. Nesta aldeia, elas participam ativamente na captura de espécies como acará, bagre, caranguejo, guaiamum, sururu, entre outros. Essa atividade pesqueira é essencial para a subsistência da comunidade, fornecendo alimentos frescos e nutritivos.

Na roça, cultivam uma variedade de alimentos, como algodão, banana, coco, feijão, fumo, goiaba, graviola, jabuticaba, laranja, limão, mandioca, mexerica, milho, pitanga, pokã, entre outros. Através desses cultivos, elas garantem a segurança alimentar e preservam a diversidade agrícola. Ao adotarem práticas sustentáveis, as mulheres guaranis demonstram um profundo respeito pela água e profunda conexão

com a natureza. 100% das entrevistadas por mais de uma vez reiteraram sobre a importância do equilíbrio ambiental para a sobrevivência da comunidade.

Desempenham um papel significativo na preservação da Cultura da água por meio de suas práticas cotidianas. Seja no artesanato, na pesca ou na roça, elas manifestam sua relação profunda com a natureza e demonstram a importância do cuidado com a comunidade, refletindo a sabedoria ancestral das mulheres guaranis e sua forte conexão com a água como elemento essencial para a vida. Sobre as especificidades da relação da água com a Cultura, a partir de Povos (2020) bem como da observação participante e das entrevistas identificamos:

A análise da relação entre as mulheres Guarani e a Cultura da Água nos leva a refletir sobre as profundas desigualdades enfrentadas por elas e pela comunidade. A desigualdade no acesso à água e ao saneamento foi um dos principais desafios relatados pelas mulheres entrevistadas nas duas comunidades tradicionais (10 mulheres), sendo descrito como um grave problema para toda a comunidade Guarani no Carapitanga e com afetação mais grave ainda às mulheres que enfrentam dificuldades na obtenção de acesso seguro e adequado à água, o que compromete sua saúde, bem-estar e dignidade. A falta de infraestrutura básica¹⁰² limita seu acesso à água potável e instalações sanitárias adequadas.

Além disso, as mulheres Guarani enfrentam discriminação e violência de gênero no contexto da água. A falta de acesso seguro e privado a instalações sanitárias expõe as mulheres a riscos de violência, assédio e ataques de animais e risco sexual quando precisam se afastar das áreas residenciais em busca de locais para realizar suas necessidades básicas. Essa situação coloca as mulheres em uma posição de vulnerabilidade, limitando sua liberdade e segurança. A desigualdade no acesso à água e a violência de gênero enfrentada pelas mulheres Guarani são reflexos do sistema colonial (QUIJANO, 1988) e das estruturas de poder (LABAJOS; MARTÍNEZ-ALIER, 2015) que ainda persistem na sociedade contemporânea. Essas desigualdades destacam a necessidade urgente de promover a justiça social e a equidade no acesso à água, reconhecendo e implementando os direitos das comunidades tradicionais através da valorização dos conhecimentos e práticas ancestrais.

¹⁰² Como: banheiros, sanitários, torneiras, água filtrada, coleta de lixo, tratamento de esgoto dos bairros vizinhos.

Para promover uma mudança significativa, é essencial desafiar e desconstruir as estruturas de poder que perpetuam a desigualdade e a exclusão. A luta pela justiça hídrica deve estar intrinsecamente ligada à luta pela justiça de gênero e pelos direitos dos PCTs. Isso requer a implementação de políticas e práticas que garantam o acesso igualitário à água, levando em consideração as necessidades e os conhecimentos das mulheres Guarani e de suas comunidades.

8.3 Práticas Sociais das Mulheres no Carapitanga

A análise do papel das mulheres e suas práticas sociais cotidianas frente às questões relacionadas à água e ao saneamento nos territórios do Carapitanga revela uma contribuição significativa para a governança/gestão sustentável dos corpos hídricos e para a promoção da saúde e bem-estar das comunidades. As mulheres desempenham um papel central na garantia do acesso à água limpa e segura, bem como na promoção de práticas de saneamento adequadas. Elas são responsáveis por tarefas como a coleta e o armazenamento da água, o cuidado com fontes naturais e a implementação de práticas de higiene, desempenhando um papel fundamental na prevenção de doenças relacionadas à água e na promoção da saúde em todas as comunidades do Território de Aprendizagem.

Compreendemos a governança comunitária como um processo participativo e inclusivo de tomada de decisão que envolve os membros de uma comunidade na gestão dos corpos hídricos e todas as questões que afetam suas vidas. No contexto do Carapitanga, as mulheres desempenham um papel fundamental nesse processo, contribuindo com suas práticas sociais cotidianas. Elas desempenham um papel ativo na promoção da governança comunitária da água e do saneamento, inclusive liderando o projeto de identidade territorializado, através da participação em iniciativas locais, como a presidência da Associação de Moradores do Quilombo do Campinho da Independência (AMOCQ) e a figura da cacica na comunidade de Araponga.

Através de suas práticas sociais cotidianas, as mulheres do Carapitanga fortalecem a governança comunitária, promovendo a conscientização, a educação e a mobilização em torno da importância da água e do saneamento. Uma entrevistada relata: “Aqui as mulheres que sempre comandaram, costumamos dizer que nosso quilombo foi fundado por esse matriarcado, isso dá pra ver na logo da AMOCQ”

(Entrevistada 17, 2023). Abaixo, Figura 29, identificamos na logo da associação a centralidade da figura das mulheres como símbolo do matriarcado comentado.

Figura 29: Logo da AMOCQ



Fonte: Agroecologia em rede, 2020. Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br/experiencia/associacao-de-moradores-do-quilombo-do-campinho-da-independencia-amoqc/>

Elas compartilham conhecimentos tradicionais e promovem ações sustentáveis, contribuindo para a preservação dos corpos d'água e para o desenvolvimento sustentável da comunidade. Apresentamos, a seguir, na Tabela 7, as principais práticas sociais realizadas pelas mulheres e identificadas durante a pesquisa.

Tabela 7: Práticas Sociais das Mulheres no Carapitanga

Práticas Sociais das Mulheres no Carapitanga	Descrição
Participação em movimentos sociais e liderança	Assumem papéis de liderança em movimentos sociais e instituições como a AMOCQ e a cacica da Araponga.
Transmissão de conhecimentos tradicionais	Compartilham conhecimentos tradicionais e saberes ancestrais relacionados à gestão da água e ao saneamento.
Cuidado com corpos d'água	Preservação e manutenção de rios, nascentes e poços através de práticas de manejo sustentáveis.
Implementação de práticas de higiene	Promoção e ensino de práticas de higiene adequadas nas comunidades, visando à prevenção de doenças.
Coleta e armazenamento de água	Responsáveis pela coleta diária de água utilizando técnicas tradicionais e conhecimento local.
Participação na pesca e caça sustentável	Engajam-se na pesca e na caça de forma sustentável, respeitando os recursos naturais e as comunidades.
Práticas agrícolas tradicionais e agroecológicas	Desenvolvem práticas agrícolas tradicionais e agroecológicas, promovendo a sustentabilidade e a segurança alimentar.
Participação no turismo de base comunitária	Envolvimento no turismo de base comunitária, valorizando a cultura local através do manejo sustentável da natureza.
Engajamento na economia solidária	Participação em iniciativas de economia solidária, promovendo a cooperação e o desenvolvimento comunitário.
Promoção do saneamento ecológico	Incentivo e implementação de soluções de saneamento ecológico nas comunidades, visando à preservação ambiental e a saúde pública.
Valorização da ecologia de saberes	Reconhecimento e valorização dos conhecimentos locais e das diferentes formas de saberes relacionados à natureza e à água, em iniciativas como a Pós-graduação <i>lato sensu</i> em Gestão de Territórios e Saberes da Universidade Federal Fluminense

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

9. CULTURA DA ÁGUA NA COMUNIDADE CAIÇARA PARATY MIRIM

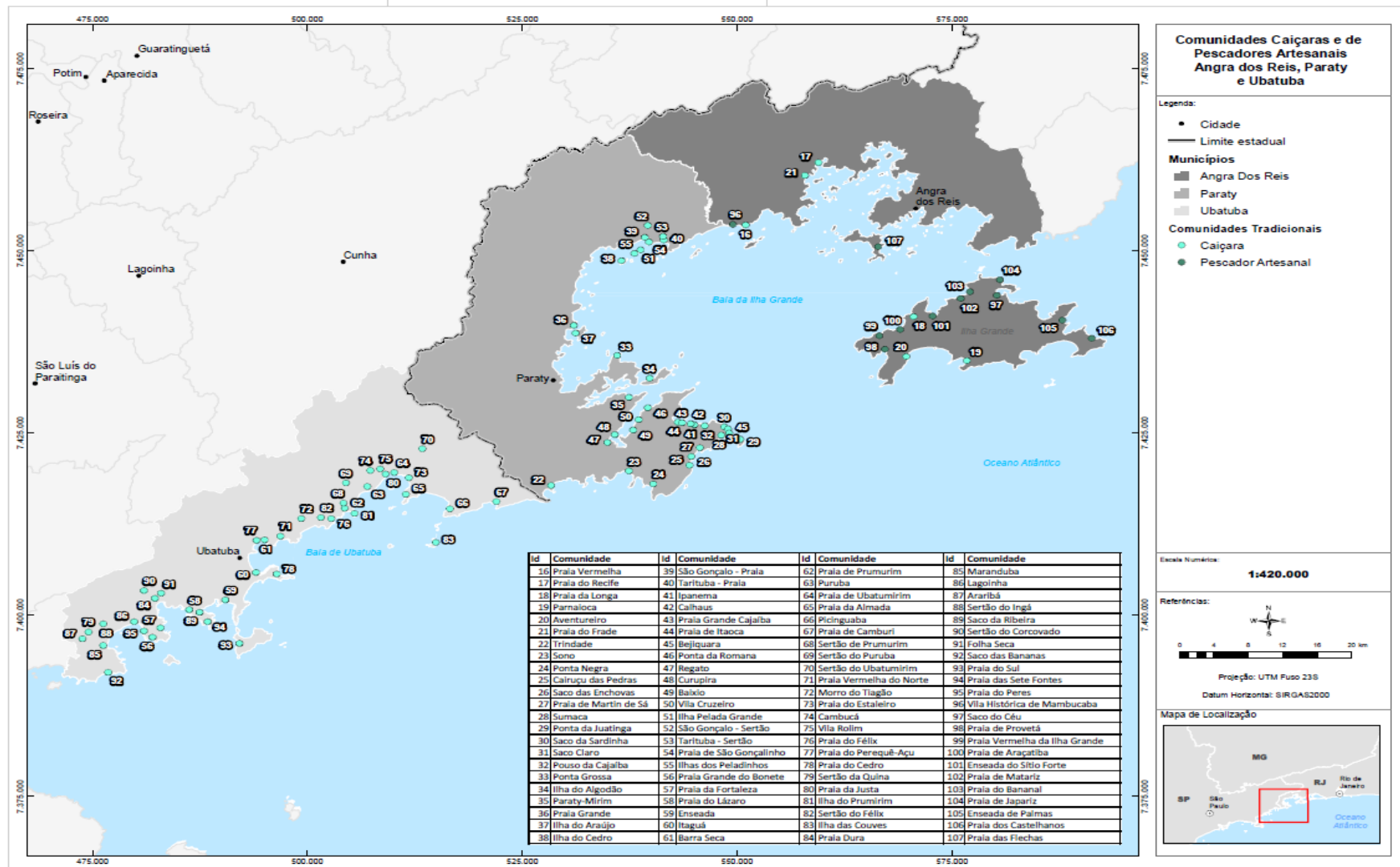
Segundo Feitosa (2016), o termo "caiçara" tem origem indígena e é utilizado de forma específica em algumas regiões costeiras do Brasil. Embora existam cidades com esse nome em outros lugares, como no Rio Grande do Norte, o significado relacionado à cultura caiçara difere nessas regiões.

No contexto em questão, o termo começou a ser utilizado no litoral sul de São Paulo. Com o avanço da especulação imobiliária a partir dos anos 1940, as populações de pescadores e moradores da região passaram a enfrentar expulsões de suas terras. Diante desses conflitos, grupos de estudos e organizações, como universidades e ONGs, surgiram para estudar e apoiar as comunidades em sua resistência à especulação imobiliária (FEITOSA, 2016).

A autora explica que, nesse processo, caiçara se tornou uma identidade distintiva para essas comunidades, diferenciando-as dos grupos que vinham do planalto, como os paulistas. A expansão dessa identidade caiçara está intimamente ligada às lutas e reações contra a especulação imobiliária.

Assim, a cultura caiçara é entendida por Feitosa (2016) como um conjunto de tradições, práticas e conhecimentos desenvolvidos ao longo dos séculos pelas comunidades costeiras. Essas comunidades valorizam a relação com o ambiente marinho, baseando-se na pesca artesanal, coleta de mariscos e frutos do mar, além de outros ofícios e atividades ligadas à vida na costa. A cultura caiçara também se manifesta em expressões culturais, como danças, festas, culinária e artesanato, contribuindo para a preservação da identidade e dos vínculos com a água e os ecossistemas marinhos. Identificamos as comunidades caiçaras presentes em diversas áreas do Território Vivo, centralmente no litoral, conforme Figura 30 abaixo:

Figura 30: Comunidades caiçaras de Angra, Paraty e Ubatuba



Fonte: Cedida pelo OTSS, 2023.

A região de Paraty Mirim é caracterizada por sua exuberante natureza, incluindo a Mata Atlântica, praias, ilhas, baías e enseadas, como a Ilha da Cotia, Algodão e a pequena Ilha das Almas, além da Enseada de Paraty-Mirim e o Saco do Mamanguá. Esses elementos naturais proporcionam um ambiente propício para a subsistência da comunidade caiçara, que desenvolveu um modo de vida adaptado às condições locais.

A comunidade Caiçara de Paraty Mirim ocupa um território que se sobrepõe à Área de Proteção Ambiental (APA) Caiçuçu, criada em 1983. Essa APA abrange uma extensa área continental e 63 ilhas, totalizando 34.690,72 hectares. Além disso, o território também engloba a Área Estadual de Lazer de Paraty Mirim.

Dentro desse espaço, é possível encontrar oito Sítios Históricos e Arqueológicos identificados, sendo um deles o Complexo Arquitetônico Ruínas de Paraty-Mirim. Esse complexo é composto pela antiga sede da Fazenda Paraty-Mirim e pela Igreja de Nossa Senhora da Conceição, construída em 1746. Esses locais históricos e arqueológicos são testemunhos do passado da região e revelam sua importância cultural e patrimonial. A seguir, Figura 31, trazemos um mapa dos Sítios Históricos e Arqueológicos de Paraty Mirim.

Figura 31: Sítios Históricos e Arqueológicos de Paraty Mirim



Fonte: IGARA, 2022, p.63.

A presença desses sítios históricos e arqueológicos na área da comunidade Caiçara de Paraty Mirim ressalta a longa trajetória e a relação profunda que as/os caiçaras têm com o território. Esses vestígios do passado são testemunhos da ocupação e das atividades desenvolvidas ao longo dos anos, destacando a importância da preservação do patrimônio cultural e histórico das/os caiçaras.

A realização da reforma agrária em Paraty Mirim é uma demanda antiga e urgente, tendo sido estabelecida a necessidade dessa reforma por meio de um decreto em 1960. No entanto, até o momento, esse decreto não foi devidamente cumprido, o que resulta em impactos negativos significativos na vida da comunidade.

Um fator que se destaca nesse contexto é a construção da BR-101 em 1970. Essa rodovia teve um papel catalisador na especulação imobiliária e na deterioração dos modos de vida tradicionais da comunidade caiçara. A abertura dessa rodovia facilitou o acesso à região, despertando o interesse de investidores e provocando a pressão por terras para fins imobiliários.

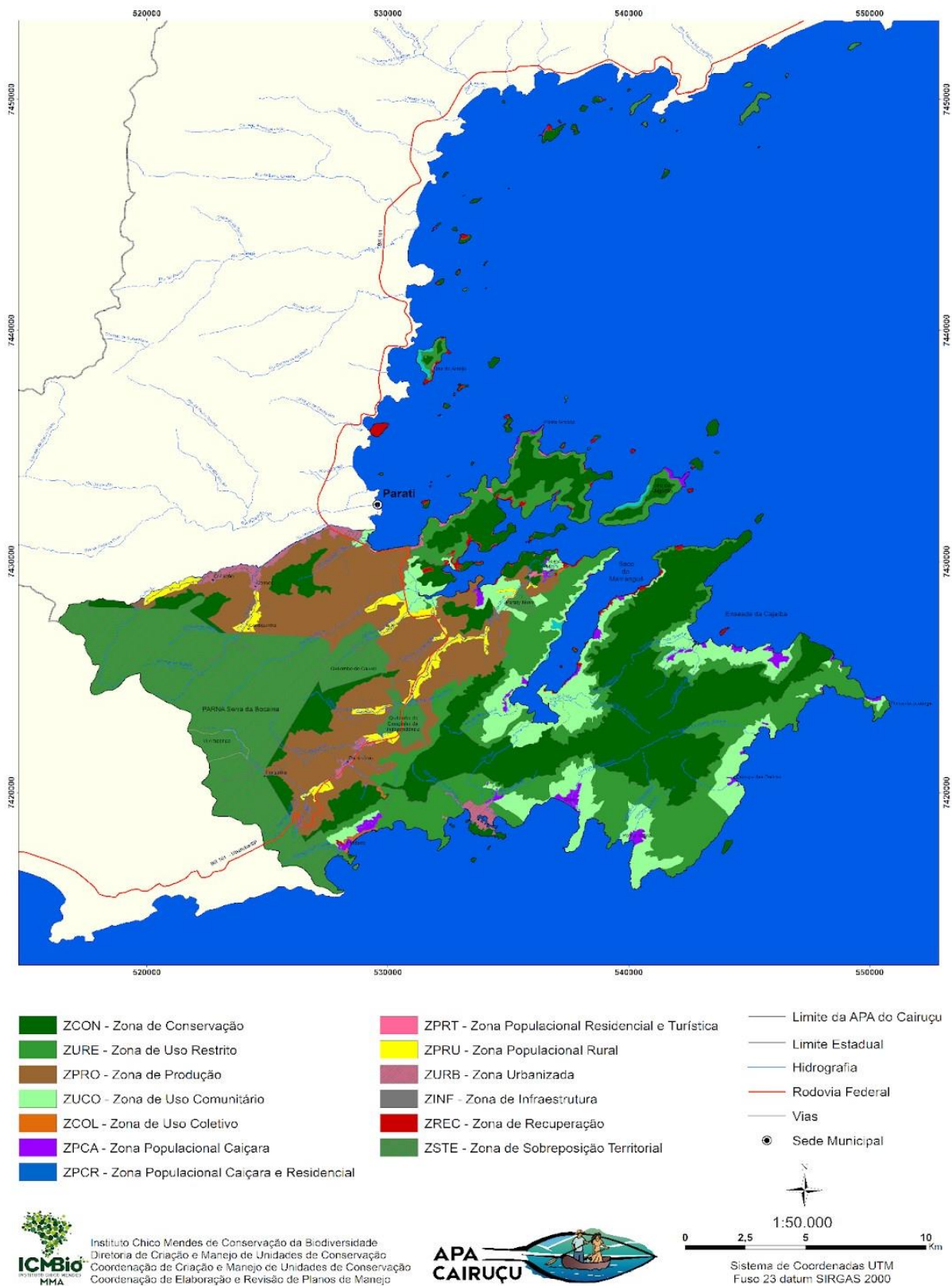
A especulação imobiliária, impulsionada pela facilidade de acesso proporcionada pela BR-101, levou à ocupação desordenada das terras e à descaracterização do ambiente, comprometendo a sustentabilidade socioambiental da região. Esse processo acelerado de urbanização desconsidera os saberes e as práticas tradicionais da comunidade, resultando na perda de território para a agricultura familiar e pecuária, além de ameaçar a segurança alimentar e a preservação da cultura local.

É necessário, portanto, reconhecer a influência da construção da BR-101 como um marco temporal que intensificou a especulação imobiliária e a deterioração dos modos de vida da comunidade caiçara em Paraty Mirim. A busca pela realização da reforma agrária e o enfrentamento da especulação imobiliária tornam-se fundamentais para a preservação dos conhecimentos tradicionais, da identidade cultural e do modo de vida sustentável da comunidade, garantindo a continuidade de suas práticas alimentares, de saúde e o fortalecimento das comunidades locais.

Podemos sumarizar, portanto, que identificamos que a área designada como "zona de população caiçara" – dentro do plano de manejo da APA Cairuçu – esconde uma realidade de conflitos relacionados à especulação imobiliária e grilagem de terras, que não são motivados pela "conservação dos corpos d'água". A respeito

dessa questão, segue abaixo, Figura 32, um mapa de zoneamento da APA do Cairuçu para melhor ilustrar nossa discussão

Figura 32: Zoneamento da APA do Cairuçu



Fonte: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2018.

Dessa forma, podemos depreender que a especulação imobiliária e a ocupação desordenada das terras têm comprometido o acesso e a disponibilidade de áreas para a produção agrícola, a qualidade da água do rio, já que não possui saneamento e, conseqüentemente, isso coloca em risco a segurança alimentar e o modo de vida tradicional das famílias caiçaras.

A respeito dessa temática, é importante salientar que a cultura caiçara está profundamente enraizada em práticas ancestrais de convivência harmoniosa com os corpos hídricos, que desempenham um papel vital. Os rios, as nascentes e os litorais representam fontes essenciais de sustento, lazer, moradia e identidade para as comunidades. Contudo, a lógica da Racionalidade do Capital, que busca apropriação de áreas costeiras, fontes de água e outros elementos naturais para a construção de casas luxuosas e empreendimentos turísticos, ameaça diretamente esse modo de vida tradicional.

De acordo com quatro das cinco das entrevistadas e os relatos presentes nos relatórios de revisão do Plano de Manejo da APA Caiçu, a chegada da Unidade de Policiamento Ambiental (UPAm)¹⁰³ trouxe consigo uma falta de apoio à comunidade caiçara e gerou conflitos, com a percepção de que eles trabalham em benefício dos “ricos do Saco do Mamangá”. Dessa forma, a proibição das práticas tradicionais tornou-se uma realidade, com relatos de detenções, multas, intimidações e desencorajamento por parte da UPA, afetando os caiçaras em suas atividades agrícolas, caçadas na mata e coleta de recursos para a construção de suas casas.

Essa repressão imposta às práticas ancestrais dos caiçaras tem um impacto profundo em seu modo de vida e na relação que eles estabelecem com a terra e a água. A criminalização dessas atividades tradicionais desconsidera a importância cultural, social e sustentável dessas práticas, além de comprometer a segurança alimentar e a autonomia das comunidades.

Por tais razões explicitadas acima, é crucial repensar o papel das Unidades de Conservação e das políticas ambientais, promovendo uma abordagem que valorize e respeite os conhecimentos e as práticas tradicionais dos caiçaras, reconhecendo sua

¹⁰³ Órgão policial responsável por fiscalizar e combater crimes ambientais. As UPA são unidades especializadas da polícia que atuam na proteção e preservação do meio ambiente, realizando operações de combate ao desmatamento ilegal, tráfico de animais silvestres, pesca predatória, poluição ambiental, entre outros delitos relacionados à natureza. Essas unidades têm a atribuição de garantir o cumprimento das leis ambientais e contribuir para a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade.

contribuição para a preservação da natureza e a manutenção da biodiversidade. O diálogo e a cooperação entre as comunidades caiçaras, os órgãos ambientais e demais atores envolvidos são fundamentais para encontrar soluções que conciliem (Figura 33) a conservação ambiental com a garantia dos direitos e da cultura dessas comunidades, em harmonia com a água e demais elementos naturais.

Voltando, então, para os dados da Pesquisa, todas as cinco entrevistadas relataram viverem situações negativas decorrentes da especulação imobiliária e da ocupação desordenada devido ao turismo predatório.

Figura 33: Paraty Mirim



Fonte: elaborado pela autora, fotos Júlia Borges

A história da comunidade também está ligada ao período colonial, quando Paraty Mirim era uma fazenda produtora de açúcar e servia como porto para o

comércio de mercadorias e escravos, que ficavam no território para ganhar peso após o sequestro. A presença indígena também marcou o território, resultando em uma mistura de colonizadores, negros e indígenas na formação dos caiçaras (POVOS, 2020).

Segundo Povos (2020) e as entrevistas realizadas, a chegada da rodovia BR 101 impulsionou o crescimento desordenado e a especulação imobiliária. A aquisição de terras por pessoas de fora da comunidade resultou na venda de territórios caiçaras, seguida por um movimento de retorno dos caiçaras ao local. A construção da estrada também alterou a forma de transporte, substituindo as canoas pela trilha ou pela rodovia.

A falta de controle fundiário por parte do Estado levou ao surgimento de construções irregulares, como casas de veraneio e quiosques ao longo da rodovia Rio-Santos e da estrada de acesso à Paraty Mirim. A especulação imobiliária e a grilagem de terras são questões preocupantes para os caiçaras, segundo todas as cinco mulheres caiçaras entrevistadas. Entretanto, não identificamos a abordagem da questão de forma direta no plano de manejo da APA Cairuçu.

Destacamos que os territórios caiçara têm um valor muito superior ao econômico e têm sido mantido, para quatro das entrevistadas¹⁰⁴, através da resistência e resiliência da comunidade Caiçara de Paraty Mirim ao manter suas tradições, conhecimentos e modo de vida sustentável em equilíbrio com a natureza, tal como já mencionamos anteriormente.

Entretanto, há uma preocupação de cinco das entrevistadas com o enfraquecimento das práticas tradicionais, principalmente, devido à entrada da Racionalidade do Capital no território. Foi relatado que antes a Cultura da Água incluía práticas agrícolas, caça e manejo agroextrativista que eram consideradas atividades tradicionais e não eram criminalizadas. No entanto, com a chegada das Unidades de Conservação na década de 1970, juntamente com as "reservas" e "áreas de lazer", começou-se a exercer pressão sobre essas práticas, intensificando-se ao longo das décadas e agravando-se com a chegada da Unidade de Policiamento Ambiental (UPAm) em 2012.

No Relatório Final de Caracterização do Microterritório Carapitanga, Povos (2020) indica que a UPA não apoia a comunidade e gera conflitos, trabalhando em

¹⁰⁴ Nesse caso, nos referimos às entrevistas realizadas com as mulheres caiçaras de Paraty Mirim.

benefício dos ricos do Saco do Mamanguá. O estudo afirma que a comunidade relata proibições impostas pela UPAm, resultando em prisão, multas, intimidação e desencorajamento das atividades tradicionais, como o plantio de roças, caça na mata e coleta de material para construção de suas casas.

Durante as entrevistas, identificamos que quatro das mulheres indicam que essas restrições têm impacto significativo na vida das pessoas mais velhas, corroborando com os dados do Povos (2020) que afirma que essas pessoas testemunham a perda gradual dos conhecimentos transmitidos de geração em geração. Suas filhas, filhos, netas e netos não puderam dar continuidade às tradições de seus ancestrais.

A transmissão do conhecimento tradicional ocorria principalmente de maneira oral e através das práticas cotidianas, quando as pessoas mais velhas ensinavam as mais novas. A partir dos dados secundários bem como as entrevistas identificamos o processo de aprendizado das práticas tradicionais de maneira oral e familiar sendo o trabalho na roça comum e uma escola que possibilitava o aprendizado de diversas técnicas importantes (POVOS, 2020).

Nas entrevistas realizadas, todas as cinco mulheres relataram a profunda conexão entre a comunidade e as águas. Essa relação é percebida nas roças e conhecimentos ancestrais como as técnicas de plantio que incluem a “coivara”, quando se queimava uma área, preparava a terra após as chuvas e, em seguida, plantava as culturas. Sobre esse aspecto, uma entrevistada comenta que antes: “Sabe, chegava setembro e era época de plantio porque durante o período chuvoso e na época da seca, as plantações morriam, né?”.

A distância entre os produtos da roça era cuidadosamente calculada, com cerca de três metros entre eles. Por exemplo, para o milho, a distância era de um metro a um metro e meio. A qualidade da terra também era destacada como sendo propícia para o cultivo, garantindo uma boa germinação das plantas.

Essas práticas e conhecimentos fazem parte da memória caiçara, principalmente das pessoas mais velhas, que agora testemunham o declínio dessas tradições devido às restrições impostas e à falta de continuidade por parte das gerações mais jovens.

A respeito da questão da memória, a Entrevistada 14 relata que na comunidade de Paraty Mirim havia uma variedade de mandioca, incluindo a mandioca de fazer farinha e a mandioca de consumo direto. Também havia diferentes tipos de mandioca,

como a vermelhinha com casca vermelha e a vassourinha com casca vermelha. A mandioca brava era especialmente cultivada para a produção de farinha e não era adequada para consumo direto, pois era tóxica. Sendo necessária a adoção de técnicas específicas para o cultivo dessa mandioca, como usar adubo de banana para evitar que ela morresse.

A Entrevistada 12 relata que a produção de farinha de mandioca era uma atividade que demandava tempo e envolvia várias etapas. Quem produzia farinha geralmente tinha a plantação de mandioca. A Entrevistada 11 explicou que o processo incluía a colheita da mandioca, raspagem, lavagem, moagem para obter a massa, prensagem em tapiti de taquara, peneiramento e, posteriormente, assar a massa no forno. Os caiçaras utilizavam artefatos tradicionais, como tipitis, balaios, cochos, roda ou rolete e rodo, para auxiliar nas etapas de processamento.

A produção de farinha era uma atividade coletiva, com várias pessoas envolvidas. Cada pessoa tinha seu trabalho no processo, como virar a mandioca, prensar, assar e mexer a massa. Apesar do trabalho cansativo, as mulheres relatam que consideravam a produção de farinha como algo prazeroso e divertido.

A farinha de mandioca produzida pelos caiçaras de Paraty Mirim tinha um fluxo de comércio local. Quando a produção era destinada ao consumo próprio, eles faziam em intervalos regulares, como a cada quinze ou vinte dias, para suprir suas necessidades. Se houvesse farinha torrada disponível em casa, eles consumiam essa antes de fazer uma nova fornada.

Quanto à culinária tradicional, as entrevistadas relatam que a alimentação era baseada em produtos provenientes da roça, como batata-doce, farinha de mandioca, biju, café de cana, paçoca de banana e bolos feitos com farinha de mandioca. Além disso, consomem ovos e carne de galinha provenientes da criação, bem como peixes de diversas preparações, como peixe escalado (seco e salgado), tainha e parati fritos ou cozidos, e pirão de peixe. Também citaram receitas como bolinho de aipim com carne moída e azul marinho.

9.1 Estruturas de abastecimento de água e saneamento na comunidade Caiçara de Paraty Mirim

Na comunidade Caiçara de Paraty Mirim, todas as cinco mulheres entrevistadas afirmam ter acesso a banheiros com chuveiro e vaso sanitário dentro das suas casas, o que representa um avanço em termos de infraestrutura sanitária.

No entanto, há uma preocupação crescente em relação ao lançamento de esgotos residenciais diretamente no rio. Todas as entrevistadas observaram uma diminuição nas espécies de peixes que antes eram abundantes na região, o que é percebido por todas elas como motivo de apreensão e alerta para a importância do saneamento local.

Além da questão dos esgotos, a comunidade enfrenta desafios relacionados à desigualdade e medos, decorrentes das enchentes e deslizamentos de terra. Todas as mulheres relataram a percepção de que os eventos climáticos extremos têm se tornado mais frequentes e intensos. Todas as entrevistadas na comunidade caiçara afirmaram se sentir em risco de vida e sem segurança quanto à vida das pessoas da comunidade. A interdição da ponte que liga a comunidade também é uma grande preocupação, pois dificulta o acesso a serviços essenciais e a outras áreas do município.

Além das questões de racismo ambiental no acesso à água e degradação ambiental, outro problema grave identificado está relacionado à falta de perspectiva futura na captação da água. Durante as entrevistas, foi constatado que quatro das mulheres entrevistadas dependem do acesso à água proveniente de um terreno que é de "propriedade particular". Atualmente, o proprietário permite o uso da água pela comunidade, porém não há garantia de que essa prática se manterá no futuro, especialmente em caso de venda do terreno. Essa situação expõe a comunidade a uma dependência precária e incerta do "favor" do proprietário para acessar a água, o que gera insegurança e vulnerabilidade em relação ao abastecimento hídrico.

Essa incerteza gera uma atmosfera de violência simbólica e material para a comunidade. A água é vista como um bem comum que deve estar disponível, sem restrições ou comercialização. A possibilidade de venda do terreno onde a fonte de água está localizada é vista por todas as cinco mulheres como um risco ao acesso e o uso desse bem vital.

Essa situação evidencia uma contradição entre a Racionalidade do Capital que busca apropriação e mercantilização da natureza e do Bem viver (visão comunitária da água como um bem coletivo). Para todas as entrevistadas, a água é uma parte integrante de sua identidade cultural e espiritual, além de ser essencial para a subsistência e a vida cotidiana. Qualquer ameaça à disponibilidade e ao acesso à água é percebida como uma violência direta contra sua cultura e seus modos de vida.

De acordo com as entrevistas, três das cinco entrevistadas precisam realizar a captação direta de água na nascente sem receber qualquer tipo de apoio ou manutenção por parte do poder público. Nesse contexto, são as próprias pessoas da comunidade que precisam lidar com as adversidades enfrentadas, como a necessidade de ir até a nascente em dias de chuva, ou quando ocorrem problemas como corte ou obstrução da mangueira. Essa realidade coloca um peso adicional sobre os ombros das mulheres caiçaras.

Além de limpar a casa, cuidar das crianças, trabalhar fora eu ainda tenho que ir lá em cima, vou eu e ela, com um facão pra poder ver o que aconteceu com a água. É a gente que conserta mesmo, não tem ninguém. Às vezes tá frio e chovendo e a gente tem que ir do mesmo jeito se não fica sem água (Entrevistada Caiçara 13, 2023).

A falta de apoio do poder público na manutenção e infraestrutura relacionadas à captação de água reflete, para as cinco mulheres, como uma negligência por parte das autoridades responsáveis. Destacamos a importância do acesso seguro e confiável à água para o bem-estar e a qualidade de vida das comunidades. É responsabilidade do poder público garantir o acesso à água de forma segura e contínua para todas as comunidades, independentemente de sua localização. Isso envolve investimentos em infraestrutura adequada, como sistemas de captação, armazenamento e distribuição de água, além da manutenção regular desses sistemas.

Além disso, é necessário fortalecer a participação das comunidades caiçaras na tomada de decisões relacionadas à governança dos corpos d'água. Isso significa a participação efetiva na tomada de decisão e nas discussões sobre as necessidades, desafios e soluções relacionadas ao abastecimento de água, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e consideradas. Entretanto, quatro das cinco mulheres relatam que a comunidade não é escutada nos processos decisórios.

A falta de manutenção do poder público na captação de água foi relatada por todas as cinco entrevistadas que afirmam que “sobra para que elas” assumam a tarefa

de resolver os problemas que surgem. Sendo assim, é fundamental que haja uma ação efetiva por parte das autoridades para proporcionar o acesso seguro e adequado à água, levando em consideração as necessidades e os direitos das comunidades tradicionais.

A falta de manutenção do poder público na captação de água direta nas nascentes coloca ainda mais responsabilidade sobre as comunidades caiçaras, exigindo que elas assumam a tarefa de resolver os problemas que surgem. Durante as entrevistas realizadas, as caiçaras afirmaram ter vivido situações de inundação e expressaram medo de futuras enchentes e deslizamentos de terra, principalmente durante o verão.

Essa preocupação é justificada, pois identificamos pontos onde ocorreram deslizamentos de terra e enchentes em alguns momentos, com um pico alarmante no verão. O dia 1º de março de 2022 foi relatado por todas as entrevistadas como o pior momento que registram em toda a história de ocupação no Território de Aprendizagem.

Diante desse cenário, torna-se ainda mais evidente a importância de uma ação efetiva por parte das autoridades responsáveis. É fundamental que as comunidades caiçaras não sejam deixadas sozinhas para enfrentar as consequências devastadoras das enchentes e dos deslizamentos de terra.

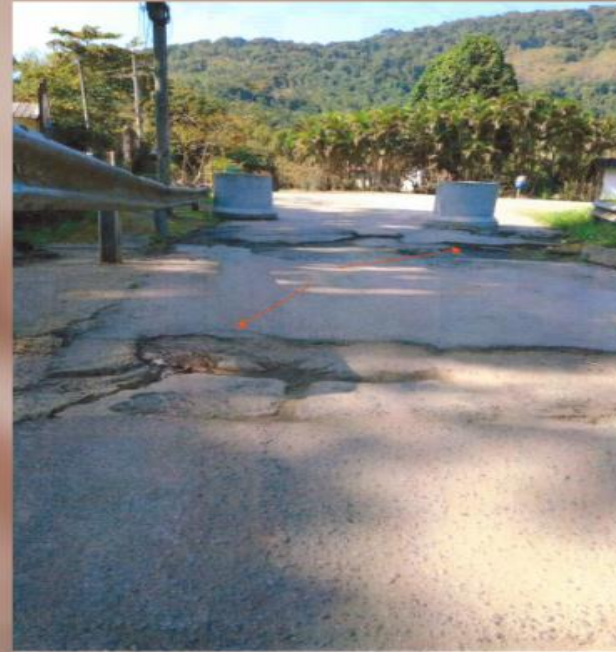
É necessário que haja um comprometimento das autoridades em fornecer um acesso seguro e adequado à água, considerando as necessidades e os direitos das comunidades tradicionais. Além disso, identificamos na comunidade a completa ausência de medidas preventivas, como a implementação de sistemas de drenagem eficientes, monitoramento e manejo adequado das áreas de risco, e realização de campanhas educativas para conscientizar sobre medidas de segurança.

Não se trata apenas de uma responsabilidade das comunidades caiçaras, mas sim de um dever do poder público em garantir a segurança e o bem-estar dessas populações. Identificamos a necessidade em efetivar ações de prevenção e resposta a desastres naturais, levando em consideração as especificidades e o conhecimento local das comunidades, para que elas possam enfrentar esses desafios de maneira mais segura e resiliente.

No momento de validação dos dados com a comunidade, em maio de 2023, identificamos áreas consideradas por todas as dez entrevistadas da aldeia Itaxi Mirim e da comunidade Caiçara (cinco mulheres em cada comunidade) como de perigo

iminente para a comunidade, podendo causar danos às residências, perda de bens materiais e colocar em risco a segurança e a vida das pessoas. Em especial, na comunidade caiçara foi relatada a denúncia em relação à ponte que liga a comunidade de Itaxi e a comunidade Caiçara à BR 101 (Figuras 34 e 35).

Figura 34: Áreas com perigo iminente



Fonte: Da esquerda para direita: Acervo Pessoal. Fotos com setas vermelhas: Cedido pela Entrevistada 14, 2023.

Figura 35: Ponte ligando a comunidade de Itaxi e a comunidade Caiçara à BR

101



Fonte: Gentilmente cedida por uma das entrevistadas.

Ou seja, mesmo estando interditada, caminhões seguem trafegando pela ponte que dá acesso às comunidades de Paraty Mirim e Itaxi.

Sobre esse aspecto, quatro das caiçaras entrevistadas relataram instabilidade no território de aprendizagem devido a deslizamentos de terra. Todas as cinco dizem se sentir em ameaça constante em áreas com terrenos instáveis, inclusive com eventos de desabamento de moradias e riscos à vida dos moradores em perigo. As cinco entrevistadas relatam a ausência de saneamento básico, todas comentam que não há sistema de tratamento de esgoto adequado, o que, obviamente, compromete a qualidade de vida da comunidade e, conseqüentemente, aumenta o risco de doenças transmitidas por água contaminada, como diarreia, hepatite A e cólera (Figura 36).

Figura 36: Ponto de coleta de lixo sobre o rio (improvisado pela população e que visivelmente possibilita que o lixo caia no rio)



Fonte: Acervo da autora, foto: Júlia Borges, 2023.

A debilidade na coleta de lixo foi relatada por quatro das entrevistadas, que apontam a preocupação com o acúmulo de resíduos sólidos, o que atrai insetos e roedores, propaga odores desagradáveis e pode levar ao surgimento de doenças e infecções. Além disso, todas as cinco caiçaras relataram que a falta de coleta impulsiona a poluição do rio Carapitanga, uma vez que, quando chove, o lixo acumulado vai parar dentro do rio.

À vista disso, observa-se, então, que a falta de saneamento básico na comunidade caiçara resulta em violações de direitos fundamentais. As principais violações identificadas incluem: o acesso limitado à água limpa e segura, a falta de

sistemas de esgoto adequados, o acúmulo de resíduos sólidos e a exposição a doenças transmitidas por falta de higiene. Essas violações comprometem a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas, afetando especialmente crianças, mulheres, pessoas idosas e vulneráveis. Abaixo, apresentamos as estruturas de água e saneamento identificadas.

Tabela 8: Estrutura de Abastecimento de água e saneamento em Paraty Mirim

Estrutura de Abastecimento de água e saneamento em Paraty Mirim				
ÁREA	ITEM	POSSUI?		
		SIM	Em Situação Precária	NÃO
Abastecimento de Água Potável	Sistema de captação de água potável		X	
	Sistema de tratamento de água potável			X
	Sistema de distribuição de água potável		X	
	Reservatório de água para armazenamento e distribuição		X	
	Limpeza das caixas d'água		X	
	Análise da potabilidade da água			X
Saneamento de Esgoto	Redes de distribuição de água para as residências		X	
	Rede de esgoto sanitário para coleta e transporte dos efluentes das residências			X
Coleta e Manejo de Resíduos Sólidos	Estações de tratamento de esgoto			X
	Coleta regular de resíduos sólidos nas residências		X	
Destinação adequada dos resíduos sólidos	Destinação adequada dos resíduos sólidos			X
	Presença de banheiros adequados e socialmente aceitos nas residências	X		
Banheiros Domiciliares	Sistema de drenagem para evitar alagamentos			X
Drenagem Pluvial	Infraestrutura adequada para pessoas com deficiência			X
Acessibilidade e Mobilidade	Programas educacionais sobre saneamento básico e higiene pessoal			X
Educação e Conscientização				

Monitoramento e Manutenção	Mecanismos de monitoramento regular da qualidade da água e dos serviços de saneamento			X
	Manutenção preventiva e corretiva das estruturas de saneamento			X

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

A ausência de saneamento básico também implica violações do direito à dignidade. É essencial que medidas sejam tomadas para garantir o acesso universal ao saneamento básico e proteger os direitos humanos da comunidade Caiçara de Paraty Mirim.

9.2 Cultura da Água na comunidade Caiçara de Paraty Mirim

A história da comunidade Caiçara de Paraty Mirim é profundamente conectada à Cultura da Água. Nesse território rico em belezas naturais, a comunidade enfrenta desafios decorrentes da intensa especulação imobiliária e do turismo predatório. No entanto, a cultura caiçara se mantém resiliente, lutando para preservar seu modo de vida.

A água desempenha um papel fundamental nessa cultura, sendo fonte de alimento, diversão, renda e moradia para as/os caiçaras. A pesca artesanal, por exemplo, é uma atividade central, na qual as/os caiçaras utilizam técnicas tradicionais, como o uso de redes, tarrafas, anzóis e armadilhas. Essa prática sustentável permite o equilíbrio dos ecossistemas aquáticos.

Além da pesca, as/os caiçaras também se beneficiam da coleta de mariscos, mexilhões, ostras e outros frutos do mar, complementando sua dieta e fortalecendo os laços com o ambiente aquático. Essas atividades demonstram a profunda conexão das/os caiçaras com os corpos aquáticos, ressaltando seu conhecimento sobre os ciclos naturais da água, incluindo marés, correntes, chuvas, luas e nascentes.

Através de festividades e tradições religiosas, a comunidade caiçara expressa sua gratidão e reconhecimento pela abundância e generosidade dos corpos hídricos. Esses rituais fortalecem a união da comunidade e a preservação de sua identidade cultural, enraizada na Cultura da Água.

A culinária é composta por alimentos cultivados na roça, como batata-doce, mandioca, cana-de-açúcar, banana, além da produção de ovos e carne de galinha provenientes da criação local. A pesca desempenha um papel importante,

proporcionando diversas opções de preparo, como o peixe escalado, tainha e parati fritos ou cozidos, além do tradicional pirão de peixe. Também há receitas mais elaboradas, como o bolinho de aipim com carne moída e o azul marinho.

No entanto, infelizmente, essas práticas e sabores tradicionais estão cada vez mais ausentes na realidade atual da comunidade de Paraty Mirim. Elas permanecem apenas na memória das pessoas mais velhas, que nos lembram que essas tradições alimentares não são apenas uma fonte de subsistência, mas sim uma forma de viver, que valoriza a segurança alimentar, a ausência de substâncias prejudiciais, a solidariedade entre as pessoas e um ritmo de vida alternativo.

A pesca, assim como as roças, é uma parte essencial do modo de vida caiçara. Desde muito jovens, os caiçaras convivem com as águas doces e salgadas, aprendendo desde cedo a lidar com os desafios e particularidades dos rios e mares. Felizmente, a pesca artesanal continua sendo praticada no território, tanto por homens quanto por mulheres, que enxergam nesses corpos d'água uma extensão de seus lares.

Depoimentos de caiçaras da comunidade de Paraty Mirim revelam a importância da transmissão de conhecimentos relacionados à pesca. Mulheres compartilham experiências aprendidas com seus pais e maridos, relatando como começaram a pescar desde tenra idade. Essa tradição é valorizada e passada adiante, sendo considerada uma parte integrante de sua cultura.

No entanto, é importante destacar que a pesca nem sempre tem sido suficiente para garantir a renda familiar. Quatro das caiçaras entrevistadas relatam que, ao ter filhos, têm o prazer de envolver suas crianças nessa vivência cultural. Elas escolhem seguir os passos de seus pais e tornar a pesca sua profissão, enquanto outras decidem guardar essas memórias e seguir outros caminhos.

Na Cultura da Água caiçara da comunidade de Paraty Mirim, a pesca desempenha um papel fundamental. Os pescadores e pescadoras da região se dedicam a diferentes modalidades de pesca, de acordo com as espécies que desejam capturar. Aqui estão alguns exemplos de pesca realizados pela comunidade:

- Camarão Branco, Roda e 7 Barbas: Pesca realizada dentro da baía e no manguezal com o uso de tarrafa e rede jereré. O 7 Barbas também pesca dentro e fora da baía.
- Lagosta: Pesca realizada em canoas costeando o costão rochoso, utilizando redes de espera no costão ou no meio da baía.

- Marisco: Pesca submarina no mar, utilizando arpão.
- Pesca de Linha (Vara): Realizada para a captura de peixes como caranhota, cavala, corvina, pescada, bicuda, robalo, cambira, badejo, garoupa, sapateiro, vermelho, carapicu, caratinga e carapeba.
 - Tainha: Pesca realizada durante o período de desova, que ocorre entre maio e agosto, utilizando redes.
 - Parati: Pesca realizada ao longo do ano, com capturas dentro da baía usando redes e no rio por meio de mergulho.
 - Espada: Pesca próxima à costeira, utilizando redes e linha.
 - Perajica: Pesca feita com redes.
 - Sardinha: Capturada com redes e tarrafas.
 - Lula: Pesca realizada durante a noite ou madrugada, levando em consideração a direção dos ventos do sudoeste para evitar dificuldades no trajeto de canoas e caiaques.
 - Siri: Capturado com o uso de covos e jereré.

É importante ressaltar que a pesca de tainha ocorre entre maio e agosto, período em que essa espécie realiza a desova, enquanto a pesca de parati está disponível ao longo de todo o ano. Essas são algumas das atividades de pesca que fazem parte da Cultura da Água caiçara em Paraty Mirim.

O rio Carapitanga, conhecido pela comunidade como rio Paraty Mirim, desempenha um papel muito importante para a comunidade caiçara local. “Ele é um verdadeiro tesouro! É o lar de muitas espécies essenciais para a nossa subsistência e para cultura da comunidade[...]” (Entrevistada 16, 2023).

Entre essas espécies, destaca-se o siri, que é encontrado em abundância nas águas do rio. Além dele, entre os meses de maio a agosto, o rio recebe a visita de um grande número de tainhas, que sobem o rio para desovar.

As entrevistadas relatam que a captura das tainhas no rio não é uma tarefa fácil, pois é difícil colocar redes de pesca devido à presença de galhos e obstáculos no leito do rio: “além de não ser fácil com a quantidade de lixo no rio, fica ainda pior, tanto pra pegar o peixe como para mergulhar na água que dá pra ver que não é mais limpa como antes.” (Entrevistada 16, 2023). Por isso, muitas vezes, os membros da comunidade se aventuram no mar, mergulhando para capturar os peixes. Ademais, após a desova, as tainhas retornam às águas mais frias. Assim, o rio desempenha um

papel fundamental no ciclo de vida e na subsistência das tainhas, sendo valioso para a comunidade Caiçara de Paraty Mirim.

Entretanto, as entrevistadas, quando se referem às espécies que eram encontradas no rio, ressaltam que há uma mudança negativa na disponibilidade ao longo do tempo e da poluição do rio:

Anteriormente, tinha era muito camarão. Era abundante e a pesca de pescada e corvina era muito comum. Agora tem plástico. A gente não pode usar nosso arpão, mas as pousadas jogam lixo, a gente quando pesca com arpão tá só pegando um pouco pra gente comer, agora o esgoto mata tudo e não tá sobrando nada, nada. Sabe? Isso me deixa muito triste porque é a gente que tá aqui vendo tudo morrer, né? (Entrevistada 13, 2023).

Atualmente, a diminuição da qualidade da água do rio é apontada por todas as entrevistadas como um impacto negativo que afeta diretamente a comunidade caiçara, que depende desse corpo hídrico para sua subsistência e cultura.

Ilustramos a mudança na disponibilidade das espécies aquáticas ao longo do tempo. Anteriormente, o camarão era abundante e a pesca de pescada e corvina era comum. No entanto, atualmente, essas espécies são mais difíceis de serem encontradas. Essa diminuição tem impactado diretamente a comunidade caiçara, que depende desses bens comuns para sua subsistência e cultura.

A seguir, trazemos uma Tabela comparativa, a fim de mostrar algumas das espécies aquáticas que eram encontradas anteriormente na região do rio Carapitanga (Paraty Mirim) e que estão enfrentando uma diminuição significativa atualmente:

Tabela 9: Comparação entre espécies aquáticas

Espécies Aquáticas	Ocorrência Anterior	Ocorrência Atual
Camarão	Abundante	Raro
Pescada	Comum	Difícil de encontrar
Curvina	Frequentemente capturada	Escassa
Sardinha	Muito comum	Quase extinta
Lagosta	Frequente capturada	Rara
Outras espécies de peixes	Abundantes	Menos comuns

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

É importante ressaltar que essa Tabela representa apenas alguns exemplos e que existem outras espécies aquáticas que também foram afetadas pela diminuição e poluição do rio Carapitanga. Esses impactos fizeram com que a pesca tradicional já

não fosse mais suficiente para manter a qualidade de vida na comunidade, refletindo em uma transformação na economia, principalmente no trabalho para o turismo, incidindo na necessidade de encontrar soluções que promovam a sustentabilidade da pesca artesanal, preservando as práticas culturais caiçaras e garantindo a sobrevivência das comunidades locais.

As ervas medicinais desempenham um papel fundamental na Cultura da Água da comunidade caiçara. Além de serem utilizadas para a preparação de remédios caseiros, essas plantas têm um significado especial nas práticas de cuidado e cura tradicionais. Antigamente, além do uso das ervas, as práticas de cuidado envolviam rezas e simpatias, buscando proteger e curar tanto crianças quanto adultos.

Na comunidade de Paraty Mirim, algumas ervas medicinais são amplamente utilizadas para tratar diferentes condições de saúde e as mulheres cumprem um papel fundamental para a preservação e a transmissão do conhecimento sobre as ervas medicinais e suas aplicações. Abaixo, estão algumas das ervas medicinais utilizadas por elas:

- Estomalina: usada para tratar dor de barriga.
- Guaco: utilizado no preparo de xarope para combater a tosse.
- Pitanga: conhecida por suas propriedades expectorantes.
- Alfavaca: usada como ingrediente no xarope para tosse.
- Limão: utilizado em combinação com outras ervas no xarope para tosse.
- Cidreira: conhecida por suas propriedades para controlar a pressão alta.
- Camomila: utilizada no tratamento de febre.
- Erva-doce: usada como remédio para aliviar sintomas de problemas digestivos.
- Boldo: conhecido por sua ação na melhora da digestão e alívio da dor de barriga.
- Transagem: utilizada no preparo de xarope para tosse.

As entrevistas afirmam que as mulheres têm um conhecimento profundo sobre as propriedades e usos das ervas medicinais, transmitido de geração em geração. 80% consideram que possuem um papel como guardiãs desse conhecimento, contribuindo à saúde e bem-estar da comunidade, promovendo o cuidado e a cura através das plantas presentes na região.

Uma das principais atividades da comunidade caiçara é a pesca artesanal, realizada de forma sustentável e com o uso de técnicas tradicionais. A pesca é

essencial para a subsistência das comunidades, e a comunidade possui um vasto conhecimento sobre os ciclos naturais da água, incluindo as marés, correntes, chuvas e nascentes. Além da pesca, a coleta de mariscos e frutos do mar complementa a dieta e fortalece os laços com o ambiente aquático.

Assim, a água desempenha um papel central na vida das comunidades Caiçaras, permeando todas as esferas de sua cultura. Ela é vista não apenas como uma fonte de sustento, mas também como um espaço de conexão, aprendizado e respeito. Identificamos que a comunidade de Paraty Mirim possui um vasto conhecimento sobre os ciclos naturais da água, incluindo as marés, correntes, chuvas, tempestades, nascentes e identificação de possibilidade de eventos extremos (como os desastres).

A gente sabe porque tá conectado. Antes dava pra saber mais, mas, mesmo agora, essa tempestade com a tromba d'água que caiu em 2022 a gente percebia que tava tudo estranho, de madrugada a gente já se falava para ficar alerta. A gente olha as nuvens e sabe dizer se essa chuva vai cair aqui ou se vai pra outro lugar. Aprendemos desde pequenas a ver, pra poder ir pro mar tem que saber ler as nuvens, né? (Entrevistada 14, 2023).

Durante as entrevistas, o vento sudoeste, em particular, é mencionado como perigoso, pois pode dificultar a navegação e até mesmo levar quem pesca para longe da costa, deixando a pessoa à deriva.

A preservação e o manejo adequado do rio em Paraty Mirim são de vital importância para a comunidade caiçara. A qualidade da água e a saúde do ecossistema fluvial são fundamentais para o sustento da pesca artesanal e para o abastecimento de água da comunidade. É essencial que sejam adotadas medidas efetivas para garantir a conservação desse bem comum tão valioso.

É fundamental reconhecer e valorizar a importância das práticas alimentares e de saúde da comunidade, assim como os conhecimentos tradicionais transmitidos ao longo das gerações. Esses conhecimentos são essenciais para a preservação da biodiversidade local, para a promoção de uma alimentação saudável e para o fortalecimento da identidade cultural das comunidades caiçaras.

Para buscar formas de preservar e promover essas práticas e conhecimentos, é necessário um esforço conjunto das autoridades competentes, da sociedade civil e das próprias comunidades locais. Isso envolve a implementação de políticas públicas que incentivem a agricultura familiar, a regularização fundiária e a proteção dos bens

naturais, além de medidas para combater a especulação imobiliária e garantir a sustentabilidade socioambiental da região.

Ao preservar as práticas alimentares, de saúde e os conhecimentos tradicionais, estaremos não apenas enriquecendo a diversidade culinária e promovendo a segurança alimentar, mas também preservando a identidade cultural e fortalecendo as comunidades locais em Paraty Mirim.

A Cultura da Água caiçara é uma expressão profunda da relação íntima e sustentável que as comunidades costeiras do litoral brasileiro têm com os corpos aquáticos. Ao longo de gerações, as comunidades adaptaram-se ao ambiente costeiro, construindo uma identidade intrinsecamente ligada ao mar e à água. Essa conexão é evidenciada em todas as esferas de sua cultura, onde a água desempenha um papel central.

10. QUILOMBO CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA: O PRIMEIRO QUILOMBO TITULADO DO RIO DE JANEIRO

A comunidade quilombola do Campinho da Independência, também conhecida como Quilombo do Campinho ou Campinho, está localizada entre os povoados de Pedras Azuis e Independência, a uma distância de aproximadamente 13 km do município de Paraty, ficando às margens da rodovia Rio-Santos. Com uma área de cerca de 287 hectares, o território é atravessado pelo Rio Carapitanga e abriga 170 famílias quilombolas distribuídas em 13 Núcleos Familiares.

Ao longo de sua história, desde os primeiros momentos até a conquista de sua titulação, o território do Campinho enfrentou diversos desafios e passou por transformações significativas. Muitos desses acontecimentos foram compartilhados com a comunidade por meio dos Griôs, pessoas sábias e guardiãs da memória e tradições locais.

Os Griôs desempenham um papel essencial na preservação da história, dos saberes ancestrais e das práticas culturais da comunidade quilombola do Campinho. Por meio de suas narrativas, eles transmitem a identidade cultural e fortalecem os laços comunitários, transmitindo conhecimentos tradicionais de geração em geração.

No final do século XIX, durante a decadência do regime escravocrata, a história do Quilombo Campinho da Independência foi marcada pela atuação de três mulheres proeminentes: Vovó Antonica, Tia Marcelina e Tia Maria Luíza. Baseando-se no sistema matriarcal, essas mulheres conduziram o processo de organização local, deixando um legado duradouro na comunidade.

Antes de receber a denominação de Quilombo Campinho da Independência, a comunidade tinha outros nomes para se referir ao seu território. Era conhecida como Sertão da Independência, caracterizando sua localização distante e remota. Posteriormente, surgiu o nome Campinho, que foi adicionado ao quilombo. É interessante observar como as transformações históricas resultaram nessas diferentes nomenclaturas, refletindo a evolução do local ao longo do tempo.

Nos anos 1970, com a construção da Rodovia Rio-Santos e a valorização rápida da região, acompanhada da especulação imobiliária, o quilombo precisou se reorganizar. O foco principal passou a ser a luta pela garantia de seu território, que foi conquistado com a entrega do título de propriedade definitiva das terras pelo Governo

do Estado do Rio de Janeiro, em um ato simbólico realizado no dia 21 de março de 1999, Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial.

O Quilombo Campinho da Independência foi o primeiro quilombo a ser titulado no estado do Rio de Janeiro. Esse marco histórico representa um avanço significativo na garantia dos direitos territoriais das comunidades quilombolas, reconhecendo oficialmente a legitimidade e a ancestralidade desse território. A titulação do Quilombo Campinho da Independência é um importante precedente para outras comunidades quilombolas do estado, reafirmando a importância da preservação da cultura, da memória e da identidade dessas comunidades tradicionais. Além disso, esse processo de titulação contribui para a valorização da diversidade étnica e cultural do Rio de Janeiro, promovendo a inclusão social e a justiça territorial. Para uma das entrevistadas:

Essa conquista é fruto da nossa luta incansável, de nós, mulheres quilombolas, que batalhamos dia após dia pela defesa dos nossos direitos e pela preservação da nossa ancestralidade. Com o apoio valoroso da nossa querida ex-governadora e atual deputada federal Benedita da Silva, conseguimos alcançar esse marco histórico para a nossa comunidade. Estamos localizadas entre os povoados de Pedras Azuis e Independência, a 13 km do município de Paraty, ocupando uma extensa área de aproximadamente 287 hectares, que é abraçada pelas águas do Rio Carapitanga. Essa vitória é o resultado do amor e da resistência que carregamos em nossos corações, fortalecendo nossa identidade quilombola e reafirmando nosso compromisso de preservar nossas tradições para as gerações futuras (Entrevistada 17, 2023).

A especulação imobiliária e a grilagem de terras representaram grandes desafios para a comunidade quilombola, gerando insegurança e incertezas em relação ao território.

É o que eu digo... a luta pela titulação do nosso território foi essencial pra gente ter paz e tranquilidade e ver que nós somos uma só família. A falta de documentos e da posse legal da terra fazia com que a gente se sentisse invisível e vulnerável na sociedade. O acesso à terra e a posse de documentos são fundamentais para o reconhecimento e respeito às nossas identidades. Muitas vezes, ouvíamos ameaças de deslocamento, como se nos dissessem: "Vocês terão que ir para a Amazônia". Essas incertezas e dúvidas nos deixavam inseguros sobre o nosso futuro e para onde poderíamos ir. No entanto, com a conquista da titulação, sentimos uma estabilidade e segurança. Aqui encontramos paz e tranquilidade, aqui é o nosso tesouro. A construção de moradias próprias, sem precisar pagar aluguel, fortalece nosso pertencimento e autonomia. A titulação do território trouxe não apenas segurança jurídica, mas também a garantia de preservar nossas tradições e modos de vida. Agora, podemos focar em proteger e valorizar nossa cultura, sem a preocupação constante da especulação imobiliária. A luta pela terra foi fundamental para que pudéssemos afirmar nossa existência e fortalecer nossa identidade que é quilombola. (Entrevistada 17, 2023).

A comunidade identifica o rio pelo topônimo Garapitanga e segundo Povos (2020, p. 102) relata o seu processo de assoreamento:

Antigamente, a gente chamava como Rio Grande, né? Por ele ser até mesmo um rio grande, né? Aí depois, com a passagem da Rio-Santos, esse Rio Grande se tornou Rio Garapitanga, (...) esse rio cerca aqui toda a comunidade, ele vem começando da comunidade lá do Patrimônio, descendo, passando pela Independência, e esse rio vai desaguar no Paraty Mirim... (João Paulo Amorim dos Santos, 65 anos, Quilombo do Campinho).

Assim como Povos (2020) também identificamos esse processo nas entrevistas como percebemos abaixo:

Antes chamávamos o rio de Rio Grande devido ao seu tamanho imponente e extensão. No entanto, com a construção da Rio-Santos o nome do rio foi alterado para Rio Garapitanga. Esse rio é de extrema importância para a nossa comunidade. É uma fonte de vida e sustento para nós, fornecendo água, alimentando a natureza ao seu redor e sendo fundamental para as atividades pesqueiras e agrícolas que praticamos. A mudança de nome do rio reflete as transformações negativas que ocorreram em nossa região com a chegada da BR 101 (Entrvistadas 17, 2023).

Observou-se que todas as 20 mulheres entrevistadas em todas as quatro comunidades tradicionais relataram viver situações negativas decorrentes da instalação da BR 101, rodovia Rio-Santos. Especificamente as 5 entrevistadas no Campinho relacionaram a BR à diminuição dos poços e do tamanho do rio. Através das entrevistas, especificamente no Campinho, identificamos a existência de múltiplos poços, cada um com sua denominação específica, tais como poço fundo, laje do Leandro, poço da Marinês, poço do França e poço do Babá.

Esses corpos hídricos eram utilizados para diferentes atividades, como abastecimento de água, pesca e lavagem de roupas. No entanto, constatamos que a maioria desses poços deixou de existir devido ao processo de assoreamento do rio ao longo dos anos, ocasionando mudanças significativas na Cultura da Água local. Especialmente uma das entrevistadas relata um poço, conhecido como "Poço da Dona Zaquina", que possuía características marcantes, tais como sua escuridão e a presença de pedras ao redor, conforme relato: "Mas, foi só começar essas obras pra estrada que secou tudo. O rio, como tava te falando, mudamos até o nome porque não é mais grande, né? Além disso, o poço da Dona Zaquina já não tem mais". (Entrevistada 17, 2023).

A perda dos poços representa uma mudança negativa significativa na paisagem local e nas atividades cotidianas da comunidade. Ademais, as entrevistas

revelam a importância desses poços como pontos de referência e locais de encontro e atividades. Os poços eram espaços familiares e compartilhados, onde as pessoas se reuniam para lavar roupas, pescar e desfrutar da água cristalina.

Quando éramos mais jovens, a gente ia com as nossas crianças pra nadar na margem do Rio Grande e nos poços, pois eram lugares mais tranquilos. Aqueles poços eram especiais para nós, eram espaços sagrados. Perder o poço significou perder esse lugar, até mesmo para aprender a nadar. Eram locais onde a gente compartilhava momentos preciosos, ensinando as crianças a conhecerem as águas, as brincadeiras e a aproveitar esses momentos de lazer.

Hoje em dia, com o desaparecimento dos poços e as mudanças no rio, perdemos não apenas um espaço físico, mas também parte da nossa conexão com a natureza e a tradição. Os poços eram como pontos de encontro e aprendizado, onde transmitimos conhecimentos e valores para as gerações mais novas. Eles tinham um significado especial em nossa cultura, sendo considerados espaços sagrados onde a água nos nutria e nos conectava com nossas raízes.

A falta desses poços deixou uma lacuna em nossas vidas. Aprendemos a valorizar e respeitar a água e seus espaços, mas a perda desses lugares especiais nos entristece. É importante preservar e cuidar, para que os mais novos também possam desfrutar desses momentos e vivenciar a importância da água em nossas vidas (Entrevistada 17, 2023).

A perda dos poços afeta a memória coletiva e a identidade cultural das comunidades. O assoreamento do rio e a escassez de poços contribuem para a perda de um elemento central na vida comunitária, afetando a forma como as pessoas se relacionam com a água e como se orientam espacialmente em seu ambiente.

Preservar a Cultura da Água e buscar soluções para o fornecimento sustentável dos corpos hídricos tornam-se desafios fundamentais para as comunidades quilombolas. A conscientização sobre a importância dos poços e a busca por medidas de conservação e recuperação pode contribuir para a preservação da cultura local, promovendo a continuidade das práticas tradicionais e a garantia do acesso à água para as gerações futuras.

Com a construção de estradas e a consequente alteração do ambiente natural, os poços gradualmente desapareceram. O acúmulo de terra e detritos, provavelmente decorrente das mudanças na paisagem, resultou no assoreamento dos poços, tornando-os inacessíveis. Esse processo teve um impacto direto na Cultura da Água das comunidades, pois os poços eram pontos de referência geográfica e socialmente significativos. Os moradores costumavam usar os nomes dos poços para se referir a determinadas áreas e pedras ao longo do rio.

O conhecimento sobre a localização e a nomenclatura desses poços é preservado pelos habitantes mais idosos, enquanto as pessoas mais jovens

demonstram pouco conhecimento sobre essas características geográficas do passado, o que evidencia a necessidade de valorização e preservação dessas informações para a compreensão da história e da dinâmica ambiental da região.

No contexto da comunidade do Quilombo do Campinho, a perda dos poços e a restrição das atividades agrícolas, em especial as roças, estão interligadas para quatro das cinco entrevistadas, elas relatam que embora seja possível realizar cultivos nas áreas já abertas, que são consideradas áreas de uso, existe uma preocupação constante devido às restrições legais. Identificamos que a comunidade se encontra em um contexto particular, pois, apesar de ser uma comunidade quilombola titulada dentro de uma unidade de conservação em nível sustentável, ainda existem conflitos relacionados às práticas agrícolas.

Se você vai ver tá tudo ligado ao que o capital quer pra essa região. Aqui nós temos o Laranjeiras como vizinho. Na época da ditadura abriram a BR 101, começaram a explorar a energia nuclear, viram que aqui era lindo e queriam que fosse um lugar turístico pra “limpar a área” de gente como a gente. Mas, não contavam que nossos ancestrais fossem sementes e apesar de toda a violência a gente tá vivinho aqui. Apesar do meio ambiente levar a gente pra delegacia as vezes porque estamos fazendo roça, sabemos que temos nossos direitos, mas se depender do Meio Ambiente ninguém pode caçar aqui, quem faz a lei diz uma coisa, mas quem fiscaliza inventa outra coisa, no meio disso a gente que não se organize para ver o que acontece... (Entrevistada 18, 2023).

Meio Ambiente é o identificador para a polícia ambiental. Nas entrevistas identificamos que quando se referem a esta denominação, estão relacionando a autuação da comunidade por práticas tradicionais que, devido à criação de Unidades de Conservação, foram consideradas crimes ambientais, principalmente nas áreas de Proteção Integral.

Durante as entrevistas realizadas no quilombo do Campinho, foi observado que todas as cinco entrevistadas destacaram a presença de uma racionalidade distinta entre as comunidades tradicionais da Bocaina e o Capital. Essa percepção é ainda mais notável quando 17 das 20 entrevistadas de todas as comunidades e todas as cinco entrevistadas no quilombo do Campinho mencionaram o Condomínio Laranjeiras como um exemplo claro dessa outra forma de pensar e agir.

Os relatos nas entrevistas reforçam a existência de um conflito entre essas diferentes racionalidades, onde a comunidade quilombola do Campinho busca preservar e valorizar seus modos de vida tradicionais, em contraponto à lógica

capitalista que prevalece no Condomínio Laranjeiras¹⁰⁵. Essa reflexão crítica amplia o entendimento sobre as contradições existentes no território e destaca a necessidade de se repensar as relações entre essas racionalidades, considerando a valorização das práticas culturais e a busca por uma convivência mais equitativa e sustentável.

Durante as entrevistas com as quilombolas foi descrito que quando são identificadas novas áreas de mata em processo de regeneração e a Polícia Ambiental está presente na região, ações como cultivo de horta nessas áreas podem resultar em multas e sanções. No entanto, é importante ressaltar que a criminalização das roças, do manejo agroextrativista e da caça representa uma violação à autonomia dos quilombolas em exercer suas práticas tradicionais em seus territórios legalmente titulados. Destacamos que todas as cinco entrevistadas relataram a criminalização das roças como um impacto negativo sentido:

A gente tava aqui antes do parque, eles criaram um parque, não nos consultaram, queriam pegar o nosso território que já tava em processo de regularização fundiária, sabe? Ainda por cima eles, digo eles porque a maioria são homens, mas também tem mulheres que defendem os interesses do capital, ixi... como tem... mas, voltando... eles chegam na nossa terra dizendo como é que devemos cuidar delas e mesmo a gente seguindo as regras deles ainda chamam o meio ambiente pra levar a gente pra delegacia, né? Eles não cuidam nem do bairro deles, lançam esgoto em todo lugar, aqui tá tudo cuidado... (Entrevistada 17, 2023)

A criminalização das roças, ao restringir ou proibir as práticas agrícolas tradicionais das comunidades quilombolas, impacta diretamente na cultura da região e, mais especificamente, na Cultura da Água. As roças são descritas por quatro das cinco quilombolas entrevistadas como sistemas agrícolas tradicionais em que a comunidade do campinho cultiva alimentos de subsistência, utilizando técnicas ancestrais de manejo da terra e da água. Essas práticas estão profundamente enraizadas na cultura quilombola, transmitidas de geração em geração, sendo consideradas parte integrante de sua identidade e modo de vida para as cinco entrevistadas.

É importante destacar que a roça vai além de uma atividade de subsistência ou de renda para a comunidade do Quilombo do Campinho. Para todas as cinco quilombolas entrevistadas, a roça representa o modo de vida tradicional da comunidade, quatro delas citaram o envolvimento das suas relações afetivas e todas

¹⁰⁵ Aprofundaremos a análise sobre os atores da Racionalidade do Capital identificadas no próximo capítulo.

relataram sobre a formação e reconhecimento da sua identidade e quatro delas citaram a integração com o território. Para elas criminalizar as roças seria criminalizar o próprio modo de vida tradicional da comunidade, uma vez que essa prática agrícola está intrinsecamente relacionada à sua cultura e sobrevivência.

A relação entre as roças e a água é essencial. As comunidades quilombolas têm um conhecimento profundo dos ciclos naturais da água, dos padrões climáticos e da disponibilidade hídrica em seus territórios. Ao cultivarem suas roças, quatro das entrevistadas relatam que adotam técnicas de manejo que conservam e protegem os corpos hídricos locais, como o uso de sistemas de irrigação tradicionais e a criação de áreas de preservação ao redor das nascentes e cursos d'água.

Com a criminalização das roças, essa Cultura da Água é diretamente afetada. A proibição ou restrição das práticas agrícolas tradicionais impede as comunidades quilombolas de utilizarem seu conhecimento ancestral para manejar a água de forma sustentável, conforme relatado por quatro das entrevistadas. Deste modo, esse fator resulta em impactos negativos na disponibilidade e qualidade da água, além de poder comprometer a segurança alimentar das comunidades, conforme todas relataram.

Além disso, a Cultura da Água também está relacionada à espiritualidade e às práticas rituais das comunidades quilombolas. A água é vista como sagrada e é valorizada como um elemento vital para a vida, tanto física quanto espiritual para as cinco mulheres entrevistadas em todas as comunidades. Através das roças, todas as mulheres do campinho informaram que mantêm uma conexão profunda com a terra e a água, fortalecendo sua identidade cultural e sua relação harmoniosa como parte da natureza.

Portanto, a criminalização das roças não apenas ameaça a segurança alimentar e a subsistência das comunidades quilombolas, mas também causa um impacto significativo na Cultura da Água. É fundamental reconhecer e respeitar a importância dessas práticas agrícolas tradicionais e promover políticas que valorizem a cultura quilombola e a preservação dos corpos hídricos, buscando um equilíbrio entre a conservação ambiental e o respeito aos direitos culturais e territoriais dessas comunidades.

10.1 Estruturas de abastecimento de água e saneamento na comunidade do Quilombo do Campinho da Independência

Em relação aos dados coletados, as cinco quilombolas entrevistadas afirmaram ter acesso a banheiros dentro de suas casas, equipados com chuveiro e vaso sanitário. No entanto, o saneamento básico foi apontado como uma questão problemática para quatro delas devido à falta de estrutura adequada no esgotamento sanitário e tratamento dos efluentes. Todas as entrevistadas reconhecem a importância do saneamento para a saúde e o bem-estar e dizem que a comunidade está organizada para buscar soluções e enfrentar esse desafio, uma vez que o poder público não concluiu até o momento o trabalho com o saneamento.

De acordo com informações fornecidas pela Associação de Moradores do Quilombo do Campinho, em 2009, foi finalizada a implementação de um sistema de tratamento de esgoto e distribuição e tratamento de água, com financiamento da Funasa. Esse sistema de esgotamento sanitário foi projetado para atender todas as residências, com ramificações que se estendem até a estação de tratamento. Essa iniciativa foi realizada por meio de um Termo de Cooperação entre a Funasa, a Prefeitura de Paraty e a Associação de Moradores do Quilombo do Campinho.

No referido Termo, estava previsto que, após a conclusão das obras, a Prefeitura seria responsável por contratar mão de obra local, capacitada pela Funasa, para realizar a manutenção dos dois sistemas. No entanto, até o presente momento, a Prefeitura não cumpriu sua parte nesse acordo, o que, segundo a pesquisadora comunitária entrevistada:

Tem prejudicado diretamente a efetividade dos sistemas. Fica estourando fossa, eles na época da obra não contrataram e nem ouviram os mais velhos daqui que conheciam o território então fizeram uma obra cheia de problemas. Como resultado, a água distribuída não passa por nenhum tipo de tratamento adequado e ficamos na mão. (Pesquisadora Comunitária 2, 2023).

Abaixo, apresentamos, na Tabela 10, a estrutura de abastecimento identificada na comunidade:

Tabela 10: Estrutura de abastecimento de água e saneamento no Campinho

Estrutura de Abastecimento de água e saneamento no Campinho				
ÁREA	ITEM	POSSUI?		
		SIM	Insuficiente	NÃO
Abastecimento de Água Potável	Sistema de captação de água potável		x	
	Sistema de tratamento de água potável			X
	Sistema de distribuição de água potável		X	
	Reservatório de água para armazenamento e distribuição		X	
	Limpeza das caixas d'água		X	
	Análise da potabilidade da água			X
	Redes de distribuição de água para as residências		X	
Saneamento de Esgoto	Rede de esgoto sanitário para coleta e transporte dos efluentes das residências		X	
	Estações de tratamento de esgoto		X	
Coleta e Manejo de Resíduos Sólidos	Coleta regular de resíduos sólidos nas residências		X	
	Destinação adequada dos resíduos sólidos			X
Banheiros Domiciliares	Presença de banheiros adequados e socialmente aceitos nas residências	X		
Drenagem Pluvial	Sistema de drenagem para evitar alagamentos			X
Acessibilidade e Mobilidade	Infraestrutura adequada para pessoas com deficiência		X	
Educação e Conscientização	Programas educacionais sobre saneamento básico e higiene pessoal	X		
Monitoramento e Manutenção	Mecanismos de monitoramento regular da qualidade da água e dos serviços de saneamento		X	
	Manutenção preventiva e corretiva das estruturas de saneamento		X	

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Destacamos que a falta de rede de esgoto sanitário para a coleta e o transporte dos efluentes das residências são pontos negativos que evidenciam violações de

direitos. A ausência do sistema de tratamento de água potável compromete a qualidade da água consumida pela comunidade, colocando em risco a saúde e o bem-estar dos moradores. Além disso, a falta de rede de esgoto sanitário implica na inadequada disposição dos efluentes, o que pode resultar em contaminação ambiental e riscos à saúde pública. Essas condições refletem uma violação dos direitos fundamentais da comunidade, incluindo o acesso à água potável e ao saneamento básico, reconhecidos como direitos humanos essenciais. Identificamos que a enchente de março de 2022 afetou a agrofloresta da comunidade, resultando na perda de parte da plantação e revelando sua vulnerabilidade a enchentes.

Apesar das nossas matriarcas terem escolhido esse lugar para ser o quilombo por conta da segurança que tinha de não encher, tá mais protegido de deslizamento e essas coisas, com a BR 101 tudo mudou. O rio secou, lugar que não enchia passou a encher, por isso agora a gente passa por isso, de ver nossa plantação sendo levada pela chuva, isso antes não acontecia. (Entrevistada 17, 2023)

A fala da entrevistada revela uma mudança significativa nas condições ambientais e do território do quilombo após a construção da BR 101. Ela destaca que, antes da construção da rodovia, o local escolhido para ser o quilombo era considerado seguro, protegido de enchentes e deslizamentos. No entanto, a presença da BR 101 alterou essa dinâmica, resultando em uma série de consequências negativas para a comunidade.

Essa mudança no curso d'água foi apontada por todas as cinco entrevistadas que relataram a existência de implicações diretas na disponibilidade dos corpos hídricos, principalmente para as outras comunidades do Carapitanga, afetando a subsistência e as atividades agrícolas das comunidades. Além disso, a entrevistada relata que áreas que antes não enchiam passaram a ser inundadas, resultando na perda das plantações durante as chuvas.

Essa transformação ambiental evidencia como a construção de grandes obras de infraestrutura, como a BR 101, pode ter impactos significativos em comunidades tradicionais e seus modos de vida. A alteração do ecossistema local e a interrupção dos fluxos naturais foram indicados pelas entrevistadas como geradores de desequilíbrios ambientais e, para 80% das mulheres, afetaram diretamente a segurança e a subsistência da comunidade.

A Rio Santos representa bem a entrada do capital nesse território, é um vetor... enquanto podemos considerar o rio uma veia o capital considera a

rodovia um vetor, eles começaram com ela e ela trouxe todo um pacote de especulação imobiliária e turismo predatório. Agora eles começaram a cobrar pedágio, ou seja, para passar por aqui a pessoa tem que pagar, se não tiver dinheiro não poderá vir. Isso é uma violência pra gente. Não respeitaram a convenção 169, ninguém nos consultou sobre isso. Esse pedágio implica que as pessoas que vêm fazer Turismo de base comunitária aqui terão mais custos e isso a gente não concorda. Os caminhos não podem ser privatizados. Ao invés da BR trazer acesso e facilitar a vida, ela traz mais insegurança pra gente, né? Olha quanta gente veio depois da BR, veio gente dizer que a terra aqui era deles, que eles eram da família do dono da fazenda, além disso, vem muita gente morar e o poder público não dá conta, não tem saneamento, é só ver o esgoto é lançado direto no rio, essas casas são construídas de qualquer jeito, não se preocupam com o rio (Entrevistada 19, 2023).

As cinco quilombolas entrevistadas ressaltam a relação entre o lançamento de esgoto, o crescimento populacional e a negação do direito ao saneamento no território do quilombo. Elas relatam que o aumento da população, impulsionado pelo desenvolvimento e especulação imobiliária decorrentes da construção da BR 101, gerou demanda por infraestrutura, incluindo saneamento básico que não foi atendido pelo poder público. A privatização da rodovia, com a implantação de pedágios, em 2023, trouxe impactos negativos, como custos adicionais para visitantes. Essa situação contrapõe a proposta de Turismo de Base Comunitária. O crescimento populacional e a falta de infraestrutura adequada foram apontadas por todas as quilombolas entrevistadas como um fator que pode comprometer a qualidade da água e a disponibilidade de corpos hídricos saudáveis. Portanto, é essencial promover o acesso universal a serviços de saneamento básico para preservar os corpos hídricos e melhorar a qualidade de vida das comunidades.

De acordo com os dados levantados nas entrevistas, quatro das cinco quilombolas entrevistadas destacaram a urgência na aplicação de um planejamento e governança/gestão de grandes obras que leve em consideração os impactos socioambientais e as necessidades das comunidades tradicionais. Essa percepção ressalta a importância de adotar uma abordagem democrática, participativa e inclusiva, que permita o envolvimento das comunidades afetadas na tomada de decisões e na busca por soluções socialmente aceitas.

A partir dessas falas fica evidente a necessidade de promover políticas e ações que priorizem a garantia do DHAS e considerem as demandas das comunidades tradicionais para a garantia de estruturas de abastecimento de água e saneamento. Isso inclui a implementação de sistemas de tratamento de água e esgoto, a

preservação e recuperação dos corpos hídricos, bem como o fortalecimento da participação comunitária no processo de tomada de decisões.

É essencial reconhecer o conhecimento tradicional e a experiência das comunidades locais no manejo sustentável da água e da terra, buscando integrar essas práticas ao planejamento, gestão e governança de projetos. Dessa forma, é possível promover soluções mais eficazes, adaptadas às necessidades específicas das comunidades e em harmonia com o meio ambiente. Portanto, a análise dos dados ressalta a importância de uma abordagem holística e participativa para garantir o Direito Humano à Água e ao Saneamento à comunidade, considerando tanto os aspectos técnicos quanto as perspectivas e conhecimentos locais.

10.2 Cultura da Água no Quilombo do Campinho

A Cultura da Água desempenha um papel fundamental na comunidade, abrangendo não apenas a utilização e a preservação da água, mas também aspectos socioambientais relacionados a esse elemento vital. A relação da comunidade com a água é de extrema importância para preservar seus modos de vida, para isso, assegurar o acesso adequado à água potável e o cuidado com os corpos hídricos é fundamental. A pesca é uma atividade tradicional e significativa; por meio dela, a comunidade obtém alimentos nutritivos, contribuindo para a subsistência e para a geração de renda. Diversas espécies são pescadas, como cascudo, peixes de rio como Carapitanga, piaba, cabre, bagre, lagosta, camarão, acará, entre outros. A pesca muitas vezes é realizada durante a noite, pois é quando há uma maior quantidade de peixes, embora seja mais desafiador.

Outro aspecto importante na Cultura da Água dessa comunidade é o conhecimento e o uso das ervas medicinais, com vasto conhecimento sobre as propriedades terapêuticas das plantas encontradas em seu ambiente. As entrevistadas informaram que utilizam uma variedade de ervas medicinais para tratar diferentes condições de saúde, como a canela de velho para a artrose, jambo e jamelão para o controle da diabetes, carqueja para problemas de digestão, sabugueiro para irritações na pele, tansagem para infecções de garganta, guaco para xaropes e combate a piolhos, cana do brejo como diurético e para infecções urinárias, entre outras plantas com propriedades medicinais.

Além disso, também possuem habilidades artesanais notáveis. O artesanato realizado nessas comunidades utiliza materiais naturais encontrados em seu ambiente, como taboa, cipó Imbé, cipó de caboclo, cipó timbopeva, bambu, canela amarela, canela preta, alicurana, taquara de lixa, taquaruçu e açai. Esses materiais são transformados em objetos como cestas, peneiras e estruturas utilizadas na construção de casas, como o pau a pique. A relação entre a Cultura da Água, a pesca, as ervas medicinais e o artesanato nas comunidades quilombolas reflete a profunda conexão que essas comunidades possuem com a água, sua identidade e o território.

Essa relação holística evidencia a importância de Políticas Sociais e ambientais que garantam o acesso à água de qualidade, o manejo dos ecossistemas aquáticos, o reconhecimento do conhecimento tradicional e a valorização das práticas culturais e socioambientais do Campinho, bem como das outras comunidades com quem aprendemos.

Além disso, por meio de práticas de uso consciente e sustentável da água, a comunidade contribui para o cuidado dos ecossistemas aquáticos e a promoção da educação ambiental. Neste contexto, destaca-se o investimento no Turismo de Base Comunitária (TBC) e o uso do biossistema para o tratamento da água, fortalecendo a autonomia das comunidades e gerando renda. Esses aspectos da Cultura da Água quilombola são fundamentais para compreender a relação harmoniosa e a importância da água à vida e a identidade dessa comunidade tradicional. Sendo assim, a seguir, apresentamos a Tabela 11 para melhor ilustrar essa discussão.

Tabela 11: Aspectos da Cultura da Água Quilombola

Aspectos da Cultura da Água Quilombola	Descrição
Abastecimento de água	Desenvolvimento de sistemas de captação, armazenamento e distribuição de água para suprir as necessidades das comunidades quilombolas.
Uso sustentável	Práticas de uso consciente e sustentável da água, preservando as nascentes, os rios e os lagos e evitando a contaminação e desperdício. Além do tratamento da água do Restaurante do quilombo através de biossistema.
Atividades produtivas	Utilização da água na irrigação de plantações, criação de animais, pesca e produção de alimentos, contribuindo para a subsistência e geração de renda. Investimento no TBC a partir das tecnologias sociais geradas, como o biossistema.
Espiritualidade e rituais	Celebração da água em rituais e cerimônias, reconhecendo seu significado sagrado, de renovação, purificação e conexão com a natureza.
Conhecimento tradicional	Transmissão de conhecimentos sobre os corpos hídricos, ciclos da água, técnicas de pesca, navegabilidade e outros aspectos relacionados à convivência harmoniosa com os corpos d'água.
Educação ambiental	Promoção da conscientização sobre a importância da preservação dos corpos hídricos, por meio de atividades educativas que enfatizam a responsabilidade na conservação da água.

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

10.3 Territorializando a Racionalidade do Bem Viver: do Quilombo do Campinho ao Território de Aprendizagem

Apesar do contexto de privação e violação de direitos, é notável o poder de organização da comunidade do Quilombo do Campinho para enfrentar desafios e buscar soluções para suas necessidades. A construção do biossistema em apoio ao Restaurante do Campinho é um exemplo concreto dessa capacidade de organização. O biossistema foi desenvolvido como resposta à carência de saneamento básico na comunidade e como uma forma de materializar as soluções pensadas a partir da aliança entre o conhecimento tradicional e científico incorporando três conceitos fundamentais: Educação popular, Tecnologia Social e Economia solidária.

A Educação popular é colocada em prática ao envolver diversos grupos, incluindo quilombolas, indígenas, caiçaras e juruás, na construção do biossistema. Essa abordagem estimulou a troca de conhecimentos tradicionais e científicos, promovendo um processo educativo enriquecedor. Silvio Martins, quilombola do Campinho da Independência e mestre de obra comunitário, desempenha um papel essencial como um dos mestres do saber, explicando o funcionamento do biossistema

por meio de uma maquete didática. Ele destaca que o sistema é composto por um biodigestor e zonas de raízes, responsáveis pelo tratamento autossustentável do esgoto, gerando biogás e biofertilizante.

Figura 37: Maquete do Biosistema, construída por Silvio Martins



Fonte: Acervo da autora. Foto de Júlia Borges.

A Economia Solidária também é uma parte central desse projeto. O Restaurante do Quilombo do Campinho, escolhido como local para a construção do

biossistema, não apenas é um espaço cultural para a comunidade quilombola, mas também está aberto à população e aos turistas, gerando renda para a comunidade e sendo referência como um ponto de encontro para as articulações em prol do Bem Viver territorializado. A integração do biossistema como ponto de visitação e Educação Ambiental durante os roteiros de Turismo de Base Comunitária (TBC) adiciona valor ao território, enquanto apresenta a Tecnologia Social como uma alternativa aos modelos convencionais de saneamento baseados em grandes obras.

A concretização do Biossistema foi possibilitada pelas redes estabelecidas dentro da Racionalidade do Bem Viver. O projeto resultou de uma parceria entre a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/Fiocruz), o OTSS (FCT e Fiocruz) e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), por meio do "Curso Saúde em Territórios Tradicionais: Tecnologias Sociais em Saneamento". Nesse processo, o quilombola Silvio ministrou uma das aulas em uma fazenda que havia sido local de tortura e práticas de escravidão de pessoas negras, ressaltando a importância da ancestralidade na busca por soluções.

Essa ação em prol da preservação do rio Carapitanga e do tratamento sustentável de suas águas demonstra que é possível superar a falta de esgotamento sanitário sem depender de grandes obras de engenharia, que muitas vezes são caras e causam impactos socioambientais significativos durante sua construção.

O Biossistema demonstra como as práticas e conhecimentos tradicionais são transformados em soluções concretas para a comunidade. Ele exemplifica a valorização da água como um bem comum, ao promover o tratamento adequado do esgoto e a preservação dos corpos hídricos locais. Além disso, o Biossistema revela as estruturas de abastecimento de água e saneamento adotadas pelo Quilombo do Campinho, destacando a importância da participação da comunidade na construção de alternativas sustentáveis.

Para quatro das cinco entrevistadas, trata-se da representação de uma iniciativa concreta que reflete as lutas e a organização da comunidade em busca de soluções sustentáveis e alinhadas com suas próprias necessidades e valores. No contexto das disputas entre diferentes racionalidades existentes no território e as lutas dos movimentos internacionais em defesa do Comum e do Bem Viver, o Biossistema no Quilombo do Campinho pode ser visto como uma resposta local e concreta aos desafios relacionados à água e saneamento. Ele representa uma prática social das mulheres e da comunidade como um todo, que busca soluções autônomas e

sustentáveis para suas necessidades, resistindo às imposições externas e reivindicando o direito ao uso e gestão da água de acordo com suas próprias racionalidades.

11. ÁGUAS TERRITÓRIO EM DISPUTA: RACIONALIDADES NO TERRITÓRIO VIVO

Busca-se, nos próximos dois capítulos, territorializar a análise das diferentes racionalidades presentes no Território de Aprendizagem, bem como a prática das comunidades, a partir das entrevistas com as mulheres, em relação à Cultura da Água e ao saneamento. Ademais, este capítulo, especificamente, contextualiza quem lê sobre as disputas identificadas no Território, examinando as contradições e os conflitos entre as racionalidades presentes. No primeiro momento, analisamos a Racionalidade do Capital e a territorialidade que este constitui, bem como com os atores identificados.

Em seguida, analisamos como a Racionalidade do Bem Viver no território identificando o OTSS como a territorialização desta racionalidade constituindo uma Identidade de Projeto (CASTELLS, 1999a, 1999b, 1999c) territorializada e em expansão conforme apresentado neste capítulo. Destacamos que o estudo na Racionalidade do Bem Viver, devido a importância de compreender e valorizar diferentes formas de conhecimento e práticas que vão além do paradigma do capitalismo. O objetivo dessa análise é compreender a presença da Racionalidade do Bem Viver no território e demonstrar como o OTSS atua como uma territorialização dessa racionalidade, representando uma Identidade de Projeto que está se expandindo no contexto abordado. Isso contribui para a compreensão das dinâmicas sociais, culturais e políticas no território, enfatizando a importância das práticas e identidades locais no contexto mais amplo das transformações sociais contemporâneas.

11.1 Racionalidade do Capital: Breve Histórico da sua Territorialização

Essa racionalidade batiza o território como “Costa Verde” e o organiza através da composição dos municípios de Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty. Exploramos as dinâmicas e as relações presentes nesse Território Vivo, considerando tanto os aspectos naturais relacionados à água quanto às dimensões sociais e econômicas. Deste modo, nosso objetivo é compreender como a interação entre a água, os seres humanos e os sistemas socioecológicos ocorrem nessa região, levando em conta os desafios e as oportunidades locais.

Ao analisar a constituição da Racionalidade territorializada identificamos seu fortalecimento com a introdução da propriedade privada e do lucro no território durante a colonização de Paraty, iniciada no século XVI com a chegada dos europeus à região, possivelmente trazidos por sesmeiros. Registros históricos revelam que os povos originários foram submetidos a captura, escravidão e dizimação pelos invasores, sendo tratados como mercadorias e utilizados como os primeiros meios de transporte nas desafiadoras trilhas da região (SOUZA, 1994, p. 30). Esses eventos históricos contribuíram para a consolidação de uma Racionalidade territorializada, moldada pelos interesses da propriedade privada e do lucro no território de Paraty.

A ocupação inicial da Mata Atlântica foi realizada pelos povos originários que enfrentaram a invasão colonial europeia a partir do século XVI. Diuner Mello (2006) identifica a história em diferentes ciclos em Paraty. Esse primeiro seria o ciclo portuário abrangendo o período de 1600 a 1880. Durante o processo de colonização, os empreendimentos econômicos da época demandaram uma grande quantidade de mão de obra escravizada. Essa realidade explica a presença contínua desses povos indígenas na região, bem como a existência de comunidades, aldeias e quilombos.

O lucro segue como fio condutor da ocupação no território e do estabelecimento de relações nos outros ciclos entendidos por Mello (2006) como: o ciclo do ouro que ocorreu de 1700 a 1750; o ciclo da cana-de-açúcar estendeu-se de 1700 a 1900; o ciclo do café ocorreu entre 1800 e 1900; e o ciclo do turismo teve início em 1900 e continua em desenvolvimento. Esses ciclos evidenciam as transformações socioeconômicas ao longo da história de Paraty.

É importante ressaltar que a noção de "ciclos" proposta por Mello (2006) pode ser questionada quando se considera a presença contínua do lucro como fio condutor da ocupação e do estabelecimento de relações no território de Paraty. Embora haja momentos históricos em que certas atividades econômicas ganharam destaque, como o ciclo do ouro, o ciclo da cana-de-açúcar, o ciclo do café e o atual ciclo do turismo, é preciso destacar que o lucro sempre foi um elemento central em todas essas transformações socioeconômicas.

Ao enfatizar a ideia de ciclos, há o risco de subestimar a persistência e a continuidade dos interesses econômicos que atravessam essas diferentes fases históricas. O lucro e a busca por acumulação de capital têm sido uma constante ao longo da história de Paraty, moldando as relações sociais, econômicas e políticas no território. Portanto, é fundamental ir além da narrativa dos ciclos isolados e

compreender a relação intrínseca entre o lucro e a ocupação do território em todos os momentos históricos. Essa perspectiva crítica nos permite uma compreensão mais abrangente e profunda das dinâmicas socioeconômicas que moldaram a história de Paraty e instalaram uma disputa internacional pelo território.

O processo de disputa territorial nos leva ao chamado “Nó da Terra”¹⁰⁶, expressão para designar o processo de atuação do Estado para favorecer a Racionalidade do Capital, não agindo como prevê a legislação, principalmente após a desapropriação de terras com fins de reforma agrária no Território do Vivo e mais especificamente no nosso Território de Aprendizagem, onde, após muita mobilização das comunidades locais, foi possível a desapropriação de terras para fins de reforma agrária, conforme vemos na Tabela 12 abaixo:

Tabela 12: Áreas desapropriadas

Áreas desapropriadas nos anos 1950/1960 no estado do Rio de Janeiro			
Nº	Assentamento	Localização	Órgão Resp.
1	Paratimirim	Município de Paraty	Governo Estadual
2	Independência	Município de Paraty	Governo Estadual

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Entretanto, apesar da conquista – representada pela desapropriação –, o processo de regularização fundiária e reforma agrária até o momento não foi concluído. Observamos a Racionalidade do Capital, apoiada no corpo da ditadura militar brasileira para impedir a regularização fundiária e implementar outros projetos no território, como a abertura do território para o turismo de “alto padrão”. Conforme constata IGARA, 2011:

Se o propósito inicial dessa área era a reforma agrária, há muito se perdeu. O abandono das terras por parte do Estado do Rio de Janeiro acabou permitindo a intensa ocupação, rural e urbana, que se estende atualmente até algumas encostas dos morros que contornam essa bacia hidrográfica. (p. 47).

O documento relata que o projeto de turismo e ocupação do solo vinha acompanhado da falta de vínculo e cuidado com o Território, acarretando na destruição e desmatamento local. Para amenizar o problema e tentar frear a perda de

¹⁰⁶Cunhada por Joyce Santi, advogada e pesquisadora do Programa de Especialização em Gestão de Territórios e Saberes da Universidade Federal Fluminense, entrevistada como pesquisadora acadêmica nesta pesquisa e que autorizou a divulgação do seu nome e dos dados.

biodiversidade em 1947, o Código de Obras de Paraty foi modificado para estabelecer um bairro histórico, conforme previsto no Decreto de Tombamento Estadual. E, em 1966, a cidade foi oficialmente tombada como Monumento Nacional¹⁰⁷ (MEDEIROS, 2015).

As iniciativas se deram devido à especulação imobiliária e à devastação florestal que ameaçavam Paraty na década de 1960, por conta da promessa de construção de uma estrada ligando a cidade do Rio de Janeiro à cidade Santos. Ao longo dos anos 1950 e 1970, Angra dos Reis se tornou um polo industrial de influência sobre Paraty¹⁰⁸. Em busca do **progresso e desenvolvimento**¹⁰⁹ a Racionalidade do Capital nomeia¹¹⁰ o território como Costa Verde e impõe a dinâmica de conflito com intensa violência contra as comunidades tradicionais instaladas no território.

Os registros policiais não relatam tentativas de subversão da ordem, mas sim as profundas transformações econômicas em curso, com o aumento do interesse de “agentes externos”¹¹¹ pelas terras, expropriação, dificuldades de organização e denúncia por parte das comunidades afetadas (MEDEIROS, 2015).

O projeto de construção da Rio-Santos teve sua origem durante ditadura militar brasileira, na segunda metade da década de 1960, mas só foi efetivamente realizado no início dos anos 1970. Nesse período, foram estabelecidas iniciativas de planejamento territorial, como a criação da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e a elaboração do Plano de Aproveitamento Turístico (Projeto Turis), que visavam reordenar o litoral sul fluminense para impulsionar o turismo. Essas ações foram acompanhadas pela atuação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)¹¹² na região, com o intuito de preservar o patrimônio ambiental.

¹⁰⁷ De acordo com a *Pesquisa Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*.

¹⁰⁸ Construção dos estaleiros da Verolme, na Baía de Jacuecanga em Angra dos Reis, na década de 1950. Na década de 1970, foi instalada a Central Nuclear; além de explorações de carvão por metalúrgicas.

¹⁰⁹ Importante questionar para quem seria esse desenvolvimento e o que era entendido como progresso. Nesse sentido, entendemos que para essa Racionalidade o sentido gira em torno da propriedade privada e da maximização dos lucros.

¹¹⁰ Através da ampla divulgação da denominação em espaços de turismo, empresas começam a projetar a Costa Verde, relacionando-a com as Costas da Espanha, a saber: 1 - Costa Dorada; 2 Costa de la Luz; 3 Costa Blanca; 4 Costa del Sol. Assim, o Território Vivo é vendido mais facilmente como uma parada internacional no turismo de alta renda.

¹¹¹ Normalmente, pessoas que não eram do território e viam a possibilidade de grilar as terras.

¹¹² entidade autárquica criada em 1967 por meio do Decreto nº 289, sob a gestão do Ministério da Agricultura, teve como objetivo formular políticas florestais, orientar, coordenar e implementar medidas para o uso, proteção e conservação dos recursos naturais renováveis, bem como promover o desenvolvimento florestal do Brasil. Posteriormente, em 1989, o IBDF foi incorporado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), por meio da Lei nº 7.735.

No entanto, segundo autores como Guanziroli (1983), Ribeiro (2007) e Almeida (1997), esse novo planejamento territorial serviu como legitimação para a expulsão dos moradores locais, facilitando a apropriação das terras por supostos proprietários. O governo militar, na época, demonstrava preocupação em evitar ideias de esquerda e em consolidar rapidamente o capitalismo no Brasil, abrindo espaço para empresas multinacionais.

Por essa razão, o turismo ganhou destaque nesse contexto, sendo considerado um elemento crucial para o progresso do país, conforme orientações da Embratur e do Conselho Nacional de Turismo (CNTur), que atuavam em conjunto para promover o desenvolvimento econômico, fiscalizar as operações turísticas e conceder autorizações para a exploração de serviços turísticos em todo o território nacional.

A construção da rodovia Rio-Santos tinha o objetivo de facilitar a comunicação entre as indústrias do litoral sul fluminense e do norte de São Paulo, além de impulsionar o turismo na região. Em maio de 1967, a Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Flumitur) visitou Angra dos Reis para planejar o desenvolvimento turístico da região sul fluminense, reunindo-se com representantes das classes empresariais locais e desconsiderando as comunidades tradicionais.

Destacamos o interrompimento do processo de reforma agrária iniciado, na década de 1940, marcada pela criação de organizações e mobilizações dos trabalhadores, unificando as lutas por terra e melhores condições de trabalho em diferentes segmentos. Especificamente o Território Vivo foi caracterizado como uma área de intensos conflitos por terra no período que antecedeu ao golpe de estado no Brasil em 1964 (MEDEIROS, 2015).

Vale pontuar também que a estrutura agrária da região é marcada por alta concentração fundiária e baixos índices de produtividade, conforme destacado por Medeiros et al. (2009). Importante mencionar que essa situação é semelhante à observada em grande parte do território brasileiro. A luta pela terra é considerada exitosa no território, como a criação de diversos assentamentos, conforme visualizamos na Tabela 13 a seguir:

Essa fusão visava fortalecer a gestão ambiental, unificando as ações relacionadas à conservação da natureza, ao manejo dos recursos florestais e à proteção do meio ambiente em geral. Com a incorporação ao IBAMA, o instituto ampliou seu escopo de atuação, passando a ser responsável não apenas pelas políticas florestais, mas também pela gestão ambiental de forma mais abrangente. Assim, o IBAMA assumiu a missão de formular políticas, coordenar ações e fiscalizar atividades que envolvem o meio ambiente, visando à conservação dos recursos naturais e à promoção do desenvolvimento sustentável no Brasil, estando vinculado atualmente ao Ministério do Meio Ambiente.

Tabela 13: Assentamentos rurais

Assentamentos Rurais criados nos anos 1980 no estado do Rio de Janeiro ¹¹³					
Nº	Assentamento	Nº de Famílias*	Área total (ha)	Ano de Criação	Órgão Resp.
1	Praia do Sono	150	2.054,8000	1984	ITERJ
2	São Roque	38	735,6490	1987	INCRA
Assentamentos Rurais criados nos anos 1990 no estado do Rio de Janeiro					
Nº	Assentamento	Nº de Famílias*	Área total (ha)	Ano de Criação	Órgão Resp.
1	Barra Grande	60	595,3655	1995	INCRA
2	Independência	85	287,9000	1998	ITERJ
3	Taquari	70	958,7462	1995	INCRA

Fonte: Elaborado a partir de Alentejano et al. (2022).

A área desapropriada nos anos 50/60, intitulada Parati Mirim, não foi regularizada e sequer transformou-se ainda em um assentamento rural. Ao analisar a territorialização da Racionalidade do Capital no Território Vivo, observamos a face constante da repressão antes, durante e depois do regime militar. Esse modo de agir, caracteriza-se pela:

a) inação do Estado diante da violência perpetrada por atores privados e/ou b) quando o Estado é ator principal no processo de deslocamento forçado das populações locais para implementação de empreendimentos estratégicos e da criação das Unidades de Conservação (UCs). A respeito dessa questão, Lepercq e Gross (2016) relatam:

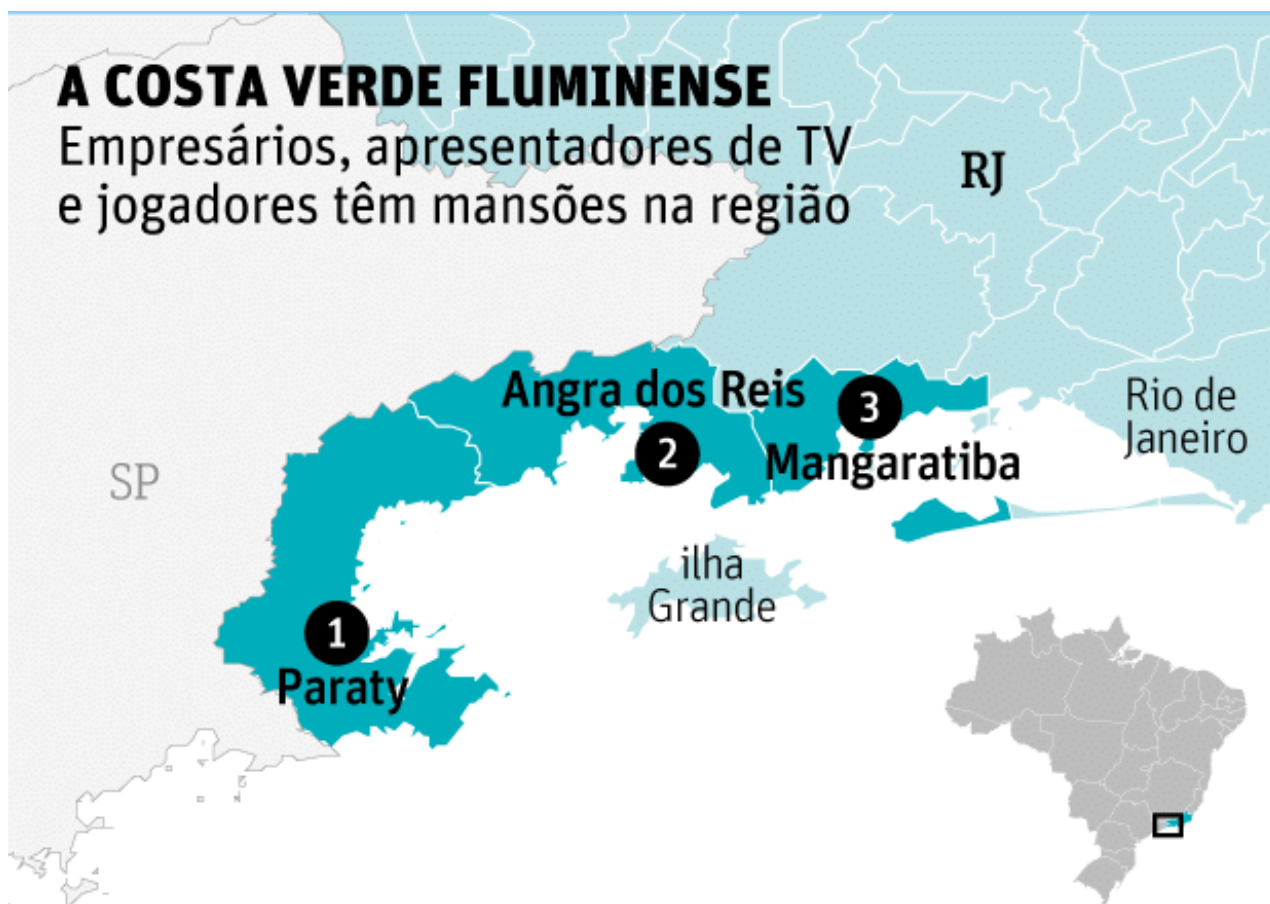
Com praias paradisíacas cercadas pela Mata Atlântica nativa, a área costeira ao redor de Paraty, a Costa Verde, se tornou um parque de diversões para os ricos e famosos e uma atração para os turistas. No entanto, também é notório pelos conflitos territoriais violentos. O prefeito Casé, que no ano passado sobreviveu a uma tentativa de assassinato, supostamente relacionada à disputa de terras, comparou a região ao “faroeste” e pediu aos políticos nacionais na audiência pública que ajudassem a elevar a conscientização sobre a violência na região.

“É uma crueldade o que está acontecendo com as comunidades de Paraty, tanta seja quilombola, indígena, caiçara... Esse é meu anseio aqui, que a gente não deixe que isso fique calado”, disse Casé. (2016, n. p.)

¹¹³ Embora algumas áreas chamadas de "Assentamentos" sejam, na verdade, regularizações fundiárias, elas são classificadas como assentamentos pelos órgãos fundiários.

Devido às belezas naturais o território passou a ser cobiçado internacionalmente por pessoas com alto poder aquisitivo conforme vemos na divulgação do Jornal Folha (2018), na Figura 38:

Figura 38: Localização da Costa Verde



Fonte: Folha de São Paulo, publicado em 28.jan.2018.

Em uma região marcada pela presença de UCs, evidenciamos a existência de conflitos e disputas entre os diferentes racionalidades para influenciar a gestão dessas áreas, bem como para territorializar sua Política ambiental¹¹⁴. Essas disputas são reflexos das contradições inerentes ao sistema capitalista, em que interesses econômicos e de poder muitas vezes prevalecem sobre o cuidado com a natureza e o bem-estar das comunidades locais. A luta pela apropriação e controle dessas regiões é um reflexo da lógica capitalista, que coloca o lucro acima da equidade,

¹¹⁴ O uso da letra maiúscula em "Política" tem o objetivo de diferenciar o termo como uma referência à esfera política institucional e governamental, em oposição à política como um conceito mais amplo que engloba ação coletiva, relações de poder e tomada de decisões. Essa distinção ajuda a destacar a importância da política enquanto campo específico de atuação e influência no contexto social e governamental.

sustentabilidade e da justiça social. Nesse contexto, é fundamental uma análise crítica dessas disputas, considerando os interesses das classes dominantes, as contradições da Política ambiental e as vozes das comunidades marginalizadas, que frequentemente sofrem com a degradação ambiental e a perda de seus meios de subsistência.

11.2 O Condomínio Laranjeiras e o Caso Negrão

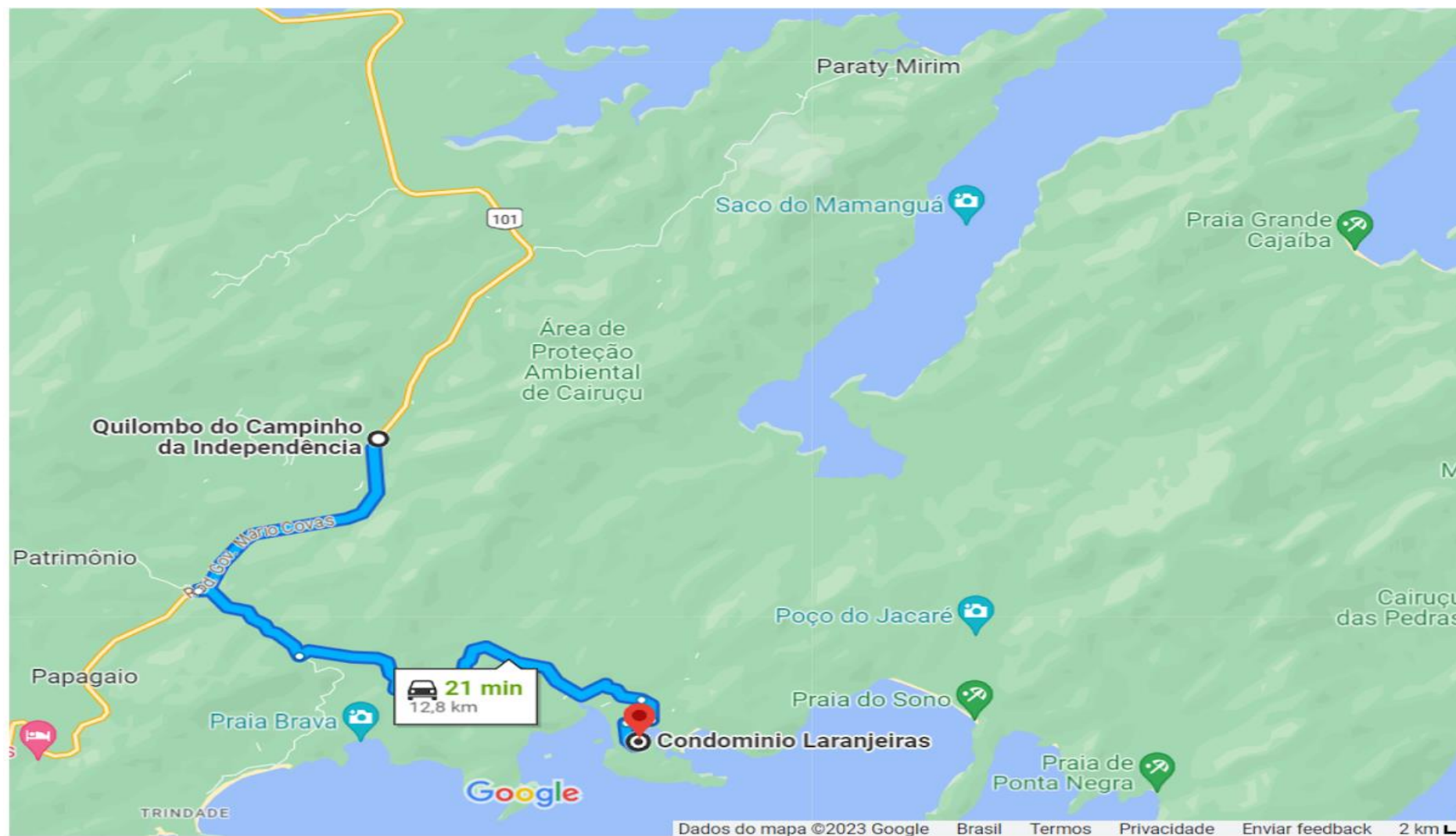
Destacamos como exemplos dois casos de territorialização dessa racionalidade, citados em todas as comunidades entrevistadas:

a) O condomínio Laranjeiras

Localizado em meio à Mata Atlântica, na costa de Paraty (RJ). Esse empreendimento exclusivo, o segundo maior condomínio fechado da América Latina e, composto apenas por bilionários, restringe o acesso à praia, permitindo apenas a presença de embarcações de até 60 pés, ancoradas em uma marina próxima às residências.

Durante a pandemia, os imóveis em Laranjeiras valorizaram significativamente, com registros de aumento de 50% a 100% nos preços. Essa realidade reflete a dinâmica de mercantilização do Território Água do Capital, onde a propriedade privada e o lucro predominam sobre o direito de uso comum e o acesso democrático às praias. Antes da chegada do condomínio Laranjeiras, todas as comunidades entrevistadas relataram possuir uma relação histórica, afetiva e cultural importante para a constituição da identidade comunitária, justamente no território onde o condomínio está localizado (Figura 39).

Figura 39: Distância do Condomínio Laranjeiras para o Quilombo Campinho da Independência



Fonte: Print do Google maps, em 10 de fev. 2023.

Uma vez que o território ocupado pelo condomínio foi citado em todas as quatro comunidades onde realizamos entrevistas, como um território usurpado da comunidade. Segue abaixo um exemplo para ilustrar este ponto:

Os detentores do PIB do Brasil vêm passear e nos impedem de transitar [...] O Laranjeiras é o lugar onde os ricos se reúnem para decidir quais políticas vêm pra cá. Eu já vi, quando trabalhava lá, os donos das casas dizendo o que que a Unidade de Conservação devia fazer e logo em seguida na comunidade a gente tinha que lutar contra esses projetos, até agora é assim com a privatização da BR 101 (Entrevistada 1, 2023)

No caso do Condomínio Laranjeiras é evidente a existência de conflitos relacionados à privação de acesso às praias por parte dos moradores do condomínio. A representação da APA Cairuçu¹¹⁵ exige que o condomínio apresente documentos relacionados ao licenciamento ambiental para aprovação de helipontos, posto de gasolina e as dragagens realizadas constantemente para manutenção da marina (DANFLON, 2017a).

Aqui é fundamental ressaltar a atuação da APA Cairuçu, que sob a gestão do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio¹¹⁶), encontra-se em constante disputa entre os interesses do capital e a busca pelo cuidado com a natureza e o bem viver das comunidades locais. Essa disputa reflete as contradições do sistema capitalista, em que a exploração dos recursos naturais e a acumulação de riqueza entram em conflito com a preservação ambiental e a qualidade de vida das comunidades dentro da APA.

Para além das comunidades do Carapitanga, o condomínio é motivo de conflito, relacionado à privação de terra, com a comunidade caiçara de Trindade, distrito de Paraty. Desde as décadas de 1970 e 1980, a empresa Trindade Desenvolvimento Territorial (TDT), união de duas multinacionais: a Brascan e a Adela (Agência de Desenvolvimento na América Latina)¹¹⁷, se dizia dona das terras de Trindade e por nove anos, de modo que tentou incisivamente ocupar a área, chegando a manter 60

¹¹⁵ Aqui é importante frisar a atuação da APA Cairuçu, gerida pelo ICMBio.

¹¹⁶ ICMBio, órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente no Brasil, responsável pela gestão de unidades de conservação federais e pela proteção da biodiversidade no país. Desempenha um papel importante na definição e implementação de políticas de conservação ambiental, porém, dentro da perspectiva da Ecologia política Crítica é importante analisar as contradições existentes entre a gestão dos órgãos ambientais e os interesses das diferentes racionalidades. Nesse exemplo, o órgão atua para coibir os avanços da territorialização do Capital no território.

¹¹⁷ Popularmente era conhecida como Companhia, constituída por 280 dos mais poderosos grupos empresariais do mundo, com sede em Luxemburgo.

homens armados no local. Nessa época, os Trindadeiros sofreram diversas agressões físicas, além de ter a estrada de acesso à vila bloqueada por jagunços, suas plantações e casas de pau a pique destruídas e até estupros praticados contra duas professoras (DANFLON, 2017a). A ideia da propriedade privada nos espaços públicos é uma constante, conforme identificamos nas fotos a seguir:

Figura 40: Placa de aviso - Condomínio Laranjeiras



Fonte: Júlio César Guimarães/Agência Pública, 2017.

Figura 41: Placa de aviso, somente entrada de pessoas autorizadas - Condomínio Laranjeiras



Fonte: Júlio César Guimarães/Agência Pública, 2017. Praia de Laranjeiras

Figura 42: Via particular - Condomínio Laranjeiras



Fonte: Júlio César Guimarães/Agência Pública, 2017.

Figura 43: Guarita de segurança



Fonte: Júlio César Guimarães/Agência Pública, 2017.

Figura 44: Centro de Educação Integral Cairuçu



Fonte: Júlio César Guimarães/Agência Pública, 2017.

O condomínio Laranjeiras se destaca como um exemplo representativo da territorialização da Racionalidade do Capital. A implantação desse empreendimento implicou na expulsão das comunidades tradicionais, na instalação de guaritas de segurança e restrição do acesso ao território, incluindo o fechamento das praias. Destaca-se ainda que antes “Laranjeiras” era o nome da comunidade que habitava o território e somente a partir da criação do condomínio, as linhas de ônibus foram mudadas para “Vila Oratório”, passando a denominar a comunidade com um novo nome e se apropriando do anterior para se referir apenas ao condomínio: “quando nossos antepassados chegaram aqui batizaram eles e deram um nome cristão: todos os escravizados eram Joãos, Marias, Luizas, Josés. Pois bem, quando o condomínio chega não só nos rouba o nome como nos lembra desse ciclo de violência” Entrevistada 17, 2023.

Essa apropriação simbólica reflete um processo de dominação e imposição de uma nova identidade, evidenciando as relações de poder e a descaracterização cultural das comunidades locais em prol dos interesses dos empreendimentos imobiliários. Essa prática é reflexo do capitalismo, que busca moldar e controlar os espaços de acordo com seus próprios interesses, em detrimento das identidades e

histórias das comunidades tradicionais. Essas ações evidenciam a lógica de controle e privatização do espaço, características desse Território Água.

b) Caso de Alexandre Negrão

O bilionário empresário e ex-piloto de automobilismo, construiu um complexo em Paraty desrespeitando as leis ambientais e apropriando-se de uma praia de uso comum do povo. Sua mansão, acompanhada por bangalôs, heliponto e academia de ginástica, representa a privatização de um espaço que deveria ser livremente acessível (DANFLON, 2017, b). A Figura 45 ilustra essa questão.

Figura 45: Câmera de segurança



Fonte: Júlio César Guimarães/Agência Pública, 2017.

Essa privatização vai além da praia em si e também engloba áreas de preservação permanente e reservas ecológicas. Negrão desviou o curso de um rio, construiu sobre cursos d'água e afetou a vegetação local, violando tanto a legislação federal quanto a estadual. Essas ações não só comprometem o meio ambiente, mas também caracterizam crimes ambientais (DANFLON, 2017, b) As Figuras 46 e 47, a seguir, ilustram.

Figura 46: Área expropriada e tornada restrita



Fonte: Publica, 2017.

Figura 47: Mansão construída sobre um rio, que Negrão afirma não ser um rio



Júlio César Guimarães/Agência Pública, 2017.

Esse cenário reflete a busca pelo lucro e pela exploração desmedida da natureza, negligenciando os direitos coletivos e a importância da preservação dos ecossistemas costeiros. A privatização das praias e da natureza é um reflexo da lógica capitalista, em que interesses econômicos prevalecem sobre o bem-estar social e ambiental.

11.2.1 Atores e territorialização da racionalidade

No contexto do Território Água do Capital, caracterizado pela lógica exploratória do sistema capitalista, observamos a privatização não apenas das praias, mas também da própria natureza. Essa realidade é resultado da apropriação e concentração da natureza como “recursos naturais” por parte dos atores dominantes no sistema de produção capitalista. Essa dinâmica, presente também no contexto brasileiro, privilegia os interesses econômicos em detrimento do acesso público, reforçando as desigualdades sociais, a destruição do planeta e as contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

A partir da codificação das entrevistas, da análise bibliográfica e dos dados

secundários agrupamos as multinacionais e os indivíduos bilionários que possuem influência e poder econômico no Território Vivo e disputal uma Identidade de Projeto. O fato determinante para o agrupamento foi possuírem grandes fortunas e, muitas vezes, serem proprietários de grandes extensões de terras, em especial nas regiões com corpos hídricos estratégicos para o nosso estudo. Esses atores têm como característica a concentração de poder e riqueza nas mãos de uma minoria, de forma que perpetua desigualdades através da lógica de exploração da natureza como recurso natural e desconsideração do saber tradicional. Sendo assim, os indivíduos bilionários exercem um papel significativo na apropriação e no controle do território e na definição das Políticas e direcionamentos econômicos a eles relacionados.

Entre os atores destacamos empresas multinacionais que, por sua vez, desempenham um papel importante na exploração desses recursos e na busca por lucros em nível global. Vale dizer, para fins de exemplo, que estabelecem operações em diferentes países, incluindo o Brasil, visando a exploração, o aproveitamento da natureza e outras atividades relacionadas, além de incorporar o ser humano também na lógica mercantil, considerado a mão de obra como um recurso humano. Desta forma, tanto os indivíduos bilionários quanto as multinacionais têm interesses econômicos como prioridade, pois buscam a maximização de seus lucros e o domínio territorial. Suas ações, muitas vezes, perpetuam desigualdades socioeconômicas, concentração fundiária, conflitos e impactos ambientais significativos.

Destacamos como parte desses atores: João Henrique de Orléans e Bragança, herdeiro da Família Real e residente de Paraty, conhecido como Dom João¹¹⁸. Incluímo-lo por ser detentor de terras e propriedades usurpadas no período da invasão portuguesa e mantidas até hoje. Apresentamos, a seguir (Tabela), os principais projetos e atores responsáveis pelo desenvolvimento de ações que contribuem para a manutenção da territorialização da Racionalidade do Capital, destacando os projetos e atores responsáveis pelo seu desenvolvimento¹¹⁹:

¹¹⁸ Embora reconheçamos que Dom João se autointitula como defensor das instituições democráticas frente às disputas internas dos descendentes da família real no Brasil, com uma ala composta pelos membros do ramo de Vassouras (Dom Luiz e Dom Bertrand), ligada a uma instituição de direita que defende a volta da monarquia e considerados por Dom João como: “fora de qualquer postura aceita para uma família real” (CORDEIRO, 2017).

¹¹⁹ O objetivo desta Tese não é realizar uma análise aprofundada da Racionalidade do Capital de forma exaustiva. Em vez disso, enfocamos as contradições e conflitos entre as diferentes racionalidades presentes no território, assim como a prática das comunidades tradicionais nesse contexto.

Tabela 14: Atores da Racionalidade do Capital

Territorialização da Racionalidade do Capital	
Projeto	Atores
Implantação e desenvolvimento de megaempreendimentos.	Petróleo Brasileiro S.A. ¹²⁰ ; Angra 1, 2 ¹²¹ .
Concentração de Terras e não efetivação da reforma agrária e manutenção da propriedade privada sobre a propriedade coletiva.	Dom João; Agentes privados que possuem residência no Condomínio Laranjeiras: Banco Itaú (famílias Setúbal e Villela); Construtora Camargo Corrêa (família Camargo); Rede Globo (família Marinho); Votorantim (família Moraes); Casas Bahia (família Klein); Grupo Bandeirantes (família Saad); Klabin (Fabricante de celulose e papéis do mesmo nome da família). "Ricos do Mamanguá ¹²² ".
Manutenção da lógica de exploração da natureza como recurso.	Petróleo Brasileiro S.A.; Eletronuclear ¹²³ ; Águas de Paraty ¹²⁴ .

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Esses atores e projetos, dentro da perspectiva marxista, desempenham um papel fundamental na reprodução das estruturas de poder e controle sobre o território, consolidando relações desiguais de propriedade e acesso à natureza. A não realização da reforma agrária e a manutenção da propriedade privada sobre os recursos coletivos contribuem para a perpetuação das desigualdades sociais e

¹²⁰ "Petrobras" é uma combinação das palavras "petróleo" e "Brasil", refletindo a atividade principal da empresa, que é a exploração, produção, refino e distribuição de petróleo e seus derivados. A Petrobras também atua na área de gás natural, energia renovável e outras atividades relacionadas ao setor energético. Fundada em 1953, a Petrobras tem um papel fundamental na indústria petrolífera do Brasil e é uma das maiores empresas do país. A Petrobras possui acionistas que detêm partes da empresa, incluindo investidores individuais, instituições financeiras e o governo brasileiro. O Conselho de Administração, composto por representantes indicados pelos acionistas, toma decisões estratégicas. A diretoria executiva é responsável pela gestão diária da empresa. A Petrobras conta com uma equipe de colaboradores em diferentes áreas e níveis hierárquicos. Além disso, estabelece parcerias e contratos com outras empresas do setor, nacionais e internacionais, e tem fornecedores que desempenham um papel importante na sua cadeia de valor.

¹²¹ A Usina Nuclear Angra 1 e Angra 2 são de propriedade e operadas pela Eletronuclear, que é uma subsidiária da Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.), uma empresa estatal brasileira de energia elétrica. A Eletronuclear é responsável pela geração de energia nuclear no Brasil e pela operação das usinas nucleares.

¹²² Identificados durante as entrevistas com a comunidade Caiçara de Paraty Mirim, como as pessoas que constroem mansões e querem privatizar as praias no território do Mamanguá.

¹²³ Empresa subsidiária da Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras), responsável pela operação das unidades de geração de energia nuclear em Angra dos Reis, que atualmente são Angra 1 e Angra 2. E pela construção da usina Angra 3, em andamento.

¹²⁴ Águas de Paraty é uma subsidiária da Águas do Brasil. A Águas do Brasil é uma empresa multinacional de serviços de água e saneamento básico que opera em várias cidades do Brasil. Através de suas subsidiárias, como a Águas de Paraty, ela oferece serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto em diferentes municípios.

econômicas, fortalecendo a concentração de terras e poder nas mãos de uma minoria privilegiada. Esses interesses estão alinhados com um projeto de concentração territorial e econômica.

Além disso, empresas como Petrobras, Eletronuclear e Águas de Paraty estão diretamente envolvidas na gestão e controle dos recursos naturais, priorizando os interesses econômicos em detrimento das necessidades das comunidades locais e da governança socioambiental comunitária. Essa dinâmica reflete a lógica capitalista, em que a exploração e extração dos recursos são direcionadas para o lucro, perpetuando assim as relações de dominação e exploração sobre o território e suas populações. É fundamental compreender essas dinâmicas e atores para uma análise crítica das relações de poder e de dominação presentes no território, possibilitando a busca por alternativas mais justas e sustentáveis que considerem a voz e os direitos das comunidades afetadas.

11.3 Conflitos, disputas no Território Vivo e o manejo da natureza pelos órgãos ambientais

Identificamos que o Território Vivo é marcado por conflitos derivados de desigualdades, diferentes formas de negação de direitos, e pela segregação causada por projetos implementados pelo Estado brasileiro como:

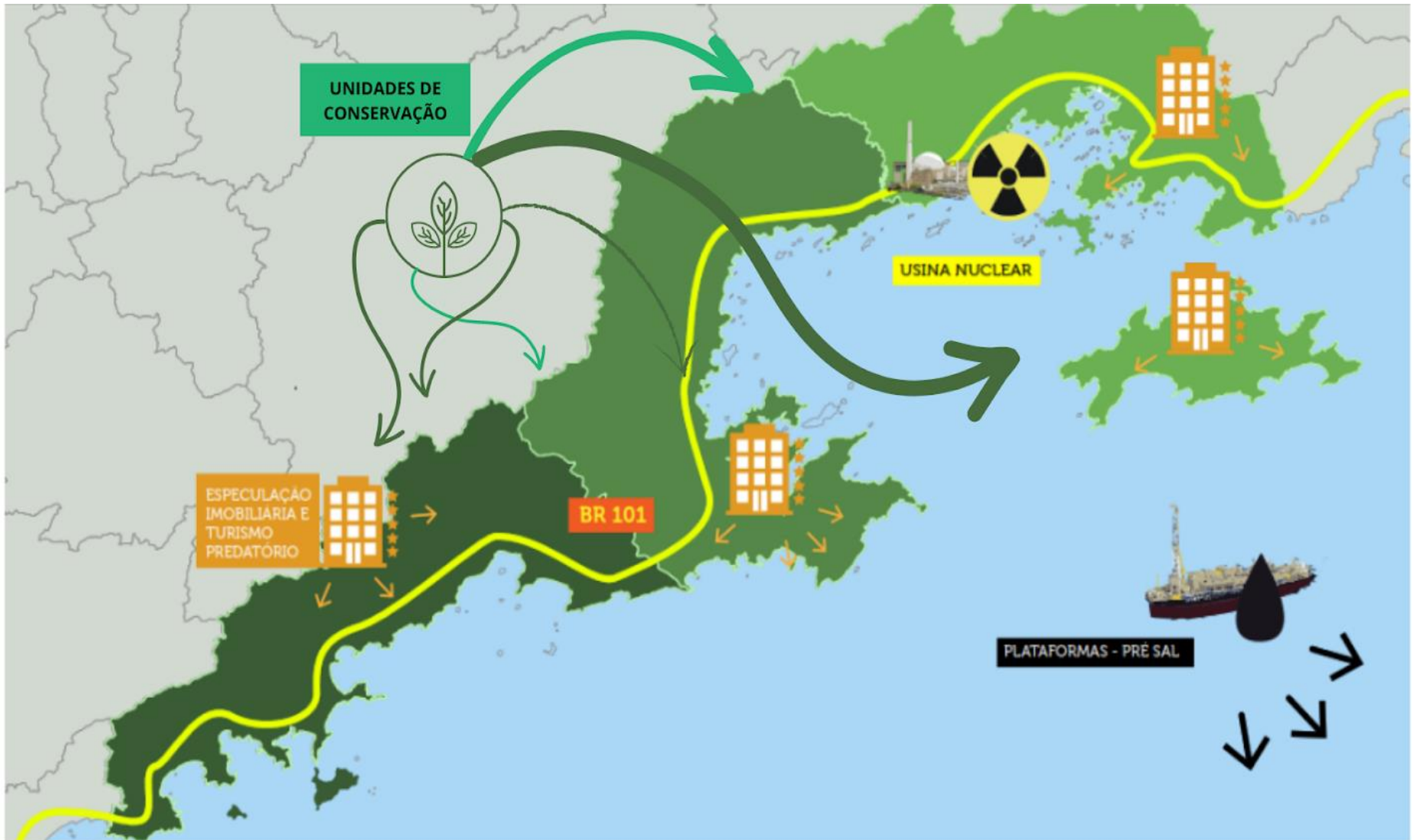
1) Construção da BR 101, que levou à poluição de todos os rios do Território, inclusive o Carapitanga, devido à ampliação da urbanização desordenada em torno dos territórios tradicionais;

2) Extração de petróleo da camada do pré-sal na maior bacia sedimentar *offshore* do país (mais de 350 mil quilômetros quadrados);

3) Funcionamento de 100% das usinas nucleares do Brasil, Angra 1 e 2, e, agora, a construção de Angra 3.

Apresentamos, a seguir, na Figura 48, os conflitos territorializados a partir da Identidade de Projeto da Racionalidade Capital para melhor ilustrar nossa discussão:

Figura 48: Racionalidade do Capital e suas territorialidades na Bocaina



Fonte: Adaptado a partir de Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (2021, p. 19).

A Racionalidade do Capital impõe projetos que causam desequilíbrio ecológico e subjagam as comunidades locais em nome do lucro e do poder; neste aspecto, sublinhamos a degradação ambiental, a perda de biodiversidade e os deslocamentos forçados como consequências da dominação territorial. Listamos, abaixo, na Tabela 15, as ações territorializadas identificadas neste estudo:

Tabela 15: Ações territorializadas conflituosas

Ações territorializadas conflituosas
Desregulamentação Fundiária - Através da grilagem de terras e da especulação imobiliária
Turismo predatório
Extração de recursos naturais (como petróleo; café, ouro, cana-de-açúcar)
Construção de usinas nucleares
Inação do Estado diante da violência perpetrada por atores privados
Criação de Unidades de Conservação
Construção e privatização de vetores de acesso (BR 101)
Deslocamento forçado das populações locais para implementação de “projetos estratégicos” como: criação de Unidades de Conservação, construção e privatização de vetores de acesso (como a BR 101); exploração de Petróleo; manutenção do lucro de empresas internacionais.

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

11.3.1 Política Ambiental em disputa: Manejo do Capital e do Bem Viver

No Território Vivo temos a sobreposição da APA Cairuçu e do Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB), a diferença entre eles está principalmente relacionada ao nível de restrição e objetivos de conservação. Uma APA, é uma categoria de unidade de conservação prevista pela legislação brasileira, regulamentada pela Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Ela tem como objetivo principal a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção de paisagens e ecossistemas. Nas APAs, é permitida a presença de populações tradicionais, a realização de atividades econômicas sustentáveis e a ocupação humana controlada (mesmo de populações “não tradicionais”), desde que sejam compatíveis com a conservação ambiental (SNUC, 2000).

Por outro lado, um Parque Nacional é uma categoria de UC de proteção integral. Sua principal finalidade é a preservação da natureza e a pesquisa científica. Nos Parques Nacionais, a proteção dos ecossistemas e a manutenção dos processos

naturais são prioridades, sendo permitidas apenas atividades de baixo impacto ambiental, como o turismo e a educação ambiental. Portanto, a diferença fundamental está na intensidade da restrição de uso e ocupação do território, sendo que as APAs permitem um maior grau de intervenção humana e atividades econômicas sustentáveis, enquanto nos Parques Nacionais a preservação ambiental é priorizada e as restrições são mais rigorosas.

Analisamos o manejo da água dentro de um contexto de disputas territorializadas, destacando as diferentes perspectivas e os conflitos em torno desse corpo vital. Identificamos a prática do Estado brasileiro no manejo da água, dentro da Racionalidade do Capital, principalmente durante a década de 1970, em meio a ditadura militar, quando foram estabelecidas em todo o mundo e no Brasil ilhas de conservação ambiental. Sendo assim, as UCs, no momento de criação, partiam do pressuposto de que o ser humano teria um impacto negativo à natureza, e tinham como objetivo proteger a natureza selvagem intocada sem a participação dos sujeitos pertencentes aos territórios dessas áreas determinadas a serem intocadas. Em muitos casos, para a criação das UCs, as populações que já habitavam a área foram deslocadas compulsoriamente, sendo arrancadas dos seus territórios ancestrais e tendo suas identidades mutiladas (HARDIN, 1968; DIEGUES, 1996; ARRUDA, 1999; DOEBELI, 2021).

Entretanto, ao se comprovar que tal perspectiva não garantia a proteção da natureza, nem da sociedade e estava equivocada, o Estado brasileiro faz um esforço de reduzir as desigualdades e incorporar os saberes e fazeres dos PCTs, a partir da Lei nº 9.985/2000, responsável por instituir o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Além disso, identificamos um movimento de reconhecimento e valorização das comunidades tradicionais alinhado com os elementos da redemocratização e a Constituição Federal de 1988, que estabelece a proteção dos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, reconhecendo a importância de suas práticas culturais e conhecimentos tradicionais para a conservação da natureza e a promoção do desenvolvimento sustentável. Assim, a legislação ambiental e as políticas públicas têm procurado integrar os PCTs no planejamento e na gestão das áreas protegidas, promovendo a participação ativa dessas comunidades na tomada de decisões e no manejo da natureza. Essa abordagem busca superar a visão excludente do passado e construir uma nova relação entre Estado, sociedade e comunidades tradicionais, pautada na inclusão, no

respeito à diversidade e na construção coletiva de soluções para os desafios socioambientais.

A legislação foi reflexo da disputa entre os diferentes agentes que constituem os territórios (PCTs, camponesas e camponeses, população urbana, indústrias, agronegócio) e as diversas formas de se relacionar com a natureza. Deste modo, possibilitou, dentro da institucionalidade, a abertura, ainda que tímida, à escuta de outras formas de saber e fazer no mundo, mas não foi capaz de criar outros cenários que limitasse o avanço da degradação dos corpos hídricos, mesmo dentro de Unidades de Conservação (DIEGUES, 1996; DOEBELI, 2021). A disputa refletida na legislação e na prática das UCS evidencia, ao nosso ver, duas racionalidades distintas sobre o manejo da natureza. Nesse caso especificamente da água, a primeira denominamos de *Visão do Capital* e a segunda como *Visão do Bem Viver*.

Percebemos a Visão do Capital identificada¹²⁵ em textos oficiais, Políticas e Planos Nacionais pautados no preservacionismo ou no conservacionismo e sem abertura para outras perspectivas. Já Visão do Bem Viver ocorre quando a pluralidade de visões é incorporada, em especial quando se conformam redes com discussões horizontais e possibilidade real de aprender e incorporar outros saberes, para além do técnico e acadêmico positivista, como os saberes e os fazeres dos povos da floresta, mata, campo, cidade.

Embora as UCs sejam terras públicas, é importante destacar que a implementação destas pode seguir uma lógica que se assemelha à propriedade privada, uma vez que o uso e acesso ao território são determinados e controlados por entidades públicas ou privadas designadas para sua administração. Essa abordagem pode restringir a coletividade da terra e limitar a participação e o usufruto das populações locais, especialmente as PCTs, que historicamente têm mantido uma relação de uso e manejo sustentável da natureza.

Portanto, a Visão do Capital, inspirada na abordagem conservacionista e/ou preservacionista (DOEBELI, 2021), muitas vezes, desconsidera os conhecimentos tradicionais, as práticas sustentáveis e os direitos territoriais das populações locais, permitindo a concessão a agentes privados para controlar o acesso ao território, inclusive com a cobrança de dinheiro, como ocorre na cobrança de ingresso para acessar os parques, por exemplo. Para a Visão do Capital, a água é um recurso

¹²⁵ O objetivo desta ideia não é examinar de forma exaustiva as diferentes visões e sim apresentar a potencialidade da Cultura da Água para o manejo dos corpos hídricos.

dotado de valor econômico, ou seja, uma mercadoria, com comercialização prevista a partir do código de mineração e a Política estatal sem integrar o ecossistema de maneira holística.

Essa visão centrada na limitação de uso das UCs pode gerar tensões e conflitos, pois, embora contribua para frear a destruição da natureza - imposta pela lógica de degradação do capital, ao mesmo tempo pode entrar em conflito com os direitos territoriais, culturais e tradicionais das comunidades locais, por exemplo, através da cobrança de ingressos ou a imposição de restrições de acesso pode criar barreiras para as populações locais, que historicamente dependem desses territórios para sua subsistência e manutenção de suas práticas culturais e modos de vida.

Portanto, é fundamental que a implementação e gestão das UCs considerem e respeitem os direitos e conhecimentos das PCTs, promovendo a participação ativa dessas comunidades no planejamento e na tomada de decisões relacionadas ao cuidado com a natureza. Isso requer uma abordagem que valorize as práticas tradicionais e promova o diálogo e a cooperação entre os diferentes atores envolvidos, visando uma governança mais equitativa e sustentável das UCs.

No entanto, é importante ressaltar que as comunidades e movimentos sociais protagonizam disputas e resistências contra a Racionalidade do Capital. Através da sua organização, mobilizações, diálogos e protestos, identificamos avanços na implementação de um manejo mais participativo e inclusivo pautado na Racionalidade do Bem Viver. Identificamos nesta pesquisa como um exemplo de avanço na Política ambiental o processo de revisão do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Caiuru, onde a participação dos PCTs possibilitou que fosse demonstrado ao ICMBio a necessidade de incorporar seus saberes, uma vez que o plano anterior não refletia as suas demandas. A partir da organização e da mobilização territorial, ocorreram processos de consulta e participação das comunidades locais na definição das diretrizes e normas de gestão. Essa revisão foi fundamentada na perspectiva crítica, considerando os saberes tradicionais, a valorização dos modos de vida das comunidades e a sustentabilidade dos ecossistemas.

Dessa forma, percebemos a possibilidade de disputas e transformações no contexto das UCs. Através da resistência e da busca por uma gestão mais participativa e inclusiva, é viável avançar em direção a um manejo que reconheça e valorize as práticas sustentáveis das comunidades tradicionais, promovendo a justiça

socioambiental e a preservação dos ecossistemas. Identificamos a Visão do Bem Viver do manejo adotada pelo ICMBio, quando este:

1 - Atua partindo de três pilares que conformam uma estrutura para “Municípios Justos e Sustentáveis: a) Direito à cidade – com boa circulação, acesso livre, Segurança Hídrica. b) Direito ao meio ambiente – integrando a comunidade no uso e participação das decisões sobre o Patrimônio da UNESCO, a Serra do Mar, Baía da Ilha Grande; e c) Direitos Territoriais dos Povos originários e das comunidades tradicionais que existem nesse território.

2 - Integra o ser humano como parte da natureza e busca aproximar as UCs do território tradicional/comunitário, a partir da criação de Redes para cooperação, integração, solidariedade e resistência ao Capital. Como nos exemplos abaixo:

2.1 Formação do Conselho da APA Cairuçu com efetiva representação da população do território, possibilitando voz às singularidades de cada parte do território com reuniões itinerantes.

2.2 Elaboração do Plano de Manejo a partir de dezenas de Oficinas (de mobilização; diagnóstico participativo; Técnicas e de planejamento); Reuniões setoriais e principalmente da pactuação com oitiva do setor público, econômico e das comunidades. Como exercício de sintetizar a nossa perspectiva das duas visões, apresentamos o Quadro 8:

Quadro 8: Visão do Capital x Visão do Bem Viver do Manejo da Água

Manejo da Água →	Visão do Capital	Visão do Bem Viver
Perspectiva ↓		
Racionalidade	Capital	Bem Viver
Relação Humano e Natureza	Separação e/ou Oposição: Homem x Natureza	Integração: Harmonia entre a natureza. O ser humano faz parte dela
Retrata o Ser Humano	Como sinônimo de homem	Sinônimo de pessoas. Há uma preocupação em incorporar todos os seres humanos
Redes	Geração de redes baseada na apropriação da água, da terra e dos saberes e na obtenção de benefícios	A partir das cosmologias dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), redes são geradas a partir da cooperação, integração, solidariedade e da resistência ao Capital
Relação com a natureza	Apropriação dos recursos naturais através da dominação da natureza, seja para explorá-la ou conservá-la.	Integração de maneira exploratória, criativa e horizontal
Água	Recurso	Fonte de vida
Comercialização da Água	Pode ser comercializada, tratada como commodity e privatizada	Não é mercadoria, sendo defendida como Bem Comum

Fonte: elaborado pela autora a partir de Borges et. al., 2023.

A organização dos movimentos sociais possibilitou que o ICMBio adotasse essa visão crítica, resultando em avanços significativos. Através dessa abordagem, o ICMBio passou a compreender e valorizar a importância da preservação da vida em sua totalidade no planeta Terra, incluindo todas as espécies e ecossistemas. Essa perspectiva holística vai além da simples manutenção das condições para a sobrevivência humana, promovendo uma visão interconectada da sustentabilidade ambiental. Um exemplo notável dessa mudança foi a revisão do Plano de Manejo da APA Caiuru, que contou pela primeira vez com a participação ativa e defesa das propostas pelos representantes dos PCTs e outros atores alinhados com a Visão do Bem Viver. Isso demonstra um importante avanço na inclusão de diferentes vozes e na promoção da gestão participativa e democrática dos recursos naturais. O Plano indica, como um dos principais problemas apontados de alta prioridade para o planejamento da UC a Gestão da água e Saneamento (Figura 49):

Figura 49: Prioridades de Planejamento do Plano de Manejo da APA Caiuruçu



Fonte: IEAR/UFF, 2021.¹²⁶

Refletindo o cenário nacional, o Plano de Manejo indica urgência em responder a lacuna existente no manejo da água que é a falta de ferramentas para: conhecer as realidades locais de formas de uso/conservação da água; avaliar a demanda e a necessidade de planejamento com estímulo à governança comunitária das águas e a gestão dos conflitos (ICMBio, 2018).

Para contribuir com o desafio apresentado no documento citado, esta Tese de Doutorado abordará a territorialização da Racionalidade do Bem Viver no Território Vivo. A importância disso reside no reconhecimento e na valorização dos saberes e

¹²⁶ Apresentação realizada por Carlos Felipe Abirached – ICMBio/NGI-Paraty, com tema Desafios para a gestão territorial em Unidades de Conservação no contexto atual na *live*: Unidades de Conservação (UCs): limites e possibilidades para a gestão ambiental em Angra dos Reis. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9ltgCFTXXNg&t=8005s>

práticas tradicionais das comunidades locais, bem como na busca por alternativas ao paradigma dominante de desenvolvimento baseado na exploração indiscriminada dos recursos naturais.

Busca-se contribuir para a ampliação das perspectivas e visões de mundo de abordagens e concepções distintas da Racionalidade do Capital. Através da investigação da Racionalidade do Bem Viver na Bocaina, procura-se promover uma reflexão crítica sobre o atual paradigma dominante, que prioriza o crescimento econômico desmedido em detrimento da sustentabilidade e do bem-estar humano. Ao reconhecer e valorizar os saberes e práticas tradicionais das comunidades locais, almeja-se despertar a consciência para a importância da Política Ambiental dentro das Políticas Sociais garantindo o cuidado da natureza, equidade social e a busca por um modo de vida mais harmonioso e sustentável para as gerações futuras.

12. NOVOS MERGULHOS: A RACIONALIDADE DO BEM VIVER NA BOCAINA

Essa racionalidade tem a compreensão de que o Território é Vivo e o nomeia como Bocaina¹²⁷. Destacamos a existência de uma disputa simbólica e material em torno da água que possui um valor material e também carrega significados e representações culturais, políticas e sociais, como vimos na identificação da Cultura da Água em cada comunidade com quem aprendemos. A luta pelo controle e acesso à água envolve interesses e conflitos atores que buscam garantir suas necessidades e objetivos específicos. Essa disputa abrange aspectos tanto tangíveis, como o acesso físico à água, quanto intangíveis, como a influência sobre políticas e narrativas relacionadas à gestão hídrica.

Ao examinarmos a territorialização da Racionalidade do Bem Viver, destacamos a interdependência entre a autonomia comunitária, a sustentabilidade ecológica, a justiça social e a valorização da cultura e identidade como elementos cruciais para a sua efetivação. Essa territorialização é influenciada por movimentos internacionais¹²⁸ engajados na luta pelo Bem Viver e pelo Comum, na construção de um território justo, equitativo e sustentável.

Reconhecemos a necessidade de repensar a sustentabilidade a partir de uma nova ética que questione a lógica do desenvolvimento e do progresso, que muitas vezes conduzem a um desastrosos caminho sem saída (GUDYNAS, 2016a.). Valoriza a participação ativa dos atores na tomada de decisões sobre questões relacionadas à natureza, buscando alternativas que promovam a autonomia local e a solidariedade; para isso, está implicada na construção de redes que reconheçam as injustiças históricas e estruturais que permeiam as relações sociais, econômicas, culturais e ambientais para promover transformações baseadas na justiça socioambiental, equidade e respeito à diversidade. Vale mencionar que a territorialização do Bem Viver tem no horizonte:

A construção no presente dos sonhos ancestrais de justiça, diversidade e amor pela terra. Queremos Viver Bem e não trabalhar pros outros. Temos uma rede de atores e nos organizamos através do OTSS para colocar na agenda o nosso projeto. (Entrevistada 17, 2023).

¹²⁷ De acordo com a análise de todos os documentos e dados secundários analisados bem como as entrevistas realizadas. Inclusive, não se refere a região como “Costa Verde”.

¹²⁸ Listamos os principais eventos realizados no Território Vivo em 2021, seus temas, atores engajados e observações pertinentes. A escolha de seleção do ano foi a abertura para ações após a pandemia e o tempo de análise de acordo com o cronograma deste estudo. Ver Apêndice 2?

Questionando a ideia de que o crescimento econômico contínuo é benéfico e defendendo a necessidade de repensar o atual paradigma de desenvolvimento baseado no consumo excessivo, tal Racionalidade propõe uma redução deliberada do consumo e da produção em sociedades industrializadas, visando a diminuição da pressão sobre a natureza e a mitigação dos impactos socioambientais. Assim, essa Racionalidade destaca a importância de repensar os sistemas de produção e consumo, promovendo a equidade social, a justiça socioambiental e a qualidade de vida das comunidades.

Esse crescimento econômico é o crescimento de quem? Qual função sobra pra gente? É trabalhar pra consumir, mas, o que estamos consumindo? A comida é cheia de veneno, tudo vira lixo contaminando o planeta, a pessoa não tem nem ar puro pra respirar, não tem tempo pra viver, ser feliz, sabe? Aqui eu sou feliz. Fui pro Rio e lá queriam que eu trabalhasse em casa de família, fosse empregada. Eu resisti bravamente. Nem sabia que tava resistindo mas, aquilo já era minha ancestralidade gritando: Chega! Eles enganam a gente há quanto tempo com esse papo furado de ordem e progresso? Tá ná hora da gente fazer diferente (Pesquisadora Comunitária Quilombola 2, 2023).

Tal Racionalidade desafia também o pensamento dominante e as práticas que reforçam a supremacia branca, as estruturas patriarcais, o racismo e a exploração desenfreada da natureza. A Racionalidade do Bem Viver nutre relações de equidade e respeito mútuo para constituição de um Território Vivo onde as águas do Bem Viver são fontes de união, no combate as sombras da violência vividas, buscando um fluxo límpido de equidade e oportunidades no acesso à natureza para preservação da cultura tradicional.

No contexto do Território Água do Bem Viver, identificamos o reconhecimento e a valorização dos saberes e práticas das comunidades tradicionais em relação à governança para combater a apropriação e mercantilização da vida. A luta pelo território dos PCTs possibilitou a riqueza da fauna, flora, vida marinha, modos de vida e imensa riqueza sócio cultural. A territorialização da Racionalidade do Bem Viver no nosso Território Vivo disputou para que a Racionalidade do Capital não destruísse as florestas como fez na maior parte da Mata Atlântica:

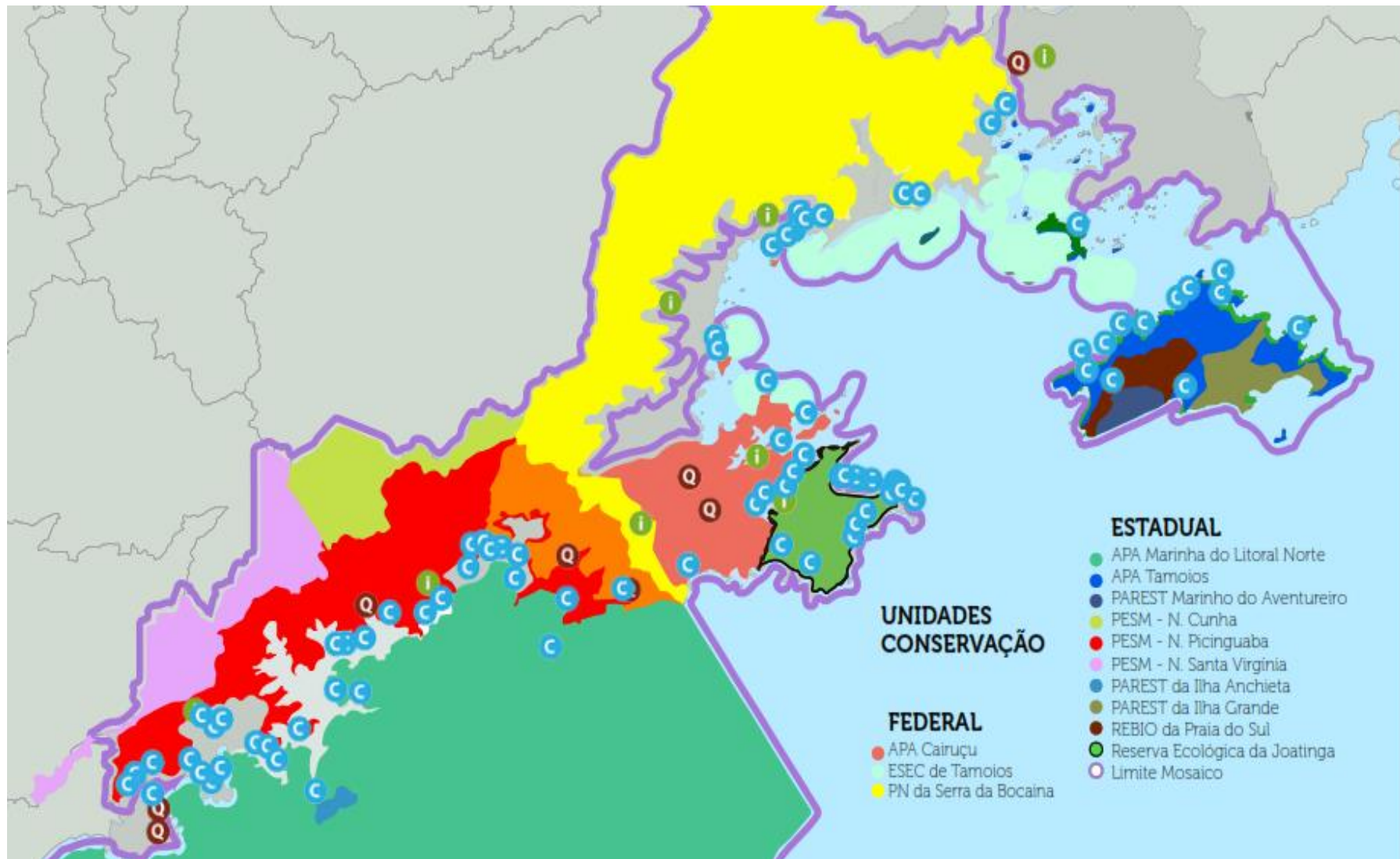
Quem mantém a floresta em pé somos nós. Eles falam de Unidade de Conservação, de polícia ambiental. Isso até ajudou que o capital não destruísse tudo mas, também é complexo porque ao mesmo tempo tem gente lá que não respeita os nossos direitos como comunidade tradicional. A gente tem que tá o tempo todo lutando. Na verdade eu nem sabia que isso aqui era um Parque, a gente chegou antes do Parque, nosso matriarcado começou

antes aqui e nossos valores estão se provando cada vez mais atuais. Agora todo mundo tá preocupado com o futuro e vindo ouvir o que que a gente tem pra ensinar e a gente ensina com todo amor, porque aprendemos que é assim que se faz. Agora não vem diminuir a gente não que rapidinho acaba o amor e a gente sabe responder também né? São anos resistindo. Agora a gente resiste e também coloca na terra as nossas ideias. Porque o papel aceita tudo, como diz um sábio daqui: “pode colocar no papel qualquer besteira que ele aceita, mas a terra aqui pra vingar tem que ser bom” e a gente é muito boa em apresentar soluções e tecnologias sociais (Pesquisadora Comunitária Quilombola 1, 2023).

A existência é considerada uma vitória de quem convive com a complexa relação com as UCs, que, por um lado, contribuem para que o Território Vivo não seja destruído pelo capital, mas, por outro, cerceia os usos dos PCTs sobrepondo os territórios tradicionais por UCs com diferentes graus de proteção¹²⁹, conforme a Figura 50:

¹²⁹ Para mais ver: Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis, 2020.

Figura 50: Sobreposição dos territórios tradicionais e das UC



Fonte: Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis, 2021, 12.

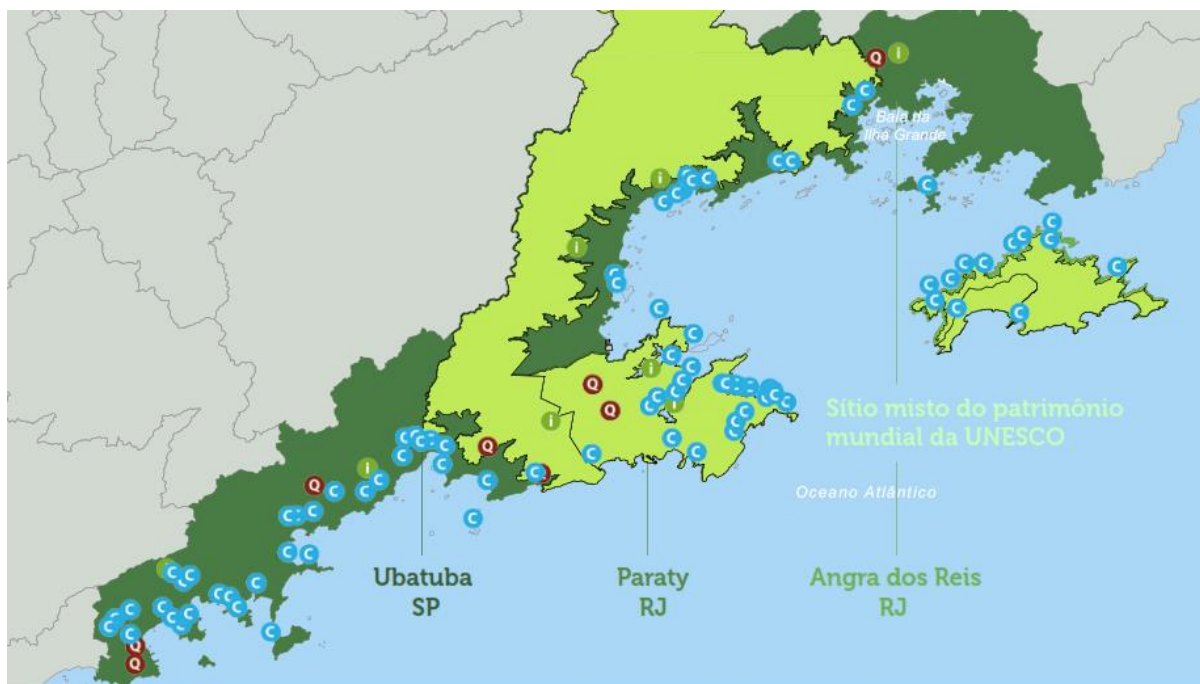
A sobreposição do nosso Território de Aprendizagem somada a disputa entre os diversos interesses gera insegurança em relação à especulação imobiliária e à grilagem de terras¹³⁰:

a todo momento não podemos baixar a guarda, imagina o que foi descobrir que do nada a nossa casa era um Parque Nacional e que a gente não tinha sido nem consultado. Era ditadura. Agora em 2023 é a privatização da BR 101. O Capital tá o tempo todo agindo e a gente além de reagir precisa propor se impor sabe? (Entrevistada 18, 2023).

Destacamos que na disputa territorial, a Racionalidade do Bem Viver, por meio de sua organização e ações, alcança conquistas e reconhecimento, como evidenciado no propósito da APA Cairuçu, conforme expresso em seu Plano de Manejo (BRASIL, 2018), que reconhece a importância da luta dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) para a existência da área protegida. É fundamental ressaltar que a territorialização da Racionalidade do Bem Viver ocorre em oposição à lógica da Racionalidade do Capital, impulsionada pela (re)existência e construção de redes que defendem uma identidade fundamentada nos modos de ser e viver dos PCTs, orientados pelo princípio do Bem Viver. Essa territorialidade é reconhecida pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade, consolidando um exemplo de convivência harmoniosa entre cultura e biodiversidade no Brasil, conforme podemos ver na (Figura 51).

¹³⁰ Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis, 2020.

Figura 51: Localização do Sítio Misto do Patrimônio Mundial da Unesco



Fonte: Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis, 2021, 12.

O Sítio Misto de Paraty e Ilha Grande recebeu o reconhecimento da UNESCO como Patrimônio Mundial em 2019. O reconhecimento internacional é atribuído em grande parte à presença da cultura viva das comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras que habitam esses territórios, o que é extremamente adequado e inédito. Demonstrando que, diferente da lógica do manejo conservador da natureza, a identidade e os modos de vida dos PCTs, territorializados pela Racionalidade do Bem Viver, são compatíveis com a sustentabilidade da natureza. Esse reconhecimento reafirma o importante papel da proteção dos territórios tradicionais e da luta contra problemas históricos, como a negligência dos órgãos públicos, a apropriação ilegal de terras, a especulação imobiliária, as restrições ambientais e a criminalização de práticas tradicionais.

Acredita-se que o reconhecimento do Sítio Misto de Paraty e Ilha Grande como Patrimônio Mundial possa fortalecer a luta pela preservação desses territórios e pela valorização das culturas tradicionais que ali se manifestam. Além disso, há outros fatores menos visíveis, mas igualmente importantes, relacionados à desintegração socioambiental causada pelo modelo hegemônico de produção e consumo (POVOS, 2020).

12.1 Racionalidade do Bem Viver: Atores identificados e o processo de implementação de uma Identidade de Projeto

A territorialização dessa Racionalidade visa não apenas a garantia de acesso e uso sustentável e equitativo da água e do saneamento, mas também a transformação das estruturas sociais e econômicas que perpetuam desigualdades e injustiças. Através da organização coletiva e da construção de redes de solidariedade, os PCTs buscam reverter a lógica de privatização e mercantilização do Território, promovendo uma governança comunitária baseada na participação popular, na justiça social e no cuidado dos corpos hídricos para as presentes e futuras gerações. Os atores identificados durante a pesquisa no território e com quem tivemos contato estão listados no Quadro 9 abaixo:

Quadro 9: Atores da Territorialização da Racionalidade do Bem Viver

Territorialização da Racionalidade do Bem Viver
Atores
Tekoa Guyraitapu (Araponga) e Tekoa Itaxi Mirim, Quilombo Campinho da Independência, Quilombo do Cabral e da comunidade Caiçara de Paraty Mirim (PCTs do Carapitanga)
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)
Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (OTSS)
Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba (FCT)
Coordenação Nacional das Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC)
Coordenação Guarani Yvyrupá (CGY)
Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

O Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (OTSS) foi identificado, através das entrevistas, levantamento bibliográfico e dados secundários como um ator central na territorialização da Racionalidade do Bem Viver. A organização surge a partir da organização e mobilização dos PCTs que constituem redes primeiramente para resistir ao projeto do capital e posteriormente se apresentam à disputa de um projeto para o Território. Nesse processo se destaca a comunidade quilombola do Campinho da Independência, que está na coordenação Geral do OTSS que é compartilhada com um representante da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). “Estamos ensinando uma das principais organizações de pesquisa do mundo a como cuidar da

natureza e estamos aprendendo como o conhecimento tradicional e a ciência podem andar de mão dadas. O OTSS é a nossa cara institucional” (Pesquisadora Comunitária Quilombola 2, 2023). Abaixo na Figura 52 apresentamos a composição do OTSS:

Figura 52: composição do OTSS



Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Mais do que uma fonte de dados à essa pesquisa, identificamos o OTSS como implementador de uma Identidade de Projeto ¹³¹ no Carapitanga, bem como em todo o Território Vivo, conforme observamos a seguir. Na busca por alternativas ao paradigma dominante as comunidades do Carapitanga estão engajadas nesse

¹³¹ Conforme propõe Castells (1999), trata-se da construção coletiva de uma visão compartilhada de valores e objetivos em torno de uma iniciativa ou projeto específico. É a maneira pela qual os participantes de um projeto se identificam e se relacionam com a sua finalidade e significado. Para o autor, a Identidade de Projeto é um elemento fundamental para o engajamento e mobilização das pessoas envolvidas, pois cria um senso de pertencimento e propósito em relação à iniciativa. Ela pode ser desenvolvida através de processos de comunicação, colaboração e construção conjunta de significados, levando em consideração as diferentes perspectivas e experiências das pessoas participantes. A Identidade de Projeto é uma forma de fortalecer os vínculos entre as pessoas envolvidas, criando uma base comum de compreensão e comprometimento.

observatório, promovendo a justiça ambiental, a soberania alimentar, a valorização das culturas locais e a preservação dos conhecimentos tradicionais:

Dentro do território da Bocaina, o OTSS atua de forma a ressignificar os indicadores e criar estratégias territorializadas de avaliação e monitoramento dos ODSs, tendo em vista as especificidades das comunidades tradicionais. Assim, torna-se possível avaliar a efetividade das ações do FCT e do OTSS na promoção do desenvolvimento sustentável e saudável dessas comunidades, uma vez que o modo de vida tradicional já é em si sustentável, harmonioso com a natureza e não está diretamente relacionado a indicadores econômicos e monetários.

O trabalho do OTSS consiste também em monitorar indicadores que forem direcionados ao território. Por exemplo, a noção de pobreza e riqueza é monetarizada e medida em dólar e isso não faz sentido para as comunidades tradicionais. O que mede o Bem Viver desses povos são fatores pouco tangíveis para indicadores nesse plano. Por conta disso, temos como objetivo criar índices do bem viver que abarquem questões como conflitos socioambientais, garantia do território e condições para a reprodução dos modos de vida tradicionais desses povos (OTSS, 2023, online).

O OTSS surge a partir da organização e mobilização do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra Paraty e Ubatuba (FCT), a partir de uma Identidade de Resistência (CASTELLS, 1999a), foi fundado em 2007 sob a premissa de lutar pelo território, direito à saúde, educação diferenciada, valorização da cultura e respeito aos modos de vida e tradições dos indígenas, quilombolas e caiçaras. Identificamos que as comunidades da Bacia do rio Carapitanga tiveram importante participação nas primeiras reuniões para fundação do FCT.

À medida que o FCT se une a movimentos e organizações científicas para implementar ações territorializadas em prol do Bem Viver na região, podemos observar a transição de uma Identidade de Resistência para uma Identidade de Projeto (CASTELLS, 1999a). Esse processo ocorre simultaneamente à aprovação de importantes políticas públicas para as comunidades tradicionais do Brasil, como o Decreto 6040/2007¹³² e o fortalecimento dessas comunidades, que são organizadas e mobilizadas pelo FCT, reconhecido como “[...] um dos instrumentos dessa política, conforme dispõe o decreto”¹³³:

¹³² Instituiu a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais.

¹³³ Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis, 2020, s.p.

Figura 53: Linha do tempo FCT e Cooperação Internacional (2007-2010)



Fonte: Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (2021, p. 58).

Essa linha do tempo é importante ao possibilitar a identificação da organização do FCT, sua atuação através de redes e o início da parceria com a Fiocruz. No primeiro ano de atuação, o FCT fortalece a organização e a representação das comunidades tradicionais. Ele integra a Câmara Técnica de populações tradicionais no Mosaico da Bocaina e estabelece parcerias internacionais, como a assinatura de acordos entre a Universidade de Coimbra e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Além disso, realiza o 1º Encontro de Povos Tradicionais do Mosaico da Bocaina e organiza o Ato na Feira Literária Internacional de Paraty (FLIP). Em 2009, o FCT inicia oficialmente sua parceria com a Fiocruz. Processos que amadurecem, conforme se vê na linha do tempo das Figuras 54 e 55.

Figura 54: Linha do tempo - FCT e Cooperação Internacional (2012 – 2016)



Fonte: Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (2021, p. 59).

Fortalecendo a Identidade de Resistência, em 2012, o FCT participou da Rio +20, em que atuou para que a FIOCRUZ e a Universidade Paris 8 assinassem acordos internacionais. Em 2014, após o primeiro planejamento estratégico do FCT, a organização oficializou a parceria com a FIOCRUZ por meio da criação do OTSS¹³⁴, definido como um “[...] espaço tecnopolítico de geração de conhecimento crítico, a partir do diálogo entre saber tradicional e científico” (FIOCRUZ, 2020, s.p) contribuindo à criação da Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC) e na construção de Campanhas, como a Campanha “Cuidar é Resistir”, em 2015, entre outras conforme observado na Figura 54 acima.

A Racionalidade do Bem Viver passa a ser territorializada a partir de uma metodologia que coloca o território como elemento central do processo, promovendo a valorização dos conhecimentos locais e o diálogo entre saberes tradicionais e científicos. A construção de redes de solidariedade desempenha um papel fundamental, fortalecendo as iniciativas e permitindo colaborações com outras territorialidades. Essa abordagem busca uma governança participativa e descentralizada, visando a equidade, autonomia e sustentabilidade nas práticas econômicas, sociais e ambientais (GALLO, 2021).

¹³⁴ Ver em: <https://www.otss.org.br/>.

Figura 55: Linha do tempo - FCT e Cooperação Internacional (2020 – 2021)



Fonte: Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (2021, p. 59).

Ressaltamos as atividades desenvolvidas a partir de 2020, quando ocorre o intercâmbio com o Programa de Educação Ambiental Costeira (PEAC), um Programa de Educação Ambiental (PEA) vinculado à Universidade Federal de Sergipe como uma condicionante da exploração de Petróleo no nordeste brasileiro, experiência importante ao PEA “Costa Verde”, desenvolvido na Bocaina, pelo OTSS, atualmente denominado Projeto Redes que em outubro de 2020 passou a ser realizado em 111 comunidades tradicionais que praticam a pesca artesanal, em Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela (no litoral norte de São Paulo) e em Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty (no litoral sul do Rio de Janeiro).

Em meio a pandemia Covid-19 o OTSS lança a Campanha “Cuidar é Resistir”, é reconhecido por meio da Portaria nº 5578, de 14 de agosto de 2020, como um Programa de Desenvolvimento de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina da Fiocruz¹³⁵, sendo reconhecido pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe da ONU (Cepal) como “investimento transformador” para o desenvolvimento sustentável no Brasil e inicia o “Agroecos”, projeto realizado pela The Open University (Reino Unido), Comunidad de Estudios Jaina (Bolívia), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista e OTSS para fortalecer

¹³⁵ Para mais veja: <https://portal.fiocruz.br/documento/portaria-no-5578-de-14-de-agosto-de-2020>.

a capacidade de resposta destas comunidades à pandemia de Covid-19 por meio do reforço à economia solidária baseada em agroecologia.

Essa forma de atuação é fundamentada na valorização da diversidade, pluralismo e autonomia individual e coletiva, estruturando espaços coletivos de tomada de decisão. O objetivo é promover a justiça socioambiental e a qualidade de vida nas comunidades, desafiando as estruturas de poder coloniais e incorporando as cosmologias dos PCTs. A metodologia do OTSS visa construir cenários onde as comunidades tenham autonomia na definição de seu próprio destino e contribuir para políticas inclusivas e sustentáveis (GALLO & NASCIMENTO, 2019).

A metodologia, conforme visto na Figura 55, foi reconhecida, em 2021, pelo Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS Brasil) e pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, entre as 10 soluções mais inovadoras para a promoção dos ODS no Brasil. Essa abordagem metodológica é descrita por Gallo (2021) como uma forma de "Governança Viva" que fortalece a Identidade de Projeto do OTSS, alicerçada na defesa de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (TSS), conforme Figura 56.

Figura 56: Metodologia de atuação do OTSS para a promoção dos TSS: Governança Viva

**NOSSA METODOLOGIA DE
PROMOÇÃO DE TERRITÓRIOS
SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS:**



A metodologia adotada pelo OTSS prioriza o território como elemento central, permitindo que as comunidades identifiquem e apresentem os aspectos que determinam suas condições de vida, organização social e produção. Essa abordagem promove o diálogo entre conhecimentos tradicionais e científicos por meio da Ecologia de Saberes. As Redes de Solidariedade desempenham um papel fundamental, compartilhando iniciativas e colaborando com outras territorialidades.

A metodologia visa promover uma governança participativa e descentralizada, valorizando o conhecimento local e facilitando a colaboração entre diferentes atores.

[...] para ampliar o trabalho de maneira local e global, o OTSS conta com redes que ampliam sua atuação nos territórios da Bocaina e consolidam relações entre povos e comunidades tradicionais, movimentos sociais, universidades, organizações não governamentais e órgãos públicos. (OTSS, 2023, online).

A partir da fala e dos dados levantados sistematizamos os atores que atuam para territorializar a Racionalidade do Bem Viver no Território Vivo.

Tabela 16: Atores que territorializam a Racionalidade do Bem Viver na Bocaina

Grupos	Atores	Descrição
POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), Coordenação Nacional Caiçara, Comissão Guarani YVYRUPA (CGY)	Grupos que representam e trabalham em prol dos direitos e interesses das comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas. Dentro do FCT há representação das quatro comunidades do Carapitanga (Araponga, Itaxi, Campinho e Caiçara de Paraty Mirim).
MOVIMENTOS SOCIAIS	Articulação Nacional de Agroecologia, Rede Nhandereko de Turismo de Base Comunitária, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)	Movimentos sociais engajados em promover a agroecologia, os direitos dos povos indígenas e quilombolas, e ações de combate à desigualdade e discriminação racial.
ÓRGÃOS PÚBLICOS	Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal Rural RJ (UFRRJ), Universidade de Coimbra, Grupo de Estudos em Hidrogeologia e Ecologia Costeira (GEOHECO UFRJ)	Instituições de ensino superior envolvidas em pesquisa, produção de conhecimento e apoio técnico-científico nas áreas relacionadas ao projeto.
	Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	Fundação dotada de personalidade jurídica de direito público, vinculada ao Ministério da Saúde tem como principais objetivos subsidiar tecnicamente e cientificamente a formulação e execução de políticas nacionais de saúde, ciência e tecnologia, além de desenvolver pesquisas, formar recursos humanos, criar tecnologias de interesse à saúde, realizar atividades de referência em vigilância e controle da qualidade em saúde, fabricar produtos de saúde, oferecer serviços de apoio ao SUS, desenvolver atividades de produção e difusão de informação, prestar serviços e cooperação técnica, preservar o patrimônio histórico e cultural, e promover atividades de pesquisa e cooperação técnica relacionadas à conservação do meio ambiente e biodiversidade.
	Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Prefeitura de Paraty, Ministério Público do RJ, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Sistema Único de Saúde (SUS)	Organizações envolvidas em questões de saúde, gestão ambiental, fiscalização, elaboração e aplicação da legislação e políticas.
	Parque Nacional Serra da Bocaina, Área de Proteção Ambiental Caiçu (APA Caiçu) ¹³⁶	Unidades de conservação que visam à preservação da biodiversidade e da natureza, conciliando a proteção ambiental com o uso sustentável dos recursos.

¹³⁶ Identificamos que todos os atores sofrem influência tanto da Racionalidade do Capital, como da Racionalidade do Bem Viver. Justificamos a sistematização desses atores (reconhecidos pelo OTSS em: <https://www.otss.org.br/parceiros-e-redes>), a partir da territorialização de atividades alinhadas com a perspectiva do Bem Viver e da validação da presente sistematização junto às comunidades do Carapitanga. Entretanto, ressaltamos que a APA Caiçu, assim como a Petrobrás embora mencionados pelo OTSS (2023, online) como parceiros de projetos na Bocaina, fruto da disputa Política conjuntural, por vezes podem adotar medidas e desempenhar o papel de atores da Racionalidade do

OUTROS PARCEIROS	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Petrobras	Parceiros diversos que contribuem para o projeto, incluindo uma organização internacional e uma empresa de energia.
------------------	---	---

Fonte: Elaborado pela autora a partir de OTSS, 2023, online.

Com a tessitura dessas redes busca-se construir cenários onde as comunidades tenham autonomia na determinação de seu próprio destino, contribuindo para políticas inclusivas e sustentáveis. Práticas econômicas, sociais e ambientais são conduzidas visando justiça socioambiental e qualidade de vida nas comunidades. A governança e gestão do OTSS buscam promover equidade, autonomia e sustentabilidade por meio de um processo comunicativo-estratégico territorializado e redes de solidariedade interescolares, valorizando a diversidade e a autonomia individual e coletiva (GALLO, 2021). A elaboração de uma forma de Governança Viva potencializou a constituição de uma Identidade de Projeto alicerçada na defesa de Territórios Sustentáveis Saudáveis, que, para o OTSS, passa necessariamente por:

[...] articular diferentes escalas e integrá-las às agendas de economia solidária, gestão e uso do território, agroecologia, segurança alimentar, equidade de gênero, diversidade sexual, igualdade racial, educação emancipatória, resgate e atualização cultural, entre outras, tornando-se assim potencialmente promotora de autonomia, equidade e sustentabilidade (GALLO, 2021, p. 111).

Identificamos que a partir dessa metodologia de conformação de Redes de Solidariedade através de uma união que: “envolve o enfrentamento das desigualdades sociais e a busca por acesso igualitário aos benefícios do território. Representa nossa resistência contra a opressão e a discriminação, promovendo a justiça e a equidade como valores ancestrais.” (Pesquisadora Comunitária Quilombola 2, 2023). Outra entrevistada afirma:

Nós do FCT somos o centro do OTSS, não tem OTSS sem a gente. Os projetos e ações que temos não são de agora, são fruto dos que vieram antes de nós. Estamos integrados. Ninguém é maior que ninguém, estamos no centro e a FioCruz nos abraça e nesse abraço construímos o OTSS pra abraçar mais gente (Pesquisadora Comunitária Quilombola 2, 2023).

Essa articulação existe e se manifesta através de fluxos que partem do território¹³⁷ fortalecendo a luta dos PCTs no Carapitanga e conectando suas demandas locais às lutas mais amplas dos movimentos internacionais em defesa do

Capital, sendo necessária a análise dinâmica da conjuntura e o diálogo com os PCTs para correta interpretação.

¹³⁷ conforme a metodologia para promoção de Territórios Sustentáveis e Saudáveis.

Comum e do Bem Viver. A atuação territorializada é organizada a partir de três categorias desenvolvidas pelas seguintes organizações: Macroterritório, Mesoterritório e Microterritório (GALLO, 2021). O Macroterritório reflete a área total de atuação do OTSS, aqui compreendido como todo o Território do Bem Viver, em 2020 comportava três municípios, sendo dois no estado do Rio de Janeiro (Angra e Paraty) e um em São Paulo (Ubatuba).

A partir da Governança Viva e da atuação com governança estratégica¹³⁸ foram desenvolvidas capacidades comunicacionais, financeiras, organizativas, políticas e cognitivas aliadas a tecnologias de planejamento e avaliação de viabilidade, efetividade, replicabilidade e factibilidade fundamentais para constituir uma Identidade de Projeto capaz de retroalimentar processos políticos e de gestão voltados para a consecução da Agenda 2030 e de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (GALLO, 2021, p. 102-103). Tais capacidades e abordagens possibilitaram a ampliação do Macroterritório de três municípios, em 2020, Figura 55, para sete municípios em 2021, conforme se vê nas Figuras.

¹³⁸ Compreendida pelo OTSS como, “planejamento, monitoramento e avaliação de efetividade, consideradas ferramentas estruturantes para a implementação de estratégias de promoção de TSS, desde a tomada de decisão até sua avaliação e adequação às mudanças situacionais” (GALLO, 2021, p. 102).

Figura 57: Territórios de atuação do OTSS 2020



Fonte: Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (2021, p. 21).

Figura 58: Territórios de atuação do OTSS 2021



Fonte: Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (2021, p. 22).

O “Mesoterritório” é a unidade de governança territorial, compreendida em uma escala menor do que o Macroterritório e organizado de acordo com as relações culturais/político/administrativas necessárias para implementar as ações. Atualmente, o OTSS trabalha com três Mesoterritórios — São Paulo, Rio de Janeiro e um interestadual (Figura 59).

Figura 59: Mesoterritórios OTSS 2022



Fonte: Cedido por Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis em 2023.

O FCT e a Fiocruz, ao institucionalizar o OTSS, atuam a partir da concepção do valor da água e seus usos em um território marcado por desigualdades e diferentes formas de negação de direitos e segregação. Disputam a racionalidade do Território por meio de uma estrutura organizada e centralizada à construção do Bem Viver. Dessa forma a governança viva é estabelecida por meio de espaços de gestão e articulação compartilhados, de forma a implementar soluções específicas e adaptadas ao território em questão. Esses espaços permitem a participação ativa e facilitam a incorporação das iniciativas nas políticas públicas (Figura 60).

Figura 60: Organização Interna do OTSS



Fonte: Cedido por Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis em 2023.

A partir das Coordenações de Justiça Socioambiental, Gestão de Saberes e a Incubadora de Tecnologias Sociais (responsável pela formulação e aplicação das ações nas áreas de Turismo de Base Comunitária, TBC, Saneamento Ecológico, Agroecologia e Pesca Artesanal, as ações territorializadas são incorporadas e encaminhadas através da Coordenação Executiva, e de Comunicação. Por sua vez, a Coordenação Executiva é responsável pelas áreas administrativa e financeiras e a Coordenação Geral de Gestão e Governança, estruturada em Assessoria, AS, e Articulação Institucional, é responsável pelo planejamento estratégico, assessoria e gestão do OTSS.

Todas as coordenações têm representantes na Coordenação Geral, as quais são organizadas pelo Núcleo de Operações Estratégicas (NOE) e pela Cooperação Internacional. Com uma visão internacionalista e pautada pelas demandas do território, discutidas e deliberadas entre profissionais de pesquisa da academia e das comunidades¹³⁹, em um processo onde o saber científico não é hierarquizado sobre o saber tradicional, aplicando a Ecologia de Saberes (SANTOS, 2006 e 2007), metodologia escolhida pelo OTSS para sua atuação em busca do alcance dos Fatores Críticos de Sucesso (FCS). Ou seja, por meio de uma abordagem de governança participativa, o Observatório promove a articulação entre diferentes atores, o diálogo de saberes e a construção de soluções colaborativas.

Portanto, consideramos que o OTSS é um ator central no processo de territorialização da Racionalidade do Bem Viver no Território Vivo, uma vez que articula atores, através de uma metodologia que tem especificamente essa estratégia e vai além da resistência, promovendo uma agenda positiva e inclusiva que abrange a diversidade de perspectivas e necessidades locais. Sua atuação se baseia em espaços colegiados, planejamento territorializado e redes de solidariedade, as quais permitem a participação ativa das comunidades e a construção coletiva de alternativas sustentáveis; assim, fomentando a colaboração e o engajamento de diferentes atores na busca por um desenvolvimento territorial mais justo, solidário e sustentável (Figura 61).

¹³⁹ Possibilitando a criação da “Pesquisadora Comunitária ou Pesquisador Comunitário” que possui equiparação salarial, de acordo com o tempo de experiência na comunidade e nas mobilizações sociais, com as pesquisadoras acadêmicas ou pesquisadores acadêmicos, com graduação, mestrado e doutorado.

Figura 61: Colegiados do OTSS



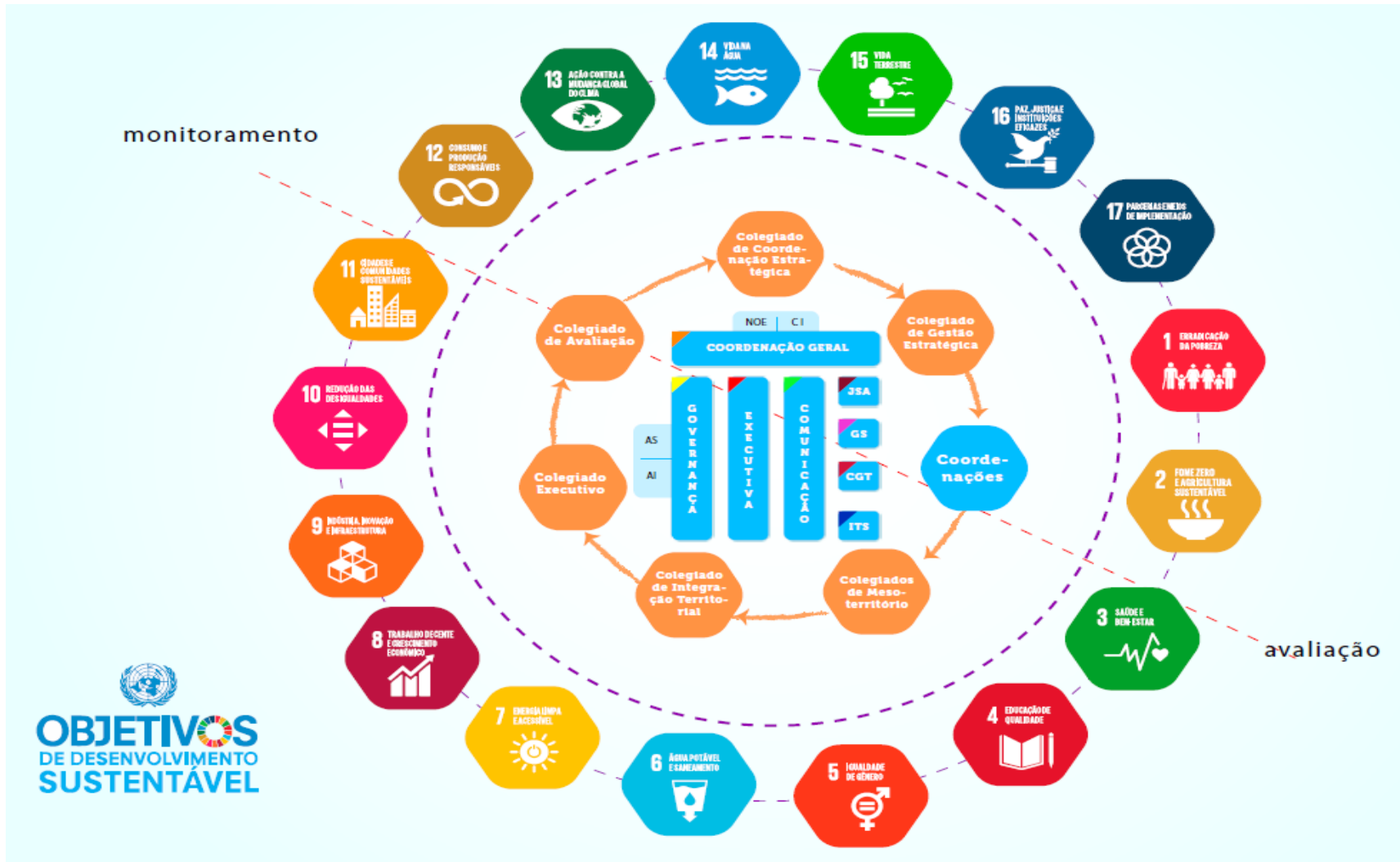
Fonte: Cedido por Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis em 2023.

O modo de governança adotado pelo OTSS busca promover a autonomia e responsabilização dos atores envolvidos. Acredita-se que quanto mais próximo um ator está do problema, melhores soluções ele pode apresentar, e quanto mais ele se sente parte do processo, mais contribui ativamente. Isso requer uma definição clara de atribuições e prestação de contas, incentivando a participação ativa e a criação conjunta de soluções. A governança considera diferentes níveis de autonomia e responsabilização, dependendo do contexto institucional, escalas territoriais e necessidades específicas. Além disso, busca combater a intolerância e discriminação, promovendo o respeito às diferenças e a tomada de decisões por consenso, considerando a direcionalidade estratégica e sustentabilidade do projeto.

Dado que esta pesquisa se concentra na análise das diferentes racionalidades e suas territorializações na área de aprendizagem, não iremos nos aprofundar na análise detalhada do funcionamento do OTSS. No entanto, é relevante destacar sua estrutura geral, uma vez que concluímos que sua existência proporciona uma ferramenta concreta para a implementação de um projeto de identidade no território.

Reforçando o compromisso com a promoção da equidade, o respeito às diferenças e a construção de soluções coletivas. Por meio da governança viva, o OTSS busca garantir que todas as vozes sejam ouvidas e que as decisões sejam tomadas de forma inclusiva e contextualizada, priorizando sempre o direcionamento estratégico e a sustentabilidade política e financeira do projeto. A Figura 62 ilustra a busca por integrar todos os ODS da Agenda 2030 nas ações e planejamento das coordenações e colegiados do OTSS.

Figura 62: ODS integrados na governança do OTSS



Fonte: Cedido por Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis em 2023.

As ações extrapolam a luta contra o avanço do capital no Território Vivo e a atuação do OTSS é reconhecida internacionalmente. Para ilustrar, citamos três ocasiões:

a) Em dezembro de 2018 é selecionado, entre mais de mil práticas, e recebe a Menção Honrosa do “Prêmio ODS Brasil” na categoria “Ensino, Pesquisa e Extensão”. A premiação ocorreu no dia 13 de dezembro, em Brasília, e teve como objetivo destacar iniciativas que contribuem para a realização da Agenda 2030¹⁴⁰;

b) Em maio de 2020, o OTSS foi reconhecido como “Investimento Transformador” pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)¹⁴¹ e,

c) Em 2021 foi reconhecido como solução inovadora, apontado como uma das 10 iniciativas mais inovadoras para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil em 2021¹⁴².

Especificamente no nosso Território de Aprendizagem identificamos que as ações para territorialização da Racionalidade do Bem Viver ocorrem a partir da metodologia do OTSS por meio de parcerias público/público¹⁴³ e com o protagonismo das mulheres dos PCTs. Elas desempenham um papel fundamental na implementação e desenvolvimento dessas iniciativas, fortalecendo a identidade cultural, promovendo a participação comunitária e garantindo a sustentabilidade dos territórios. A seguir, destacamos algumas dessas ações:

¹⁴⁰ Para mais, veja: <https://www.otss.org.br/post/otss-bocaina-recebe-men%C3%A7%C3%A3o-honrosa-na-1%C2%AA-edi%C3%A7%C3%A3o-do-pr%C3%AAmio-ods-brasil>.

¹⁴¹ Para mais, veja: <https://www.otss.org.br/post/parceria-entre-fiocruz-e-fct-%C3%A9-reconhecida-como-investimento-transformador-pela-cepal>.

¹⁴² Para mais, veja: <https://portal.fiocruz.br/noticia/otss-e-reconhecido-como-solucao-inovadora-para-promover-ods>.

¹⁴³ A parceria público/público é uma colaboração estabelecida entre instituições governamentais, como órgãos públicos, agências e ministérios, visando a cooperação mútua na implementação de ações e políticas públicas. Essa forma de parceria busca promover a troca de conhecimentos, recursos e experiências entre os diferentes atores governamentais, com o objetivo de alcançar resultados mais efetivos e sustentáveis no atendimento às demandas da sociedade. Para mais, veja: Parcerias Público-Públicas: Conceitos e Práticas. Disponível em: http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/files_mf/ParceriasPúblicasconceitosepráticas_2012.pdf. E Parcerias Público-Públicas: Uma Proposta de Construção Coletiva. Disponível em: https://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/wp-content/uploads/sites/32/2019/08/livro_parcerias_publicas_web.pdf

Tabela 17: Ações realizadas

Tema	Ações Realizadas
Agroecologia	- Adoção de práticas de cultivo orgânico e agroflorestais
	- Uso de técnicas de manejo sustentável do solo e da água
	- Conservação da biodiversidade e uso de sementes crioulas
	- Integração de agricultura e criação de animais
Cartografia Social (OTSS)	- Projeto Povos: Mapeamento participativo dos territórios, identidades e tradições de 64 comunidades tradicionais indígenas, caiçaras e quilombolas de Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP)
	- Realização da cartografia social da pesca em Trindade (RJ) e da comunidade caiçara da Praia do Sono (RJ)
Saneamento Ecológico	- Implantação de sistemas de tratamento de resíduos orgânicos
	- Uso de técnicas de compostagem e biodigestão
	- Promoção de banheiros secos e reutilização de águas cinzas
Educação Diferenciada	- Valorização dos saberes locais e da cultura das comunidades
	- Metodologias de ensino participativas e contextualizadas
	- Promoção da autonomia e protagonismo dos estudantes
Promoção da Saúde	- Melhoria das condições de saneamento básico e acesso à água potável
	- Implementação de programas de prevenção e promoção da saúde
	- Fortalecimento da atenção primária e da educação em saúde
Agenda 2030	- Alinhamento das ações com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU
	- Monitoramento dos indicadores de progresso em relação aos ODS
Incubadora de Tecnologias Sociais	- Desenvolvimento de soluções inovadoras para desafios sociais
	- Apoio a empreendimentos comunitários e projetos sustentáveis
	- Capacitação e formação em empreendedorismo social
	- Valorização dos modos de vida, cultura e saberes locais
	- Geração de renda para as comunidades e preservação ambiental

Fonte: elaborada pela autora, 2023.

A agroecologia é uma abordagem de produção agrícola que valoriza a diversidade biológica, a sustentabilidade ambiental e a saúde humana. No contexto do Carapitanga, as mulheres dos PCTs desempenham um papel crucial no fortalecimento das práticas agroecológicas, compartilhando conhecimentos tradicionais sobre o manejo da terra, o cultivo de alimentos saudáveis e manejo da natureza (Figuras 63 e 64).

Figura 63: Campanha "Cuidar é Resistir" entrega produtos Agroecológicos a territórios tradicionais impactados pela pandemia



Fonte: OTSS, 2021. Disponível em: <https://www.otss.org.br/post/comunidades-tradicionais-expandem-campanha-contracovid-19-para-sete-municipios-de-rj-e-sp>.

Figura 64: Prática da Agroecologia no Quilombo do Campinho da Independência



Fonte: Fórum de Comunidades Tradicionais FCT. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y-hZ7IAQefY&t=60s>.

A seguir apresentamos exemplos de iniciativas que indicam o enquadramento do OTSS como ator central na territorialização da Racionalidade do Bem Viver e que impactam diretamente no Território de Aprendizagem.

12.1.1 Políticas e Soluções Territorializadas: Campanha Cuidar é Resistir e a Pós-Graduação Gestão de Territórios e Saberes vinculada à Universidade Federal Fluminense (TERESA/UFF)

Destacamos como exemplos dois casos de territorialização dessa racionalidade, citados por todas as pessoas entrevistadas como exemplos de soluções territorializadas aplicadas no Território Vivo e especialmente com impactos no Território de Aprendizagem.

a) A campanha Cuidar é Resistir

Durante a crise da pandemia de Covid-19, o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) desempenhou um papel importante para Territorializar a Racionalidade do Bem Viver, não apenas fornecendo assistência humanitária, mas também fortalecendo a resistência das comunidades e sua conexão com o território. A Campanha "Cuidar é Resistir"¹⁴⁴, iniciada em maio¹⁴⁵, não se limitou a fornecer cestas básicas de maneira assistencialista. Ela teve o propósito de empoderar as comunidades tradicionais, fortalecendo sua capacidade de enfrentar os desafios da pandemia e preservar as vidas e permanência no Território Vivo. Especificamente em Paraty, vários locais da cidade, mesmo em momentos em que não contaram com o apoio do poder público, os PCTs se organizaram e mobilizaram-se para controlar o acesso, estabelecendo barreiras sanitárias e garantindo a segurança das comunidades.

Além das medidas sanitárias e da conscientização sobre a importância da vacinação, a campanha também teve sucesso ao mobilizar recursos para apoiar as comunidades. Essa mobilização foi fundamental para enfrentar os desafios impostos pela pandemia e proteger a saúde das pessoas pertencentes aos PCTs. Mais do que apenas prover alimentos e recursos básicos, a campanha criou uma rede de solidariedade que possibilitou enfrentar a insegurança alimentar e outras vulnerabilidades enfrentadas pelos povos tradicionais, como quilombolas, indígenas e

¹⁴⁴ Coordenada pelo OTSS e protagonizada pelo FCT.

¹⁴⁵ E ainda em andamento.

caixaras. Com a distribuição de cestas básicas, recargas de cartões alimentação e botijões de gás, aproximadamente 7 mil famílias foram beneficiadas (FCT, 2023).

Através da campanha: “a gente disputa o projeto pra esse território. É na ação, sabe? Cuidar é Resistir e Território e Identidade. São duas falas que temos e que falam muito mesmo pra gente dessa disputa pra soluções territorializadas.” (Entrevistada 18, 2023.) O processo de territorialização da Racionalidade do Bem Viver evidencia enfatiza a necessidade de garantir alimentação saudável e sustentável às comunidades, durante toda a campanha: “Distribuímos mais de 20 mil quilos de pescado fresco e mais de 19 toneladas de alimentos agroecológicos” (Pesquisadora Comunitária Quilombola 1, 2023). Provenientes das próprias comunidades tradicionais e da agricultura familiar. Como uma maneira de valorizar as práticas tradicionais de produção. “Essa abordagem fortaleceu as atividades tradicionais, como a agroecologia e a pesca artesanal, e contribuiu para a resistência das comunidades e sua relação com o território.” (Pesquisadora Comunitária Guaranu Mbya, 2023). As Figuras 65 e 66 abaixo ilustram os dados da Campanha:

Figura 65: Resultados da Campanha de Maio de 2020 a Dezembro de 2022.



Fonte: FCT, 2023.

Figura 66: Comunidades envolvidas na produção, venda e/ou doação da Campanha entre maio de 2020 e Dezembro de 2022.



Fonte: FCT, 2023.

Dessa forma, a Campanha "Cuidar é Resistir" não apenas cuidou das comunidades tradicionais durante a pandemia, mas também promoveu sua capacidade de enfrentamento, fortalecendo a resistência e a permanência no território e disputando um projeto para o território através da territorialização da Racionalidade do Bem Viver ao valorizar a autonomia das comunidades e suas práticas sustentáveis, indo além da assistência imediata e buscando a sustentabilidade a longo prazo.

b) Especialização Lato Senso em Gestão de Territórios e Saberes Universidade Federal Fluminense (TERESA/UFF)

Segundo o Regimento do curso tem “a finalidade de desenvolver em nível de pós-graduação, conhecimentos específicos sobre gestão pública, território e educação” (UFF, 2020, p.34). “É um espaço de aprendizagem onde compreendemos as dinâmicas políticas e sociais dos territórios e elaboramos formas mais justas, democráticas e autônomas para a sua gestão.” (Entrevistada, 18, 2023).

O curso reconhece que o território vai além de uma simples divisão político-administrativa estabelecida pelo Estado, compreendendo que os territórios são

espaços de disputa, onde diferentes sujeitos e grupos sociais afirmam suas identidades, preservam suas culturas e lutam por seus direitos. A abordagem do curso valoriza a pluralidade de conhecimentos e saberes presentes nos territórios, buscando estabelecer diálogos entre saberes tradicionais e científicos.

O território da Baía da Ilha Grande é utilizado como um laboratório a "céu aberto" para o curso. Os alunos, que incluem educadores, agentes públicos, ativistas sociais e recém-graduados, têm a oportunidade de ampliar suas redes de pesquisa e atuação, além de contribuir para o desenvolvimento de tecnologias sociais, conhecimentos e métodos organizacionais adaptados à realidade local (TERESA/UFF, 2023, online).

A partir dessa pós-graduação: “observamos que há uma incorporação dos nossos saberes e fazeres pelas instituições públicas e movimentos presentes no território” (Pesquisadora Comunitária Quilombola 2, 2023). Outra entrevistada considera: “Inclusive conseguimos integrar o ICMBio nessa construção e estamos conformando uma rede composta por vários atores e sei que o nosso projeto pra esse território se fortalece com esse espaço que é mais do que um curso, pra gente” (Pesquisadora Comunitária Guarani Mbya, 2023). Segundo o IEAR/UFF:

O curso é resultado de uma parceria entre a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Área de Proteção Ambiental de Cairuçu (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), SAPÊ¹⁴⁶ e o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS/Fiocruz/FCT) e visa construir um ambiente de formação e de encontro entre conhecimentos acadêmicos e populares sobre os territórios. (2022, online)

Identificamos a metodologia do OTSS para promoção de Territórios Sustentáveis e Saudáveis pode ser identificada nos processos de constituição de uma Rede de Solidariedade que dá organicidade a formação em uma universidade pública com turmas nas cidades de Paraty e Angra dos Reis que conclui em 2023 a sua segunda chamada pública para constituição do corpo discente.

O curso contribui à territorialização da Racionalidade do Bem Viver no Território Vivo e tem o Quilombo do Campinho como “sala de aula e lugar de aprendizagem. Não só o Quilombo, mas todas as comunidades daqui do Carapitanga. A gente vai dar aula e fala os nossos conhecimentos assim como aprende também com a turma.” (Entrevistada 16, 2023).

¹⁴⁶ Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (SAPÊ).

Outra Entrevistada relata:

Sabe que a gente também se inspirou na Tereza de Benguela que desempenhou um papel importante no Quilombo de Quariterê, o curso TERESA da UFF tem o objetivo de fortalecer as estratégias que surgem da realidade da Baía da Ilha Grande. Buscamos identificar e desenvolver soluções sociais, conhecimentos e formas de organização que promovam a justiça e a igualdade.

A história de Tereza de Benguela e sua luta contra as injustiças está ligada à busca por igualdade e justiça social, temas que são discutidos e abordados na TERESA. Ao promover debates públicos e planejar políticas públicas para a gestão de territórios e saberes, o curso valoriza as experiências das mulheres negras e enfrenta as desigualdades que elas enfrentam diariamente, como evidenciado pelas estatísticas que mencionei.

Dessa forma, o curso TERESA e a figura de Tereza de Benguela estão unidos em seu propósito de promover uma compreensão mais ampla e inclusiva dos territórios, levando em consideração as diferentes vivências, saberes e lutas na construção de uma sociedade mais justa, né? Pra isso a gente disputa todo dia contra o Capital e com a TERESA podemos contribuir para formar as pessoas baseado nos nossos saberes né?

O programa oferece disciplinas obrigatórias e optativas, ministradas nas sextas-feiras e sábados. Estudantes do Curso podem se inscrever nas disciplinas, enquanto as pessoas não matriculadas podem cursar as disciplinas optativas como cursos de extensão, dependendo da disponibilidade de vagas. Assim, TERESA/UFF fomenta a interação entre os participantes e estimula o diálogo entre diferentes conhecimentos e perspectivas através da Ecologia de Saberes. Uma entrevistada relata os desafios:

O Pessoal vem aqui, bebe da fonte do Campinho e vai por aí dizendo o que aprendeu sem citar que foi a gente que falou, que foram os nossos antepassados que pensaram. A gente tem que mudar. Eu quebro o pau quando precisa [...] Outro dia pra que eu pudesse estar na banca da XXXX, tivemos que fazer a maior coisa. E fizemos, e agora tem comunitário nas bancas. E é assim que a gente vai conquistando o nosso espaço. Na luta, na garra, nas articulações mas também nos enfrentamentos. A TERESA é sobre isso. (Pesquisadora Comunitária Quilombola 1, 2023).

Portanto, identificamos que o curso TERESA/UFF é uma iniciativa que reforça os ideais da Racionalidade do Bem Viver. Inspirado pela liderança de Tereza de Benguela e sua luta pela justiça e igualdade, o curso busca promover a territorialização desses princípios. Por meio da identificação e desenvolvimento de tecnologias sociais, conhecimentos e métodos organizacionais, o curso fortalece as estratégias que emergem da realidade e contexto do território da Baía da Ilha Grande. Ao valorizar as vivências das mulheres negras e enfrentar as desigualdades, tanto a campanha “Cuidar é Resistir” como o curso TERESA/UFF contribuem à construção de um território mais justo e inclusivo, onde as diferentes experiências e saberes são

reconhecidos e respeitados. Por isso, identificamos as iniciativas como Políticas que apresentam soluções territorializadas com poder de transformação social positiva e resistência, sendo um exemplo vivo da Racionalidade do Bem Viver territorializada.

13. FOZ DO RIO: DA CONCLUSÃO - APRENDENDO COM OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO CARAPITANGA

As considerações finais deste trabalho destacam a importância de aprender com os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) para ampliar o acesso ao Direito Humano à Água e ao Saneamento. Assim, pode-se destacar que a compreensão da Racionalidade do Bem Viver e a identificação da Cultura da Água das comunidades do Carapitanga são elementos fundamentais que contribuem para a elaboração de Políticas Sociais que atendam às necessidades das comunidades e promovam a equidade no acesso aos corpos hídricos.

O Direito ao Saneamento Básico é um aspecto fundamental para garantir uma vida digna e saudável a todas as pessoas, independentemente de sua localização geográfica. No Brasil, esse direito é protegido pela legislação nacional e por tratados internacionais dos quais o país é signatário. No entanto, é importante ressaltar que em áreas rurais, incluindo comunidades indígenas, muitas vezes, há uma carência significativa de infraestrutura adequada de saneamento. Isso se reflete em condições precárias de abastecimento de água, tratamento de esgoto e coleta de resíduos sólidos em todas as comunidades com quem aprendemos.

Os dados evidenciaram a relevância da análise das contradições e conflitos entre diferentes racionalidades no território, bem como a compreensão das práticas sociais das mulheres dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) diante das questões relacionadas à Cultura da Água e ao saneamento. Ao investigar essas dinâmicas, a pesquisa contribuiu para o conhecimento sobre a relação entre os sistemas de gestão da água, as práticas sociais e a participação das mulheres, especificamente nos territórios do Carapitanga. O primeiro objetivo específico deste estudo foi plenamente alcançado ao identificar, sistematizar e descrever as estruturas de abastecimento de água e saneamento das comunidades tradicionais. Isso proporcionou uma compreensão abrangente das condições de acesso a esses serviços básicos, revelando os desafios e as violações do Direito Humano à Água e ao Saneamento sofridos pelas comunidades.

O segundo objetivo, de identificar a Cultura da Água presente nas comunidades dos povos do Carapitanga, também foi alcançado, de forma que possibilitou a ampliação do valor da água para poder ser vista além de um recurso, mas através da materialização das diferentes práticas culturais. Ademais, pôde-se compreender como

tais práticas se manifestam no cotidiano das comunidades, impulsionando a valorização e a preservação das tradições e conhecimentos locais relacionados à água.

O terceiro objetivo, de analisar a relação das comunidades com a água e as disputas entre diferentes racionalidades no território, proporcionou uma compreensão mais aprofundada dos desafios enfrentados pelas comunidades e da importância de promover uma governança sustentável, territorializada e equitativa dos corpos hídricos. A conexão entre essas disputas e os movimentos internacionais em defesa do Comum e do Bem Viver contribuiu para um contexto mais amplo das lutas e reivindicações materializadas no Território de Aprendizagem.

Ao compreender e valorizar as práticas sociais das mulheres dos Povos e Comunidades Tradicionais no contexto da Cultura da Água e do saneamento, abre-se espaço para a construção de um futuro mais equitativo e harmonioso em relação aos corpos d'água. Consideramos as parcerias público/público como um elemento fundamental na implementação de Políticas Sociais voltadas para a Cultura da Água e o acesso adequado à água. Exemplos relevantes dessas parcerias são o trabalho realizado pelo Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (Fiocruz em parceria com o Fórum de Comunidades Tradicionais) e o curso TERESA da UFF. Essas parcerias possibilitam a troca de conhecimentos, recursos e ações conjuntas entre instituições governamentais, organizações não governamentais e comunidades locais.

Ao fortalecer essas parcerias, cria-se um ambiente favorável para a promoção de práticas sustentáveis de gestão dos corpos hídricos e o fortalecimento das comunidades tradicionais. Exemplos concretos desse aprendizado com os PCTs são a construção do Biossistema no Quilombo do Campinho, a reforma dos banheiros na Tekoa Itaxi Mirim e a Pós-Graduação TERESA/UFF, que territorializam a Racionalidade do Bem Viver.

Através dessas parcerias público/público e do aprendizado com os PCTs, é possível fortalecer a governança participativa e ampliar a capacidade de implementação de Políticas Sociais efetivas. Isso garante o acesso ao direito humano à água e ao saneamento de forma equitativa e sustentável, contribuindo para a justiça social e para a preservação ambiental. Valorizar as práticas sociais das comunidades tradicionais e promover a colaboração entre os diferentes atores envolvidos na gestão

dos corpos hídricos são passos essenciais para alcançar resultados positivos e duradouros.

As entrevistas com as mulheres nos possibilitaram identificar e (re)conhecer o papel das mulheres e sua prática social na busca por soluções sustentáveis e justas relacionadas à água e ao saneamento, revelando-se fundamental a abordagem adotada para essa identificação. Embora o objetivo central deste estudo não tenha sido abordar especificamente a questão de gênero, a perspectiva das mulheres foi incorporada por meio das entrevistas realizadas, nos permitindo compreender a maior vulnerabilidade das mulheres diante da falta de acesso à água, bem como sua responsabilidade nos cuidados com as pessoas e os corpos hídricos. Considerar suas experiências foi essencial para a concepção de soluções eficazes para os desafios relacionados à água e ao saneamento, em consonância com os estudos anteriores¹⁴⁷.

A análise do papel das mulheres nas questões relacionadas à água e ao saneamento revela sua significativa contribuição para a governança sustentável dos corpos hídricos e a promoção da saúde nas comunidades. Elas desempenham tarefas essenciais, como a coleta e armazenamento da água, o cuidado com fontes naturais e a implementação de práticas de higiene. Além disso, as mulheres, nas comunidades do Território de Aprendizagem, são protagonistas na promoção da governança comunitária da água, participando ativamente de iniciativas locais e liderando projetos de identidade territorializada. Suas práticas sociais cotidianas fortalecem a conscientização, a educação e a mobilização em torno da importância da água e do saneamento, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da comunidade.

A pesquisa destaca a importância de identificar as diferentes racionalidades presentes em cada território, especialmente a Racionalidade do Capital e a Racionalidade do Bem Viver. Ao reconhecer e compreender essas distintas perspectivas, é possível desinvisibilizar as formas de ser que contrariam a Racionalidade do Capital e que adotam outras perspectivas como a Racionalidade do Bem Viver e aplicar seus princípios na elaboração de Políticas Sociais relacionadas à água.

Isto é, enquanto a Racionalidade do Capital muitas vezes prioriza a exploração da natureza como “recursos naturais” em prol do lucro, a Racionalidade do Bem Viver se baseia em conceitos de sustentabilidade, equidade e harmonia com a natureza. Ao

¹⁴⁷ Como: Nalu Faria, et al. (2020; 2021) e do IPEA (2021).

valorizar e aprender com a Racionalidade do Bem Viver, é possível promover uma abordagem mais integrada e holística em relação à água, considerando não apenas aspectos econômicos, mas também sociais, culturais e ambientais.

Aprender com a Racionalidade do Bem Viver implica reconhecer a importância das práticas e saberes das comunidades tradicionais, que possuem um profundo conhecimento e respeito pela água e seus ciclos. No caso das comunidades do Carapitanga, identificamos que elas desenvolvem formas sustentáveis de manejo e uso da água ao longo de gerações, priorizando a preservação dos corpos hídricos e o bem-estar coletivo que muitas vezes não são considerados pela Racionalidade do Capital. Portanto, ao incorporar os aprendizados provenientes da Racionalidade do Bem Viver, as Políticas Sociais relacionadas à água podem se tornar mais inclusivas, participativas e ambientalmente responsáveis.

A incorporação da Racionalidade do Bem Viver nas Políticas Sociais relacionadas à água é de extrema importância, não apenas para promover práticas sustentáveis e inclusivas, mas também para mensurar de forma adequada os impactos dessas políticas nos territórios. Ao não considerar os princípios do Bem Viver, os impactos nas comunidades e territórios podem ser diminuídos ou até mesmo negativos. A utilização da Racionalidade do Bem Viver como referencial permite uma abordagem mais ampla e holística na avaliação de impactos ambientais e sociais. Essa perspectiva considera não apenas aspectos econômicos, mas também a saúde dos ecossistemas, a qualidade de vida das comunidades e o respeito às culturas locais.

É importante reconhecer limitações e áreas de estudo que podem complementar a pesquisa. Uma dessas áreas promissoras é a análise da colonialidade do poder e sua interseção com a Cultura da Água. Embora este estudo não tenha adotado uma abordagem decolonial, a investigação indica que um exame mais aprofundado desta temática poderia trazer valiosos insights para a compreensão das Políticas Sociais e da governança hídrica. Um estudo voltado para a colonialidade do poder permitiria investigar de que maneira as estruturas de poder históricas influenciam a desigualdade hídrica e a marginalização dos PCTs. Além disso, seria possível analisar como a Cultura da Água pode ser moldada por relações assimétricas de poder, perpetuando a exploração e a exclusão de certos grupos.

Por outro lado, esta pesquisa contribui ao conhecimento ao identificar, a partir do aprendizado com os PCTs do Carapitanga, uma limitação na Matriz de

Necessidades Humanas e Satisfatores na Cultura da Água, a qual organiza as necessidades em categorias axiológicas e existenciais. Durante a validação da proposta junto às comunidades do Carapitanga, percebeu-se que a abordagem proposta por Vargas (2006) limita o entendimento da complexidade da Cultura da Água ao isolar elementos que estão intrinsecamente conectados. Como resultado, foi proposto um Sistema Interconectado para a Matriz da Cultura da Água, que reconhece e considera as interações entre os diferentes aspectos da Cultura da Água. Essa proposta busca uma compreensão mais holística e abrangente, permitindo uma análise mais precisa e integrada da Cultura da Água e seus impactos nas Políticas Sociais e na governança hídrica.

Consideramos que ao identificar a Cultura da Água é possível que futuros estudos possam mensurar impactos socioambientais em conformidade com a Racionalidade do Bem Viver, identificando de maneira mais precisa e abrangente os efeitos de empreendimentos, por exemplo, que afetem os corpos hídricos nos territórios. Isso contribui para evitar a fragmentação e subestimação dos impactos ambientais, degradação ambiental, a perda de biodiversidade, a desestruturação social e cultural, e promover a sustentabilidade e o bem-estar das comunidades. Dessa forma, permite uma visão mais completa e consciente das consequências das ações no território possibilitando a adoção de medidas preventivas, corretivas e compensatórias que estejam alinhadas com os valores da propriedade coletiva da terra, do Bem Viver e do Comum impulsionando o respeito aos Direitos Humanos e a equidade socioambiental.

14 REFERÊNCIAS

- ABREU, I. de S. Biopolítica e racismo ambiental no Brasil: a exclusão ambiental dos cidadãos. **Opinião Jurídica**, v. 12, n. 24, p. 87-100, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/ojum/v12n24/v12n24a06.pdf>.
- ALCÂNTARA. Liliane Cristine Schleme; SAMPAIO, Alcantara, Carlos Alberto Cioce. 2017: “Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível?”. **Revista Desenvolvimento e Ambiente**, v. 40, p. 231-251, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v40i0.48566>
- ALCÂNTARA. L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Revista Desenvolvimento e Ambiente**, v. 40, p. 231-251, abr. 2017.
- ACIGUA (Org.). **Protocolo de Consulta Prévia Tekoa Itaxi Mirim**: Guarani Mbya. Paraty: Bv, 2018.
- ACOSTA, A. **El Buen Vivir en el camino del postdesarrollo**: uma lectura desde la Constitución de Montecristi. Friedrich Ebert Stiftung. Policy Paper, 2010.
- ACSELRAD, H. Mapeamentos, identidades e territórios. *In*: ACSELRAD, H. **Cartografias sociais e dinâmicas territoriais**: marcos para o debate. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. p. 9-46.
- AGROECOLOGIA EM REDE. **Associação de Moradores do Quilombo do Campinho da Independência (AMOQC)**. Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br/experiencia/associacao-de-moradores-do-quilombo-do-campinho-da-independencia-amocq/>
- ALBUQUERQUE, C. Prefácio. *In*: CASTRO, J. E.; HELLER, L.; MORAIS, M. da P. (eds.). **O Direito à Água como Política Pública na América Latina**: uma exploração teórica e empírica. Brasília: Ipea, 2015.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; AMARO JUNIOR, Jurandir; SILVA, Lucas Gentil D. da. Luta por terra e reforma agrária no Rio de Janeiro (1950-2018). **GEOgraphia**, Niterói, Universidade Federal Fluminense, v. 24, n. 52, p.21, 2022. DOI: 10.22409/GEOgraphia2022.v24i52.a48866. ISSN 15177793 / 26748126 (eletrônico).
- ALMEIDA, Mariza Costa Almeida. **Concepções de Natureza e Conflitos pelo Uso do Solo em Parati-RJ**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1997.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p.
- ALIMONDA, H. En clave del Sur: la ecología política latino americana y el pensamiento crítico. *In*: ALIMONDA, H.; PÉREZ, C. T.; MARTÍN, F. (orgs.). **Ecología**

Política Latinoamericana. Pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica. Buenos Aires: CLACSO, 2017. p. 33-49.

ALTMAN, M. Hoje na História: 1949 - Surge a expressão subdesenvolvimento.

Opera Mundi. 2014. Disponível em:

<https://operamundi.uol.com.br/historia/33527/hoje-na-historia-1949-surge-a-expressao-subdesenvolvimento>. Acesso em: 3 nov. 2021.

ARAXTO, P. O que esperar de 2022 na área ambiental no Brasil. **Jornal da USP**, 22 dez. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/o-que-esperar-de-2022-na-area-ambiental-no-brasil/>. Acesso em: 1 jan. 2022.

BACHELARD, G. **La formación del espíritu científico.** Contribución a um psicoanálisis del conocimiento objetivo. Ciudad de México: Siglo XXI, 2000.

BAKKER, K. The “Commons” Versus the “Commodity”: Alter-Globalization, Anti-Privatization and the Human Right to Water in the Global South. **Antípoda**, v. 39, p. 38-63, 2009. DOI: 10.1002/9781444306750.ch2.

BALLESTRIN, L. O Sul Global como projeto político. **Horizontes ao Sul**, 2020. Disponível em: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/06/30/O-SUL-GLOBAL-COMO-PROJETO-POLITICO>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

BEBBINGTON, A. Elementos para una ecología política de los movimientos sociales y el desarrollo territorial en zonas mineras. In: BEBBINGTON, A. **Minería, movimientos sociales y respuestas campesinas.** Una ecología política de las transformaciones territoriales. Lima: Cepes, 2007. 26p.

BERTRAND DE JOUVENEL, E. **Arcadie. Essais sur le mieux-vivre.** Paris: Galimard, 1957.

BLOWERS, A. Environmental Policy: Ecological Modernization or the Risk Society. **Urban Studies**, v. 34, n. 5-6, p. 845-871, 1997.

BOURDIEU, P. **As regras da arte: Gênese e estrutura do campo literário.** Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, P. **O senso prático.** Tradução de Álvaro Cabral. Petrópolis: Editora Vozes. 1990.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** Editora Papirus, 1997.

BRAND, U.; WISSEN, M. **Modo de vida imperial: sobre a exploração de seres humanos e da natureza no capitalismo global.** São Paulo: Elefante Editora, 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.985/2000** - Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

BRASIL. **Lei nº 11.445**, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Brasília, DF: Brasil.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Plano Nacional de Segurança Hídrica**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Regional, 2019.

BRIDGE, G.; MCCARTHY, J.; PERREAULT, T. Introduction. *In*: PERREAULT, T.; BRIDGE, G.; MCCARTHY, J. (orgs.). **The Routledge Handbook of Political Ecology**. New York: Routledge, 2015. p. 3-18.

BUNKER, S. G. Modes of Extraction, Unequal Exchange, and the Progressive Underdevelopment of an Extreme Periphery: The Brazilian Amazon, 1600-1980. **American Journal of Sociology**, v. 89, n. 5, p. 1017-1064, 1984.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.

CASTELLS, Manuel. **Fim de Milênio: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999c.

CASTRO, J. E. Territorios hidrosociales en disputa. *In*: LÓPEZ, J. A. S. (Coord.). **Política pública y Agua. Justicia, Derechos Humanos y Transparencia**. Ciudad de México: Instituto Mexicano de Tecnología del Agua (IMTA), 2022. (no prelo).

CASTRO, J. E. El estudio interdisciplinario de los conflictos por el agua en el medio urbano: una contribución desde la sociología. *In*: **Cuadernos Del Cendes**, n. 66, p. 21-46, 2007.

CLARK, J. Contributions to the critique of Political Ecology. **Capitalism Nature Socialism**, v. 12, n. 3, p. 29-36, 2001.

CLIFFORD, J. **The Predicament of Culture: Twentieth-Century Ethnography, Literature, and Art**. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

COMBATE RACISMO AMBIENTAL. **A pedido do MPF/RJ, Justiça determina fornecimento de água potável a aldeias indígenas em Angra e Paraty**. 2016. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2016/07/06/a-pedido-do-mpfrj-justica-determina-fornecimento-de-agua-potavel-a-aldeias-indigenas-em-angra-e-paraty/>.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL)/Fondo para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas de América Latina y el Caribe (FILAC),

“Los pueblos indígenas de América Latina - Abya Yala y la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible: tensiones y desafíos desde una perspectiva territorial”, Documentos de Proyectos (LC/TS.2020/47), Santiago, 2020.

CORDEIRO, Tiago. “A família real não tem o direito de dizer quem será o rei”, diz Dom João de Orléans e Bragança. **Gazeta do Povo**, 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/a-familia-real-nao-tem-o-direito-de-dizer-quem-sera-o-rei-diz-dom-joao-de-orleans-e-braganca-94wq8z6uzcg5fohyilhcvw1tf/#:~:text=Mas%20o%20sucessor%20mais%20popular,e%20a%20Pousada%20do%20Pr%C3%ADncipe>.

CORRÊA, R. L. Espaço, um Conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.D.; GOMES, P. C. D. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 15-47.

CORTEZ, D. La construcción sociales del “Buen Vivir” (Sumak Kawsay) en Ecuador. **Aportes Andinos**, v. 28, p. 1-23, 2011

COSTA, M. A. M.; IORIS, A. A. R. Até a Última Gota: complexidade hidrossocial e Ecologia Política da Água na Baixada Fluminense (RJ, Brasil). In: CASTRO, J. E.; HELLER, L.; MORAIS, M. D. P. (orgs.). **O direito à água como política pública na América Latina: uma exploração teórica e empírica**. Brasília: IPEA, 2015. p. 109-128.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. Boitempo Editorial, 2017.

DAVIS, D. K. Historical Approaches to Political Ecology. In: PERREAULT, T.; BRIDGE, G.; MCCARTHY, J. (orgs.). **The Routledge Handbook of Political Ecology**. New York: Routledge, 2015. p. 263-275.

DAFLON, Rogério. Condomínio Laranjeiras: segregação, ameaça e processos em Paraty. **Publica**, 2017. Disponível em: <https://apublica.org/colecaoarticular/2017/11/condominio-laranjeiras-segregacao-ameaca-e-processos-em-paraty/>.

_____. Negrão, o dono da praia. **Publica**, 2017. Disponível em: <https://apublica.org/colecaoarticular/2017/11/negrao-o-dono-da-praia/>.

DELGADO RAMOS, G. C. D. ¿Por qué es importante la ecología política? **Revista Nueva Sociedad**, n. 244, p. 48-60, 2013.

DIRLIK, A. Global South: Predicament and Promise. **The Global South**, v. 1, n. 1-2, p. 12-23, 2007.

DOEBELI, L.S. **Decolonizando A Relação Território e Preservação Natural: Aprendendo com a Comunidade Pesqueira de Naufragados/Florianópolis**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2021.

DUARTE, F. **A Expansão da Monocultura de Eucalipto no Noroeste Fluminense e seu Potencial para Geração de Conflitos Socioambientais**. 2012. 146f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2012.

ELETRONUCLEAR. **Eletronuclear apresenta projeto de saneamento básico a comunidades indígenas**. 2022. Disponível em:
<https://www.eletronuclear.gov.br/Imprensa-e-Midias/Paginas/Eletronuclear-apresenta-projeto-de-saneamento-b%C3%A1sico-a-comunidades-ind%C3%ADgenas.aspx>

ESCOBAR, A. **El final del salvaje**. Naturaleza, cultura y política en la antropología contemporânea. Bogotá: ICAN/Cerec, 1999. 281p.

ESTERMANN, Joseph. 2012. **“Vivir Bien como utopía política”**. Musef. Anales de la XXIV Reunión Anual de Etnología. La Paz (Bolívia), 517-533.

FARIAS, E. Gaia deu as costas para a humanidade. **UOL**, 2021. Disponível em:
<https://stc.uol.com/c/webfont/projeto-grafico/uol-font/uol-text-regular.woff2?v5>.
Acesso em: 13 maio 2021.

FEITOSA, Annagesse de Carvalho. **Formas de resistência cotidiana: o caso de Campinho da Independência no litoral sul do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado) – Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:
<https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/1920/2/2016%20-%20Annagesse%20de%20Carvalho%20Feitosa.pdf>.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. Tradução: Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FERREIRA, A. "A gestão inadequada dos resíduos sólidos urbanos e suas consequências socioambientais: um estudo de caso em uma comunidade de baixa renda." **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, 2016.

FETAG/RJ. Relatório. 15/10/1981. Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

FETAG/RJ; SEAF. Relatório. Levantamento dos conflitos de terra no Estado do Rio de Janeiro ocorridos entre os anos 1970 e 1990. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ. FETAG/RJ. Levantamento de conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro elaborado pela Fetag/RJ. 06/1981. Acervo NMSPP/CPDA/UFRRJ.

FIOCRUZ. Encontro da Fiocruz marca início de projeto com agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais. **Fiocruz**. 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/encontro-da-fiocruz-marca-inicio-de-projeto-com-agricultores-familiares-e-povos-e>.

FISCHER-KOWALSKI, M.; HABERL, H. El metabolismo socioeconómico. **Ecología Política**, n. 19, p. 21-34, 2000.

FLEURY, Sonia. Políticas Sociales y Ciudadania. **Umbrales Revista de Pós Grado En Ciência Del Desarrollo**, Bolívia, v. s/v, p. 189-236, 2002.

FLEURY, S. **Políticas Sociais e Democratização do Poder Local**, publicado em Vergara, S. e Correia, V. Propostas para uma Gestão Pública Municipal Efetiva. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

FÓRUM DE COMUNIDADES TRADICIONAIS FCT. **Agroecologia, pesca e economia solidária em tempos de COVID19 - Cuidar é Resistir**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y-hZ7IAQefY&t=60s>

FÓRUM DE COMUNIDADES TRADICIONAIS. Cuidar é Resistir. 2023. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1r0D3Xgztj6mB2QRcSvsHvnwcNHLgobk9/view?usp=sharing>

FUNASA. **Relatório de gestão 2009**. Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/uploads/2011/10/Rel_gestao_2009_SUEST-RJ.pdf.

FUNASA. **Caminho e cuidado com as águas: faça você mesmo seu sistema de saneamento ecológico**. 2019. Disponível em: http://www.funasa.gov.br/todas-as-noticias/-/asset_publisher/lpnzx3bJYv7G/content/caminho-e-cuidado-com-as-aguas-faca-voce-mesmo-seu-sistema-de-saneamento-ecologico/pop_up?inheritRedirect=false

G1. **MPF determina fornecimento de água potável para índios de Angra e Paraty**. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2016/09/mpf-determina-fornecimento-de-agua-potavel-para-indios-de-angra-e-paraty.html>.

GALLO, E; NASCIMENTO, V. **O território pulsa: territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina: soluções para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável territorializados**. Paraty, RJ: Fiocruz, 2019. 332p.

GALLO, E. Capítulo: Experiência do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina: Territórios Sustentáveis e Saudáveis: Experiências de Saúde Ambiental Territorializadas. Vol 2. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.funasa.gov.br/handle/123456789/679>>. Acesso em 10 fev 2022.

GEERTZ, C. **The Interpretation of Cultures: Selected Essays**. New York: Basic Books, 1973.

GRIFFITHS, J. The state of finance for developing countries - an assessment of the scale of all sources of finance available to developing countries. **Eurodad**, 2014.

Disponível em:

https://www.eurodad.org/the_state_of_finance_for_developing_countries_2014.

Acesso em: 13 maio 2019.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. Contribuição à Reflexão sobre o Processo de Produção de um Espaço Regional – O Caso de Angra dos Reis. Dissertação (Mestrado). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983.

GUDYNAS, E. **El Mandato Ecológico**. Derechos de la Naturaleza y Políticas ambientales en la Nueva Constitución. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2009. p. 30-31.

GUDYNAS, E. **Direitos da natureza**: ética biocêntrica e políticas ambientais. Tradução de Igor Ojeda. São Paulo: Editora Elefante, 2019. p. 344.

GUHA, R.; MARTINEZ-ALIER, Y. **J.Varieties of Environmentalism**. Essays North and South, Londres: Earthscan, 1997.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa**. Editora Taurus, 1984.

HADA, B.; REIS, E. M. Crianças que vivem em conflitos prolongados têm três vezes mais chances de morrer de doenças relacionadas à água do que em decorrência da violência. **UNICEF Brasil**, 22 mar. 2019. Disponível em:

<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/criancas-que-vivem-em-conflitos-prolongados-tem-tres-vezes-mais-chances-de>. Acesso em: 22 jan. 2022.

HADDAD, NAIEF. Cenário de iates e helicópteros, Costa Verde do Rio cresce distante da crise. **Folha de São Paulo**, 2018. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/01/1953909-cenario-de-iatres-e-helicopteros-costa-verde-do-rio-cresce-distante-da-crise.shtml>.

HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. **Science**, v. 162, pp. 1.243-1.248, 1968.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede “guaúcha” no Nordeste. Niterói, EdUFF, 1997.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARDT, M., Negri, A. **Multidão**: guerra e democracia na era do império. Brasil: Record, 2004.

HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. **Revista GEOgraphia**, Rio de Janeiro: v. 14, n. 28, p. 8-39, 2002.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HERCULANO, S. Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental. *In*: SEMINÁRIO CEARENSE CONTRA O RACISMO AMBIENTAL, 1., 2006, Fortaleza. **Anais** [...] Fortaleza: UFC, 2006.

HERCULANO, S. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **Revista de gestão integrada em saúde do trabalho e meio ambiente**, v. 3, n. 1, p. 1-20, 2008. Recuperado de <http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ITF/article/viewFile/89/114>

IBGE. **Censo demográfico 2010**: informações disponibilizadas no site do IBGE. Rio de Janeiro, 2010.

IGARA CONSULTORIA EM AQUICULTURA E GESTÃO AMBIENTAL. **Definição de categoria de unidade de conservação da natureza para o espaço territorial constituído pela reserva ecológica da Juatinga e área estadual de lazer de Paraty Mirim**. Paraty, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Acesso à água e esgotamento sanitário no Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/issue/download/61/16>

INSTAGRAM. **IEAR/UFF**. 2022. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C10_p3iOZ7Z/

LANG, M. Alternativas ao desenvolvimento. *In*: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (orgs.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento. Tradução de Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 24-45.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela; revisão de Paulo Freire Vieira. São Paulo: Cortez, 2001. 240 p.

LEFF, E. **Ecologia, Capital e Cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: EdFURB, 2000. 373 p.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Editora Cortez, 2006.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental**: A Reapropriação Social da Natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIPIETZ, A. Political ecology and the future of Marxism. **Capitalism Nature Socialism**, v. 11, n. 1, p. 69-85, 2000.

LEPERCQ, Claire; GROSS, Daniel. Tradicional comunidade caiçara de Trindade pede Justiça pelo assassinato de jovem em disputa de terra. **Combate racismo ambiental**, 2016. Disponível em:

<https://racismoambiental.net.br/2016/07/29/tradicional-comunidade-caicara-de-trindade-pede-justica-pelo-assassinato-de-jovem-em-disputa-de-terra/>.

LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe**. Editora Martins Fontes, 1923.

MARCUSE, H. **Razão e Revolução**: Hegel e o advento da teoria social. Editora Paz e Terra, 1941.

MARTINEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. Tradução de Mauricio Waldman. São Paulo: Contexto, 2007. 384p.

MARTINS, H. Time and theory in Sociology, in John Rex (ed.) **Approaches to Sociology: An Introduction to Major Trends in British Sociology**. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1974. p. 246–294.

MARTINS, L. Brasil tem 35 milhões de pessoas sem acesso à água potável. **Agência Brasil**, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/saude/audio/2021-03/saneamento-basico>. Acesso em: 10 abr. 2021.

MARX, K., & ENGELS, F. **O Manifesto Comunista**. Editora Boitempo, 1848.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S.; BENEDETTI, A. C.; SOUZA, I. C.; ALENTEJANO, P. R. R.. Luta por terra e assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de.; LEITE, Sérgio. A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Transformações nas áreas rurais, disputa por terra e conflitos sociais no Rio de Janeiro (1946-1988). In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Coord. Conflitos e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988). Relatório de Pesquisa. CPDA/UFRRJ, 2015. p. 36-96. Disponível em: <http://www.cevrio.org.br/site/arq/CPDA-UFRRJ-Conflitos-por-terra-e-repressao-no-campo-no-RJ.pdf>.

MELLO, Diuner. Paraty Estudante. Instituto Histórico e Artístico de Paraty e Valle Sul Construtora Ltda.; Guaratinguetá, SP. Frei Galvão Gráfica e Editora, 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MDR). (2019). Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab).

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MDR). (2019). Guia para Elaboração do Plano de Contingência para Desastres Relacionados à Água.

MOREANO, M.; MOLINA, F.; BRYANT, R. Hacia una Ecología Política global: aportes desde el Sur. *In*: ALIMONDA, H.; PÉREZ, C. T.; MARTÍN, F. (orgs.). **Ecología Política Latinoamericana. Pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica**. Buenos Aires: CLACSO, 2017. p. 197-211.

MORENO, C. As roupas verdes do rei: economia verde, uma nova forma de acumulação primitiva. *In*: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (orgs.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. Tradução de Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 256-293.

MURTHA, N. A.; CASTRO, J. E; HELLER, L. Uma perspectiva histórica das primeiras políticas públicas de saneamento. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 193-210, 2015.

NALU, Faria, et al. Gênero e Saneamento: A mulher como agente transformadora. Revista **Brasileira de Ciências Ambientais**, 61-73, 2020.

NALU, Faria, et al. **Gênero, água e saneamento**: Interfaces na política e gestão pública. Revista de Direito Sanitário, v. 20, n. 2, p. 105-132, 2021.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA (OTSS). **Observatório de territórios sustentáveis e saudáveis da bocaina**. 2023. <https://www.otss.org.br/parceiros-e-redes>. Consultado em 20 de abril de 2023.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA (OTSS). **O PEA Costa Verde agora é Projeto Redes: saiba tudo sobre essa nova fase**. 2021. Disponível em: <https://www.otss.org.br/post/o-pea-costa-verde-agora-e-projeto-redes-saiba-tudo-sobre-essa-nova-fase>.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA (OTSS). **Turismo de base comunitária - TBC**. Disponível em: <https://www.otss.org.br/turismo-de-base-comunitaria>.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA (OTSS). **Comunidades tradicionais expandem campanha contra Covid 19 para sete municípios de RJ e SP**. 2021. Disponível em: <https://www.otss.org.br/post/comunidades-tradicionais-expandem-campanha-contracovid-19-para-sete-municipios-de-rj-e-sp>.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA (OTSS). **Educação diferenciada**. Disponível em: <https://www.otss.org.br/educacao-diferenciada>.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA (OTSS). **GT Agenda 2030 aponta OTSS entre as 10 soluções mais inovadoras para a promoção dos ODS no Brasil**. Disponível em: <https://www.otss.org.br/post/gt-agenda-2030-aponta-otss-entre-as-10-solucoes-mais-inovadoras-para-a-promocao-dos-ods-no-brasil>.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA (OTSS). **“Nós por nós mesmos”: publicações revelam mapas inéditos de 30 comunidades tradicionais de RJ e SP**. 2021. Disponível em: <https://www.otss.org.br/post/nos-por-nos-mesmos-publicacoes-revelam-mapas-ineditos>.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA (OTSS). **Parceria entre Fiocruz e FCT integra 1ª Mostra de Experiências em Saúde Ambiental da OPAS/OMS**. 2021. Disponível em: <https://www.otss.org.br/post/parceria-entre-fiocruz-e-fct-integra-1%C2%AA-mostra-de-experi%C3%AAncias-em-sa%C3%BAde-ambiental-da-opas-oms>.

OCEANOS em 2050 vão ter mais plástico do que peixes, alerta Fórum de Davos. **Agência Brasil**, 19 jan. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2016-01/oceanos-em-2050-vaoter-mais-plastico-do-que-peixes-alerta-forum-de>. Acesso em: 3 nov. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS) e UNICEF. (2017). Progress on Drinking Water, Sanitation and Hygiene: 2017 Update and SDG Baselines.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons: The evolution of institutions for collective action**. Cambridge university press, 1990. Disponível em: https://www.actu-environnement.com/media/pdf/ostrom_1990.pdf

PÁDUA, J. A. A “mente monocultural” e a ocupação autoritária do território brasileiro. **Revista Proposta/FASE**, Rio de Janeiro, n. 99, p. 6-12, 2003.

PÉREZ, C. T.; MARTÍN, F. Presentación. *In*: ALIMONDA, H.; PÉREZ, C. T.; MARTÍN, F. (orgs.). **Ecología Política Latinoamericana. Pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica**. Buenos Aires: CLACSO, 2017. p. 13-19.

PORTANOV, R. S. Educação ambiental e educação planetária. *In*: RODRIGUES, H. W.; DERANI, C. (orgs.). **Educação ambiental**. Florianópolis: FUNJAB, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATY. Entrega do certificado de Paraty como Patrimônio Mundial pela UNESCO. Disponível em:

<<https://www.paraty.rj.gov.br/informativo/noticias/entrega-do-certificado-de-paraty-como-patrimonio-mundial-pela-unesco>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

PULIDO, Laura. Geographies of race and ethnicity II: Environmental racism, racial capitalism and state-sanctioned violence. **Progress in Human Geography**, v. 41, 2016. DOI 10.1177/0309132516646495.

QUINTSLR, S. **A (Re)Produção da Desigualdade Ambiental na Metr pole**. Conflito pela água, “crise hídrica” e macrossistema de abastecimento no Rio de Janeiro. 2018. 349f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018a. 349p.

RADCLIFFE, S. A. Desenvolvimento para uma era pós-neoliberal? Sumak kawsay, viver bem e os limites para a descoloniza o no Equador. **Geoforum**, v. 43 n. 2, p. 240-249, 2012.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo:  tica, 1993.

RELATÓRIO TÉCNICO DE PROGRESSO PARA O CENTRO DE CONSERVA O DA BIODIVERSIDADE (CBC-BRASIL). Conselho do Mosaico Bocaina e Caminhos de Cunha – Centro de Fomento Social e Cidadania – OSCIP. **Relatório**. Cunha, 2010.

RIBEIRO, José Rafael. Meio Ambiente, Desenvolvimento e Democracia: SAPE, a difícil trajetória do movimento ambientalista em Angra dos Reis. Disserta o (Mestrado). Programa de Pós-Gradua o em Geografia/Instituto de Geociências/Universidade Federal Fluminense, 2007.

ROBBINS, P. **Political ecology**: A critical introduction. 2. ed. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2004. 300p.

RODRÍGUEZ LABAJOS, B.; MARTÍNEZ-ALIER, J. Ecología Política del Agua. *In*: MORAL ITUARTE, L. D.; ARROJO AGUDO, P.; HERRERA GRAO, T. **El Agua**: perspectiva ecosistémica y gestión integrada. Zaragoza: Fundación Nueva Cultura del Agua, 2015. p. 300-356.

SACHS, W. Anatomia política do desenvolvimento sustentável. **Revista Democracia Viva**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 12-23, 1997.

SABATINI, F. Espiral histórica de conflictos ambientales. *In*: SABATINI, F.; EPULVEDA, C. (orgs.). **Conflictos Ambientales, entre la globalización y la sociedad civil**. Santiago de Chile: Publicaciones CIPMA, 2002. p. 23-37.

SABESP. **Dicas de economia**. Disponível em:

<https://site.sabesp.com.br/site/interna/Default.aspx?secaold=140#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o,necessidades%20de%20consumo%20e%20higiene>.

SALDANHA, Arun. Endonymy and the Power of Naming: A Critical Introduction to Geography. 1^a ed. Buenos Aires. Voces, 2017.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e biotecnologia. São Paulo: Gaia. 1993.

SILVA, L. et al. "Impactos ambientais e sociais decorrentes do acúmulo de resíduos sólidos em áreas urbanas." **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, 2021.

SMITH, J. et al. "Environmental and Health Impacts of Inadequate Solid Waste Management." **World Health Organization**, 2016.

SOUZA, Marina de Mello e. Parati a cidade e as festas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora Tempo Brasileiro, 1994.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

SWYNGEDOUW, E. **Social Power and the Urbanization of Water**. Flows of Power. ed. Oxford: Oxford University Press, 2004. 209 p.

SWYNGEDOUW, E. Economía política y ecología política del ciclo hidro-social. *In*: CASTRO, J. E. *et al.* **Territorialidades del agua**: conocimiento y acción para construir el futuro que queremos. 2. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fundación CICCUS; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Waterlat-Gobacit, 2019.

SZUCS, R. As veias do mundo. **The Decolonial Atlas**, 2017. Disponível em: <https://decolonialatlas.wordpress.com/2017/04/18/colorful-river-basin-maps/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

TERESA. **Pós-Graduação TERESA Gestão de territórios**. 2023. Disponível em: <http://app.iear.uff.br/teresa/curso.html#header6-16>

THIEL, M. et al. "Plastic Pollution in the World's Oceans: More than 5 Trillion Plastic Pieces Weighing over 250,000 Tons Afloat at Sea." **PLoS ONE**, 2014.

TETREULT, D. Three Forms of Political Ecology. **Ethics and the Environment**, v. 22, n. 2, p. 1-23, 2017.

THOMSON, B. Pachakuti: perspectivas indígenas, buen vivir, kawsay Sumaq e decrescimento. **Desenvolvimento**, v. 54, n. 4, p. 448-454, 2011.

UCHOA, P. Os países em que a água já é um recurso em falta. **BBC**, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49243195>. Acesso em: 22 jan. 2022.

UNESCO, 2006. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000192168.locale=es>. Acesso em: 22 jan. 2022.

UNICEF: 3 bilhões de pessoas no mundo não têm instalações para lavar as mãos em casa. **Nações Unidas Brasil**, 15 out. 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/95900-unicef-3-bilhoes-de-pessoas-no-mundo-nao-tem-instalacoes-para-lavar-maos-em-casa>. Acesso em: 22 jan. 2022.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). "**Safe and Adequate Sanitation for Women and Girls**". Disponível em: <https://www.unicef.org/wash/sanitation>. Acesso em: 22 maio 2023.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. "Solid Waste Management: Critical Issues." **United Nations Environment Programme**, 2020.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. "Sustainable Development Goal 11: Make Cities and Human Settlements Inclusive, Safe, Resilient and Sustainable." **United Nations Development Programme**, 2021.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL. "**Report of the Special Rapporteur on the human rights to safe drinking water and sanitation**". Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/Issues/WaterAndSanitation/SRWater/Pages/AnnualReport.s.aspx>. Acesso em: 22 fev. 2023.

VARGAS, R. La **Cultura del Agua**. Lecciones de la América Indígena. Montevideo: UNESCO, 2006. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000192168.locale=es>. Acesso em: 10 jun 2020

VELASCO, Carla. Ranking do saneamento: veja quais são as grandes cidades com os melhores e os piores serviços no Brasil. **G1**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/03/20/ranking-do-saneamento-veja-quais-sao-as-grandes-cidades-com-os-melhores-e-os-piores-servicos-no-brasil.ghtml>

WALSH, C. Desenvolvimento como Buen Vivir: Acordos institucionais e (de) envolvimento coloniais. **Desenvolvimento**, v. 53, n. 1, v. 15-21, 2010.

WATTS, M. Hazards and Crisis: a political economy of drought and famine in Northern Nigeria. **Antipode**, v. 15, n. 1, p. 24-34, 1983.

WATTS, M. J. Now and Then: the origins of political ecology and the rebirth of adaptation as a form of thought. *In*: PERREAULT, T.; BRIDGE, G.; MCCARTHY, J. (orgs.). **The Routledge Handbook of Political Ecology**. New York: Routledge, 2015. p. 19-50.

WATERLAT-GOBACIT. Declaração Pública da Rede WATERLAT-GOBACIT no 10º aniversário da Resolução 64/292 da Assembleia Geral das Nações Unidas reconhecendo "que o direito à água potável e o saneamento é um direito humano essencial para o pleno gozo da vida e de todos os direitos humanos. WATERLAT-GOBACIT, 2020. Disponível em: <http://waterlat.org/DHAS2020Pt.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2022.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. v. 1 Editora UnB, 2004.

WOLF, E. Ownership and Political Ecology. **Anthropological Quarterly**, v. 45, n. 3, p. 201-205, 1972.

WORLD BANK. "Solid Waste Management: A Global Challenge." **World Bank**, 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). "**Sanitation and Health**". Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/sanitation>. Acesso em: 22 fev. 2023.

ZHOURI, A.; ZUCARELLI, M. Vozes da Resistência: Mapeando os conflitos ambientais no estado de Minas Gerais. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 32., 2008, Caxambu. **Anais** [...] Caxambu: ANPOCS, 2008.

ZUQUIM, Maria de Lourdes. Os Caminhos da Bocaina: uma questão agrária ambiental. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo. 2002.

APÊNDICE I

Ações do ano de 2021, com ação realizada, atores e observação. Destacamos a efetivação das Relações Internacionais a partir da territorialização da Racionalidade do Bem Viver em todas as ações listadas. Seja recebendo premiações ou articulando redes de colaboração, as entrevistas, análise dos dados secundários e participação em alguns dos eventos evidenciam a conexão entre às lutas dos movimentos internacionais em defesa do Comum e do Bem Viver, a realização dessas ações, em nossa análise, permitiu uma compreensão mais ampla dos desafios enfrentados pelas comunidades, a importância de promover uma gestão sustentável e equitativa dos corpos hídricos (Tabela 18).

Tabela 18: Mapeamento de ações – 2021.

Ação	Atores	Observação
Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina integra 1ª Mostra de Experiências em Saúde Ambiental da OPAS/OMS	OTSS (FCT e Fiocruz), OPAS/OMS	Selecionado entre 86 experiências de todo Brasil, OTSS ficou em primeiro lugar na linha temática “Territórios Sustentáveis e Saudáveis”
Projeto Povos: Nós por nós mesmos	OTSS (FCT e Fiocruz), Petrobras, IBAMA	Publicações revelam mapas inéditos de 30 comunidades tradicionais de RJ e SP
Projeto Redes: Tecendo Saberes, Construindo Autonomia	Fiotec/Fiocruz por meio do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Petrobras e IBAMA	
Campanha “Cuidar é Resistir” ¹⁴⁸	FCT, OTSS, Fiocruz, Verde Cidadania, Junta Comunitária	Apoia comunidades indígenas, caiçaras e

¹⁴⁸ “Lançada em maio de 2020, a primeira fase da Campanha Cuidar é Resistir ocorreu por iniciativa de cidadãs e cidadãos de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba com o apoio do FCT. Neste período, foram distribuídas cerca de cinco toneladas de alimentos, máscaras, produtos agroecológicos e materiais de higiene para mais de mil famílias. Também foram adquiridas e distribuídas 1,5 toneladas de pescado das comunidades caiçaras da Almada e de Trindade, que complementaram as cestas básicas nos três municípios de atuação FCT.

Nesta nova fase, a campanha reforçará a ajuda humanitária e a divulgação de informações confiáveis em relação à pandemia e à segurança das vacinas. Outra mudança é a ampliação dos territórios atendidos. Se, na primeira fase, a campanha atuou junto aos municípios de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba; agora, a campanha se articula também com comunidades tradicionais de Mangaratiba, no

	de Paraty, Ceasa, Prefeitura de Paraty, UFF, UNESP, Petrobras, Loja Canoa, Sesi, Sindipetro-LP, Fórum Sindical-LN e RJ, Fundo Fica, Viva Rio, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Comissão Guarani Yvyrupá (CGY), Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC), ONG Amigos na Preservação, Proteção e Respeito à Ubatuba (APPRU), Coletivo Neos e Ação Solidária Guarda-Vidas.	quilombolas de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty, no litoral sul do Rio de Janeiro, e de São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba, no litoral norte de São Paulo frente aos desafios socioambientais da Covid-19.
"Curso Saúde em Territórios Tradicionais: Tecnologias Sociais em Saneamento"	Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/Fiocruz); OTSS, Fiocruz e FCT ¹⁴⁹ .	
III Encontro de Justiça Socioambiental da Bocaina	FCT, OTSS, Ministério Público Federal, Defensorias Públicas e ICMBio	
Saúde Mental e comunidades tradicionais: cuidados, afetos e liberdade	Programa Inova por meio do edital Territórios Sustentáveis e Saudáveis, realizada pelo OTSS em parceria com o Núcleo de Saúde Mental, Álcool e outras drogas (NUSMAD) da Fiocruz Brasília.	Intercâmbio entre Brasília e Bocaina para residência em saúde mental, objetivando o cuidado como gerador de autonomia e liberdade
"Desenvolvimento Sustentável e Promoção da Saúde em populações vulnerabilizadas de agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais rurais e urbanos no contexto da Covid-19".	A Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS); Fórum Itaboraí: Política, Ciência e Cultura na Saúde (Fiocruz Petrópolis); OTSS; Programa de Desenvolvimento do Campus Fiocruz Mata Atlântica; Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP), o encontro contou com a	Encontro da Fiocruz marcou início de projeto com agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais

litoral sul do Rio de Janeiro, e de São Sebastião, Ilhabela e Caraguatatuba, no litoral norte de São Paulo." (OTSS, 2021)

¹⁴⁹ Destacamos que, apesar do OTSS ser constituído pelo FCT e Fiocruz, ambas organizações têm personalidades próprias e outros atores que, por vezes, têm o protagonismo, como no caso a ENSP/Fiocruz.

	<p>presença de agricultoras e agricultores, indígenas, quilombolas, caiçaras e de parceiros institucionais como a Embrapa Agrobiologia, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Universidade Estadual Paulista (Unesp), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba (FCT).</p>	
<p>Especialização, lato sensu em Gestão de Territórios e Saberes (TERESA / UFF)</p>	<p>Universidade Federal Fluminense (UFF); o Núcleo de Gestão Integrada do ICMBio Paraty (NGI ICMBio Paraty), OTSS (FCT e Fiocruz).</p>	<p>Objetivo é reforçar as estratégias de identificação e desenvolvimento de tecnologias sociais, conhecimentos, técnicas, instrumentos e métodos organizacionais elaborados ou recriados a partir da realidade do território da Baía da Ilha Grande.</p>
<p>Conclusão Projeto Internacional de Economia Solidária</p>	<p>OTSS (FCT, Fiocruz); Open University, Unesp, Comunidade de Estudios Jaina (Bolívia), FES Baixada Santista</p>	<p>Projeto Agroecos com pesquisadores da Bolívia, Brasil e Reino Unido.</p>

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

APÊNDICE II

Pode-se depreender, então, que o papel das mulheres na governança comunitária é essencial para garantir uma governança/gestão participativa, inclusiva e equitativa da água e do saneamento. Suas práticas sociais fortalecem a identidade coletiva, promovendo a hidro solidariedade e a cooperação entre os membros da comunidade, contribuindo para a construção de um futuro mais sustentável e resiliente no Carapitanga.

No Carapitanga, as ações mencionadas ocorrem com o protagonismo das mulheres dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). Elas desempenham um papel fundamental na implementação e desenvolvimento dessas iniciativas, contribuindo para fortalecer a identidade cultural, promover a participação comunitária e garantir a sustentabilidade dos territórios.

A agroecologia é uma abordagem de produção agrícola que valoriza a diversidade biológica, a sustentabilidade ambiental e a saúde humana. No contexto do Carapitanga, as mulheres dos PCTs desempenham um papel crucial no fortalecimento das práticas agroecológicas, compartilhando conhecimentos tradicionais sobre o manejo da terra, o cultivo de alimentos saudáveis e manejo da natureza.

APÊNDICE III

Sobre as especificidades da relação da água com a Cultura, a partir de Povos (2020) bem como da observação participante e das entrevistas identificamos (Tabela 19):

Tabela 19: Cultura da Água nas comunidades Guarani Mbya Araponga e Itaxi Mirim.

Atividade	Comunidade	Extração	Propósito	Uso da Água
Extrativismo de Madeira	Aldeia Araponga	Lenha	Aquecimento, cozimento, produção de fogo	Apagar ou controlar o fogo
	Aldeia Araponga	Artesanato	Produção de instrumentos musicais, artesanatos	Uso da água para limpeza e preparação dos materiais
	Aldeia Araponga	Caixeita	Produção de caixas e objetos artesanais	Uso da água para limpeza e preparação dos materiais
	Aldeia Araponga	Orquídeas	Decoração, ornamentação	Uso da água para regar as orquídeas
	Aldeia Araponga	Alimento	Consumo alimentar	Uso da água para lavagem e preparo dos alimentos
	Aldeia Araponga	Mel	Alimentação, medicina tradicional, rituais	Uso da água para a produção de néctar pelas abelhas
	Aldeia Araponga	Festa do Batismo	Celebração religiosa	Uso da água para rituais de batismo e purificação
	Aldeia Araponga	Bambu	Construção de casas, artesanato	Uso da água para limpeza e preparação dos materiais
	Aldeia Araponga	Taquara	Artesanato, utensílios	Uso da água para limpeza e preparação dos materiais
	Aldeia Araponga	Imbira	Artesanato, amarração	Uso da água para limpeza e preparação dos materiais
	Aldeia Araponga	Cipó Imbé	Artesanato, cordas	Uso da água para limpeza e preparação dos materiais
	Aldeia Itaxi Mirim	Artesanato	Produção de instrumentos musicais, artesanatos	Uso da água para limpeza e preparação dos materiais
	Aldeia Itaxi Mirim	Construção	Construção de casas	Uso da água para limpeza e preparação dos materiais
Ervas	Aldeia Araponga	Jacaré Rugai	Uso medicinal	Uso da água para preparação de infusões e banhos
	Aldeia Araponga	Erva para mulheres	Uso medicinal, cuidados específicos para mulheres	Uso da água para preparação de infusões e banhos

	Aldeia Araponga	Cidreira	Infusões, chás	Uso da água para preparação de infusões e chás
	Aldeia Araponga	Dor de garganta	Uso medicinal	Uso da água para gargarejos e compressas
Pesca	Aldeia Itaxi-Mirim	Acará	Consumo alimentar	Uso da água para captura dos peixes
	Aldeia Itaxi-Mirim	Bagre	Consumo alimentar	Uso da água para captura dos peixes
	Aldeia Itaxi-Mirim	Caranguejo	Consumo alimentar	Uso da água para captura dos caranguejos
	Aldeia Itaxi-Mirim	Guaiamum	Consumo alimentar	Uso da água para captura dos guaiamuns
	Aldeia Itaxi-Mirim	Lagosta	Consumo alimentar	Uso da água para captura das lagostas
	Aldeia Itaxi-Mirim	Lambari	Consumo alimentar	Uso da água para captura dos lambaris
	Aldeia Itaxi-Mirim	Maria Mole	Consumo alimentar	Uso da água para captura dos maria-moles
	Aldeia Itaxi-Mirim	Pitu	Consumo alimentar	Uso da água para captura dos pitus
	Aldeia Itaxi-Mirim	Robalo	Consumo alimentar	Uso da água para captura dos robalos
	Aldeia Itaxi-Mirim	Sururu	Consumo alimentar	Uso da água para captura dos sururus
	Aldeia Itaxi-Mirim	Tilápia	Consumo alimentar	Uso da água para captura das tilápias
	Aldeia Itaxi-Mirim	Traíra	Consumo alimentar	Uso da água para captura das traíras
Roça	Aldeia Itaxi	Algodão	Produção de tecidos, artesanato	Uso da água para irrigação das plantas
	Aldeia Itaxi	Banana	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas
	Aldeia Itaxi	Coco	Consumo alimentar, uso doméstico	Uso da água para consumo e higiene pessoal
	Aldeia Itaxi	Feijão	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas
	Aldeia Itaxi	Fumo	Produção de tabaco	Uso da água para irrigação das plantas
	Aldeia Itaxi	Goiaba	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas
	Aldeia Itaxi	Graviola	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas
	Aldeia Itaxi	Jabuticaba	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas
	Aldeia Itaxi	Jambo	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas
	Aldeia Itaxi	Laranja	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas
	Aldeia Itaxi	Limão	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas

	Aldeia Itaxi	Mamão	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas
	Aldeia Itaxi	Mandioca	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas
	Aldeia Itaxi	Mexerica	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas
	Aldeia Itaxi	Milho	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas
	Aldeia Itaxi	Pitanga	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas
	Aldeia Itaxi	Pokã	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas
	Aldeia Araponga	Abóbora	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas
	Aldeia Araponga	Cará	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas
	Aldeia Araponga	Açaí	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas
	Aldeia Araponga	Amendoim	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas
	Aldeia Araponga	Batata mandioca	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas
	Aldeia Araponga	Batata-doce	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas
	Aldeia Araponga	Cana	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas
	Aldeia Araponga	Jussara	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas
	Aldeia Araponga	Mandioca	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas
	Aldeia Araponga	Milho	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas
	Aldeia Araponga	Pente de Macaco	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas
	Aldeia Araponga	Pindó	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas
	Aldeia Araponga	Pupunha	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas
	Aldeia Araponga	Urucum	Uso medicinal, tintura	Uso da água para preparação de tinturas
	Aldeia Araponga	Goiaba	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas
	Aldeia Araponga	Jabuticaba	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas
	Aldeia Araponga	Laranja	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas
	Aldeia Araponga	Limão	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas
	Aldeia Araponga	Mamão	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas
	Aldeia Araponga	Jambo	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas

	Aldeia Araponga	Pitanga	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas
	Aldeia Araponga	Coco	Consumo alimentar, uso doméstico	Uso da água para consumo e higiene pessoal
	Aldeia Araponga	Ingá	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas
	Aldeia Araponga	Graviola	Consumo alimentar	Uso da água para irrigação das plantas

Fonte: elaborada pela autora, 2023.